

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

Caroline Lopes Oliveira

Igreja Católica, Imprensa e Gênero: Normas de comportamento, atribuições de papéis e representações de mulheres no jornal Voz Diocesana (1947 - 1961)

Juiz de Fora

2025

Caroline Lopes Oliveira

Igreja Católica, Imprensa e Gênero: Normas de comportamento, atribuições de papéis e representações de mulheres no jornal Voz Diocesana (1947 - 1961)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof.Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Caroline Lopes.

Igreja Católica, Imprensa e Gênero : Normas de comportamento, atribuições de papéis e representações de mulheres no jornal Voz Diocesana (1947 - 1961). / Caroline Lopes Oliveira. -- 2025.
173 p.

Orientador: Francisco Carlos Teixeira da Silva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Moral Católica. 2. Imprensa Católica. 3. Normas de Comportamento. 4. Voz Diocesana. I. Silva, Francisco Carlos Teixeira da, orient. II. Título.

Caroline Lopes Oliveira

Igreja Católica, Imprensa e Gênero: Normas de comportamento, atribuições de papéis e representações de mulheres no jornal Voz Diocesana (1947 - 1961)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 05/09/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Katia Franciele Corrêa Borges
Universidade Estadual de Montes Claros

Juiz de Fora, 01/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Carlos Teixeira da Silva, Usuário Externo**, em 10/09/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 22:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KÁTIA FRANCIELE CORRÊA BORGES THEÓPHILO, Usuário Externo**, em 21/10/2025, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2591079** e o código CRC **8F6834BA**.

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, Maria Silvana Lopes, que viu minha entrada na graduação, mas apesar de ter sido a maior apoiadora de meus estudos, não pôde ver minha formatura ou início e fim deste mestrado. Mãe, muito obrigada por me contar, no calor de seu colo e no caminhar de seus passos, que a história das mulheres é feita de sonhos, mas principalmente de luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos professores e professoras que contribuíram com minha formação desde a graduação na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Campanha (MG), até o mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Cada aula, palavra e gesto teve papel essencial na construção do meu percurso e na ampliação do meu olhar sobre o mundo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, agradeço por acolher esta pesquisa e por oferecer as condições acadêmicas e institucionais que possibilitaram sua realização.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a pesquisa por 24 meses, possibilitando minha permanência no mestrado e o aprofundamento dos estudos.

Ao orientador desta pesquisa, o Professor Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, por ter aceitado me orientar, além de ter abraçado afetuosamente a ideia de trocar de projeto de pesquisa. Agradeço pelas valiosas oportunidades acadêmicas oferecidas, pelas reuniões sempre acolhedoras, ainda que realizadas a distância e, principalmente, pelo respeito à minha autonomia enquanto pesquisadora, sempre me incentivando a seguir com confiança e responsabilidade o caminho da investigação.

À Professora Dra. Josiane de Paula Nunes, que me orientou na graduação e seguiu presente em minha vida, se tornando um verdadeiro pilar para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço pela sua escuta sensível e seu apoio incondicional, que foram fundamentais em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Agradeço às professoras Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Alessandra Souza Melett Brum por suas valiosas contribuições que enriqueceram significativamente esta pesquisa e me permitiram repensar caminhos com mais clareza e profundidade.

À Banca Examinadora, composta pelas professoras Kátia Franciele Corrêa Borges e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, pela leitura atenta e pelas contribuições que ampliaram os horizontes desta pesquisa. As observações e questionamentos apresentados durante a defesa provocaram reflexões importantes e ajudaram a consolidar os caminhos teóricos mais consistentes. Sou especialmente grata pela escuta cuidadosa, pelo diálogo respeitoso e pela partilha de saberes que tornaram este momento acadêmico tão significativo.

À todos amigos e amigas que estiveram caminhando ao meu lado na construção da pesquisa. Em especial à Ana Júlia Corrêa Ferreira, Giovanna de Andrade Figueira e Gabriel

Benedito Machado. Cada risada nos intervalos das aulas no Instituto de Ciências Humanas (ICH) foram essenciais para que essa jornada se tornasse mais leve. Obrigada por cada abraço, escuta e colo que me ofereceram. Um dos maiores confortos que levo comigo é saber que os laços que construímos permanecem, mesmo após o fim deste ciclo.

Às companheiras que atuaram ao meu lado na representação discente, Letícia Martins da Cruz e Ana Julia. Meu agradecimento pela parceria comprometida e pelo empenho conjunto na defesa dos interesses do corpo discente.

Agradeço à minha família. Ao meu pai, Marcos Vinicio de Oliveira, que nunca me desamparou. Obrigada pai, por todos os lanchinhos inesperados chegando na mesa do computador, regados de tanto amor e carinho. À minha irmã e melhor amiga Gabrielle Lopes Oliveira, que sempre me posicionou como prioridade em sua vida. Obrigada por ser meu alicerce, pelo entusiasmo e apoio à minha carreira, mesmo nos momentos tão difíceis que enfrentamos. Seu apoio foi o sustento nos momentos em que pensei em desistir. À minha mãe, Maria Silvana Lopes (*in memoriam*), que foi a base para que, desde a infância, eu me tornasse uma pessoa sensível aos problemas sociais.

Por fim, sou grata, de forma generalizada, à todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação investiga as normas de comportamento atribuídas às mulheres por meio dos discursos veiculados no jornal Voz Diocesana, periódico católico ligado à Diocese de Campanha, no sul de Minas Gerais. A pesquisa se insere na intersecção entre Igreja Católica, imprensa e construção de feminilidades, com foco no período de 1947 a 1961. Seu objetivo é analisar como a imprensa católica atuou na construção de um “modelo ideal de mulher”, reafirmando valores tradicionais em um contexto de transformações políticas e sociais no Brasil. Durante a década de 1950, temas como o comunismo, o divórcio, os métodos contraceptivos e o crescente protagonismo das mulheres nos movimentos sociais passaram a ocupar espaço na esfera pública. Diante desse cenário de transformações, a Igreja Católica buscou redefinir sua atuação, enfrentando também tensões internas marcadas por disputas entre membros do clero com distintas orientações políticas e visões de mundo. Nesse contexto, o jornal sul mineiro Voz Diocesana operava como instrumento de formação moral e política em sua rede de circulação, difundindo um modelo de feminilidade centrado na figura da esposa devota, da mãe abnegada e da guardiã da moral cristã. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos metodológicos como Roger Chartier e Roland Barthes, além de dialogar com autoras do campo dos estudos de gênero como Joan Scott e Judith Butler. A metodologia consistiu na análise qualitativa de edições do jornal, com base na semiologia e na construção de categorias discursivas, a fim de compreender as representações produzidas e os silêncios preservados pela imprensa católica. O recorte regional da pesquisa permite observar como os discursos conservadores sobre o papel da mulher foram adaptados e reforçados em contextos interioranos, longe dos grandes centros urbanos, além de cumprir a função de desvelar como o setor eclesiástico sul mineiro esteve posicionado em determinados assuntos no contexto. A análise revela que o jornal Voz Diocesana contribuiu para consolidar uma “modernidade conservadora”, promovendo valores religiosos como solução moral diante das transformações sociais. Ao reafirmar padrões de gênero e condenar projetos emancipatórios, o periódico revela-se como espaço privilegiado de disputa simbólica, onde a Igreja Católica buscou reconfigurar o imaginário social sobre as mulheres e reafirmar seu papel normativo em meio às tensões da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Moral Católica. Imprensa católica. Voz Diocesana. Normas de Comportamento. Feminilidades.

ABSTRACT

This dissertation investigates the norms of behavior attributed to women through the discourses published in *Voz Diocesana*, a Catholic newspaper linked to the Diocese of Campanha, located in southern Minas Gerais, Brazil. The research is situated at the intersection of the Catholic Church, the press, and the construction of femininities, with a focus on the period from 1947 to 1961. Its objective is to analyze how Catholic media contributed to the construction of an “ideal model of womanhood,” reaffirming traditional values in a context of political and social transformation in Brazil. During the 1950s, themes such as communism, divorce, contraceptive methods, and the growing involvement of women in social movements became prominent in the public sphere. In response to this shifting landscape, the Catholic Church sought to redefine its role, while also dealing with internal tensions marked by disputes among clergy with differing political orientations and worldviews. Within this context, *Voz Diocesana* operated as an instrument of moral and political formation in its regional network, promoting a model of femininity centered on the devout wife, the self-sacrificing mother, and the guardian of Christian morality. The study draws on theoretical and methodological frameworks such as those of Roger Chartier and Roland Barthes, in dialogue with gender studies scholars such as Joan Scott and Judith Butler. The methodology consisted of a qualitative analysis of selected editions of the newspaper, based on semiology and the construction of discursive categories, in order to interpret the representations produced and the silences maintained by Catholic media. The regional focus of the research reveals how conservative discourses about women’s roles were adapted and reinforced in interior contexts, far from major urban centers, while also offering insight into how the southern Minas Gerais ecclesiastical sector positioned itself on key social issues of the time. The analysis shows that *Voz Diocesana* contributed to the consolidation of a “conservative modernity,” promoting religious values as a moral solution to the challenges posed by social change. By reaffirming gender norms and rejecting emancipatory projects, the newspaper emerges as a privileged site of symbolic dispute, in which the Catholic Church sought to reshape the social imagination about women and reaffirm its normative authority amid the tensions of the second half of the twentieth century.

Keywords: Catholic Morality. Catholic Press. *Voz Diocesana*. Norms of Behavior. Femininities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Revistas condenadas, divulgadas pelo jornal <i>Voz Diocesana</i> (nº19), em 1949.....	54
Figura 2 – Cabeçalho do jornal <i>Voz Diocesana</i> (nº2) em 1947.....	59
Figura 3 – Cabeçalho do jornal <i>Voz Diocesana</i> (nº118) em 1953.....	60
Figura 4 – Cabeçalho do jornal <i>Voz Diocesana</i> (nº350) em 1959.....	61
Figura 5 – Cartilha de inscrição para a Campanha pela Dignidade da Mulher, divulgada pelo jornal <i>Voz Diocesana</i> (nº 312) em 1958.....	131
Figura 6 – Editorial “ <i>Novos Núcleos de Ação Católica surgem na diocese</i> ”, na edição nº 15 de 1949, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	139
Figura 7 – Coluna “Livros de Formação” na edição nº 19 de 1948, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	146
Figura 8 – Coluna “Livros” na edição nº 18 de 1949, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	146
Figura 9 – Logotipo da coluna de cinema em 1948, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	153
Figura 10 – Logotipo da coluna de cinema em 1951, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	153
Figura 11 – Logotipo da coluna de cinema em 1952, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	153
Figura 12 – Logotipo da coluna de cinema em 1960, no jornal <i>Voz Diocesana</i>	153
Figura 13 – Película com a cotação moral “condenado” no jornal <i>Voz Diocesana</i>	154
Figura 14 – Película com a cotação moral “para todos” no jornal <i>Voz Diocesana</i>	155

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1.	IGREJA E IMPRENSA CATÓLICA: NEOCRISTANDADE, DIOCESE DE CAMPANHA E A MATERIALIDADE DO JORNAL VOZ DIOCESANA.....	26
1.1	O projeto da Igreja da Neocristandade.....	26
1.2	Sul de Minas e a Igreja Católica.....	36
1.3	Imprensa Católica no Brasil: um empreendimento da moral.....	48
1.4	O jornal Voz Diocesana: uma análise de seu perfil, objetivos e agentes.....	55
2.	A MORALIDADE CATÓLICA E A FABRICAÇÃO DA “MULHER-MÃE-ESPOSA-DONA-DE-CASA”.....	68
2.1	A Família: “Célula Mater da Sociedade”.....	68
2.2	A Maternidade: Eixo da “Identidade Feminina”.....	84
2.3	Campanhas antidivorcistas.....	95
3.	REPRESENTAÇÕES E NORMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS DE MULHERES NO SUL DE MINAS GERAIS.....	109
3.1	Esfera Doméstica: “O Espaço da Mulher”.....	109
3.2	Contraste entre o mundo urbano e rural: mulher campestre e a condenação dos grandes centros urbanos.....	123
3.3	Arregimentação das sul mineiras.....	132
3.4	A Moralização da Cultura e dos “Divertimentos”.....	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar as normas de comportamento atribuídas às mulheres no jornal católico *Voz Diocesana*, no período de 1947 a 1961. Fundado em 1947 e ainda em circulação, o periódico é o veículo oficial de comunicação da Diocese de Campanha, localizada no sul de Minas Gerais. Buscamos investigar representações, normas e modelos de feminilidade que aparecem no periódico em formas de discurso, além de como a Igreja Católica através do jornal construiu e promoveu um modelo de “figura feminina” considerada exemplar ou desejável. Ao mesmo tempo, analisamos quais figuras aparecem como “não adequadas”, e, como isso se relacionava com o contexto social e político no período.

Antes de tudo, é preciso contextualizar como esta pesquisa nasceu e como o interesse por ela surgiu. A escolha do tema não foi acidental, ela decorre de percurso de formação acadêmica e de interesse pessoal, que merece ser relatado. Ocorreu a oportunidade, durante a graduação de atuação em um projeto de extensão destinado a catalogar e digitalizar parte do acervo de impressos arquivados no Centro de Memória Cultural Desembargador Manoel Maria Paiva de Vilhena (CEMEC - SM).¹ Um dos jornais que compunham o leque de documentos trabalhados chamou atenção. Naquele momento da graduação, o que mais impressionava eram os discursos anticomunistas muito inflamados presentes em suas páginas.

O jornal, chamado *Voz Diocesana*, culminou, juntamente com a Profa. Dra. Josiane de Paula Nunes, a organização de um projeto de iniciação científica (IC) que analisou a representação do anticomunismo e a arregimentação de leigos católicos no sul de Minas presentes no jornal na virada da década de 1940 para 1950, concluindo que houve uma intensa inclinação anticomunista e arreigimentadora no jornal no período.² A IC resultou em um trabalho de conclusão de curso e um projeto de pesquisa para o mestrado que foi aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

¹ Me graduei em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais, na unidade de Campanha, de 2019 a 2022.

² Para saber mais sobre os resultados obtidos na pesquisa realizada anteriormente, o trabalho de conclusão de curso “A Ação Católica salvará o mundo: o reordenamento dos leigos católicos através dos discursos anticomunistas presentes no jornal *Voz Diocesana* (1947-1952)” (Oliveira, 2023) está disponível para acesso no repositório da biblioteca Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Campanha.

A princípio, o objetivo do projeto de mestrado era dar seguimento na pesquisa sobre anticomunismo iniciada na graduação, estendendo o recorte temporal até o contexto do golpe militar de 1964. Dessa forma, a pesquisa contemplaria com totalidade a chamada IV República ou República de 1946. Período que, segundo Marcos Napolitano (2011), foi caracterizado por mudanças importantes, como o fortalecimento da economia nacional, o aumento da participação política e a proposta de reforma agrária. Mas que, no entanto, essas transformações foram interrompidas por um golpe militar engajado com o delírio anticomunista, e que implantou um regime contrário às reformas, mantendo um projeto de desenvolvimento econômico sem garantir uma distribuição mais justa de renda.

Sobre o contexto católico regional, chamava especial atenção, a ligação que a Diocese de Campanha tinha com questões de reforma agrária no período. Afinal, como veremos, foi o bispo da diocese, Dom Inocêncio Engelke, responsável pelo considerado primeiro pronunciamento sobre o assunto na Igreja Católica do Brasil. Sabendo da divergência de posicionamentos clericais despontada no período, como ressaltam Newton Darwin de Andrade Cabral e Rodrigo Coppe Caldeira (2020), com figuras como Dom Geraldo de Proença Sigaud às direitas católicas, apoiando amplamente o golpe de 1964 e engajado com o delírio anticomunista, e outras diametralmente opostas, como Dom Helder Câmara, o “Arcebispo Vermelho” do Recife, ativista das causas de justiça social e opositor da ditadura militar, surgia a indagação sobre qual o posicionamento da Diocese de Campanha através de seus bispados e como o legado de suas orientações poderiam ter enraizado na opinião pública de uma região consideravelmente católica, o sul de Minas.

Esse conjunto de questões foram todas abordadas ao Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, orientador do presente trabalho. Em uma primeira reunião de orientação, foi conversado sobre o potencial da fonte utilizada, o jornal *Voz Diocesana*, que está recheado de discursos condenatórios, não apenas ao comunismo, mas para todos os aspectos da vida social e política de seus leitores e leitoras. Além disso, foi mencionado que a frequência em que o jornal abordava os círculos de leigos e leigas católicas da região também chamava atenção, sobretudo, por um interesse pessoal, os círculos de mulheres católicas, como a Juventude Feminina Católica ou as Senhoras da Ação Católica. Não por achar que isso estaria fora de um “padrão de época”, os movimentos de leigos católicos estavam em ebulição em grande parte do país, mas por entender que os mesmos movimentos poderiam ser uma chave de leitura para a compreensão não só da orientação dada pelo jornal, mas também da própria atuação dos e das católicas sul mineiras.

Ao ingressar no mestrado, através das trocas de experiências com os e as colegas de pesquisa, muitas vezes oportunizada pelas aulas de “História, Cultura e Poder”,³ foi aberto um novo horizonte de interesses sobre o trato das fontes, sobre a dimensão do objeto de pesquisa, do campo científico e historiográfico de modo geral. Questionamentos como: “de que modo o seu objeto de pesquisa atravessa ou atravessou a sua vida?”; “O que a motivou a escolher essa temática para além das justificativas acadêmicas?” despertaram cada vez mais o desejo de redimensionar a pesquisa com um recorte de gênero.

Desse modo, através desta primeira imersão no trajeto do mestrado, foi possível a reflexão de que a escolha do tema de pesquisa, assim como enumera Umberto Eco (2007), precisa ser viável, delimitada, adequada às competências de quem pesquisa, mas também motivada por um interesse real. A escolha do tema, portanto resulta, frequentemente, da confluência entre um incômodo acadêmico, oriundo das lacunas e tensões percebidas na literatura, e um incômodo pessoal, derivado das vivências e sensibilidades que o pesquisador ou a pesquisadora carrega consigo.

A partir das inquietações suscitadas por uma trajetória pessoal e intelectual vivida no sul de Minas, região com contornos católicos acentuados, algumas reflexões sobre gênero foram semeadas. Isso porque é possível perceber que a imersão nas normas de comportamento oriundas da religião influenciam a forma como as mulheres constroem sua feminilidade. Muitos lares católicos, além da fé, transmitem regras sobre o que significa “ser mulher”, reforçando um ideal feminino ligado à devoção, ao recato, à maternidade e ao cuidado alheio. Esses discursos estabelecem padrões de conduta que orientam comportamentos, e esses mesmos discursos são propagados por muitas vias, uma delas, inscrita na história, é a imprensa, como ressalta Ana Claudia Ribas (2009).

No jornal *Voz Diocesana*, um dos principais jornais que circulavam na região sul mineira em meados das décadas de 1950 e 1960, muitos desses discursos normatizadores são encontrados. Como o papel atribuído à mulher de uma “natural” cuidadora, não só dos filhos,

³ Esta disciplina foi ministrada pela Profa.Dra. Hevelly Ferreira Acruche. Outras seis foram cursadas, e todas contribuíram com leituras, reflexões, debates e experiências em geral para a pesquisa até o momento, foram elas: Vicissitudes e Desafios do Campo da História no Século XXI, ministrada pelo Prof.Dr.Ronaldo Pereira de Jesus; Fascismos, Neofascismos e Extrema direita nos espaços transatlânticos, ministrada pelos Profs.Drs. Odilon Caldeira Neto, Toni Morant i Ariño e Leandro Pereira Gonçalves; Seminário de Linha de Pesquisa em Política, Cultura e Trabalho, ministrada pela Profa.Dra.Cláudia Viscardi; Historia política de las mujeres en América Latina: México, Argentina y Perú siglo XX, ministrada pela Profa.Dra.Maria Inés Valdivia Acuña; e Pensamiento social latinoamericano, ministrada pelo Prof.Dr.Alessandro Peregalli Fontana. Gostaria de ter tido oportunidade de cursar ainda muitas outras, mas no início de 2024, alguns acontecimentos me ocasionaram ao retorno a minha cidade natal, o que impossibilitou a o curso de novas disciplinas.

mas também do marido, dos pais, dos entes e da sociedade em geral; o dever materno de cumprir os preceitos da religião em prol da proteção de sua família e de evangelizar seus filhos e filhas; a cobrança pelo “recato” de seus modos de portar; a moralização e censura de seu consumo cultural, como a literatura, a rádio e o cinema; a condenações às mulheres que buscavam trabalhar fora do lar; entre outras atribuições, representações e normatizações.

Em reuniões com o professor e orientador Francisco Carlos conversamos sobre a possibilidade de investigarmos os discursos anticomunistas com um recorte de gênero, analisando as singularidades do movimento anticomunista ao versar sobre família, sexualidade, normas de comportamento baseadas na categorização de “bons costumes” diferentes para homens e mulheres. A proposta de um trabalho sobre gênero foi afetuosamente acolhida, além de academicamente considerada pertinente, uma vez que são menos comuns as pesquisas sobre gênero durante a República de 1946, mais raras ainda as que estão centradas fora do eixo Rio-São Paulo.⁴

Entretanto, houve a orientação de realizar uma escolha para o tema: representações do anticomunismo ou representações de normas de comportamento para mulheres. Isso não significaria abrir mão de considerar toda a orientação anticomunista do jornal se escolhesse a migrar de tema, nem desconsiderar a misoginia ou sexismo do jornal se optasse continuar focada na temática do anticomunismo. Apenas uma escolha que pudesse afunilar o objeto de pesquisa, para leituras mais direcionadas dentro de um campo historiográfico.

Desse modo, o objetivo principal da pesquisa passava a ser identificar as normas de comportamento para mulheres no jornal católico *Voz Diocesana* na década de 1950, bem como os papéis atribuídos, as representações idealizadas e condenadas nos discursos sobre e para mulheres encontradas no jornal em um período de intensas inovações. Dentre outros objetivos que a pesquisa poderia nos esclarecer, alinhamos em aprofundar sobre a relação Igreja e Brasil no contexto; as nuances dessa relação no sul de Minas; a história da imprensa católica e de que forma ela toca a questões de gênero; e a investigação detalhada do jornal *Voz Diocesana* como um espaço de disputa simbólica e construção de representações.

A mudança de projeto representou um desafio significativo, pois exigiu a reorganização da proposta inicial, a incorporação de novas leituras e, consequentemente, uma intensificação da carga de trabalho. O tempo disponível para a realização da pesquisa em nível de mestrado é restrito e não se flexibiliza diante dos imprevistos inerentes ao próprio

⁴ Também fiquei positivamente surpreendida ao saber que meu orientador estava, coincidentemente, investindo em pesquisas próprias sobre história das mulheres, além de possuir uma outra orientanda no PPGh da UFJF, a doutoranda Iasmin do Prado Gomes, que versa na temática. O que favoreceu a ampliação dos debates nas reuniões coletivas de orientação.

processo investigativo, tampouco diante das demandas cotidianas. Diante desse cenário, tornou-se necessário reavaliar a abrangência temporal inicialmente proposta, que se mostrava extensa demais para um estudo reformulado e com prazo de execução reduzido. Optou-se, portanto, por delimitar o recorte aos anos de 1947 a 1961, de modo a equilibrar profundidade analítica e viabilidade prática. Embora o foco principal da pesquisa seja a década de 1950, a inclusão dos anos imediatamente anteriores e posteriores visa oferecer uma compreensão mais abrangente das continuidades e inflexões que atravessam o período, conferindo maior densidade e consistência à análise histórica.

Escolher fazer outro projeto também acarretou iniciar uma revisão bibliográfica do zero. Autoras como Joan Scott, Judith Butler e Michelle Perrot haviam sido trabalhadas na graduação, mas foram leituras rápidas, pouco aprofundadas. A experiência de pesquisa na graduação girou em torno, principalmente, da historiografia da imprensa e da Igreja Católica no Brasil. Leituras, fichamentos, debates foram retomadas e isso, evidentemente, levou tempo.

Mas também oportunizou o levantamento de perguntas que pudessem direcionar a construção deste trabalho. Sendo algumas delas: Se existiam tantas representações de um “modo ideal” para que as mulheres se portassem, se mantivessem “femininas”, existiam também nuances tensionando esse ideal? Afinal, se essas prescrições precisavam ser repetidas com tanta insistência, isso não indicaria a existência de resistências e incômodos que escapavam à norma? O que era, então, esse “feminino” que precisava ser tão cuidadosamente delimitado? Por que o “mundo feminino” demandava essa constante proteção e reafirmação? O que essas repetidas prescrições dizem sobre os receios e os interesses que sustentavam esse ideal? E, sobretudo, que tipo de mulher e que tipo de sociedade essas fronteiras pretendiam garantir? O primeiro passo para garantir que essas perguntas pudessem ser respondidas seria dimensionar um debate sobre gênero e feminilidades.

E essa fundamentação iniciou-se com Joan Scott e Judith Butler. Pois, a partir de Scott (1995) e Butler (1999), torna-se possível afirmarmos que questões consideradas tradicionalmente “femininas” não são como uma essência natural ou fixa, mas como uma construção social e histórica, marcada por normas e expectativas associadas a um gênero. O estudo do gênero como categoria central da análise histórica, especialmente o trabalho de Scott é essencial para pensar o gênero para além do essencialismo biológico, entendendo-o como uma construção social e histórica. Scott mostra que o gênero funciona como um sistema de relações de poder que está inter relacionado com o contexto político e cultural, e não apenas da diferença entre os sexos. A partir dessa perspectiva, a historiografia precisa tratar o

gênero como algo que se constrói e se negocia, evidenciando como essas relações sustentam hierarquias e desigualdades ao longo do tempo.

No esforço de traduzir o debate sobre gênero para o campo da história, Joana Maria Pedro (2005) destaca que as noções de “ser feminino” e “ser masculino” também não devem ser compreendidas como expressões naturais ou universais, mas como construções históricas e culturais profundamente vinculadas às relações de poder. A autora concorda com Scott e entende gênero como a organização social da diferença sexual, insistindo que essa diferença é historicamente construída, negociada e reiterada por instituições, discursos e práticas sociais situadas no tempo (Pedro, 2005, p.86).

Ao revisitar as contribuições fundadoras da historiografia brasileira sobre as mulheres, Pedro recupera a importância da produção de autoras como Maria Odila Leite da Silva Dias, Rachel Soihet e Lia Zanotta Machado. De Maria Odila, destaca o papel precursor ao afirmar a presença ativa das mulheres na história, mesmo quando os registros documentais tentavam apagá-las, sendo necessário, como ela propunha, “garimpar” as fontes para localizar essas vozes silenciadas (Pedro, 2005, p. 83). Rachel Soihet é lembrada por sua ênfase na articulação entre discursos morais e práticas sociais, mostrando como os saberes normativos naturalizavam o controle dos corpos femininos e delimitavam seus espaços de atuação. Já Lia Zanotta Machado é mobilizada para reforçar a crítica ao essencialismo e para defender a ideia de que o gênero deve ser compreendido como processo, algo que se faz, e não algo que se é, sempre atravessado por disputas múltiplas (Pedro, 2005, p. 85-86).

Em diálogo com Scott (1995), a teoria da performatividade de Butler (1999) aborda o conceito de identidades de gênero. Para Butler, o gênero não é uma expressão de uma essência interior, mas sim um efeito produzido por repetidas práticas sociais e corporais ao longo do tempo, como gestos, movimentos, modos de vestir, falar e agir. Essas repetições estilizadas dão a aparência de uma identidade coerente e contínua, mas essa coerência é ilusória e instável, pois depende da constante repetição de normas que nunca são plenamente incorporadas. Assim, o gênero é performativo, pois ele não revela quem se é, mas cria aquilo que se acredita ser, como se fosse verdadeiro. Desse modo, não há um "gênero verdadeiro" por trás dos atos, o que se entende por masculinidade ou feminilidade é resultado de uma construção social sustentada por performances reguladas por normas culturais. Justamente por ser uma construção, o gênero também pode ser subvertido, por falhas, rupturas ou repetições paródicas que expõem sua artificialidade e abrem caminho para novas formas de existir fora da lógica binária e heteronormativa (Butler, 1999, p.179-180).

Todo este debate reforça como as noções de “ser feminina” são produzidas no tempo e no espaço por diferentes instituições, como a família, a escola e a igreja, e ganham significados distintos a depender das relações de raça, classe e orientação sexual (Butler, 2000). Dessa maneira, assim como argumenta Letícia Carolina Nascimento (2021), a feminilidade não se reduz a uma única forma de ser e viver, mas abrange uma diversidade de experiências e significados, que precisam ser reconhecidos e legitimados para romper com visões excludentes e normativas.

O tipo ideal de comportamento para mulheres, ou seja, um tipo ideal ligado a características consideradas naturalmente “femininas”, legitimado e reproduzido por instituições, não descreve todas as mulheres, mas passa a servir de referência para classificar, hierarquizar e invisibilizar diferentes corpos e subjetividades (Nascimento 2021; Pedro, 2005). Assim, as mulheres que não atendem às normas e padrões estabelecidos tornam-se alvos de estigmatização, violência e exclusão, e dessa forma, as concepções de feminilidade têm funcionado como mecanismos para a manutenção das opressões de gênero e para a preservação de uma ordem social assimétrica (Nascimento, 2021).

O “feminino ideal” é fruto de processos patriarcais que, há muito tempo, definem os papéis de gênero por meio de códigos sociais, culturais e religiosos. Conforme aponta Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado opera simultaneamente nas esferas material e simbólica, criando o contexto opressivo de um gênero subordinado ao outro, tratando, dessa forma, mulheres como objetos subordinados aos homens, e não sujeitos autônomos. Nesse contexto, constroem-se códigos sociais que definem quais condutas, formas de apresentação e expectativas de vida seriam “naturais” para as mulheres. Esses processos não são atemporais ou deslocados, estão profundamente ligados a contextos históricos e a transformações que associam a feminilidade a determinados modelos capitalistas, coloniais e religiosos.

Nesse sentido, os discursos religiosos, especialmente os católicos, muito presentes na história do Brasil, tiveram um papel central na construção da feminilidade. Como destaca Michelle Perrot (2005), esses discursos tendem a associar a mulher a qualidades como pureza, submissão e maternidade, tratadas como divinamente estabelecidas e indispensáveis para a ordem social. Dessa forma, a doutrina sagrada reforça essas qualidades como parte da “natureza” feminina, o que ajuda a naturalizar as diferenças e a controlar os desvios em relação a esse ideal.

Além disso, a cultura e os meios de comunicação contribuem para difundir e reforçar essas imagens normativas. Revistas, jornais, televisão e outras mídias promovem determinados padrões estéticos e comportamentais que sustentam as hierarquias de gênero e

invisibilizam outras formas de viver o feminino. Como demonstra Carla Bassanezi Pinsky (2014) em seus estudos sobre a representação das mulheres nas revistas femininas dos “anos dourados”, ao destacar certos corpos, estilos e escolhas como ideais, essas produções reforçam as expectativas sobre como as mulheres devem se comportar e que caminhos devem seguir, ampliando o alcance das prescrições institucionais que regulam a feminilidade.

Mesmo que os “ideais femininos” pareçam emitir algo de “imutável”, há muitos exemplos de resistências que desafiam e transformam essas expectativas. Essas resistências podem ser visíveis, como o ativismo feminista, ou mais discretas, como atitudes cotidianas que subvertem as regras. Como Butler (1999), sugere que a repetição é performativa e construída pelo discurso, cada ato que repete os papéis de gênero também pode, ao mudar algum detalhe, enfraquecer essas normas e abrir espaço para novos significados.

No Brasil, o movimento feminista, sobretudo a partir da década de 1970, expressa formas diversas de resistência diante da opressão de gênero. No entanto, como argumenta Pedro (2006), é incorreto tratá-lo como um bloco homogêneo ou com origem única. Desde seu ressurgimento, o feminismo se constituiu como um campo atravessado por disputas internas, alianças circunstanciais e rupturas ideológicas, especialmente em meio às tensões com os setores da esquerda e às diferentes concepções sobre as prioridades da luta. Essas divergências revelam não apenas conflitos políticos, mas também embates em torno de quais experiências e identidades seriam legitimadas como centrais no movimento.

É justamente nesse contexto de disputas internas que ganham visibilidade os questionamentos à noção hegemônica de feminilidade, marcada pela branquitude, pela heterossexualidade, pela maternidade compulsória, pela normatividade de gênero, ampliando a valorização de múltiplas formas de ser mulher. Autoras como Beatriz Nascimento (2006) e também Djamila Ribeiro (2018) abordam como o surgimento de grupos feministas negros ainda na década de 1980 serviram para denunciar o racismo dentro do próprio movimento feminista e reivindicar o reconhecimento das experiências de mulheres negras, historicamente silenciadas. Paralelamente, o ativismo lésbico começou a se organizar de forma mais visível, com a criação de espaços como o Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF) em São Paulo, que enfrentava tanto a lesbofobia da sociedade quanto a invisibilidade dentro do feminismo dominante, como demonstram os trabalhos de Jules Falquet (2012) e também Adrienne Rich (2018). Esses movimentos e articulações ampliaram o campo de representação das mulheres, revelando que não há uma única forma legítima de viver o feminino. Ao afirmarem suas vozes, mulheres negras, lésbicas, indígenas, periféricas e, mais recentemente, trans,

deslocaram o centro das definições normativas e passaram a disputar o significado do que é ser mulher.

No entanto, ao tratarmos da movimentação feminista no Brasil, especialmente ao voltarmos o olhar para a década de 1950 e para contextos localizados no interior de Minas Gerais, é necessário adotar uma perspectiva cautelosa e situada. Nesse período, as pautas feministas, ao menos como práticas organizadas e autodeclaradas, ainda não atravessavam amplamente esse espaço interiorano. Trata-se, portanto, de reconhecer que o feminismo, enquanto movimento social nomeado e identificado, era restrito a determinados segmentos. Como alertam Maria Odila Leite da Silva Dias e Margareth Rago (2019) e outras pesquisadoras latino-americanas, a leitura das experiências das mulheres em contextos periféricos deve levar em consideração as especificidades de sua inserção histórica, marcada por atravessamentos como o colonialismo, o racismo, o conservadorismo religioso e a desigualdade de classe. Aplicar as mesmas categorias analíticas elaboradas a partir de realidades do Norte global, ou mesmo de grandes capitais brasileiras, a esses espaços interioranos pode apagar experiências e resistências que não se expressaram sob o rótulo do feminismo, mas que, ainda assim, colocavam em xeque os limites impostos ao feminino.

Dessa forma, o que se busca aqui não é identificar manifestações feministas no interior de Minas na década de 1950 nos moldes dos grandes movimentos urbanos posteriores, mas compreender como os discursos normativos circularam e se impuseram, bem como perceber os silêncios, as tensões e as fissuras que, mesmo sem se articular em lutas organizadas, revelam a complexidade das formas de existência das feminilidades e das disputas em torno do que se podia ou não ser, dizer e viver como mulher naquele contexto.

É necessário enfatizar a impossibilidade de uma “identidade feminina” única e abrangente, defendendo o reconhecimento da diversidade de gênero. Atualmente, atuando contra essa lógica de violência de gênero, temos o transfeminismo, presente nas reflexões propostas por Nascimento (2021), que desponta como uma crítica necessária. A partir das contribuições de Nascimento, entendemos que as feminilidades trans não são uma simples variação do feminino normativo, mas uma ruptura crítica às fronteiras que tentam naturalizá-lo. Essas feminilidades ampliam e ressignificam as possibilidades de ser e viver como mulher, ao mesmo tempo em que denunciam as violências e as normas excludentes às quais mulheres trans e travestis são historicamente submetidas. Dessa maneira, torna visível que não existe uma única maneira legítima de habitar a feminilidade e destaca que a pluralidade de experiências e corpos não ameaça, mas fortalece uma concepção mais ampla e humanizada das relações de gênero.

Sendo assim, a feminilidade envolve tanto aspectos simbólicos quanto materiais. Ela funciona ao mesmo tempo como um papel social que estabelece os comportamentos e as expectativas para as mulheres, e como uma realidade vivida no corpo, por meio das práticas, sensações e experiências que constroem a própria percepção que cada mulher tem de si mesma. Para compreender a feminilidade, é importante considerar essas duas dimensões, social e corporal, e reconhecer que tanto as imagens que a sociedade projeta quanto as vivências do corpo participam da construção das identidades e das relações de gênero (Nascimento, 2021).

É preciso ressaltar que o discurso sobre a feminilidade é marcado por contradições. Por um lado, o “ideal feminino” é apresentado como frágil, que precisa de cuidado e proteção; por outro, exige-se que as mulheres demonstrem pureza moral, força e até certa autonomia. Mary Del Priore (1993) mostra como o discurso sobre o papel da mulher brasileira oscilou entre o ideal da esposa recatada e a mulher moderna que trabalha e participa da vida pública, evidenciando a ambiguidade das normas sociais aplicadas ao feminino. Essa combinação anexa as mulheres em situações paradoxais, pois elas são pressionadas a obedecer e, ao mesmo tempo, a agir por conta própria.

A exigência de pureza, por exemplo, pode servir como uma forma de controle que restringe a liberdade sexual das mulheres, enquanto idealiza a castidade e a maternidade. Ao mesmo tempo, espera-se que essas mesmas mulheres participem ativamente da sociedade e ocupem novos espaços, equilibrando fragilidade e empoderamento. Essas contradições mostram, portanto, que gênero não é uma categoria estável, mas uma construção social que atende a diferentes e, muitas vezes, opostas demandas (Butler, 1999; Scott, 1995).

Cabe também ressaltar algo que Pinsky (2009, p.163-164) nos lembra. O uso da categoria de gênero como uma ferramenta analítica que não parte de definições fixas sobre o que são “homens” ou “mulheres”, mas sim como um instrumento para investigar como as diferenças sexuais são mobilizadas em contextos específicos para organizar relações sociais. Dessa forma, uma análise pode se voltar para os significados atribuídos a comportamentos, objetos, discursos ou instituições, como a maternidade, a sexualidade, o trabalho, ou a mídia.

Tendo este debate delimitado, um próximo passo é relacionar a dimensão teórica com o objeto de trabalho: as representações das normas de comportamento criadas e repetidas pela Instituição Católica. Os ideais de gênero não existem no vácuo, mas estão profundamente enraizados nas lutas políticas, religiosas e ideológicas (Scott, 1995). No Brasil, a influência de forças conservadoras dentro da Igreja Católica e a ascensão de discursos de direita ampliaram a oposição às iniciativas feministas, muitas vezes enquadrando-as como ameaças aos “valores

familiares tradicionais". Esse discurso, na atualidade, frequentemente emprega acusações de "ideologia de gênero" como um instrumento de pânico moral projetado para deslegitimar as reivindicações de igualdade de gênero. Mas no contexto da década de 1950 algumas questões merecem atenção.

Pinsky (2014) destaca que a década de 1950 foi um momento de grandes mudanças no Brasil, com o avanço da industrialização e da urbanização transformando a estrutura social do país. O crescimento das cidades e da indústria impulsionou o surgimento de uma classe média urbana, que passou a adotar novos hábitos e costumes. Nesse cenário, o papel das mulheres desse setor começou a mudar, ainda que de forma lenta e cheia de conflitos. A presença feminina no mercado de trabalho aumentou, principalmente em setores do comércio e dos serviços, vistos como adequados para mulheres.

Contudo, é fundamental considerar que o ingresso das mulheres da classe média no mundo do trabalho, especialmente a partir da segunda metade do século XX, não representou uma ruptura histórica, mas outra forma de vivenciar uma experiência que, entre as mulheres das camadas populares, em especial as mulheres negras, já era uma constante. Ao contrário da narrativa hegemônica que associa o trabalho feminino à “entrada tardia” das mulheres no mercado formal, a presença feminina, sobretudo negra e pobre, sempre esteve inscrita nos espaços de trabalho precarizado, informal e desprotegido. Como argumenta Patricia Hill Collins (2019), essas mulheres estiveram continuamente situadas na intersecção entre o trabalho produtivo e reprodutivo, sendo socialmente compelidas a ocupar funções desvalorizadas e, ao mesmo tempo, invisibilizadas nas construções dominantes sobre a participação feminina na economia. A literatura de Carolina Maria de Jesus, revela essas “realidades vividas”, dando materialidade à experiência cotidiana da fome, do trabalho e da solidão que marcaram a existência de mulheres negras periféricas.

Dessa forma, é necessário reconhecer os limites desta pesquisa, que se debruça sobre as representações de normas de comportamento para mulheres veiculadas por um jornal católico na década de 1950. O foco recai sobre os discursos produzidos e legitimados por uma instituição com forte influência moral e cultural, o que implica uma atenção especial às idealizações do “feminino” difundidas no período. No entanto, esse recorte também impõe restrições: trata-se de analisar o que foi dito, representado e reiterado, sem perder de vista o que foi silenciado. As experiências de mulheres pobres, negras, trabalhadoras informais ou dissidentes das normas da religião nem sempre emergem nos discursos institucionais, não são representações encontradas, mas sua ausência é, por si só, reveladora.

Os grupos sociais não representados na fonte não devem ser tratados como lacunas neutras ou apenas silêncios que não dizem algo, mas como pistas sobre os mecanismos de exclusão simbólica e de produção seletiva da memória social. Assim como argumenta Marta Rovai (2023, p.18), o silêncio pode ser uma forma de resistência ativa, uma escolha de não dizer. Já quando tratamos de uma ação imposta, uma prática de censura e exclusão do discurso, promovida por grupos hegemônicos para interditar certas vozes e experiências, estamos diante de um silenciamento.

Retomando o contexto da década de 1950, a modernidade, com sua “promessa de progresso”, trouxe para as brasileiras uma série de contradições. A ideia da "nova mulher", inserida no mercado de trabalho e participando cada vez mais da vida social urbana, confrontava modelos tradicionais de feminilidade baseados na subordinação, na dedicação ao lar e na preservação da moral sexual. Apesar destes avanços, as expectativas patriarcais continuavam a influenciar profundamente as relações familiares e sociais, impondo limites rígidos ao protagonismo das mulheres e à autonomia na esfera pública e privada.

Veremos, na análise do jornal *Voz Diocesana*, que o discurso da Igreja Católica na década de 1950 dialogava diretamente como um movimento contra as transformações sociais que a modernidade propunha, especialmente no que dizia respeito à emancipação das mulheres e aos direitos sexuais e reprodutivos. Riolando Azzi aponta que em resposta às transformações sociais e às reivindicações emergentes, a Igreja Católica reafirmou uma postura conservadora, buscando conter essas mudanças por meio de discursos públicos e ações institucionais que reforçavam valores tradicionais e mantinham o status quo (1992, p. 98-105).

Diversas pesquisas relevantes já se dedicaram a investigar as reações da Igreja Católica frente à modernidade em contextos específicos, alguns deles são os trabalhos de Scott Mainwaring (2002) ou também Rodrigo Coppe Caldeira (2009). Outras, de forma mais direcionada com o diálogo da presente pesquisa, concentraram-se na análise das normas de comportamento e das restrições de feminilidade construídas e reiteradas pela Igreja por meio da imprensa, como Paola Lili Lucena (2011), Mônica Euzébio da Costa (2018) e Ana Cláudia Ribas (2009). Evidentemente, cada estudo, mesmo que guiado por objetivos semelhantes, trilha caminhos distintos e responde a diferentes perguntas, contribuindo à sua maneira para o avanço do campo.

No caso deste trabalho, o foco recai sobre um jornal católico interiorano, com o intuito de demonstrar que as inquietações diante da modernidade não se restringiam aos grandes centros urbanos, comumente considerados os principais polos de transformação social e

cultural. Ao contrário, os discursos veiculados por essa imprensa regional revelam que também nos interiores havia tensões em torno da transgressão das normas tradicionais, indicando um processo ativo de vigilância moral e de produção de sentidos sobre o feminino. Isso convida à reflexão: o que essas preocupações revelam sobre a própria realidade do interior? Até que ponto elas desestabilizam a ideia, muitas vezes estereotipada, de que espaços ruralizados estariam alheios a debates modernos ou a impulsos de contestação das tradições.

Construída mais esta etapa, continuava a trajetória para construir uma pesquisa com fundamentação teórica suficiente, e, neste caso, não poderíamos faltar com a dimensão da imprensa, afinal, todo o trabalho partirá de reflexões que um jornal pode suscitar. Como ressaltou Maria Helena Capelato (2014), a avaliação crítica da imprensa deve ser permeada de suas circunstâncias históricas, pois a imprensa não é um agente neutro ou isolado, mas sim um produto de seu tempo. A imprensa, desta forma, está inserida em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais específicos que influenciam a produção, circulação e recepção das informações. Para a autora, entender o papel da imprensa em qualquer período envolve analisar as condições e os interesses que moldaram sua atuação.⁵

Partindo dessa compreensão, é necessário considerar que o uso da imprensa como fonte para a história exige, do pesquisador ou pesquisadora, um esforço de leitura que ultrapasse o conteúdo literal da notícia ou da matéria. Como destacam Cunha e Peixoto (1991), os jornais não apenas informam, mas também selecionam, organizam e hierarquizam os acontecimentos a partir de critérios editoriais, interesses institucionais e vínculos com atores sociais específicos. A imprensa, nesse sentido, opera como mediadora de sentidos, construindo representações sobre o mundo social e disputando visões de sociedade. Assim, sua análise deve incorporar além do que se diz, mas como se diz, para quem se diz e a partir de que posições se diz.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) amplia esse debate ao afirmar que a imprensa pode ser pensada como espaço de produção de memórias públicas, funcionando como arena onde se elaboram versões sobre o passado, o presente e os projetos de futuro. Isso implica reconhecer que a imprensa é parte ativa na constituição de identidades, valores e práticas sociais. Essa perspectiva exige atenção aos diversos vetores que estruturam o funcionamento

⁵ Embora Capelato tenha construído sua análise tendo a “grande imprensa” como foco, entendemos que uma avaliação crítica e contextualizada é necessária para todos os impressos que apresentam conteúdo que sirva de fonte para o historiador ou historiadora. Os jornais de pequena ou média circulação, mesmo não centrados no eixo Rio-São Paulo, também estão relacionados em contextos complexos, envolvidos em disputas políticas que não devem ser simplificadas, que estão imersos em problemáticas da própria região, mas que também dizem muito sobre a conformidade ou não com os ideais hegemônicos dos grandes centros urbanos.

da imprensa, como suas relações com instituições e as formas de circulação das mensagens. No caso da imprensa católica, por exemplo, torna-se indispensável articular a leitura das publicações com um entendimento aprofundado da história da Igreja Católica, de seus posicionamentos doutrinários e de sua inserção em diferentes períodos históricos, em contextos políticos e sociais.

A imprensa católica brasileira do século XX, possui características próprias que não podem ser ignoradas. Ao mesmo tempo em que veicula notícias e informações, ela atua como instrumento de formação moral, doutrinação religiosa e intervenção política. Como bem nota Capelato (2003), os jornais católicos não se restringem ao campo da fé, mas dialogam com questões sociais, educacionais e políticas, sempre filtradas pelo ponto de vista e pelos interesses da instituição. Por isso, analisá-los requer uma leitura atenta ao discurso jornalístico, mas também ao seu enraizamento institucional. No caso deste trabalho, o jornal *Voz Diocesana* é compreendido como uma instância produtora de sentidos que expressa, em sua materialidade discursiva, um projeto católico específico de sociedade, cuja compreensão depende do entrecruzamento entre imprensa, Igreja e gênero no Brasil da década de 1950.

No caminho de construção da pesquisa, pensar metodologicamente o jornal como fonte exigiu escolhas que ultrapassam a simples coleta de informações ou o levantamento factual de acontecimentos. Há uma pluralidade de possibilidades diante de um periódico. Cada uma dessas possibilidades impõe ao historiador e à historiadora um posicionamento teórico e analítico diante da fonte. No caso desta investigação, a opção metodológica foi compreender o jornal *Voz Diocesana* como produtor e reproduzidor de representações sociais, o que nos levou à fundamentação em Roger Chartier e Roland Barthes.

A partir de Chartier (2002), é possível compreender que as representações não são somente imagens reflexivas da realidade, mas construções que organizam a experiência social, orientam condutas e legitimam hierarquias. Não se trata, portanto, de buscar uma suposta “verdade” sobre as mulheres no conteúdo do jornal, mas de entender como esse discurso se organiza para produzir sentidos sobre o feminino. O jornal não apenas retrata comportamentos, ele os prescreve, modela e regula, atuando como espaço de produção normativa. Nesse sentido, a representação é sempre atravessada por relações de poder e por interesses institucionais.

Para aprofundar a análise das estruturas simbólicas que atravessam esse discurso, recorre-se também à semiologia de Roland Barthes (2001), especialmente às noções de denotação e conotação, que permitem observar como os sentidos são construídos a partir de signos aparentemente neutros. Barthes ensina que toda linguagem carrega ideologia, e que os

elementos visuais, textuais e narrativos operam em camadas, sugerindo significados naturalizados que, na verdade, são socialmente produzidos. Aplicar essa leitura à imprensa católica implica perceber que aquilo que se diz sobre as mulheres, como devem se portar, quais são seus deveres e limites, está impregnado de valores morais e religiosos que sustentam um projeto específico de sociedade (Koselleck, 2006).

A construção do caminho empírico da pesquisa também exigiu um processo atento de aproximação com a fonte. O primeiro passo consistiu na realização de uma revisão bibliográfica que desse sustentação às escolhas teóricas e metodológicas, ancorando a investigação em três frentes principais: os estudos sobre a história da Igreja Católica e da imprensa católica no Brasil, especialmente no contexto da década de 1950; as contribuições do campo dos estudos de gênero, fundamentais para compreender as normas e representações que regulam os corpos e as condutas; e, por fim, os referenciais metodológicos que orientariam o modo de leitura da fonte, com destaque para as obras de Roger Chartier e Roland Barthes, conforme já apontado.

O jornal *Voz Diocesana*, fonte principal da pesquisa, encontra-se dividido em dois acervos distintos: uma parte já se encontra digitalizada e pode ser consultada através do contato com o Centro de Memória Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM); outra parte permanece disponível apenas em suporte físico, armazenada no Centro de Estudos Monsenhor Lefort, localizado no prédio do Museu Regional do Sul de Minas, no município de Campanha (MG).⁶ Essa condição material da fonte impôs um desafio metodológico, que exigiu o deslocamento até o acervo físico para complementar a leitura dos exemplares ausentes no arquivo digital. A ida ao município também oportunizou a visita aos arquivos da cúria diocesana, com o intuito de buscar mais informações sobre o jornal, sua produção e circulação, bem como sobre o contexto eclesiástico no qual ele estava inserido.

Com os dados reunidos, foi necessário organizar o material de forma a permitir uma análise coerente com os objetivos da pesquisa. Para isso, foram elaboradas planilhas em Excel, onde os conteúdos do jornal foram dispostos segundo categorias discursivas construídas a partir da leitura teórica e da observação empírica. Essas categorias não foram definidas previamente de maneira rígida, mas ajustadas ao longo da leitura dos exemplares, conforme certas regularidades discursivas e temáticas iam se tornando mais visíveis. Assim,

⁶ Os editoriais do jornal entre 1947 e 1957 foram digitalizados pelo PAEX inserido no edital 01/2019 e 02/2020 e estão disponíveis digitalmente para download. O acesso ao conjunto se dá através do contato com o Centro de Memória Desembargador Manuel Maria Paiva de Vilhena (CEMEC-SM), UEMG- Unidade de Campanha. O restante dos editoriais consultados, de 1958 a 1961, estão no arquivo Centro de Estudos Monsenhor Lefort.

temas como matrimônio, divórcio, comportamento feminino, religiosidade, moralidade e papéis sociais foram sendo agrupados de acordo com a recorrência, o tom do discurso e os sujeitos interpelados.

Concluída essa etapa de sistematização, a análise seguiu por um caminho qualitativo, voltado a compreender quais temas pareciam receber maior destaque, como se articulavam entre si e de que forma participavam da construção de um ideal normativo de feminilidade. Essa leitura não buscou uma interpretação única ou totalizante do conteúdo do jornal, mas tentou se aproximar das estratégias de enunciação e dos silêncios da fonte, observando o que era reiterado com insistência, o que surgia como ameaça, e o que não podia ser dito. Foi a partir desse percurso que se estruturaram os capítulos desta pesquisa.

A dissertação é organizada em três capítulos. No primeiro, examinamos o projeto católico da neocristandade, analisando seu contexto institucional, a inserção regional da Diocese de Campanha, a história da imprensa católica e a estrutura editorial do periódico *Voz Diocesana*. No segundo capítulo dedicamos aos discursos sobre família, maternidade e divórcio, evidenciando como o jornal construiu e legitimou normas de gênero alinhadas à doutrina católica. Por fim, o terceiro capítulo abordamos as representações femininas em temas de maior projeção pública, como trabalho, movimentos leigos, cultura e meios de comunicação, destacando o contraste discursivo entre o mundo urbano e o interior sul-mineiro e a centralidade atribuída à mulher como guardiã da moral cristã. Assim, ao longo dos três capítulos, buscamos demonstrar que o *Voz Diocesana* construiu o “papel” da mulher, o conceito de “feminino” e as normas de comportamento de acordo com o “ideal de modernidade” da Igreja Católica, vinculando-os às especificidades sociais e culturais do interior do sul de Minas Gerais.

1. IGREJA E IMPRENSA CATÓLICA: NEOCRISTANDADE, DIOCESE DE CAMPANHA E A MATERIALIDADE DO JORNAL VOZ DIOCESANA

1.1 O projeto da Igreja da Neocristandade

O cientista político Scott Mainwaring (2004) argumenta que a relação entre a Igreja Católica e a política no Brasil entre os anos 1916 a 1955 pode ser entendida como período da Igreja da Neocristandade. Embora o momento seja de diversas mudanças na Instituição no cenário nacional, Mainwaring traz como diagnóstico uma característica de continuidade: o esforço da Igreja em revigorar a presença do catolicismo no Brasil, a fim de não perder sua posição de religião dominante no país.

A Igreja da Neocristandade obteve muitos êxitos no Brasil, sobretudo na sua primeira fase, até o fim da década de 1930 (Mainwaring, 2004, p.55). Um desses êxitos seria uma efetiva liderança episcopal centrada em Dom Sebastião Leme Cintra, uma forte representação católica na política do Estado. Nas palavras de Francisco Carlos Teixeira da Silva, a presença do Cardeal Leme seria o retrato de “uma nova etapa nas relações entre a Igreja e a República” (2024, p.23). Essa aliança de conveniência existente entre a Igreja e o Estado no primeiro governo de Getúlio Vargas foi responsável pela criação das bases do contato entre políticos e clérigos, levando a Igreja a alcançar benefícios e proteções almejadas com o Estado, como destacado por Georg Wink:

Não é exagero dizer que o Estado Novo brasileiro (1930– 1945) coincidiu com o auge do neocristianismo no Brasil. A revolução antiliberal de Getúlio Vargas em 1930 abriu todas as portas para essa nova colaboração harmônica entre Estado e Igreja, trocando convenientemente apoio por privilégios. O arcebispo da capital, Rio de Janeiro, Sebastião Leme, o *spiritus rector* do CDV e maior autoridade eclesiástica no Brasil, não viu nenhum problema nisso e exaltou o novo regime autoritário como “consistente com a visão hierárquica da sociedade pela Igreja”. O símbolo mais visível e icônico desse reencontro é a estátua de Cristo Redentor, um projeto realizado por Leme, junto com o arquiteto Heitor da Silva e Costa e Alceu Amoroso Lima (2023, p.76)

A sigla CDV, mencionada por Wink, refere-se ao Centro Dom Vital, uma das instituições mais importantes que contaram com a enfática colaboração de Dom Leme, juntamente com a revista *A Ordem*. O Centro Dom Vital foi criado por Jackson de Figueiredo em 1922, ano que, como indica Georg Wink (2023), pode ser considerado como o início da formação da direita católica brasileira, justamente pelo poder que o CDV aglutinou em torno

de seus “círculos de discussão exclusivos, conferências e a fundação de uma enorme biblioteca católica” (2023, p.75), além da propagação de suas estratégias na revista *A Ordem*. O CDV se consolidou como um espaço de aprofundamento de um pensamento católico elitista e autoritário, forjado pela intelectualidade através de encontros e projetos organizados, sobretudo, por Jackson de Figueiredo, que coordenou o CDV através de seus princípios integristas (Wink, 2023, p. 70-75).⁷ De orientação conservadora e nacionalista e vinculada ao CDV, a revista *A Ordem* tinha como objetivo, de acordo com Jérri Marin (2018, p.210), “catolicizar a inteligência brasileira”, e tornou-se um os principais núcleos intelectuais do catolicismo do século XX, juntamente com Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Wink destaca que as estratégias de consolidação da moral católica como eixo central da política nacional, especialmente nos movimentos de direita que ganharam força durante a República de 1946, foram profundamente influenciadas pelo Centro Dom Vital (CDV) e suas publicações (2023). Longe de serem “moderadas”, como pretendiam parecer, essas produções discursivas eram combativas, como evidencia um trecho da revista *A Ordem* (1946): “Nos lugares em que o Comunismo foi praticado, tudo se fez para abalar os alicerces da Família: divórcio fácil, aborto legal, educação exclusivamente orientada pelo Estado totalitário”.

Publicado no clima acalorado dos debates constituintes de 1946, esse tipo de conteúdo operava como ferramenta política e com estratégias de difusão no meio social. Exemplo dessa difusão, é a própria coluna “Não sou comunista!”, supracitada, que havia sido originalmente divulgada pela Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro, primeiro em seu jornal, depois em panfletos, e somente depois foi republicada na revista *A Ordem* (1946). Um detalhe que revela um mecanismo crucial sobre a circulação das ideias aglutinadas em torno do CDV: as publicações católicas não atuavam isoladamente, mas como parte de uma rede articulada de instituições. Como observa Wink (2023), essa estrutura começou a se formar a partir dos anos 1920, mas soube se reinventar conforme as demandas de cada período. Nesse sentido, a infiltração da moral católica se dava por múltiplas vias: núcleos de ação social, imprensa, rádio, cinema, enfim, todas as esferas da vida pública.

Outro bom exemplo de ação concreta da realização dos objetivos de Dom Leme de perpetrar no Estado no período da Neocristandade é a criação da Liga Eleitoral Católica

⁷ Com a morte de Jackson Figueiredo em 1928, o Centro passou a ter como seu líder Alceu Amoroso Lima, momento em que direcionamentos um pouco mais moderados, mas permanecendo avidamente anticomunistas. O CDV foi o berço de diversos intelectuais das direitas católicas, como Plínio Corrêa de Oliveira e Gustavo Corção, autores de projetos que engendraram discursos e ações reacionárias, como o Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP, fundado na década de 60 por Plínio de Oliveira; e o movimento Permanência, de Gustavo Corção, ambos com repercussão extravagante na imprensa (Wink, 2023).

(LEC) em 1932. Grosso modo, a LEC buscava orientar os fiéis nas votações e apoiar ou não candidatos. Ela foi testada primeiramente nas eleições de 1932 e obteve êxito. A versão final da Constituição em 1934 constava todas as necessidades apresentadas pelos católicos, “desde um preâmbulo evocando Deus até a proibição do divórcio” (Wink, 2023, p. 77). Mainwaring demonstrou algumas das principais características presentes na LEC, dentre as quais chamamos atenção para a questão da dissolução do matrimônio:

A LEC não estava ligada a nenhum partido político em particular, mas era avidamente anticomunista. Geralmente estimulava os católicos a votar de maneira conservadora e a promover candidatos que adotavam posições favoráveis às principais questões católicas da época. Até 1937, quando o regime autoritário eliminou os partidos e as eleições, a LEC alcançou muitos de seus objetivos. A maioria dos candidatos por ela favorecidos para a Assembleia Constituinte de 1933 foi eleita. A constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para escolas católicas (Mainwaring, 2004, p.48).

No programa da LEC de 1933, o divórcio foi associado a uma porta de entrada ao “amor livre” criado pelo socialismo e aceito pela sociedade apenas como um meio para conciliar o “instinto sexual aventureiro e polígamo com a necessidade de manter a respeitabilidade social” (Lustosa, 1983, p. 108). O divórcio, seria, portanto, uma das razões da decadência do país, por isso precisava ser amplamente combatido. E assim foi, mesmo após a dissolução da LEC na década de 1940. Como nos lembra Riolando Azzi, “na elaboração das Constituições de 1934 e 1946, as teses divorcistas foram vencidas e recusadas mediante uma ação de repúdio, coordenada pelo próprio episcopado” (1993, p. 107). Ou seja, mesmo diante da parcial dissolução da LEC, o episcopado ainda obteve espaço político em 1946.

Mas mesmo diante de conquistas no projeto da Neocristandade, a Igreja Católica no Brasil pós-Guerra encontrava-se em uma situação de declínio institucional que alarmava a hierarquia desde o século XIX. Algumas de suas preocupações internas giravam em torno do baixo número de clérigos e um vínculo frágil com o Vaticano (Mainwaring, 2004, p.42). E, sem a presença do Cardeal Leme, surgia também a questão da falta de uma liderança na hierarquia:

Por meio de uma política de aproximação e de boas relações com o Estado, e recorrendo a uma postura intransigente de ataque frontal à secularização e aos adversários no campo religioso, como as seitas protestantes, o espiritismo e as religiões afrobrasileiras, a igreja da neocristandade garantia a manutenção de seu domínio de quase monopólio no campo religioso

brasileiro. Mas, após a morte do Cardeal Leme, em 1942, criou-se um vácuo na liderança da hierarquia da igreja brasileira e a continuação desse projeto de reconquista católica da sociedade brasileira tornou-se pouco viável (Bonato, 2014, p.92).

A esses problemas somavam-se também questões externas. Como argumenta Massimo Bonato (2014, p.81-82), a reorganização política experimentada especialmente com o início da Guerra Fria, deu a luz a um novo cenário geopolítico mundial que apresentou reapresentou velhos problemas sob uma nova roupagem para a Igreja Católica. O bloco socialista e o bloco liberal disputavam valores, discursos e práticas que contrastavam com os propósitos da tradição católica. Se no século anterior a resposta havia sido predominantemente reativa a qualquer ideal secularizante, focada no combate aos "frutos da modernidade", posteriormente a postura é reformulada, posicionando a Igreja como “uma via correta para a modernidade”.

Além disso, o rápido processo de urbanização e industrialização do Brasil nas décadas de 1940-50 criava um cenário onde o combate frontal à modernidade se mostrava cada vez mais inviável. As cidades em crescimento, a emergência de novas classes trabalhadoras e a diversificação social dificultavam uma postura de completa intransigência (Skidmore, 2003). A Igreja via-se diante de um paradoxo: como manter sua autoridade moral em uma sociedade que se transformava aceleradamente? Bonato sugere que:

É a partir dessa renovada percepção, no seio do corpo episcopal brasileiro que começa a se afirmar outra tendência na igreja do Brasil, surgindo uma nova forma de lidar com essas questões. Começa a se firmar uma visão modernizante e reformadora. Seus efeitos aparecem na assumpção de uma nova atitude frente à modernização social do país. No âmbito institucional, surgem medidas voltadas à racionalização dos aparados administrativos. Nesse sentido, é importante frisar que as mudanças importantes implantadas no período se refletiriam e teriam seus efeitos nas décadas sucessivas. O resultado mais expressivo dessa tendência interna modernizadora é a criação, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por iniciativa de Dom Helder Câmara (Bonato, 2014).

Como observa Mainwaring (2003), insistir em ataques diretos contra a modernidade poderia não ser produtivo, afastando justamente as massas urbanas que a Igreja pretendia manter sob sua influência. O risco em manter um discurso excessivamente antagônico poderia acelerar, ao invés de conter, o afastamento dos fiéis. Era preciso, portanto, repensar as estratégias. A solução encontrada foi ambígua: a Igreja passou a se apresentar não como inimiga da modernidade, mas como sua intérprete legítima, “a via correta para a modernidade” E mais do que isso, nas palavras de Bonato, nessa nova configuração, a Igreja

Católica buscava apresentar-se não apenas como uma alternativa, mas como a única medida moderna verdadeiramente capaz de reconciliar os “valores da sociedade” (Bonato, 2014, p. 79–101).

Isso exigiu uma reformulação tanto da linguagem quanto das práticas pastorais, buscando conciliar tradição e modernização de forma a preservar a relevância institucional. A ênfase anticomunista, por exemplo, permitia combater valores modernos enquanto se apresentava como defensora da "verdadeira" ordem social, assunto trabalhado por Rodrigo Patto Sá Motta (2002).⁸

O projeto da Neocristandade no Brasil revelava assim seu caráter paradoxal, uma tentativa de modernização conservadora, como denominou Kenneth Serbin (2008), onde a Igreja buscava acompanhar as transformações sociais sem abrir mão de seus fundamentos doutrinários. Mais do que negar à modernidade, tratava-se de domesticá-la. Um equilíbrio precário que marcaria o catolicismo brasileiro nas décadas seguintes.

Essa ambiguidade fica evidente quando retomamos a questão do divórcio, que como demonstrou Marluce Dias Fagundes (2023), se tornou um dos principais campos de batalha para a Igreja no período. Judith Butler (2000) nos lembra que, embora constituídos predominantemente por vozes masculinas, os discursos normativos (que nesse casos, são as leis e mais diversas publicações do contexto) frequentemente impõem normas e expectativas sobre o corpo e a sexualidade da mulher. À medida que o tema do divórcio ganhava respaldo na opinião pública urbana em processo de modernização, a hierarquia católica reconhecia nele um mecanismo crucial de controle social que precisava ser combatido. Pois interferir nas leis matrimoniais significava manter o domínio sobre a organização familiar e, por extensão, sobre o campo da moral que determinava papéis restritos aos gêneros, limitados às representações da mãe-dona-de-casa-cuidadora e do pai-provedor.

Flávia Biroli (2014) acrescenta que o contexto histórico da questão do casamento é substancial para a compreensão da relação de poder da Igreja mesmo diante da laicidade do Estado:

A legislação civil sobre casamento e família é o âmbito de acomodações e de disputas entre o poder secular e as igrejas. Na história brasileira, assim como

⁸ Motta apontou que três momentos podem ser considerados como expressivos no anticomunismo no país: a “Intentona Comunista”, de 1935 a 1937; o início da Guerra Fria, sobretudo nos anos de 1946 a 1950; e a crise de 1964, que culminou no golpe militar. O historiador ressalta que no período entre “1937 e 1964 a ‘ameaça comunista’ foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda” (2002, p.8)

na de outros países latino-americanos, o advento da República institui o Estado laico, mas não significa na prática uma ruptura com o poder e as disposições da Igreja Católica. Por isso, em muitos momentos e aspectos da regulação das relações familiares, conjugais e de parentesco, as pressões da Igreja definiram a baixa permeabilidade do Estado às demandas dos movimentos feministas, de juristas e de outras organizações políticas de caráter liberal, e, mais recentemente, dos movimentos em defesa dos direitos dos homossexuais (Biroli, 2014, p. 51).

A autora também aponta que “o Código Civil de 1916 definia a mulher como incapaz”, e essa legislação vigorou por 46 anos. Em 1962 “as mulheres casadas conquistaram o direito à capacidade civil plena, momento em que o marido continuava ainda a ser definido como chefe da sociedade conjugal, mas agora com a colaboração da mulher” (Biroli, 2014, p.52)⁹.

Mas ter o divórcio como uma chave de leitura para o contexto, não significa dizer que essa foi a única forma de violência simbólica que a moral católica defendeu no período. Riolando Azzi (1993) enumera algumas das principais temáticas nas quais a Igreja Católica exerceu sua influência na vida das mulheres no período que vai de 1930 a 1964, sendo elas: a permanência da divisão sexual do trabalho, segregando a mulher para o âmbito doméstico; a submissão e obediência das mulheres aos homens, sobretudo na dependência das esposas em seus maridos; as formas distintas de cobrança de fidelidade conjugal associadas aos gêneros; a permanência da unidade familiar como uma ferramenta para a perpetuação da ordem social; a educação conservadora das mulheres, sobretudo pela educação realizada em colégios católicos ou através de associações católicas; a orientação e condenação sobre o modo de ser das mulheres em geral, como modo de vestir e portar; a participação das mulheres na política, principalmente na oposição da militância política de esquerda; a motivação da participação das mulheres em atos caritativos e assistenciais promovidos pela Igreja; a repressão do corpo; a interferência na educação sexual; e na condenação dos métodos contraceptivos.

O parágrafo extenso acima demonstra a complexidade da análise. E ainda acrescentamos mais uma reflexão: o contexto da imprensa católica do período é permeado de grandes reações contra outras religiões. Uma ativa batalha contra o protestantismo, espiritismo e religiões de matriz africana. O contraponto era uma constante tentativa de perpetração nos cotidianos dos fiéis. Para ser católica ou católico, era preciso ser integral, não dar brechas para o pecado, e, sobretudo, “catolicizar” as juventudes (Coelho, 2007; Klauck,

⁹ O direito à cidadania plena das mulheres casadas é marcado pela Lei n. 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada (Biroli, 2014, p. 52)

2009).¹⁰ Conforme propôs Prandi (1975), quando a religião principal de uma sociedade muda, os valores e objetivos dessa sociedade também tendem a mudar. E a Igreja Católica da Neocristandade, muito bem versada nas articulações necessárias para recuperar o equilíbrio de seu poder, soube aproveitar de suas oportunidades apresentadas pelo contexto de muitas formas.

Mas tudo isso não significa dizer que a Igreja da Neocristandade pode ser definida como um bloco coeso que se modernizava unicamente pelo propósito de camuflar sua forma de combate. Com o fim do governo de Vargas em 1945, a Igreja passou por algumas modificações a fim de acompanhar a guinada democrática do território nacional, principalmente ampliando a cooperação dos fiéis nas instituições, como na imprensa e nos movimentos de leigos. Márcio Moreira Alves (1979) acrescenta que a partir de tais transformações, parte do clero iniciava um processo de conscientização da necessidade de apoiar causas de justiça social, levando a tomada de decisões importantes com o passar dos anos, tendo como ponto mais alto de suas deliberações, a já mencionada criação da CNBB e, posteriormente, a participação efetiva no Concílio do Vaticano II.¹¹ Contudo, isso não significa dizer que existia coesão no episcopado nacional, como afirma Bonato:

Há discordâncias, há embates na maneira de entender como a igreja deve atuar no âmbito da pastoral, no exercício de seu magistério e de sua autoridade, na dimensão do apostolado dos leigos. Vislumbra-se a tensão de um debate interno ao episcopado brasileiro na maneira de enfrentar internamente e externamente os problemas da época. Grosso modo, não deixa de ser historicamente plausível e pertinente postular a dinâmica de modernização do aparelho eclesiástico brasileiro como o resultado de um arranjo entre uma corrente progressista e outra conservadora presentes no seu episcopado (Bonato, 2014, p.93).

A guinada de conscientização, portanto, causou tremores no tradicionalismo da Instituição. De acordo com Mainwaring, em meados de 1955 as divergências eram tantas que levaram à uma setorização no âmbito clerical do Brasil, coexistindo três principais grupos: os tradicionalistas, focados em manter o pleno combate da Igreja a qualquer forma de

¹⁰ Isso, em partes, explica a ramificação do movimento de Ação Católica em tantos núcleos. Quando moças: participar da Juventude Feminina Católica (JFC) seria uma obrigação. Se estudantes: Juventude Estudantil Católica (JEC). Chegando à maturidade: Senhoras da Ação Católica (SAC).

¹¹ A CNBB se tornou um centro de decisões políticas da Igreja e frequentemente se posicionou sobre questões sociais, econômicas e políticas, promovendo a justiça social, os direitos humanos e a democracia. Sua atuação foi especialmente relevante durante os anos de ditadura militar, se pronunciando em defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão e atuando na redemocratização, cf: Alves, Marcio Moreira. A Igreja e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 63-69.

secularização; o grupo dos modernizadores conservadores, que também tinham as preocupações dos tradicionalistas, mas acreditavam na necessidade de transformações sutis, tanto para situar a Igreja no mundo moderno, tanto para favorecer a justiça social; e o grupo dos reformistas, com tendências mais progressistas.

Os modernizadores conservadores foram a facção dominante na Igreja durante o início e meados da década de 1950, e até o final da década de 1960 e compartilharam hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditavam que a Igreja tinha que mudar, mas eles promoveram um catolicismo mais forte através de uma educação religiosa mais intensiva. Eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os tradicionalistas, mas menos propensos do que os reformistas a ver os problemas sociais como o resultado da estrutura social. Preocupados em tornar a Igreja mais eficaz e relevante para seus adeptos, lançaram programas como o Movimento Família Cristã e os minicursos cristãos (Cursilhos de Cristandade) (Mainwaring, 2004, p. 46).

Mainwaring também apontou como a criação desses programas tem uma natureza interessante, pois, apesar de “politicamente conservadores, abriram caminho para uma concepção da Igreja como povo de Deus e não como hierarquia e clero” (2004, p.48). Para os reformistas, a Igreja não deveria estar isolada do mundo, e sim a favor de sua transformação. A mensagem de Cristo, segundo eles, implicava na criação de uma ordem social justa, refletindo a vontade divina. Embora os seres humanos não pudessem completar essa tarefa por si sós, era necessário trabalhar dentro das instituições para aproximar o mundo da visão divina. Nessa esteira, foram criados os programas para a integração dos leigos e leigas católicas com causas de justiça social, eles “significavam aceitar em vez de combater a secularização, criticar em vez de tolerar a natureza desigual da sociedade e trabalhar com os pobres, assim como as elites” (2004, p. 48).

Não somente os programas estavam em ebulição, os movimentos populares da Igreja Católica também estavam atuantes, e, algumas vezes superados das prerrogativas reformistas limitantes e aproximados com ideais revolucionários, como a Juventude Universitária Católica (JUC) que no limiar da década 1960 se radicalizou, se tornando o principal expoente para a criação da Ação Popular (AP),¹² movimento que possibilitou resistências importantes ao golpe e à ditadura militar.¹³

¹² Organização política nacional, fundada pelos membros da JUC, em Belo Horizonte, em 1962. Seu objetivo era formar quadros que pudessem participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo. Membros da JEC também integraram a AP depois de sua fundação.

¹³ Essa radicalização chamou a atenção dos tradicionalistas, que iniciam fortes reações aos movimentos, provocando um cenário ainda mais tenso e conflituoso dentro e fora da Instituição após a

A diversidade desses projetos (reacionários, conservadores e reformistas) demonstra o êxito da Igreja Católica em consolidar sua presença não somente em plano nacional, mas também por meio de ações territorializadas. Pois sua ação em determinada região poderia mudar a depender do posicionamento que um Bispo da Diocese ou outro de clérigo de influência revelava. Como ressaltam Newton Darwin de Andrade Cabral e Rodrigo Coppe Caldeira (2020), figuras emblemáticas como Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Hélder Câmara, ambos bispos atuantes nas décadas de 1950 e 1960, tornam visível esse contraste. Os autores abordam no artigo “Transversalidades entre conservadorismo e progressismo católicos: Geraldo de Proença Sigaud, Helder Pessoa Câmara e o Concílio Vaticano II”, que ambos eram líderes eclesiásticos influentes, participantes de debates nacionais e internacionais, mas colocavam em prática projetos radicalmente diferentes em suas respectivas regiões de atuação.

De acordo com os autores, Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Diamantina entre 1947 e 1960, foi um dos mais destacados representantes do catolicismo tradicionalista e anticomunista. Sigaud foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), ao lado de Plínio Corrêa de Oliveira, com quem partilhava a visão de um catolicismo hierarquizado e reacionário. Defendia uma Igreja que deveria se opor às mudanças sociais e preservar a “ordem natural” baseada na desigualdade funcional entre as classes, na autoridade dos pais sobre os filhos e na submissão da mulher ao homem. Em suas pastorais, alertava sobre a “infiltração comunista” no campo e nas escolas, chegando a organizar campanhas regionais de conscientização antimarxista. Sua atuação em Minas Gerais foi marcada por forte presença nos meios de comunicação diocesanos e pelo incentivo à formação de elites católicas “vigilantes” contra o que chamava de “ameaças do modernismo”.

Por outro lado, Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife a partir de 1964, representava um projeto eclesial oposto. Chamado por setores conservadores de “Arcebispo Vermelho”, Hélder Câmara se destacou por sua opção pelos pobres, por sua crítica contundente à desigualdade social e por sua proximidade com os movimentos de base. Tendo sido anteriormente membro do Secretariado Geral da CNBB e também próximo dos setores mais moderados do governo Vargas, Hélder evoluiu ao longo dos anos 1950 e 1960 para uma posição de engajamento cada vez mais forte com a Teologia da Libertação e com a denúncia

renúncia de Jânio Quadros em 1961. Sob preceitos de uma insurgente ameaça comunista e de como “o marasmo econômico” poderia atingir as classes médias, o setor da direita católica amplifica e começa a ganhar os contornos dos agentes católicos que atuaram, com eficácia, no golpe militar de 1964 (Mainwaring, 2004, p. 46).

das estruturas injustas que perpetuavam a miséria no Brasil. Sua atuação no Nordeste incluiu o apoio a comunidades eclesiais de base, articulação com sindicatos rurais e campanhas em defesa da reforma agrária, o que o colocou em confronto direto com o regime militar e com setores conservadores da própria Igreja. Foi perseguido, teve seu nome censurado nos jornais e suas ações monitoradas pelos serviços de informação do regime, mas permaneceu como símbolo de uma Igreja popular, progressista e comprometida com a justiça social (Cabral e Caldeira, 2020).

O contraste entre esses dois bispos, ambos altamente influentes e conectados aos debates internacionais da Igreja, inclusive no Concílio Vaticano II, ilustra como o catolicismo brasileiro comportava profundas divisões internas. Enquanto Sigaud se aliava à Cúria Romana mais conservadora e participava das articulações contra as reformas conciliares, Hélder Câmara se posicionava ao lado das correntes renovadoras, buscando tornar a Igreja um instrumento de transformação social (Cabral e Caldeira, 2020). São trajetórias que mostram que compreender a atuação da Igreja Católica no Brasil exige mais do que categorias ou abordagens exclusivamente institucionais.¹⁴ É necessário lançar mão de análises regionalizadas que levem em conta os contextos sociais, políticos e culturais em que se inserem as lideranças eclesiásticas e suas comunidades.

Além disso, conforme propõe a geógrafa Zeny Rosendahl (2018) essa territorialização do catolicismo se materializa em práticas e discursos eclesiásticos profundamente enraizados nas realidades locais, o que confere ao catolicismo brasileiro uma capilaridade sem igual. Assim, o catolicismo se afirma um ator político e cultural com inserção regional marcante, capaz de moldar comportamentos, formar mentalidades e até mesmo criar sentimentos de pertencimento regional atrelados às noções da religiosidade católica.

A pesquisa de Heloísa Starling (1986) sobre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais de Minas Gerais (IPES-MG) é exemplar nesse sentido. A autora evidencia em seu livro “Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964”, como movimentos católicos mineiros entre eles a Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), articularam-se a favor do golpe de 1964 utilizando principalmente a linguagem da defesa da “família cristã” e da “ordem social”, mas também mobilizando valores locais como a “mineiridade”, vista como expressão de uma tradição moral e religiosa a ser preservada diante das ameaças do

¹⁴ Isso não significa dizer que nos opomos ao enquadramento da categoria de “Igreja da Neocristandade”, proposto por Mainwaring (2004). O projeto de reconquista católica existiu e aglutinou a maior parte do episcopado nacional. A efetiva ação política da Igreja no Estado se deu através dos apoiadores dos ideais da Neocristandade. Mas isso não significa dizer que, sobretudo a partir de 1955, novos projetos começam a surgir.

comunismo e da modernização cultural. A LIMDE exaltava a figura da “mulher-mãe-esposa-cristã-mineira”, revelando o quanto o discurso católico se entrelaçava com identidades regionais para adquirir força social e legitimidade política atreladas ao regional.

Dessa forma, a realidade do sul de Minas Gerais sob a Diocese da Campanha não pode ser adequadamente entendida sem considerar a forma em que os projetos católicos foram aderidos naquele contexto. Nesse sentido, estruturamos a próxima etapa para refletirmos a respeito da presença da Igreja Católica no sul de Minas Gerais, fazendo breves apontamentos sobre as raízes históricas que destacam sobre esse processo até chegarmos à questão que temos em foco: a Diocese de Campanha na década de 1950.

1.2 Sul de Minas e a Igreja Católica

O estado de Minas Gerais é especialmente vasto para as pesquisas quando tratamos da questão católica durante a segunda metade do século XX. Com o avanço da industrialização, da urbanização e da secularização, o estado era interpretado como essencial para a manutenção da moral cristã pela Igreja. Com seus 7,7 milhões de habitantes em 1950, dos quais 7,4 milhões se declaravam católicos (96,3%, o maior percentual nacional),¹⁵ Minas Gerais representava para a Igreja um o "baluarte da moralidade cristã" em tempos de mudança. À medida que a industrialização e a urbanização avançavam, trazendo consigo a secularização e o crescimento protestante, os clérigos mostravam-se preocupados com a perda da força da religião católica de forma enfática com Minas Gerais, como é possível notarmos no editorial *Professoras protestantes invadem Grupos Escolares*, escrito por Padre Arlindo Vieira e republicado no jornal *Voz Diocesana*:

[...]Preguei o ano passado uma Semana Eucarística em Vargem Alegre, cidadezinha da diocese de Caratinga. Povo excelente, pacífico, laborioso, acolhedor. Entretanto, nessa cidade tão católica, a diretoria e meia dúzia de professoras do Grupo Escolar são protestantes. Em outras cidades da diocese verifica-se a mesma invasão de professoras protestantes nos estabelecimentos de ensino. Como a nomeação de professoras depende da política, com raras exceções, os chefes sacários (sic.), abusando de seu prestígio, menosprezam impunemente os sentimentos católicos do nosso povo. Futuramente, essas nefandas misérias, que deshonram (sic.) o Estado de Minas e violam os direitos sagrados das consciências, serão lembradas como uma triste herança de um passado inglório. Que o povo e o clero da

¹⁵ Cf: Anuário Estatístico de Minas Gerais 1950; e Anuário Estatístico de Minas Gerais 1955, in.: <http://memoria.org.br/pub/mcb000000468/anuario1952mg2/anuario1952mg2.pdf> p.68

diocese se unam a seu santo bispo para pôr termo quanto antes a atentados como esses que merecem o repúdio de todos os homeas sensatos, ainda daqueles que não vivem a sua fé ou não são católicos (grifos meus, Vieira, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 390, 1961, p.1; 4).

O trecho demonstra como a Igreja articulava a defesa da fé com a identidade regional. A "mineiridade", associada a valores como tradição, família e religiosidade, era mobilizada como antídoto contra as "invasões" protestantes e secularizantes. Quando o Padre Vieira fala em "desonra ao Estado de Minas", fica claro que, para esses clérigos, ser mineiro e ser católico eram identidades indissociáveis. A contestação às "professoras protestantes", desta forma, revelava uma disputa pelo controle da formação das novas gerações em uma região vista como reduto dos "verdadeiros valores mineiros".

No contexto do sul de Minas Gerais, a vitalidade do catolicismo manifesta-se de forma particularmente orgânica através de figuras de devoção que representam a síntese entre fé e identidade regional ainda no tempo presente. Padre Victor (1872-1950) e Nhá Chica (1810-1895) emergem como exemplos desse fenômeno (Castellano, 2022; Fonseca, 2020). São figuras que representam como catalisadoras de uma esfera religiosa, no caso o catolicismo, que transcende a esfera estritamente religiosa. Assim como Thiago Rodrigues Tavares (2015) evidenciou, a vivência religiosa local pode apresentar características populares que compõem valores nucleares que influenciam na vida de uma população local.¹⁶

No caso do município de Campanha, o enlace entre a religião católica e a população está enraizado profundamente na história da região. Conforme Patrícia Vargas Lopes de Araújo (2016), durante o período de sua formação, a localidade desempenhou um papel central no processo de ocupação do território mineiro, sendo popularmente conhecida como o "berço do Sul de Minas".¹⁷ Isso se deve ao fato de que, em suas origens, Campanha detinha uma extensão territorial significativa, abrangendo a maior parte dos municípios que hoje compõem a região sul de Minas.¹⁸ Essa posição estratégica fez de Campanha um polo

¹⁶ Sobre religiosidade sul mineira, os festejos anuais em honra a Padre Victor e Nhá Chica mobilizam toda uma economia simbólica regional, desde a produção artesanal de objetos religiosos até a reativação de memórias locais.

¹⁷ Araújo (2016) revela que a ocupação de Campanha teve início nas primeiras décadas do século XVIII, impulsionada pelas expedições de bandeirantes paulistas em busca de ouro no sul de Minas, até então conhecido como "Sertões do Rio Verde", extensão territorial de fronteira e muita disputa entre as autoridades da Capitania de São Paulo e da Câmara da Vila de São João Del Rei. Em 1737, a região ganhou reconhecimento oficial com a fundação de um arraial através de uma expedição militar sob o comando de Cipriano José da Rocha, ouvidor da Vila de São João del Rei.

¹⁸ No final do século XVIII, o arraial da Campanha já era um polo regional com crescimento populacional e econômico. A transição da mineração para a agropecuária impulsionou a reivindicação do povoado por maior autonomia administrativa, culminando na elevação da localidade à condição de vila em 1798. Batizada de "Vila da Campanha da Princesa" em uma estratégia homenagem à rainha,

irradiador da presença institucional da Igreja Católica na região. Weigson Fernando Ribeiro Lopes e Márcio Eurélio Rios de Carvalho (2020) abordam que a Catedral de Santo Antônio da Campanha, erguida ainda no século XVIII, tornou-se o centro espiritual de onde partiam as missões religiosas, que fizeram parte da consolidação do catolicismo como elemento estruturante da identidade cultural sul mineira.

A respeito das ações da Igreja Católica na região no início do século XX, alguns de seus principais investimentos estiveram alinhados ao processo de romanização católica. Como ressalta Serbin (2008), a romanização buscou criar uma cultura católica capaz de transformar o Brasil em nação. Esse movimento visava promover valores, crenças e práticas católicas em toda a sociedade brasileira, com o objetivo final de moldar uma identidade nacional coesa nos princípios católicos. A estratégia envolveu o estabelecimento de escolas católicas, a promoção da educação religiosa e o fomento de organizações sociais católicas. Nesse sentido, o movimento de romanização buscou criar um eixo católico que permeasse todos os níveis da sociedade (Serbin, 2008).

No caso, os principais investimentos Igreja Católica na região sul de Minas nesse processo foram: a instalação do colégio feminino confessional Nossa Senhora de Sion em 1904; a construção da Diocese de Campanha em 1907; a relevância que alguns clérigos locais tiveram tanto regional quanto nacionalmente; o destaque que alguns movimentos leigos receberam e a produção e circulação da imprensa católica.¹⁹

O Colégio Nossa Senhora de Sion, popularmente conhecido como Colégio Sion, funcionou de 1904 a 1965. Seu prédio permanece sob propriedade da diocese, que atualmente funciona como sede da cúria diocesana. O colégio oferecia o curso primário, ginásial e normal. Mas a construção do Colégio Sion não inaugurou o investimento católico na educação. Como enumera Balbino (2018, p.134), “na área da educação a igreja daria sua contribuição desde os primeiros anos da formação do povoado, padres lecionavam latim aos

que no alvará de elevação à vila, ocorrido em 1799, expôs que a região detinha “uma das mais importantes povoações da Capitania de Minas Gerais” (Araújo, 2017, p.5). Balbino (2018) aborda que diversas estruturas urbanas já existiam na cidade, como a “fundição de metais, prisão, biblioteca, tipografia, teatro, hospital, balneário, loja maçônica e instrução pública” (2018, p.134). No início do século XIX, com a baixa da mineração, Campanha não deixou de ser influente, destacou-se como importante centro agropecuário, tornando-se o principal polo de abastecimento de suprimentos da Corte e da capital, o Rio de Janeiro (Andrade, 2014). É também no século XIX que o regionalismo sul mineiro tende a prosperar. Pérola Maria de Goldfeder e Castro (2012) discutiu a história política do sul de Minas, evidenciando um movimento separatista ocorrido de janeiro a março de 1892. O movimento reivindicava um Estado autônomo denominado Minas do Sul.

¹⁹ Diversas questões chamam atenção para cidades pequenas ou intermediárias do sul de Minas no século XX. Algumas excelentes discussões estão registradas no livro *Sul de Minas em transição: a formação do Capitalismo na passagem para o século 20* organizado por Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins (2012).

interessados, e no início do século XIX ofereceram francês, filosofia, retórica, história e geografia.

Mas, como sugere Ana Cristina Pereira Lage (2007) no início no século XX, a construção dessas instituições, no caso, dos colégios confessionais, surgiam como resposta ao avanço da secularização e à consolidação dos sistemas públicos de ensino, que ameaçavam sua influência na formação moral e intelectual da sociedade (Mainwaring, 2004). Além disso, o colégio Sion simboliza a chegada um espaço físico onde as famílias proprietárias sul mineiras poderiam enviar suas filhas para uma instrução moral, religiosa e cívica “adequada”, preocupação em comum com o perfil da igreja no período, Balbino salienta:

Uma das grandes preocupações da igreja ultramontana era a educação da juventude, principalmente a instrução e formação das moças, futuras mães e colaboradoras naturais da igreja na missão evangelizadora e reprodutora dos preceitos católicos. Esta era uma necessidade das famílias proprietárias de todo o Sul de Minas, inserir suas filhas no processo civilizatório idealizado pela burguesia rural em fase de transição do mundo rural para o mundo urbano (2018, p.138).

O colégio além de ter como objetivo a preservação doutrinal, também atuava junto às elites dirigentes comprometidas com a visão eclesial da sociedade. Assim, ao disputar o campo educacional, a Igreja assegurava a transmissão da moral cristã às novas e “modernas” gerações, ao mesmo tempo em que reafirmava marcadores sociais da diferença:

Matricular as filhas no Colégio de Sion era experimentar o que tinha de mais moderno no município, proporcionando distinção de classe entre as moças da cidade. As irmãs atendiam algumas meninas de famílias carentes, porém, estas não usufruíam desta distinção, tão pouco proporcionava mobilidade social. Esta iniciativa das Irmãs de Sion era uma prática adotada desde a primeira comunidade criada pelo Padre fundador, acolher algumas “meninas pobres”, entendido como uma ação de subserviência e não como oportunidade de ascensão de classe social. Estas meninas eram denominadas de “martinhas”, responsáveis pelos serviços na cozinha, refeitório, lavanderia, e outros serviços gerais (Balbino, 2018, p. 145)

Lage (2007) em sua dissertação de mestrado, que recebeu o título de *A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social sul mineira no início do século XX*, constatou que de 1905 a 1945 quase 7 mil jovens foram matriculadas no Colégio Sion, destas, pelo menos 481 enquanto “Martinhas” (p.138-37; 195).²⁰ As chamadas “Martinhas” além de meninas pobres, geralmente pertenciam a zona

²⁰ A pesquisa de Ana Cristina Pereira Lage é uma fonte rica para o entendimento de diversas outras questões do colégio Sion e das “Martinhas”. Lage (2007) chegou a entrevistar algumas mulheres que

rural. Dentro do colégio ocupavam espaços distintos das “Meninas de Sion” e não podiam interagir com elas. A rotina marcada pelo trabalho de limpeza e organização a qual eram relegadas, limitava o tempo de estudos a cerca de três horas diárias para as Martinhas, enquanto para “as moças da cidade” a educação era em tempo integral dentro do colégio. (Lage, 2007).²¹

Outro marco importante da presença católica foi a elevação de Campanha à condição de sede diocesana, com a criação da Diocese de Campanha em 1907. Rômulo Nascimento Marcolino (2016) aborda que essa medida ampliou a presença institucional da Igreja e também ajudou a consolidar Campanha como um centro religioso regional. Sua instalação e o papel exercido pelo bispado contribuíram para intensificar a influência da Igreja nos municípios vizinhos, que estavam sob sua jurisdição. O autor também aponta que, para a população local, a chegada da diocese reafirmava a percepção de modernidade, porque sua presença era interpretada como a chegada de muitos benefícios à cidade.

Houve disputa pela sede do bispado entre Campanha e Pouso Alegre, motivada por interesses políticos, religiosos e econômicos.²² Campanha, uma cidade histórica e com tradição na região, via no bispado uma forma de reafirmar sua importância, enquanto Pouso Alegre, que acabou sendo a primeira cidade a receber o bispado em 1900, buscava consolidar-se como um centro administrativo e religioso emergente. A insatisfação dos campanhenses cresceu quando o bispado foi instalado em Pouso Alegre, levando a uma intensa mobilização para transferi-lo para Campanha. Conforme Hiansen Vieira Franco (2020), a disputa se intensificou sendo amplamente debatida na imprensa regional e chegando

passaram pelo colégio Sion enquanto martinhas, buscando entender a memória que elas guardavam do período e das relações que viveram. Mas a passagem das “martinhas” pelo colégio ainda é uma possibilidade de pesquisa em aberto, sobretudo no sentido de alinhar o caso com as novas discussões que interseccionam raça, classe, gênero e religiosidade no Brasil. Neste momento, o que nos cabe assinalar com rigor é o quanto a existência do colégio é um demonstrativo potente da força e influência católica na região.

²¹ A segregação entre as alunas era uma prática institucionalizada. A denominação “Martinhas” remetia a Santa Marta, figura bíblica associada ao serviço e à hospitalidade, justificando a sua função dentro da instituição. Esse modelo, adotado também em outras escolas da mesma congregação no Brasil, fazia parte da estrutura do colégio, que explorava o trabalho das jovens pobres, e contava com funcionários e freiras, para garantir a manutenção da ordem e da disciplina (Lage, 2007).

²² Politicamente, a sede episcopal representava prestígio e influência regional, pois significava uma conexão direta com a hierarquia da Igreja e com o Vaticano. Economicamente, a presença da sede episcopal significava que a cidade que sediasse o bispado receberia investimentos para a construção de edifícios religiosos, como a catedral, o palácio episcopal e instituições de ensino. A circulação de clérigos e fiéis, bem como a movimentação financeira ligada à Igreja, fortalecia a economia local e favorecia o desenvolvimento urbano. Religiosamente, a criação de um bispado no Sul de Minas envolvia a reorganização das dioceses de Mariana e São Paulo, gerando dúvidas sobre os limites jurisdicionais (Balbino, 2018).

até o representante do Vaticano, que ordenou desmembrar 40 paróquias de Pouso Alegre para a criação de uma diocese em Campanha.²³

É importante refletirmos que as dioceses desempenham um papel central na estrutura da Igreja Católica, pois constituem unidades administrativas e pastorais que organizam e distribuem o poder eclesiástico de forma descentralizada, mas subordinada à autoridade do papa. Cada diocese é liderada por um bispo, cuja função inclui a pregação, a santificação e a governança dos fiéis em sua jurisdição (Alves, 1979). Essa estrutura reflete a estratégia histórica da Igreja de consolidar seu poder espiritual e político de forma territorializada, adaptando-se a contextos locais, mas mantendo a unidade doutrinária, assunto amplamente debatido no âmbito da geografia por Zeny Rosendahl (2018; 2006). Como argumenta Mainwaring (2004), a presença diocesana permitiu à Igreja consolidar sua influência em contextos regionais específicos, pois através delas, a Igreja assegura uma capilaridade institucional que lhe permite alcançar comunidades, instituir as práticas religiosas e influenciar debates públicos

A instalação da Diocese de Campanha, conforme Balbino (2018, p.136), foi resultado de articulações da igreja local “que desde 1739 já possuía uma paróquia, percebe os avanços pelos quais o município passava e seguindo as orientações ultramontanas buscou ampliar sua influência na região, aproximando das elites ligadas ao comércio e à agricultura”. Dessa forma, há a mobilização de leigos católicos influentes da cidade, como Bernardo Saturnino da Veiga, proprietário do jornal *O Motor Sul Mineiro*, para a formação de uma comissão que apoiasse a criação da sede do bispado. Além disso, outros jornais locais trataram do tema, evidenciando a influência política da cidade na região e o papel da imprensa em reforçar os laços entre a hierarquia católica e os interesses locais.

Dom João de Almeida Ferrão foi primeiro vigário geral do bispado sul mineiro, nomeado bispo em 1909 e sagrado em 12 de setembro do mesmo ano pelo cardeal Dom Joaquim Arcoverde (Franco, 2020). Balbino (2018), enumera que seu episcopado seguiu o modelo ultramontano, fortalecendo o catolicismo no sul de Minas diante da expansão da maçonaria e do protestantismo. Para fortalecer a presença católica na região, fundou o Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores em 1910, além de colégios e associações

²³ As 40 paróquias estavam localizadas em: Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Barranco Alto, Boa Esperança, Cambuquira, Campanha, Campos Gerais, Careçu, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Carrancas, Conceição do Rio Verde, Coqueiral, Córrego do Ouro, Cristina, Cruzília, Elói Mendes, Guapé, Heliadora, Itamonte, Lambari, Lavras, Luminárias, Natércia, Nepomuceno, Pedralva, Pouso Alto, Rosário do Rio Grande, Santana da Vargem, Santana do Capivari, São Gonçalo do Sapucaí, São Tomé das Letras, São Vicente de Minas, Serranos, Três Corações, Três Pontas, Varginha e Virgínia (Franco, 2020).

religiosas. Buscando ampliar a comunicação eclesiástica, criou o jornal católico *O Cruzeiro do Sul* em 1912. Reverenciado pelos fiéis, era visto como um protetor da comunidade, uma figura paternal. Sobre sua atuação e legado, Balbino salienta:

O discurso da igreja, proferido nas pregações, nos escritos e nas cerimônias religiosas reforçavam o modelo de igreja fiel às prerrogativas do Vaticano, que exaltava a autoridade religiosa, a doutrina católica e a estrutura da família patriarcal e conservadora. Ainda hoje a igreja local mantém características do cristianismo tridentino, e a sociedade campanense extremamente influenciada pela diocese local. Nos espaços públicos é possível perceber as marcas deixadas, frutos das boas relações entre igreja e poder local (2018, p. 141).

Esse reconhecimento de Dom Ferrão se materializou, por exemplo, em homenagem concedida ainda em vida, quando a praça central da cidade foi batizada com seu nome. O bispo que o sucedeu em 1935 foi Dom Inocêncio Engelke, fundador do jornal *Voz Diocesana*.²⁴ Como diretor do jornal, entre 1950 a 1960, utilizou o impresso com centralidade na propagação de discursos contra o protestantismo, maçonaria e comunismo; discursos normatizadores de comportamento baseado no gênero, chegando a criar, por um curto período de tempo, um caderno fixo no jornal chamado *Para a mulher e o lar*, usado para expressar como “as donzelas” deveriam se portar para serem católicas honrosas e “moças de família”.

Além disso, Dom Inocêncio se dedicou muito à divulgação da Ação Católica na região, republicando grande parte dos direcionamentos e recomendações do movimento no jornal, como as cotações morais dos filmes. A ascensão dos projetos de arregimentação leigos e leigas na década de 1950 no sul de Minas, em grande medida, contaram com o incentivo e empenho de Dom Inocêncio, como a atuação da Juventude Feminina Católica ou das Senhoras da Ação Católica, assuntos que serão retomados em capítulo posterior.

Em trabalho anterior, investigamos a atuação de Dom Inocêncio, no qual foi possível constatar sua orientação conservadora; sua relação muito bem consolidada com poder político local; seu comprometimento com a evangelização e especial atenção aos movimentos leigos católicos (Oliveira, 2023). Seu comprometimento foi visto com bons olhos pela hierarquia eclesiástica e o Vaticano. Prova disso, é que em dezembro de 1949, mês da sua 25ª sagração episcopal, o bispo recebeu uma carta do papa Pio XII redigida à mão. A carta foi exposta no jornal *Voz Diocesana: O jubileu de Dom Inocêncio: As Congratulações e Bênçãos do Sumo*

²⁴ Dom Inocêncio Engelke nasceu em 11 de março de 1881, na cidade de Joinville (SC). Fazia parte da Ordem dos Frades Menores. Foi sagrado Bispo por Dom João Francisco Braga em 22 de janeiro de 1935, tomando posse da Diocese no dia seguinte e levando seu bispado até o seu último dia de vida.

Pontífice (Voz Diocesana, 1949, p.1). O jornal publicou uma edição especial, com seis páginas, para falar das honrarias do bispo exaltadas por Pio XII, como as vocações sacerdotais, a Ação Católica diligentemente exercida e o zelo pela propagação da fé entre os povos “infieis”.

A liderança de Engelke, aliada ao respeito que angariou junto ao Vaticano, lhe conferiu um papel importante na mediação de questões políticas locais, sempre alinhado aos interesses da Igreja. Uma das provas disso é que além da carta recebida por Pio XII, a Câmara Municipal de Campanha decretou e sancionou uma lei que instituiu o dia 12 de dezembro de 1949 feriado na cidade, para honrar as bodas de prata do bispo (*Voz Diocesana, 1949*).

Além disso, o referido bispo é lembrado pela historiografia por sua relação com a reforma agrária no país. Como aponta Nilmar de Sousa de Carvalho (2019), a segunda metade do século XX assistiu diversas transformações no meio rural e esse assunto foi abordado por muitas esferas da sociedade, inclusive da Igreja Católica, que com intuito de se antecipar à revolução convoca proprietários de terras para as Semanas Ruralistas e funda a Missão Rural, que seria o conjunto de atuações da Igreja Católica na resolução dos problemas que êxodo estaria causando, sobretudo às famílias proprietárias. A primeira Semana Ruralista foi idealizada por Dom Inocêncio Engelke, que em setembro de 1950 articulou a Semana Ruralista de Caxambu, evento no qual o bispo faz a leitura de sua carta pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós, se fará a reforma rural* (Engelke, 1950).

A carta pastoral de Engelke expressava sua visão sobre a necessidade de uma reforma agrária que fosse conduzida com base nos princípios católicos, destacando a importância de um modelo de desenvolvimento rural que unisse os interesses da Igreja e das autoridades políticas. O documento evidenciava a preocupação de Engelke em garantir que qualquer reforma no campo fosse feita de maneira que não prejudicasse os valores sociais e morais defendidos pela Igreja, ao mesmo tempo em que preservasse a “ordem social” através do incentivo da conciliação entre o trabalhador rural e os fazendeiros proprietários. Um posicionamento reacionário fica evidente ao buscar “realizar a revolução, antes que o povo a faça” e por se preocupar com os problemas que o êxodo rural estaria proporcionando principalmente aos fazendeiros. Além disso, na Carta de Engelke há alertas aos fiéis quanto aos “perigos do comunismo” na região.

A Semana Ruralista de Caxambu foi um evento de grande relevância para a Igreja Católica no sul de Minas Gerais e com propagação nacional. O evento consolidou ainda mais a influência de Dom Inocêncio Engelke tanto no meio eclesiástico quanto no político. Durante todo seu bispado a questão agrária continuou recebendo destaque, no jornal *Voz Diocesana*

encontramos diversos noticiários e editoriais que relatam as ações e projetos realizados com os fazendeiros, filhos de fazendeiros e comunidade rural.²⁵ Na historiografia, Scott Mainwaring abordou que “o discurso de Engelke em 1950 exortou os proprietários de terras a “antecipar a revolução” (2004, p.54; 58-59). George Wink (2023, p.) também apontou que Dom Inocêncio entendeu a reforma como um antídoto ao comunismo, uma vez que o “homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduições daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas” (citado por Wink, 2023, p.105). Já Márcio Moreira Alves (1979, p.174-175), entendeu que a carta dentro de seu contexto, retrataria um avanço da Igreja Católica no Brasil nas questões sociais “simplesmente porque representava um primeiro passo no sentido das preocupações sociais e fazia sair a literatura episcopal do angelismo em que se colocava tradicionalmente”.

Dom Inocêncio Engelke atuou como bispo por 35 anos, até o fim de sua vida, em 1960.²⁶ Dom Othon Motta assumiu o bispado, dando continuidade a alguns projetos do bispo anterior, como a divulgação das cotações morais dos filmes no jornal *Voz Diocesana* e o uso do jornal para a propagação de projetos de evangelização católica, com fortes contornos de intolerância religiosa. A Ação Católica estava sendo esvaziada e deixando de existir como força central na Igreja. Porém, Dom Othon cede espaço no jornal para a divulgação do Movimento Familiar Cristão (MFC), que como mencionamos anteriormente, foi um movimento moderado que buscava justiça social dentro da Igreja Católica (*Voz Diocesana*, 1961). Essa proposta representava um eixo diferente, bem menos normatizador e mais voltado para a ação pastoral e social, contrastando com o caráter mais doutrinário e disciplinar da Ação Católica dos anos 50. Uma mudança que reflete uma abertura para abordagens inclusivas e voltadas às necessidades concretas das famílias e da comunidade (Mainwaring, 2004).

Contudo Dom Othon Motta também é caracterizado como um clérigo com inclinações anticomunistas. Uma preocupação central encontrada em suas publicações no jornal diocesano é quanto à mobilização do voto dos e das fiéis da região contra candidatos comunistas ou considerados comunistas pela Igreja Católica e setores das direitas em 1962, como demonstrou Josiane de Paula Nunes e Mayara Eduarda Vieira Leite (2023). As autoras, ao analisarem alguns discursos de Dom Othon presentes no jornal *Voz Diocesana* no

²⁵ Assunto que será aprofundado em capítulo posterior.

²⁶ A morte de Dom Inocêncio causou grande comoção. Seu funeral contou com o comparecimento de autoridades civis e militares do estado. Os fiéis da região enviaram cartas e telegramas de homenagem que foram publicados no jornal *Voz Diocesana* (ano XIV, nº 372, 30/06/1960, p.1-6).

momento do golpe de 1964 argumentam que o bispo esteve alinhado com os ideais de ordem e disciplina defendidos pelo golpe e regime militar.²⁷

A centralidade das ações de Dom Inocêncio Engelke e Dom Othon Motta nos dão fortes indícios sobre um comportamento moderado de ambos, indicando fazerem parte “facção dominante na Igreja durante o início e meados da década de 1950, e até o final da década de 1960”, como analisado por Mainwaring (2004), os clérigos chamados modernizadores conservadores. Ambos acreditavam na necessidade de reformas para a adequação da Igreja ao mundo moderno, ao mesmo tempo que essa adequação surgiria sempre em comum acordo com os princípios da moralidade católica.

Através da análise de como determinados acontecimentos se desdobraram, é possível perceber como a Igreja Católica se relacionou com a modernidade ao longo dos anos na região. Conforme Balbino (2018) destaca, Dom Ferrão centrava suas ações em um combate aberto à secularização, fundando instituições que serviam como trincheiras contra a modernidade, características que remetem claramente aos contornos do ultramontanismo. Sua postura refletia uma intransigência a às transformações trazidas pelo mundo moderno, buscando preservar a tradição e a autoridade da Igreja em um contexto de mudanças aceleradas.

No entanto, a chegada de novas instituições urbanas à região trouxe consigo uma percepção diferente da modernidade, agora associada à Campanha. A própria presença da Igreja passou a ser vista como um elemento modernizador: sua inserção na educação, por exemplo, gerava confiança na população de que a educação católica traria progresso e desenvolvimento à região (Balbino, 2018, p.130-143).

A criação da diocese também era entendida como um avanço, capaz de trazer benefícios sociais e culturais. Além disso, os clérigos passaram a ser vistos como articuladores de ações que ultrapassavam o âmbito estritamente religioso, como a proposição da reforma agrária de Dom Inocêncio Engelke e a mobilização política do voto consolidada por Dom Othon. Essas características evidenciam uma Igreja que, ao mesmo tempo em que mantinha suas raízes doutrinárias, estabelecia um diálogo crítico com a modernidade, alinhando-se, assim, ao projeto da neocristandade (Mainwaring, 2004).

²⁷ Os editoriais anticomunistas no jornal inclusive acompanham a guinada anticomunista nacional (Motta, 2002): passam de 15 editoriais com teor anticomunista em 1961 para quase 70 em 1963, se tornando um dos assuntos mais presentes no jornal. Apesar disso, após o golpe, Dom Othon Motta expressava cautela em relação aos riscos de vinganças pessoais e de um rigor excessivo por parte dos militares. Ele defendia que a luta contra o comunismo não deveria se transformar em perseguição indiscriminada ou em defesa de interesses de grupos capitalistas (Nunes e Leite, 2023, p.20-27).

Outro aspecto que merece atenção é o esforço da Igreja para estreitar relações com a elite local, revelando suas estratégias de manutenção de poder e influência. No início do século XX, figuras influentes como Bernardo Saturnino da Veiga foram fundamentais para a consolidação da presença católica na região. Posteriormente, a Igreja demonstrou interesse em articular projetos com fazendeiros e suas famílias, como evidenciado pela realização da Semana Ruralista de Caxambu. Essas alianças não eram meramente simbólicas; elas garantiam à Igreja apoio político, econômico e social, reforçando sua posição como instituição central na vida das comunidades. Em um contexto marcado por urbanização, industrialização e o avanço de ideologias secularizantes, a aproximação com a elite local permitia à Igreja preservar seu papel de liderança moral e espiritual, ao mesmo tempo em que se adaptava às novas dinâmicas sociais.

O conjunto dessas ações reflete uma adaptação estratégica, na qual a Igreja buscava conciliar sua missão espiritual com as demandas de uma sociedade em transformação. Mas há ainda, uma instituição que a Igreja Católica investiu que merece especial atenção: a imprensa. A primeira, e mais óbvia razão para isso, é por ser o meio de comunicação mais utilizado no período. Uma segunda razão seria pois, como abordado anteriormente, a Igreja modernizou suas estruturas institucionais sem modificar de fato seu conteúdo (Mainwaring, 2004).

A imprensa se torna, desta forma, um ator nas transformações da modernidade, mas também um espaço de disseminação de projetos normatizadores e conservadores. O próprio percurso de fundação da imprensa católica nos oferece fragmentos dos interesses pautados pela disseminação de “bons” e condenação de “maus” costumes católicos. Desta forma, a seguir faremos uma imersão no contexto histórico das motivações que levaram a Igreja Católica a investir em veículos de comunicação próprios. Ressaltamos que, por nossa principal fonte de pesquisa se tratar de um jornal católico, a análise a seguir cumpre a função de não perdermos de vistas que a atuação da Igreja nesse setor da imprensa nunca foi neutra ou meramente informativa, mas esteve profundamente vinculada a um projeto estratégico de influência e controle moral.

1.3 Imprensa Católica no Brasil: um empreendimento da moral

Conforme Aline Roes Dalmolin (2013) a Igreja começou a se posicionar a favor da criação de uma imprensa própria no Brasil tardiamente, no fim do século XIX, período que na Europa tal imprensa já se encontrava consolidada em algumas regiões. Roberta Angélica Quirino Pinto (2025) nos atenta que uma das principais motivações para a inserção da Igreja

nesse cenário seria uma resposta ao crescimento e propagação dos considerados “erros da modernidade”, tudo aquilo que entrava em confronto com as ideias e princípios católicos e apareciam como os culpados pela diminuição de seu poder, como o liberalismo, o socialismo, o anarquismo, o protestantismo, a maçonaria, o racionalismo, entre outros.

Como uma de suas formas de reação contra tais “erros” e também à secularização, a Igreja travou uma intensa batalha contra a imprensa laica, geralmente envolvida com a disseminação das concepções de seus considerados inimigos (Souza, 2023). Acusada de caluniosa, amaldiçoada e corrupta às virtudes, a chamada “má imprensa” ou “imprensa ímpia” deveria ser amplamente combatida pelos fiéis, de acordo com as recomendações do sumo pontífice Leão XIII, responsável pelo estabelecimento das bases teóricas e práticas para a criação de uma imprensa católica (Klauck, 2009).

Em contrapartida à má imprensa, a imprensa católica surgia como uma possibilidade de obter informações verdadeiras, a “boa imprensa” seria a única capaz de informar sem persuadir a fé e a moral de seus seguidores (Klauck, 2009; Marin, 2018). Segundo Leão XIII, seria “penoso [...] ver os bons deixarem essas armas que, manejadas pelos ímpios com sedução astuciosa, preparam a deplorável ruína da fé e dos costumes” (Encíclica *Paternae Provide Quae*, 1899).

O principal argumento fundado por Leão XIII, como aponta Paola Lili Lucena (2011, p. 63), seria o de que a imprensa laica não teria propriedade para selecionar as informações adequadamente em um contexto de tamanha agitação. “Concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável; nada será poupado”, proferiu o papa em 1888 na Carta Encíclica *Libertas Praestantissimum*, sobre a liberdade humana. O apelo seria o de que a liberdade concedida a qualquer instituição com ordens e preceitos distintos dos católicos poderia levar à subversão da ordem social. Ao contrário da imprensa católica, que conteria em si as ferramentas ideais para selecionar as leituras apropriadas naturalmente, por ordem divina, uma vez que a Igreja seria a representante dos desígnios divinos na Terra.

Para Leão XIII, a imprensa católica não apenas protegeria os fiéis de influências perniciosas, mas também guiaria a sociedade em direção a uma moralidade e espiritualidade superiores, alinhadas com os ensinamentos de Cristo e os valores eternos do cristianismo. Sob a orientação da Igreja, ela seria a fonte de verdade e justiça, essencial para a preservação da fé e dos princípios cristãos em um mundo cada vez mais secular e turbulento (Klauck, 2009; Pinto, 2025). Mas os direcionamentos não se limitaram à esfera da necessidade de fundação

dos jornais, Leão XIII também não economizou nas recomendações de como os impressos deveriam atuar após sua criação.

De acordo com Samuel Klauck (2009), os direcionamentos eram bem incisivos ao tratar da urgência da imprensa católica em cultivar publicações que influenciassem os leigos e leigas a respeitarem o episcopado, que por sua vez, não deveriam fugir das prescrições da Santa Sé. Um incansável aparato de motivações para o resgate e permanência da hierarquia eclesiástica, objetivos que cumpriam as normas de seu contexto, uma vez que o século XIX é demarcado pelos esforços que a Igreja Católica empenhou para o retorno da autoridade papal, consequência da preocupação da Instituição em perceber que suas bases de poder estavam cada vez menos centralizadas em Roma.

Quanto à estruturação da imprensa católica, as diretrizes eram que quanto maior a difusão dos jornais, maior seria a vitória do “bem contra o mal”. Por conta desse desejo de inflar rapidamente a imprensa, os leigos e leigas foram, cada vez mais, integrados na cooperação da mesma. Os jornais poderiam inclusive estar sob direção do laicato, desde que sob a supervisão do clero (Klauck, 2009, p.56).

O projeto de Leão XIII funcionou e se espalhou. Dada a sua criação, nos interessa perceber também como esse projeto se articulou nacionalmente com o passar dos anos. No Brasil, a periodização de imprensa católica mais repercutida na literatura foi proposta por Oscar de Figueiredo Lustosa (1983). Para ele, tal imprensa é composta por quatro fases. A primeira, com início em meados de 1830 até a década de 1860, denominada pelo autor como fase de iniciação; a segunda, entre 1870 e 1900, chamada fase da consolidação; a terceira, que se inicia em 1900 e se estende até 1945, sendo a fase de organização e articulação; e a quarta e última analisada por Lustosa, a partir de 1945, fase de especialização (1983, p.12).²⁸

Lustosa lista que os jornais que circularam na fase de iniciação (1830 a 1860) se restringiram a informes da própria doutrina. Sendo um período marcado pelo padroado, a

²⁸ É preciso mencionar que a periodização proposta por Lustosa teve alguns de seus aspectos questionados por outros autores e autoras, como Dalmolin (2013) e Marin (2018). O centro das críticas está fundamentado na maneira em que o autor conduziu sua pesquisa para afirmar sua hipótese: “A periodização proposta pelo autor sustenta-se no objeto específico que ele toma como foco, as cartas pastorais sobre imprensa lançadas até 1944” (Dalmolin, 2013, p.[200]). Esse tipo de abordagem não se sustentaria ao passo que as cartas pastorais “não representavam o ‘pensamento da hierarquia’, e esta não agia de forma homogênea, como um ‘coro unânime’” (Marin, 2018, p. 202). Existiram inúmeras divergências entre os projetos de cada bispo, na nunciatura e da Santa Sé (Marin, 2018). Porém, ainda hoje, ela parece ser a obra mais robusta com relação à riqueza de detalhes da própria história no qual a imprensa católica foi inserida no Brasil. Portanto, a partir da revisão da literatura, optamos por utilizar a obra de Lustosa de forma cuidadosa, nos atentando aquilo que pode ser extraído de sua leitura. Além disso, entendemos que todo trabalho deve ser interpretado dentro das limitações de pesquisa existentes em seu contexto, assim como apontou Marin (2018).

Igreja não encontrou um solo fértil para adentrar em assuntos que extrapolassem tanto os temas da esfera religiosa. O poder do Estado sob as propriedades da Instituição, de intervir em decisões eclesiásticas, e, sobretudo de nomear bispos, se tornou um empecilho para a Igreja atuar dentro de sua própria esfera de ordenamentos. Além disso, ainda com poucos recursos voltados para a imprensa, os jornais católicos da primeira fase foram de baixa circulação e tiragem (1983, p.13-14). Data de 1836 o impresso que se pressupõe o pioneiro na imprensa católica do Brasil, chamado “A Revista Católica”, em Salvador, Bahia. Em Minas Gerais, o primeiro jornal que temos registro de circulação é o denominado “A Seleta Católica”, de 1847 (1983, p.12-13).

Um cenário bem diferente é encontrado na fase de consolidação (1870 - 1900). A separação entre Igreja e o Estado e as diversas outras transformações que a Proclamação da República ocasionou, estimularam mudanças na imprensa católica também. Para Lustosa, embora o contexto seja caracterizado por inúmeros confrontos, a imprensa católica consegue se ampliar e fazer frente aos seus “jornais inimigos” (1983, p.15).

É também em meados de 1870 que temos a ampliação dos discursos da já mencionada dualidade entre a boa e a má imprensa no Brasil. Com maior liberdade para usar suas propriedades e impulsionar seus direcionamentos, os discursos carregados de instruções morais e normas de conduta para homens, mulheres, jovens e crianças ganham cada vez mais contornos nas páginas da boa imprensa.²⁹ Que neste momento já conta com uma certa sofisticação dos métodos de impressão e com um maior número de leitores (Lustosa, 1983, p. 17). Conforme Dalmolin (2013, p.[199]), alguns dos principais periódicos em destaque neste momento são: “O Apóstolo (Rio de Janeiro, 1866), A Crônica Religiosa (Salvador, 1869), A Estrela (Curitiba, 1898), O Mensageiro da Fé (Salvador, 1899)”.

Os jornais católicos neste período já eram recheados de colunas sobre o comportamento das mulheres. “O Apóstolo”, por exemplo, apresentava um projeto de educação baseado em uma instrução que deveria priorizar os princípios cristãos, preparando as mães para guiar seus filhos no caminho da fé e da moralidade. Era recorrente no jornal a publicação de “editoriais relativos ao papel da família, em especial das mães, na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade” como Eveline Viterbo Gomes (2018, p. 95-96) apresentou em sua dissertação de mestrado.

²⁹ Nos referimos “às suas propriedades” no sentido de suas próprias instituições, como a imprensa católica e os seminários. Não podemos perder de vista que o momento ainda era conflituoso para a Igreja Católica, embora sua presença estivesse intensificando em alguns setores como a imprensa, em outros, a laicidade avançava, como o fim do ensino religioso nas escolas públicas em 1891 (Mainwaring, 2004, p. 42-44).

É importante mencionar, entretanto, que o século XIX também foi palco do surgimento de periódicos fundados e dirigidos por mulheres no Brasil, como superiormente analisado por Constância Lima Duarte (2016) em seu livro “Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX: dicionário ilustrado”. Periódicos estes, que em muitos aspectos, mesmo que indiretamente, questionaram a fragilidade em que estes papéis se constituíam, e serviram para germinar a consciência das mulheres quanto aos seus direitos.

Um exemplo dessa imprensa feminina é jornal O Sexo Femino, fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, conhecida como Dona Senhorinha, em 1873, no sul de Minas Gerais, município de Campanha, o mesmo município em que o jornal *Voz Diocesana* foi fundado, anos mais tarde. O Sexo Feminino é considerado um dos primeiros jornais feministas no Brasil, foi uma plataforma importante para expressar ideias que, embora hoje possam parecer sutis, questionavam as normas de gênero vigentes (Nascimento e Oliveira, 2007).³⁰

A imprensa católica brasileira conseguiu se estruturar melhor a partir do início do século XX. O projeto de construção da boa imprensa, constituído por Leão XIII, teve continuidade por seu sucessor Pio X, que assumiu o pontificado em 1903 e garantiu que as recomendações ao episcopado brasileiro reforçassem a necessidade de difusão da imprensa, discurso que parece ter cativado grande parte do episcopado. Prova disso é a criação da Liga da Boa Imprensa em 1909 (Dalmolin, 2013). O combate contra a imprensa má também ganhou força em território nacional. Os jornais que não fossem católicos deveriam ser evitados pois seriam destruidores das famílias, da sociedade e da religião, conforme aparece na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 06 de janeiro de 1900.

Foi no início do século XX que cresceram também os esforços de parte do clero brasileiro em iniciativas que influenciassem a cooperação do laicato católico em todas as aspirações da Igreja. Nesse sentido, foram inaugurados os movimentos leigos no Brasil, que já haviam sido iniciados em outros países, como na Itália. Esses movimentos possibilitaram outras esferas da experiência da religião católica no território nacional. Como assinala Aline Coutrot (2003, p.344), “mesmo que pastores e capelães exerçam neles [nos movimentos

³⁰ O município de Campanha é o mais antigo do sul de Minas Gerais, tendo sido elevado à categoria de vila em 1798 e cidade em 1840. Sua posição estratégica no sul de Minas e relevância como centro político e econômico no século XIX contribuíram para o desenvolvimento de uma vida pública ativa de alguns habitantes, o que incluía a fundação de jornais para debater temas de interesse local e regional. Isso contribuiu para que o município de Campanha tenha tido uma produção jornalística considerável durante os séculos XIX e XX. Essa discussão será feita no próximo capítulo.

leigos] uma função importante, [eles, os movimentos leigos] são representativos das aspirações espirituais e humanas de seus membros”.

A imprensa, sendo uma nova força para realização da evangelização e de ações missionárias da Igreja no Brasil, tornou-se um forte instrumento de promoção desses movimentos. Sendo essa arregimentação marcada pela seleção dos leigos e leigas que se mostraram eficientes na propagação da moral e dos bons costumes católicos (Klauck, 2009, p. 68). Em contrapartida, a questão dos/as fiéis que não correspondiam à expectativa de comportamento almejada pelo clero era um assunto frequente nos encontros e eventos clericais, essencialmente em virtude da leitura de “escritos impuros” (laicos).

Um bom exemplo é o mencionado por Ana Cláudia Ribas (2009, p.23), sobre os franciscanos da cidade de Petrópolis, que promoviam que a imprensa católica deveria passar por um corpo de censores da Igreja Católica nacional antes de ser destinada ao público. Para eles, a imprensa também deveria conter recomendações de material literário “apropriado”, sob justificativa de que isso seria necessário para fornecer uma literatura ideal aos fiéis.³¹ Sobretudo para as “senhoras e senhoritas”, que eram definidas como propensas a realizar leituras não recomendadas, tanto pela vulnerabilidade, tanto pela “susceptibilidade da mulher ao pecado”. Outros periódicos católicos que surgem no contexto, como sugere Dalmolin (2013, p. [199]), são “A União (1905, Rio de Janeiro), O Diário (Belo Horizonte), O Nordeste (1922, Fortaleza) e o Jornal O Dia (Porto Alegre)”.

A preocupação com a ordem social crescia a largos passos nesse momento. Os costumes modernos perturbavam a tradição religiosa e os discursos angariavam os fiéis de diversas formas. Dom Sebastião Leme Cintra explicitou em 1916 em uma Carta Pastoral algumas das razões imorais que desequilibravam a sociedade, à vista do catolicismo:

Hábitos novos, irrazoáveis e até ridículos, vai introduzindo no povo o esnobismo cosmopolita. Carnavais transferidos para tempos de orações e penitência, danças exóticas e tudo o mais que o morfinismo inventou para distração de raças envelhecidas na saturação do prazer. Que maioria-católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, **imprensa**, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica [...] (Dom Sebastião Leme Cintra, Carta Pastoral a Olinda, 1916, grifo nosso).

³¹ Essas discussões foram, em grande parte, promovidas pelo padre Pedro Sinzig, um dos principais articuladores no projeto da Boa Imprensa católica no Brasil. Foi no bojo dessas organizações da imprensa em Petrópolis, inclusive, que a Editora Vozes foi fundada (Ribas, 2009, 23-24).

Para Dom Leme, que no momento atuava como arcebispo de Olinda, o Brasil seria uma nação de maioria católica, mas de fiéis que não correspondiam com seu compromisso religioso por falta de instrução religiosa. A imprensa laica, assim como todas as instituições laicas, seriam os meios pelos quais os “hábitos novos e ridículos” eram introduzidos no povo. “Não são católicos! É que são católicos de nome, católicos por tradição e por hábito, católicos só de sentimento” (1916), dizia Dom Leme em outro trecho da Carta que foi direcionada a sua circunscrição pastoral, mas que conforme Lustosa (1983), circulou de forma considerável pelo país. Ao tratar das “funções da vida nacional” (entre os quais destacamos a imprensa), o arcebispo enumerava que os católicos deveriam seguir à risca os princípios católicos, o contrário disso, seria “ofender a consciência e faltar à coerência” (Carta Pastoral a Olinda, 1916). Para ser católico ou católica, só havia uma saída: ser integral. E conforme já abordamos, anteriormente, esse projeto de integralidade se estendeu por décadas, como expresse pela setorização da Ação Católica.

No século XX, o combate aos inimigos da Igreja, como a imprensa laica, projeto de Leão XIII, permaneceu fervorosamente defendido por Pio X. Seus sucessores também deram continuidade aos projetos, sempre mensurando as atualizações necessárias que a conjuntura apresentava, sem lançar mão de seus fundamentos teológicos (Klauck, 2009). A partir da década de 40, no pontificado de Pio XII (1939-1958), a preocupação da Igreja Católica com outros meios de comunicação aumenta.

Os novos meios de comunicação atingiram a forma como as pessoas interagiam e percebiam o mundo ao seu redor. A rádio e, posteriormente, a televisão e o cinema, tornaram-se centrais no cotidiano de muitos, disseminando a informação com uma velocidade sem precedentes. Este contexto, aliado a um ambiente de maiores possibilidades de livre expressão no Brasil pós guerra, exigiu o engajamento da Igreja de maneira mais ativa com a sociedade midiaticizada. Dessa forma, a Igreja adquiriu outra postura frente a mídia, defendendo a utilização das “novas armas” tecnológicas para propagação da fé (Lustosa, 1983; Tosta, 2007).³²

No contexto da redemocratização algumas das principais orientações para a imprensa católica citadas anteriormente ainda recheavam as páginas dos jornais católicos. O combate à imprensa laica não havia ficado no passado, tão pouco a tentativa de mobilização dos fiéis quanto a existência de uma única imprensa confiável: a imprensa católica. Em 1952, por

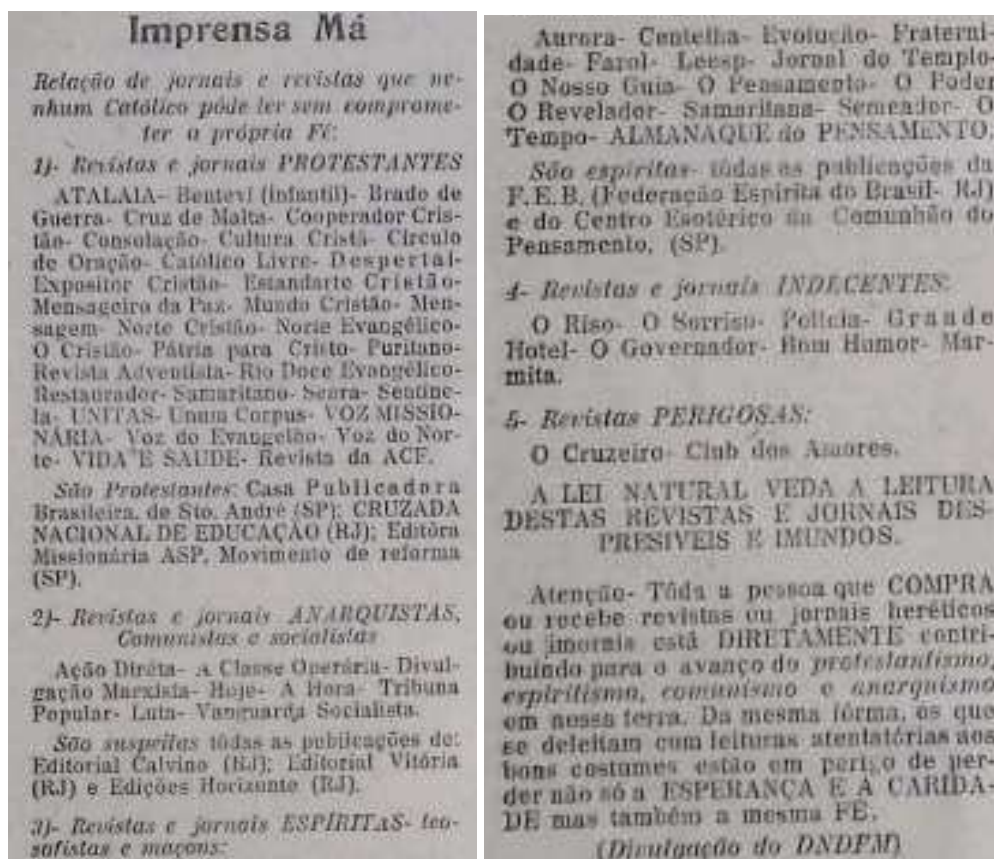
³² A maneira com que essa nova estratégia é posta em prática será demonstrada posteriormente, na análise do jornal Voz Diocesana.

exemplo, o jornal católico *Voz Diocesana* publicava o editorial “Má Imprensa”, com dezoito argumentos enumerados que buscavam justificar a “impureza” da imprensa laica:

[...] Os periódicos mundanos não têm em conta a vida sobrenatural e futura. Só sabem falar em frivolidades e assuntos mudandos, enaltecer a riqueza, a vida regalada e animal, o prazer, a sensualidade, as mulheres bonitas, ainda que sejam desgraçadas e perdidas, os homens atrevidos, ainda que e ímpios e miseráveis, os literatos mundanos, ainda que sejam lúbricos; os governos perversos, mesmo que sejam antipatriotas; os sábios incrédulos, ainda que sejam vulgares; os artistas burlescos e pícaros, ainda que sejam quixotescos e triviais (*Voz Diocesana*, ano V, nº 1, 1952, p. 1).

O editorial, que começava na primeira página, arraigado de condutas baseadas na moralidade católica, só terminava na página quatro (e última) concluindo que se fosse para enumerar todos os males da “imprensa ímpia”, “não haveria papel suficiente no Brasil” (*Voz Diocesana*, 1952, p.4). E a condenação dos “periódicos mundanos” no jornal *Voz Diocesana* aconteceu de forma recorrente durante todo o recorte desta investigação. Contendo desde condenações com argumentações explícitas, como no editorial acima, quanto listas de recomendações diretas sobre revistas que não deveriam ser lidas, como vemos na figura 1:

Figura 1 - Revistas condenadas, divulgadas pelo jornal *Voz Diocesana* (nº19), em 1949



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Na figura (figura 1), percebemos que a lista de revistas condenação era uma divulgação do Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral (DNDFM), um dos departamentos da Ação Católica. Na imagem, também conseguimos analisar os temas que mais se relacionavam com o emblema do “não recomendado”, “indecentes” ou “perigoso” no contexto, ótica da Ação Católica.

Além disso, o jornal também se encarregava de realizar a indicação dos “bons periódicos”, seja através de listas ou também da publicação de artigos ou editoriais de outros jornais católicos nas páginas do *Voz Diocesana*. O *Diário Católico*, de Belo Horizonte (MG), *Correio Católico*, de Uberaba (MG) e *Lar Católico*, de Juiz de Fora (MG) são os mais mencionados.

Agora que nos situamos no contexto de criação e consolidação da imprensa católica e no Brasil, partiremos para a construção de um perfil da “boa imprensa sul mineira”, o jornal *Voz Diocesana*. Buscando enumerar as razões de sua relevância e as características fundamentais para que possamos compreendê-lo como um ator na história.

1.4 O jornal *Voz Diocesana*: uma análise de seu perfil, objetivos e agentes

A análise de periódicos históricos demanda uma abordagem metodológica que considere, simultaneamente, o conteúdo discursivo e a materialidade do impresso. Nesse sentido, ao mobilizar qualquer dos jornais católicos anteriormente mencionados como fonte para uma investigação histórica; sejam eles publicações oriundas da fase inicial da imprensa católica, marcada pela vigência do padroado, ou periódicos produzidos na segunda metade do século XX, já em diálogo com os novos meios de comunicação (Lustosa, 1983); é imprescindível reconhecer a relevância de sua dimensão material. Ignorar esse aspecto significaria desconsiderar um componente fundamental na constituição dos sentidos, na mediação entre texto e leitor, e na conformação das estratégias de circulação e recepção das mensagens veiculadas (Chartier, 2002).

Conforme argumenta Roger Chartier (2002), a materialidade do impresso constitui-se como um sistema de significação por si só, revelando as estratégias editoriais, os condicionamentos econômicos e os projetos de leitura subjacentes. Além disso, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) nos atentam que a organização visual da página, por exemplo, disciplina o olhar e orienta a atenção do leitor para determinados temas em detrimento de outros. Manchetes em destaque, localizadas estrategicamente na parte superior da página, reforçam determinadas narrativas como centrais, ao passo que os anúncios publicitários evidenciam as intersecções entre financiamento, público-alvo e linha editorial. No âmbito da grande imprensa, até mesmo a escolha do tipo de papel empregado pode expressar distinções simbólicas entre os diferentes conteúdos, reservando papel de maior gramatura para os editoriais e materiais mais frágeis para seções secundárias.

Dessa maneira, se os discursos revelam os conteúdos ideológicos que a imprensa deseja promover, a materialidade torna visível as condições simbólicas e práticas que permitem sua circulação e legitimação. Ignorar essa dimensão significaria obscurecer os modos como o poder se inscreve não apenas nas palavras, mas na própria matéria do impresso, conformando práticas de leitura e reforçando determinadas visões de mundo (Chartier, 2002).³³

³³ Portanto, mesmo que a presente investigação tenha o foco na análise dos discursos normativos veiculados pelo periódico *Voz Diocesana*, não poderíamos negligenciar que a materialidade do jornal atua como mediadora ativa na construção de sentidos e na recepção das mensagens. Reconhecemos na materialidade do periódico uma questão complementar, em que a análise contribui para uma compreensão mais aprofundada de seu papel histórico e social. Nesse sentido, faremos as considerações mais relevantes em relação à materialidade de nossa fonte primária.

O periódico *Voz Diocesana* surgiu em 26 de outubro de 1947. Inicialmente sua periodicidade foi quinzenal e a partir de 1953 passou a ser trimestral.³⁴ Era um jornal de assinatura, com preço fixo anual de Cr\$20,00 até 1952. O preço da assinatura foi subindo gradativamente, conforme mostra a tabela abaixo abaixo:

Tabela 1 – Valores anuais de assinatura do jornal *Voz Diocesana* - Campanha - MG (1949-1961).

Ano	Valor da Assinatura (Cr\$)
1949	20,00
1953	30,00
1954	40,00
1956	50,00
1958	80,00
1959	100,00
1960	140,00
1961	200,00

Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis nos periódicos do Arquivo Público Digital do Jornal *Voz Diocesana*, salvaguardados no Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM), 2024.

O primeiro aumento, realizado em 1953, foi anunciado e justificado pelo jornal a partir do aumento de sua periodicidade, que passava de duas para três vezes ao mês (*Voz Diocesana*, ano V, nº 20, 1952, p.2). Para evitar que os próximos aumentos do preço fossem interpretados como uma imposição da redação ou da diocese, alguns argumentos foram publicados, apelando à racionalidade e por vezes, a moralidade dos leitores, à valorização do conteúdo oferecido, às necessidades de produção do próprio jornal, além de pedidos de novos parceiros anunciantes para o jornal, como percebemos em “Aos Nossos Assinantes”, publicada em 1953:

³⁴ Por ter surgido no fim do ano, foram publicados apenas dois números em 1947. Mas em 1948, o jornal informou que seria publicado quinzenalmente. Apesar disso, de 1948 a 1950 alguns meses foram de publicação única. Apenas em 1951 há uma padronização de publicações quinzenais. E dois anos depois, em 1953 as publicações passaram a ser três vezes ao mês.

2) Tudo está encarecendo, dia por dia: papel, máquinas, material tipográfico, mão-de-obra etc. Tudo concorre para maior dificuldade, cada vez mais, na manutenção de um jornal. Um auxílio nos prestariam os nossos amigos negociantes industriais e outros, se nos dessem alguns anúncios de suas casas, fábricas, oficinas, etc. Assim poderíamos vencer mais facilmente as dificuldades. [...] Tanto dinheiro se gasta, quase que inútilmente, em revistas e folhas, que muitas vezes distilam, de um modo perigoso, o veneno nos diversos membros de um lar. poderiam ser atalhados com a compreensão de introduzir, em todos os nossos diocesanos, principalmente, o órgão do nosso Bispado (*Voz Diocesana*, ano V, nº 144, 1953, p.4).

A comunicação desses reajustes ocorria, em geral, no encerramento do ano, momento que possivelmente era escolhido para preparar o assinante para as despesas do ciclo seguinte e, ao mesmo tempo, reafirmar a importância do vínculo estabelecido com o periódico. As assinaturas poderiam ser feitas nas paróquias, por intermédio dos párocos, ou diretamente na redação, que se localizava na Secretaria do Bispado, no município de Campanha. Os párocos responsáveis pelas assinaturas dos jornais em suas paróquias eram chamados de representantes e recebiam o jornal gratuitamente, além de 10% de desconto sobre as assinaturas que fossem feitas por sua indicação (*Voz Diocesana*, ano II, nº 2, 1949, p.2).

O jornal *Voz Diocesana* possuía, no contexto, uma ampla circulação na região, já abrangendo inicialmente 49 municípios e 79 paróquias, grande parte do sul de Minas Gerais. Após 4 anos em circulação, em 1951, o jornal publicou que já havia conquistado 1.073 assinantes por 73 municípios de Minas Gerais, e outras 56 assinaturas em outros estados do Brasil (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 8, 1951).³⁵ Não conseguimos acesso a dados sobre a tiragem do jornal através do arquivo da Cúria Diocesana, mas na lista de principais periódicos católicos editados no Brasil, elaborada por José Reginaldo Prandi em sua obra “Catolicismo e Família: transformação de uma ideologia”, encontramos a menção ao jornal *Voz Diocesana* e uma observação de que sua tiragem seria de 1500, já em período trimensal (1975, p.70).

O periódico em análise adotou predominantemente um formato editorial de quatro páginas, com exceção de edições especiais, totalizando 10 exemplares entre os 428 números

³⁵ Municípios mineiros com assinantes: Aiuruoca, Alagoa, Alfenas, Andrelândia, Itumirim, Itutinga, Jesuânia, Juiz de Fora, Araçuaí, Baependi, Barbacena, Barranco Alto, Belo Horizonte, Boa Esperança, Cambuquira, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Caratinga, Careçu, Carmo da Cachoeira, Carrancas, Carvalhos, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Coqueiral, Cristina, Cruzília, Diamantina, Dom Viçoso, Elói Mendes, Carneiro Resende, Pouso Alto, Francisco Sales, Guaxupé, Heliadora, Bertoga, Illicínea, Ingaí, Itamonte, Itanhandu, Lambari, Lavras, Leopoldina, Luminárias, Luz, Mariana, Minduri, Monsenhor Paulo, Nepomuceno, Olímpio Noronha, Oliveira, Ouro Fino, Passa Quatro, Pedralva, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santana do Capivari, Santana da Vargem, São João del Rei, São Gonçalo do Sapucaí, São José do Alegre, São Lourenço, São Tomé das Letras, Serranos, Silvestre Ferraz, Soledade, Três Corações, Três Pontas, Uberaba, Varginha, Virgínia. Outros estados que o jornal circulou: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Sul.

do jornal analisados, que expandiram para seis ou sete páginas. Sobressai, contudo, que duas dessas edições expandidas destinaram-se à publicação de relatórios administrativos da prefeitura municipal de Campanha de 1949 e 1950, incluindo prestações de contas, quadros comparativos de arrecadação orçamentária e textos assinados pelo prefeito Zoroastro de Oliveira Filho (*Voz Diocesana*, 1949; *Voz Diocesana* 1950).

Embora não seja conclusiva a motivação editorial para a inserção desse conteúdo, sua presença sugere uma aliança entre Igreja e poder municipal, materializada no ato de abrir espaço no jornal para a gestão pública. É preciso refletirmos que aumentar páginas no jornal envolvia investimento financeiro, e, no caso, também interesses e conciliações.³⁶

A respeito desse entrelace entre interesses da Igreja e o poder público, também chama a atenção a forma em que o jornal buscava se desvencilhar de qualquer acusação ou questionamento a respeito de seu financiamento, como observamos no editorial *Nosso Aniversário*, publicado em 1957, em comemoração aos 10 anos de circulação do *Voz Diocesana*:

A imprensa do interior, sem amparo monetário algum dos poderes públicos, não recebe propina desta ou daquela pessoa benemérita ou interessada. Quando uma Folha é governada pela política, mesmo assim a seu tempo, talvez uma gorda gorjeta venha melhorar sua situação. Fora disso, é capital morto porque não corresponde ao que ficou empatado, sem os necessários juros. Mas, a imprensa do interior pode ser veículo de grandes conquistas para Deus e sua Igreja. Planta as sementes aqui, ali, alhures. Se ela encontrar terreno propício germinará na certa (*Voz Diocesana*, ano II, nº 280, 1957, p.1).

A questão da "imprensa do interior" no trecho também é reveladora sobre uma tensão entre a autonomia discursiva e a dependência material, buscando equilibrar sobrevivência financeira e sua missão. Ao negar receber "amparo monetário" ou "propina", o periódico conotava uma imagem de integridade moral, posicionando-se como voz independente e desinteressada. Contudo, a menção à possibilidade de uma "gorda gorjeta" que "melhore sua situação" expõe a fragilidade econômica inerente a esses veículos, que a sustentabilidade dependia de alianças ambíguas com elites locais, ainda que tal relação fosse mascarada sob a retórica de serviço a "Deus e sua Igreja". Nesse sentido, o jornal assume que a "imprensa do

³⁶As outras edições expandidas abordaram datas especiais para a diocese, como homenagens aos bispos em seus aniversários; ou datas importantes para o calendário católico, como o natal e a páscoa. Os números das edições expandidas foram os seguintes: nºs 05; 07; 13; 21 e 22 do Ano II (1949); nºs 06; 08 e 23 do Ano III (1950); nº 21 do Ano V (1952); nº 372 do Ano XIV (1960).

interior" não era apenas um meio de informação, mas um dispositivo de poder, que buscava garantindo a Igreja influência sobre práticas e imaginários locais.

A estrutura do jornal era dividida por alguns cadernos temáticos, colunas e editoriais fixos ou de longo prazo. Contava também com a republicações de outros jornais, revistas ou trechos de discursos de figuras católicas influentes. Editoriais escritos por outros clérigos, como padre Arlindo Vieira e padre Álvaro Negromonte, ou textos de intelectuais católicos como Gustavo Coração e Alceu Amoroso Lima frequentemente surgem em formato de republicação no jornal. Além disso, colunas e reportagens de outros impressos católicos mineiros também são comuns, como *O Diário Católico*, de Belo Horizonte; *Correio Católico*, de Uberaba; *O Lar Católico*, de Juiz de Fora; entre outros.

Além disso, notamos também uma hierarquia de notícias, onde as matérias mais importantes ocupam as primeiras páginas ou posições de destaque, enquanto conteúdos secundários ficam em páginas internas. Em diversas edições ao longo de todo o recorte notamos que notícias e, sobretudo artigos de opinião que precisavam ganhar destaque iniciavam na primeira página, recebiam uma quebra de texto e terminavam apenas na última página ("continua na 4ª página"). Um recurso editorial pode ser interpretado como uma estratégia de fixação da mensagem, ao associar o início e o encerramento da leitura a um mesmo conteúdo, reforçando seu impacto e promovendo sua memorização pelo leitor. O estilo da redação, em suma, é de cunho opinativo. Mas há também a publicação de crônicas, receitas, dicas, noticiários regionais, relatórios pastorais, publicações de cartas pastorais dos bispos, entre outros.

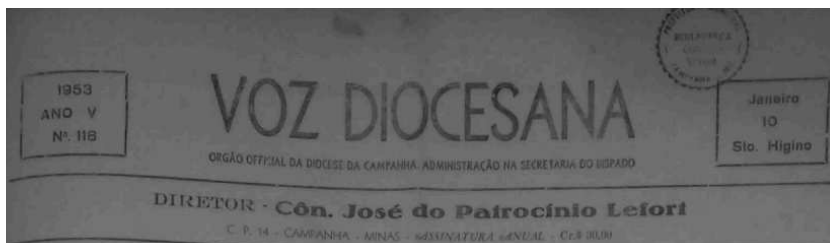
O logotipo do jornal passou por uma alteração em 1959, adotando um estilo mais grafado e menos formal. Além disso, em 1953 o nome do diretor foi incluído no cabeçalho do periódico, recebendo especial destaque, como podemos perceber nas figuras 1, 2 e 3:

Figura 2 – Cabeçalho do jornal *Voz Diocesana* (nº2) em 1947



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 3 – Cabeçalho do jornal *Voz Diocesana* (nº118) em 1953



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 4 – Cabeçalho do jornal *Voz Diocesana* (nº350) em 1959



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Quanto ao público alvo, no primeiro número publicado do jornal alguns dos interesses da diocese aparecem no editorial *Êste Boletim*:

Êste Boletim vinha sendo um anseio e uma preocupação de meses. (...) Por ora, destina-se à renascente A.C Diocesana. E quer ser um vínculo de união entre a cidade episcopal e as Paróquias, entre o Assistente Diocesano e as organizações paroquiais. Para tanto é imprescindível que haja uma cordial cooperação, por parte dos núcleos de A.C já existentes em várias paróquias (Êste Boletim, ano I, nº 1, 1947, p.1).

As intenções expressas no editorial merecem debate. O texto menciona explicitamente que o boletim se destinava à "renascente A.C. Diocesana", ou seja, à Ação Católica. Portanto, um público prioritário inicial são os integrantes desse movimento, que atuavam em paróquias e organizações locais. O que evidencia algo que anteriormente já abordamos, que é a especial dedicação do bispo fundador do jornal, Dom Inocêncio Engelke, em ampliar a Ação Católica no sul de Minas. Além disso, o editorial busca ser um "vínculo de união entre a cidade episcopal e as Paróquias, entre o Assistente Diocesano e as organizações paroquiais". Isso indica que o jornal também era dirigido a sacerdotes, como padres, bispos, assistentes diocesanos, coordenadores de paróquias ou líderes leigos responsáveis por atividades pastorais.

Em suma, o jornal buscava por fiéis engajados. Pessoas já inseridas nas estruturas da Igreja, com interesse em aprofundar sua participação nas atividades católicas. Além de agentes de coordenação, indivíduos responsáveis por manter a comunicação entre a diocese e as paróquias locais. Essa preocupação buscava garantir que as paróquias não se vissem como entidades isoladas, mas como partes de um projeto maior, como é possível observar na continuação do editorial:

O boletim servirá também para comunicar notícias sobre o andamento das atividades nas várias Paróquias. Conhecendo-nos melhor, nós estaremos mais unidos. Além disso, é sempre um conforto para a gente, - por mais paradoxal que isso possa parecer - saber que em outros lugares existem as mesmas dificuldades e os mesmo problemas, e ver que o zelo e o espírito de apostolado encontram sempre a maneira mais adequada para a solução de casos aparentemente insolúveis (*sic*) (Êste Boletim, ano I, nº1, 1947, p. 1).

Muitas paróquias em regiões rurais ou pouco urbanizadas enfrentavam dificuldades logísticas, financeiras e de engajamento. *Voz Diocesana* surgia como uma resposta a esses desafios. Mas o jornal também destacava casos de sucesso, apresentando-se em um “manual de boas práticas” e tentando criar um sentido de comunidade, reforçando que leitores e editores partilhavam das mesmas lutas e objetivos, mesmo que estes aparentemente fossem “insolúveis”. Apesar das intenções demonstradas no jornal, a redação desde o início se posicionou e mostrou interesse para tratar de assuntos políticos e sociais.

Algo que também precisamos mensurar são os diretores do jornal, pois estes são articuladores de projetos, influenciam diretamente a seleção de conteúdos, a linha editorial e a construção de discursos. Maria Helena Capelato (2014) demonstra que os diretores exercem papel central na definição do que é publicado, atuando como filtros entre a realidade social e o conteúdo jornalístico. No caso dos jornais de pequena circulação ou da “imprensa do interior”, essa realidade também é percebida aos nos atermos aos detalhes.

O primeiro diretor do jornal foi o padre Antônio de Oliveira Godinho³⁷. Natural de Carmo da Cachoeira, formado em filosofia, teologia e direito. Padre Godinho assumiu direção do jornal ainda bastante jovem, iniciando a direção com seus 27 anos e deixando aos 31, quando começa a se inclinar para uma carreira política, na qual alcançou demasiada popularidade. Foi deputado estadual em São Paulo pela legenda da União Democrática

³⁷ Antônio de Oliveira Godinho nasceu em Carmo da Cachoeira (MG) no dia 23 de janeiro de 1920. Formou-se em filosofia, teologia e direito. É autor do livro do livro: *Catolicismo, Comunismo e Outros Assuntos* (conversa com dois comunistas). Foi deputado estadual em São Paulo pela legenda da União Democrática Nacional (UDN).

Nacional (UDN). Em 1961, recusou o convite para embaixador brasileiro no Vaticano e continuou atuando politicamente no Brasil. Apoiou o golpe militar em 1964. Foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), mas desapontado com cassações e torturas logo se desligou dessa agremiação, filiando-se ao partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Atuou na Frente Ampla (1966-1968). Em 1969, através do Ato Institucional nº5, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, iniciando assim o trabalho de traduções de obras da literatura italiana. Em 1979 recuperou seus direitos políticos e continuou inclinado a carreira política, se filiando ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, Godinho foi comentarista do programa de TV “Record em notícias”.³⁸

Desde sua juventude Godinho demonstrou seus interesses políticos. Prova disso é a publicação de seu livro *Catolicismo, Comunismo e Outros Assuntos - Conversa com dois comunistas* (1947), onde Godinho responde oito perguntas, supostamente enviadas por comunistas, com relação a incompatibilidade em ser ou querer ser comunista e católico.³⁹ O livro foi publicado também em 1947, ano de inauguração do jornal *Voz Diocesana*. Identificamos que vários trechos do livro de Godinho foram editados para serem publicados no jornal, como o editorial *Duas Cidades* (1948), que inicia indagando: “Qual o sistema de governo preconizado pela igreja católica para a salvação da humanidade?”. Godinho, que dedicou a autoria de um livro para argumentar contra o comunismo, responde que “não compete à Igreja escolher a forma de governo que mais lhe convém” (Godinho, 1948).

Durante sua gestão à frente do *Voz Diocesana*, Antônio Godinho instrumentalizou o periódico como parte de seu combate ideológico, alinhando-se ao fervor anticomunista do período pós-Segunda Guerra e articulando-o a um projeto mais amplo de defesa da hegemonia clerical sobre a moralidade pública, reforçando o anticomunismo como eixo unificador da identidade católica. Em uma pesquisa realizada anteriormente, que buscava investigar o anticomunismo presente no jornal *Voz Diocesana*, constatamos que entre os anos de 1947 a 1952 foram contabilizadas 88 colunas/editoriais com teor anticomunistas, sendo 83 compreendidas no tempo de direção de Padre Antônio Godinho (1947 e 1950), e apenas 5 entre 1951 e 1952, após a sua saída (Oliveira, 2023).

Seus editoriais, marcados por um discurso moralista, também abordavam outros assuntos, como a construção da narrativa maniqueísta que categorizava a imprensa secular

³⁸Disponível

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-oliveira-godinho>

³⁹ Este livro foi publicado pela Livraria Agir. Editora fundada por Alceu Amoroso Lima em 1945.

como "má imprensa", acusando-a de promover a "desagregação familiar", a "corrupção da juventude" e a "dissolução social" (Godinho, 1949). Nesse contexto, Godinho não se limitou a generalizações: em textos como *Publicações Imorais*, nomeou veículos específicos, onde a crítica à mídia secular surge servindo à consolidação da Igreja como guardiã única da ordem moral:

Ainda bem que várias dessas publicações são francamente e abertamente imorais. São inimigos à vista. Mas as que surgem camufladas de revistas familiares, como esse triste “O Cruzeiro”? Numa página, uma reportagem vistosa sobre política, o mesmo sobre coisas religiosas, em outra a pregação deslavada e cínica do nudismo, do amor livre, da prostituição? (Godinho, *Voz Diocesana*, ano I, nº 16, 1948, p. 1).

Essa estratégia editorial revelava que a condenação da "anarquia midiática" operava por meio de um dispositivo igualmente panfletário, que reduzia debates complexos sobre ética e liberdade de expressão a dualismos como bem vs. mal ou sagrado vs. profano. Pois ao associar a imprensa laica à imoralidade e ao caos, Godinho também naturalizava a autoridade eclesiástica como antídoto indispensável contra a "desagregação". Sua atuação exemplifica como o pânico moral foi mobilizado para justificar o controle clerical sobre a esfera pública no sul de Minas, em um movimento que tanto refletia quanto alimentava as tensões entre tradição e modernidade no Brasil do século XX, conforme vimos anteriormente.

A assinatura de Godinho nos editoriais algumas vezes surgia apenas com suas iniciais, sendo *P.A.G* ou *P.A.O.G.*⁴⁰ É difícil mensurar quem eram os ou as redatoras e redatores do *Voz Diocesana*, uma vez que grande parte das colunas e editoriais não eram assinadas ou surgiam apenas com iniciais. Exceto pelo nome dos bispos, Dom Inocêncio Engelke e Dom Otthon Motta, que ambos escreveram para o jornal diversas vezes. Alguns leigos e leigas da Ação Católica também escreveram para o jornal, mas com total ênfase no repasse de informações das atividades do movimento na região ou relatos de experiência em encontros do movimento, conforme aprofundaremos no último capítulo.

Após a saída de padre Antônio Godinho da direção em 1951, quem assume é o sacerdote José do Patrocínio Lefort. Historiador e genealogista, nascido em Campanha - MG em 5 de junho de 1914 e falecido em 15 de dezembro de 1997, Lefort dedicou sua vida à pesquisa, educação e à organização de arquivos eclesiásticos e históricos, sobretudo à temática da genealogia sul mineira e campanhense. Seu legado é publicamente celebrado pela

⁴⁰ Foi possível constatar que essas iniciais significam Padre Antônio de Oliveira Godinho porque através do seu livros *Catolicismo, Comunismo e Outros Assuntos*, no qual padre Godinho também utiliza apenas suas iniciais em alguns momentos.

população campanhense, que lhe conferiu homenagens como a denominação de uma rua em seu nome, rua Monsenhor Lefort e a criação do Centro de Estudos Monsenhor Lefort, instituição pública que abriga acervos da região, inclusive o jornal *Voz Diocesana* (Oliveira, 2023, p. 34)

Enquanto diretor do *Voz Diocesana*, também transferiu seus interesses de pesquisa para o conteúdo do jornal, chegando a fixar a coluna *Genealogia*, que publicava listas genealógicas de figuras influentes na história de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. Sobretudo homens, brancos e livres (*Voz Diocesana*, 1954).

A atuação de Lefort como intelectual eclesiástico e genealogista no sul de Minas Gerais, ainda que reconhecida por seu pioneirismo na preservação documental e na construção de uma memória regional, demonstra contradições inerentes aos projetos de conservação histórica vinculados a instituições religiosas. Isso pois sua produção historiográfica, marcada por obras como *Famílias Campanhenses* (1995) e *O Sul de Minas e as Bandeiras* (1963), embora grandiosa em escopo, tem uma perspectiva que privilegia a narrativa das elites locais e a ortodoxia católica, tratando com silêncio vozes subalternas e práticas culturais dissidentes.

Além da ampla circulação do jornal *Voz Diocesana*, alguns outros indícios também apontam para sua relevância. Em 1959, ele aparece na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como o principal periódico produzido no município de Campanha, ao lado da revista *Anuário Eclesiástico*. É importante ressaltar que embora a Campanha seja um município pequeno, a cidade, nas palavras Marcolino: “tem uma das mais longínquas trajetórias da imprensa mineira”. O autor contextualiza:

A imprensa oficial surgiu no Brasil em 1808, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Minas Gerais foi a sexta província a ter a publicação de jornal, o primeiro periódico mineiro, O Compilador Mineiro nasceu em 1823 na tipografia Oficina Patricia de Barbosa e Cia, em Ouro Preto. Enquanto Campanha se tornou a oitava localidade das Gerais a contar com um impresso, O Campanhense, fundado por Bernardo Jacinto da Veiga, em 07 de abril de 1832. Conforme João Pedro Xavier da Veiga, a cidade sul mineira contabilizou a produção de 33 periódicos até o ano de 1897, comparativamente um número muito superior aos publicados em Pouso Alegre, que somaram apenas 14 no período entre 1830 e 1897 (Marcolino, 2018, p. 133).

Marcolino também aponta que a imprensa que se desenvolveu em Campanha durante o século XIX apresentava uma notável pluralidade, refletindo as diversas correntes políticas

da época, como liberal, conservadora, monarquista, republicana e até mesmo separatista. Entre os periódicos, destacava-se *O Monitor Sul-Mineiro*, que permaneceu em circulação por 25 anos, tornando-se, segundo o autor, o jornal de maior longevidade em Minas Gerais no período analisado. Paralelamente, em 1873, três anos após a divulgação do Manifesto Republicano, surgiu *Colombo*, considerado o primeiro veículo de orientação republicana no estado (2018, p. 133).

Também em 1873, surge em Campanha o já mencionado *O Sexo Feminino*, publicação pioneira na defesa de melhores condições sociais para as mulheres e na promoção de sua participação ativa na sociedade brasileira, conforme aponta o estudo de Bárbara Figueiredo Souto (2019). Editado pela jornalista, professora e escritora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que buscava mobilizar discursos para diversos grupos em seu jornal, mas destacou-se na luta pela instrução da mulher e seu direito de acesso ao ensino.⁴¹ Souto (2019) aponta que *O Sexo Feminino* foi produzido na cidade de Campanha durante um ano, tendo 45 números publicados no município até julho de 1875, quando Dona Senhorinha muda-se para o Rio de Janeiro e continua com a publicação do jornal na capital.

Algumas vezes o próprio jornal publicou informes exibindo o mérito de ser o impresso de maior difusão da região: “VOZ DIOCESANA: é o maior jornal de difusão no Sul de Minas” (*Voz Diocesana*, ano III, nº 5, 1950). Além disso, o mesmo, que surgiu em 1947, ainda existe nos dias atuais, o que é algo impressionante, tendo sobrevivido e se adaptado a diversos contextos nacionais e regionais ao longo dos seus 77 anos.⁴² Outros importantes jornais católicos estavam que circulação no período, como o jornal *Lar Católico*, de Juiz de fora (Brum, 2016; Lucena, 2011); *O Apóstolo*, de Florianópolis (Ribas, 2009); ou também revistas, como *Rainha e Família Cristã* (Dalmolin, 2012); entre muitos outros, deixaram de circular ainda no século XX.

Alguns trabalhos, principalmente a nível de iniciações científicas, já investigaram assuntos que o jornal *Voz Diocesana* abordou durante o século XX: Adenylson Domingues Mariano, durante sua experiência na graduação em 2017, analisou textos do *Voz Diocesana* que criticavam o pentecostalismo, evidenciando a intolerância religiosa por parte da Igreja

⁴¹ Nascida em São João del-Rei (MG) em 1834, Francisca era filha de Gertrudes Alves de Melo Ramos e Eduardo Gonçalves da Mota Ramos. Formou-se professora primária e lecionou em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde fixou residência após se casar com o advogado José Joaquim da Silva. Após a morte do marido, fundou a Escola Doméstica do Colégio Santa Izabel no Rio de Janeiro, em parceria com suas filhas, Albertina, Amélia e Elisa. Faleceu em 30 de outubro de 1910, no Rio de Janeiro.

⁴² Nos dias atuais o jornal é produzido apenas em formato digital, publicado no site da Diocese de Campanha, com uma periodicidade semestral, além de se limitar a assuntos da pastoral.

Católica entre 1950 e 1960. Em 2019, Andressa Rodrigues de Carvalho desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso, utilizando o jornal *Voz Diocesana* como fonte primária para analisar o papel da publicação no contexto da ditadura militar, destacando a censura moral e política imposta pela Igreja Católica e pelo governo autoritário, especialmente no que se refere à classificação moral de filmes. No ano de 2020, o historiador Edivaldo Rafael de Souza utilizou o jornal *Voz Diocesana* para investigar como a epidemia de meningite foi retratada nos anos de 1974 e 1975, observando se suas publicações eram predominantemente explicativas e preventivas.

Outros dois trabalhos se dedicaram a investigar um dos temas mais encontrados no jornal, o anticomunismo: Caroline Lopes Oliveira, em pesquisa de iniciação científica durante 2022, explorou as estratégias mobilizadas pela Diocese de Campanha para reordenar seus fiéis contra o comunismo e arregimenta-los para a Ação Católica entre 1947 e 1952. As historiadoras Josiane de Paula Nunes e Mayara Eduarda Vieira Leite também analisaram o anticomunismo no interior de Minas Gerais, observando como o jornal *Voz Diocesana* instrumentalizou questões latentes entre 1959 e 1964 para promover uma agenda anticomunista no contexto do golpe militar de 1964. As autoras publicaram e-book em 2023 com os resultados da pesquisa realizada para a conclusão do curso de licenciatura em história de Mayara Eduarda Vieira Leite.

A diversidade temática desses trabalhos nos demonstra a abrangência de assuntos nos quais o jornal buscava se posicionar. Mesmo que o *Voz Diocesana* tenha se apresentado como um boletim que buscava fortalecer os laços entre a diocese e suas paróquias, desde de sua primeira publicação percebemos um adentramento em assuntos políticos e sociais. Reforma agrária; orientações sobre eleições e condenação de candidatos; mobilização dos fiéis contra campanhas divorcistas; condenações ao protestantismo, a maçonaria e a religiões de matriz africana; colunas com censura normativa sobre livros e filmes; anticomunismo; entre muitos outros.

Ao tratar de diversos temas, a maneira em que o jornal construiu gênero também apareceu ancorada em uma moralidade conservadora, que articula dogmas religiosos a projetos políticos de manutenção de hierarquias sociais. É neste eixo que entraremos nos próximos capítulos, analisando o periódico e buscando compreender como normas de comportamento, atribuições de papéis foram construídas em seus discursos. Com um olhar atento à semiologia (Barthes, 2006), trataremos da denotação explícita de seus textos, assim como as prescrições sobre conduta feminina, mas também as conotações ideológicas subjacentes, que naturalizavam relações de poder e interditos morais.

O que buscamos trabalhar neste primeiro capítulo foram as dimensões necessárias para compreensão das bases que orientaram a leitura dos próximos. Sem entender os projetos da Igreja, perderíamos de vista o porquê como esses discursos sobre gênero estão enraizados em profundo arcabouço de retórica da moral e tradição. Sem contextualizar a presença da Igreja católica em Campanha, ignoraríamos o onde e o como esses discursos católicos ganharam materialidade histórica no sul de Minas. Sem analisar a dualidade imprensa "boa" vs. "má", não compreenderíamos o mecanismo de controle simbólico que legitimava normas morais. E sem mapear o perfil do jornal, faltariam elementos para vincular texto e contexto, discurso e prática. Juntos, esses tópicos compõem um mapa de influências que explica como a Igreja, por meio da imprensa, transformou dogmas em regras sociais, regras que os capítulos seguintes desmontarão, revelando suas fissuras, contradições e impactos na vida cotidiana.

2. A MORALIDADE CATÓLICA E A FABRICAÇÃO DA “MULHER-MÃE-ESPOSA-DONA-DE-CASA”

Joan Scott (1995) argumenta que gênero não é um dado biológico, mas um "elemento constitutivo de relações sociais" que organiza hierarquias e normas de comportamento. Nessa perspectiva, os discursos midiáticos, como os veiculados pelo jornal em análise, não apenas refletem, mas ativamente produzem concepções sobre o que é "ser homem" ou "ser mulher" em determinado contexto. No caso específico da imprensa católica, algumas categorias são particularmente relevantes, como as representações de gênero que permeiam a questão da família e da maternidade.

Como mostra Michelle Perrot (2007), a família foi historicamente o “locus privilegiado” para a reprodução de papéis de gênero. A Igreja Católica, ao exaltar o modelo da “família cristã”, reforçava uma hierarquia de gênero que vinculava mulheres ao espaço doméstico, ao cuidado dos outros e do lar, e os homens, por sua vez, ao mundo público. Carolina Teles Lemos (2009) demonstra como a maternidade foi transformada em “destino biológico” das mulheres, obscurecendo seu caráter de construção histórica. A imprensa católica operava nesse processo, associando a maternidade à “realização máxima” da mulher.

Neste capítulo, portanto, examinamos como o jornal *Voz Diocesana* naturalizou a família conjugal moderna como a base da ordem social (subcapítulo 2.1); sacralizou a maternidade como única via de realização para as mulheres (subcapítulo 2.2); e condenou qualquer possibilidade de legalização do divórcio no contexto (subcapítulo 2.3).

A proposta do capítulo é, portanto, esmiuçar o jornal *Voz Diocesana* para compreendermos como a doutrina católica foi traduzida como normas cotidianas, via representações. Além disso, demonstrar também como o gênero foi construído pelo jornal, além da naturalização das hierarquias de gênero. A proposta não é evidenciar que tais discursos eram exclusivos do jornal sul mineiro, ao contrário disso, buscamos reforçar que muitos “padrões” e representações estiveram presentes em outros periódicos de seu tempo (Lucena, 2011; Costa, 2018). Nesse sentido, apesar de discursos que chocam se lidos com os olhos do presente, salientamos que são discursos que dialogam com outros discursos sociais de sua época.

2.1 A Família: “Célula Mater da Sociedade”

A família não é um produto que deve ser isolado das análises de gênero, é uma peça chave que conduz regras, comportamentos e hierarquias por toda a estrutura social. Valores como autoridade, acúmulo de riquezas e noções de certo e errado passam pelas gerações através das famílias. Se partirmos da definição de Joan Scott de que as instituições “são um sistema de normas que regulam as relações entre os indivíduos e que definem como estas relações devem ser” (1996, p. 12), podemos compreender a família como uma instituição.

Mas qual modelo de família é representado e idealizado nos discursos católicos analisados? A antropóloga Mariza Corrêa (1994) oferece importantes ferramentas conceituais para essa análise, ainda que seu foco não recaia diretamente sobre o catolicismo. No artigo “Repensando a família patriarcal brasileira”, Corrêa propõe uma reflexão crítica sobre os discursos e práticas em torno da instituição familiar, buscando romper com abordagens lineares que sugerem uma suposta evolução natural entre modelos. Seu argumento central aponta para a coexistência, e não sucessão, de diferentes formas de organização familiar, alertando para o risco das generalizações que apagam tanto as especificidades históricas quanto a pluralidade dos arranjos familiares no Brasil.

A autora parte da conceituação da família patriarcal, como um modelo idealizado que se consolidou especialmente no contexto colonial e imperial, nas regiões dominadas pelas elites agrárias. Nessa configuração, a casa era o centro da autoridade do patriarca, um homem branco, proprietário, livre, e reunia não apenas esposa e filhos, mas também agregados, trabalhadores e pessoas escravizadas. Trata-se, portanto, de um modelo profundamente marcado por relações de poder, em que gênero, raça e classe se entrelaçam. Corrêa enfatiza que esse arranjo não desaparece com o tempo, mas segue operando como matriz simbólica mesmo quando os discursos passam a promover a chamada família conjugal moderna, típica do contexto urbano-industrial do século XX. A família conjugal moderna, por sua vez, é construída como uma unidade nuclear composta por pai, mãe e filhos, sustentada por ideais de afeto, privacidade e complementaridade entre os papéis de gênero. Ainda assim, Corrêa é cuidadosa ao demonstrar que essa forma não substitui completamente a anterior. O que se observa, segundo ela, é uma reconfiguração dos valores patriarcais, que continuam operando sob novas roupagens (Corrêa, 1994, p. 18-27). Essa leitura permite compreender que as práticas familiares modernas, mesmo quando se apresentam como expressão da modernidade, muitas vezes reproduzem hierarquias e exclusões presentes em modelos anteriores.

Corrêa também chama atenção para a pluralização das formas familiares, um fenômeno que não deve ser entendido como algo exclusivamente contemporâneo. Arranjos diversos, compostos por mães solo, avós cuidadoras, redes de solidariedade fora da estrutura

conjugal, sempre existiram, sobretudo nas camadas populares e entre grupos racializados. O problema, como aponta a autora, é que os instrumentos oficiais de registro e as políticas públicas, orientados por uma visão normativa, historicamente ignoraram essa diversidade em favor de um ideal de família branca, burguesa e heterossexual. A autora propõe uma inflexão importante: pensar a família não como dado natural ou destino social, mas como construção histórica atravessada por disputas de sentido (Corrêa, 1994, p. 27-38). Os discursos institucionais que definem o que deve ser reconhecido como “família” operam também como tecnologias de poder, pois eles incluem, excluem, hierarquizam.

No discurso católico do contexto da década de 1950, a representação idealizada da família é centrada nesta família conjugal moderna, com seus papéis e performance de gênero, normas de comportamento e controle da sexualidade bem demarcados (Azzi, 1993; Ribas, 2009). O tema da família é um dos mais mobilizados pelo jornal *Voz Diocesana*. O jornal representava e idealizava esta família nuclear moderna com uma supervalorização em seus discursos: pai e mãe unidos pelo matrimônio religioso e seus filhos, sendo considerados a base da ordem social.

O ato de casar-se era construído como um objetivo de vida, sendo o noivado e o matrimônio assuntos frequentes no jornal. O jornal também reforçava uma hierarquia de gênero centrada na divisão de papéis construídos como tradicionais, como a mãe abnegada e o pai provedor, tratando com silêncio sobre as complexidades das famílias pobres, para as quais o casamento formal muitas vezes era inacessível devido aos custos ou a informalidade das uniões (Fagundes, 2023).

Algumas historiadoras que também analisaram gênero na imprensa católica brasileira, como Paoli Lili Lucena (2011) e Mônica Euzébio da Costa (2018), abordaram que Igreja Católica, ao longo do século XX, instrumentalizou e normatizou seus discursos sobre um tipo ideal de família. Lucena parte da reflexão do francês Jean Louis Flandrin de que, para a Igreja Católica, constituir família seria uma das únicas duas ações que levariam a do salvação do “homem”, sendo a primeira, integrar o corpo clerical (2011, p. 100). Já Costa (2018, p. 46) dilui o debate da família nas análises sobre casamento e o divórcio, mas também entende, a partir de Eni de Mesquita Samara (2004), a família como uma instituição considerada matriz da ordem social brasileira. Ambas refletem sobre como os discursos e representações sobre a família nuclear moderna, unida pelo matrimônio católico, foi instrumentalizado para construir gênero.

São diversas as formas em que o jornal *Voz Diocesana* buscava abordar o tema da família, apresentando-se desde colunas direcionadas à recristianização do comportamento

familiar em meio ao “caos” da modernidade (Recristianização da família, 1956), até “simples” enunciados de chamado para eventos da diocese (Semana de estudos, 1955). Mas é importante entender que, para a Igreja Católica, a família sempre foi e ainda é um tema central e cheio de conflitos. Quando o jornal apresentava o ideal de mulher dedicada apenas ao lar, marido e filhos, isso reforçava os papéis tradicionais de gênero na família. Quando combatia o divórcio, defendia a ideia de que o casamento religioso era para sempre. Ou seja, mesmo quando não falava diretamente sobre “família”, todos esses assuntos estavam conectados. A família era como um fio que ligava todas as preocupações da Igreja sobre a sociedade.

Ainda assim, alguns dos discursos encontrados abordaram diretamente a família como base essencial da sociedade, um dos mais simbólicos para análise é o “*A família: Célula Litúrgica*”, publicado em 1950:

1- A família é a célula de toda comunidade; do Estado, da sociedade humana assim como da Igreja. Da saúde das células depende também do bem estar de todo o corpo, do conjunto do organismo humano. Da saúde de moral da família depende o bem estar do Estado e da própria Igreja. Clara está o papel da família cristã. Infelizmente, é a família que mais tem sofrido as consequências da grande guerra. A finalidade dos inimigos da fé é destruir a família e por ela envenenar células fundamentais do organismo cristão. Será que o nosso conhecimento litúrgico não poderia contribuir para a restauração da família? Naturalmente que sim e em larga escala (grifos meus, *Voz Diocesana*, ano III, nº 3, 1950, p. 1).

Conforme destaca Clóvis Ecco ao analisar alguns documentos oficiais da Igreja do século XX, essa definição de família como “a célula originária da vida social” (2011, p. 293) não é incomum. A família foi construída com seu protagonismo na transmissão dos valores morais, éticos e culturais essenciais para a coesão social. Essa centralidade atribuía a família como uma espécie de primeira escola de educação e formação da consciência social, base da organização comunitária.

Ecco (2011, p. 295-296) ressalta que o discurso católico atribui a estabilidade da sociedade à saúde moral da família, entendida não como esfera privada, mas como base fundamental do Estado e também da vida pública. A preservação dos valores familiares tradicionais, conforme a Igreja, seria indispensável para a continuidade da ordem social e da identidade cultural. E esse entendimento fundamentou políticas e práticas que privilegiam modelos familiares heteronormativos, patriarcais e socialmente hierarquizados, atuando como mecanismo de legitimação e reprodução das normas culturais dominantes.

Nesse sentido, há uma extrapolação do entendimento da função da família. Junto à essa importância atribuída à família, está também a importância atribuída da mulher nesta família, que deve ser reconhecido e valorizado profundamente, mas em especial a maternidade, o dar à luz, amamentar, o cuidado do outro, com a nutrição, a educação da prole, que segundo a doutrina católica, é essencial para a manutenção da “célula mater da sociedade” (Ecco, 2011, p. 293-295).⁴³

Além disso, o trecho “*A família: Célula Litúrgica*” ainda nos revela o tom defensivo e combativo típico do discurso católico no pós-guerra, que Ecco aponta como central na reação da Igreja às transformações socioculturais do século XX. A ideia de que “os inimigos da fé” (*Voz Diocesana*, 1950) têm como finalidade destruir a família ilustra bem a percepção da Igreja de que a modernidade, com seus avanços legais, científicos e culturais, ameaçava os fundamentos morais da sociedade cristã. Nesse aspecto, a família aparece não apenas como espaço privado de afeto, mas como campo estratégico de combate ideológico, o que justifica o apelo à liturgia como instrumento de restauração da ordem moral.

Essa proposta de restauração via “conhecimento litúrgico” expõe uma dimensão disciplinar de um projeto eclesial, que longe de ser simples chamada espiritual, é apresentada como tecnologia de controle social, capaz de reordenar corpos e subjetividades em conformidade com normas de gênero, conforme confirma a continuidade do texto publicado no *Voz Diocesana* a seguir:

O Pai é a cabeça do corpo, como Cristo é a cabeça da igreja. A Mãe é o corpo, como a igreja, e os filhos, como os cristãos, são os membros desse corpo místico. Numa verdadeira família não existe senão uma vontade e um só pensamento. Um só coração e uma só alma. O pão terrestre vem do Pai, é distribuído pela Mãe, os filhos recebem o sangue e a vida de seus progenitores [...] Cabe a mãe, particularmente, uma missão litúrgica na família: ela faz de sua casa uma igreja; de sua família uma comunidade (*Voz Diocesana*, ano III, nº 3, 1950, p. 1).

Como enumera Lucena, “entendida como a Igreja doméstica, a família deveria reproduzir os valores cristãos, construindo cidadãos conscientes de suas responsabilidades e de

⁴³ Esse tipo de reflexão faz ainda mais sentido quando constatamos que noção estrategicamente construída de família como *célula mater* da sociedade não esteve avulsa no discurso do jornal *Voz Diocesana*, mas surgia frequentemente em outros textos, assim como Mônica Eusébio da Costa (2018, p.103) e Paola Lili Lucena (2011, p.100) também evidenciaram em suas fontes. A insistência em definir a família como “célula” era uma estratégia comum da Igreja na época, que ao usar termos científicos, buscava transformar um modelo social, a família nuclear católica, em uma “verdade biológica”, como se fosse inevitável. Assim, o jornal católico sul mineiro mostrava como a moral católica seria como uma guardiã de uma ordem supostamente natural, em que a manutenção garantiria a estabilidade coletiva.

sua fé” (2011, p. 100). A mulher, central nesse esquema, representada como uma salvadora do lar, é simultaneamente glorificada e subjugada, pois sua identidade se restringe à maternidade e à transmissão da fé, anulando autonomias que desafiem a autoridade do marido, expresso como o Pai, que é o único responsável pelos pensamentos, pela racionalidade.

Essa construção de um modelo ideal de família vinculava a família a um projeto imutável, e a Igreja Católica reforçava a existência de hierarquias de gênero e conectava a instituição com outras instâncias de poder que compartilhavam da mesma visão essencialista, como políticos ou juristas. Daniela Archanjo, demonstra como os discursos parlamentares justificaram a construção da família como questão essencial para o desenvolvimento das sociedades:

A importância de se garantir a estabilidade da família estava calcada na percepção desta como um relicário da moralidade social, tendo a meritória função de servir como elo entre os valores morais e a estrutura social. Reafirmando teses que remontam às elaboradas no século XIX para explicar como, apesar das crises econômicas e políticas, as sociedades na Europa se mantiveram unidas, os parlamentares brasileiros da segunda metade do século XX reconheciam a família como um importante mecanismo de coesão social, afirmando ser “a sociedade o somatório das famílias” (Archanjo, 2008, p. 50).

A preocupação constante com a formação das famílias traduz-se, então, em uma preocupação com a ordem social que as famílias representavam ou que eram idealizadas. Para o caso da Igreja Católica, não seria apenas a preocupação com a família, mas com a normatização do comportamento de cada sujeito pertencente à “família moderna”, que no contexto estaria “se afastando de Cristo”. Esse discurso ecoou no jornal *Voz Diocesana* através de publicações que tinham por objetivo a difusão da mensagem da *Recristianização da Família* por onde o jornal circulava (*Voz Diocesana*, ano IX, nº 227, 1956, p.1).

Em 1956, a Carta Pastoral “A Recristianização da Família” foi recortada e publicada na íntegra nas primeiras páginas das edições entre 20 de março e 10 de junho, totalizando oito edições que contaram com sua publicação. A Carta era de D. Frei Henrique Golland Trindade, bispo de Botucatu e segundo o *Voz Diocesana* “uma das mais respeitáveis figuras do Episcopado Brasileiro” (*Voz Diocesana*, 1956). O bispo buscava ordenar reflexões e buscar soluções para “o problema número um” e “gravíssimo” que o Brasil enfrentava, “o problema da Família”, e, para isso, estava organizando uma *Semana da Família Cristã*. Um dos tópicos abordados pelo bispo na Carta foi a modernidade:

A tentação do moderno: É certo que as famílias, como os indivíduos, não querem passar por atrasos, retrógrados. Parece-lhes uma vergonha, não conhecerem a mudança dos tempos e não se submeterem às exigências das modas e da mentalidade de hoje. E, assim, ricos e pobres, vão na onda. E se esquecem, infelizes, que, “ir na onda” se transformar em corpos sem vida, sem luta, sem ideais, semelhantes a cadáveres, ainda que enfeitados, detritos e destroços, que essas mesmas ondas vomitam, com desprezo, nas praias, imensamente desertas do mar, onde ficam no esquecimento de todos, até mesmo daqueles aos quais procuram agradar, com prejuízo de seu nome, de sua honra, ou, talvez, de seus bens (Trindade, *Voz Diocesana*, ano XIV, nº 362, 1956, p. 2).

Na Carta propaganda no jornal *Voz Diocesana*, o bispo expressava o medo de que a adesão das famílias às "ondas da modernidade" as transformassem em entidades vazias de moralidade. Para ele, a busca por atualizar-se às "modas e mentalidade de hoje" era um sinal de degeneração espiritual que poderia levar à perda da identidade católica. Em 1960, o tema da recristianização da família ganha novamente as primeiras páginas do jornal, com a publicação de uma mensagem dos senhores bispos e arcebispos de Goiânia, desta vez nomeando as preocupações:

O casamento instituído por Deus e elevado à dignidade de Sacramento por Jesus Cristo está, cada dia mais, sendo considerado por muitos como um simples contrato, sem laços profundos de ordem natural e sobrenatural. Praticamente se nega a origem divina do matrimônio e se desconhece o sentido sacramental que o distingue de todos os outros contratos. Dai resultam os erros e males mais graves que põem em perigo o edifício da família: limitação da prole, abortos voluntários, esterização da mulher por intervenção cirúrgica, aumento de desquites, infidelidades conjugais, manifestações públicas em favor do amor livre, propaganda das ideias divorcistas, liviandade na preparação do casamento o aberrações contra a natureza e contra todas as normas jurídicas e morais dos chamados “contratos comerciais” dos que pretendem viver maritalmente a margem da lei e dos princípios mais elementares da honestidade pública (Trindade, *Voz Diocesana*, ano XIV, nº 362, 1960, p. 1; 4).

Escolher ter menos filhos, abortar, divorciar ou ser a favor do divórcio, trair a fidelidade conjugal, demonstrar ser a favor do amor livre seriam algumas das razões que “colocariam em perigo o edifício da família”. Nesse sentido, a família cristã idealizada, hierárquica e sacramental, era incompatível com transformações como maior autonomia das mulheres, discussões sobre divórcio ou secularização dos costumes.

É importante percebermos como a instituição adaptou a visão essencialista ao “papel ideal da mulher”, enfatizando sua "vocação natural" para a “função familiar” da maternidade e a vida doméstica como parte de um projeto divino imutável, mesmo diante das “forças da

modernidade". Também nesta esteira, a Igreja reagiu ao que chamou de "crise da feminilidade" com estratégias de contenção. O Papa Pio XII, em *Apelo às Mulheres Católicas* (1947), convocava as fiéis a se oporem às "forças modernas atéias", defendendo que a verdadeira emancipação residia na aceitação do papel maternal, que serviria à salvação das famílias. O discurso foi matéria no jornal *Voz Diocesana*:

O Santo Padre manifestou sua preocupação pelo "desastroso estado moral e espiritual em que encontra a mulher em todo mundo", e expressou sua ânsia de "unir todas as forças vivas em um esforço que salve a feminilidade e a família cristã". Em primeiro lugar o Sumo Pontífice assinalou a necessidade de viver "uma fé sobrenatural, firme, valorosa e ativa" que se defenda "contra as forças intelectuais e políticas que estão impregnadas de ateísmo" (*Voz Diocesana*, ano I, nº 1, 1947, p. 2).

Em um contexto mais amplo, Mariette Sineau (1991) nos recorda que com a vitória das democracias sobre os regimes totalitários, criaram-se condições para o fortalecimento dos direitos individuais, beneficiando também as mulheres como detentoras de direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 destacou a necessidade de igualdade entre homens e mulheres e, assim, após 1945, países ocidentais voltaram seus olhares para o acesso das mulheres a direitos políticos e civis, consolidando mudanças significativas em sua autonomia legal e participação social. O contexto pós-guerra, nesse sentido, sugere uma metáfora de um espécie de conflito cultural, no qual a Igreja se autoproclama guardiã contra "inimigos" expressos em "forças intelectuais e políticas que estão impregnadas de ateísmo" no primeiro trecho, categoria que também englobava desde o comunismo até a preocupação com a autonomia que as mulheres poderiam alcançar.

Pio XII, no discurso supracitado também defendia que a verdadeira "realização feminina" estava no cultivo das virtudes domésticas, alertando que a aproximação de ideias distintas do que pregava a doutrina católica levariam ao "esvaziamento do lar" e à "corrupção da juventude" (*Voz Diocesana*, ano I, nº 1, 1947, p. 2). Esse discurso vinculava a estabilidade social à manutenção de uma ordem familiar, mas agora apresentando a mulher como guardiã moral contra as "forças dissolventes" do comunismo e do liberalismo moderno. No entanto, a retórica ignorava contradições, pois na América Latina, as Ligas Católicas Femininas, mostravam como a participação pública das mulheres era instrumentalizada para reforçar valores, como a obediência ao Estado e à Igreja:

Ao falar as 1500 delegadas de 32 países que assistiram ao II Congresso da União Internacional das Ligas Femininas Católicas, sua Santidade Pio XII

assentou quatro princípios que a mulher católica moderna deve seguir para cumprir integralmente seus deveres individuais e sociais. Estes quatro princípios se referem à firmeza na fé, a pureza espiritual, ao comprimento da doutrina social da igreja e a atividade da mulher no campo político [...] A última ideia do Santo Padre constitui uma exposição da doutrina católica sobre o papel e o lugar da mulher na vida política, esclarecendo a propósito que não há necessidade de discutir sobre a questão de se as mulheres devem ou não dedicar-se em massa às atividades políticas, “pois a maior parte de vós deveis dar o melhor que tendes, a maior parte de vosso tempo e parte mais escolhida de vosso coração aos cuidados do lar da família” (grifos meus, *Voz Diocesana*, ano I, nº 1, 1947, p. 2).

Nesse sentido, o papa condenava a participação das mulheres em carreiras políticas, enquanto reforçava sua suposta “função natural” para o cuidado familiar, mas tudo isso, promovendo sua presença pública nos espaços de movimentos católicos. A presença das mulheres no mundo público, “além lar”, só seria bem quista se estivesse a serviço da fé e da Igreja Católica. As normas de comportamento para cada membro da família eram pautadas na estigmatização da mulher dócil, virtuosa e virginal; do homem autoritário e provedor e dos filhos obedientes.

O jornal *Voz Diocesana* não poupou discursos que buscavam demonstrar o caminho adequado para constituir uma família moralmente admirável, elevando sobretudo a urgência do matrimônio, sacramento indispensável na vida de todos os cristãos, especialmente das mulheres, cuja virtude era medida por sua adesão ao papel de esposa e mãe. A representação da “mulher para casar” girava em torno de atributos como recato, dedicação ao lar e abnegação, enquanto qualquer desvio desse padrão era associado à promiscuidade ou à frivolidade. Essa construção dicotômica fica evidente na metáfora dos “relógios” utilizada pelo jornal em 1954:

As moças elegantes e da moda são como relógios de torre; todos os contemplam mas acham difícil chegar até elas. Estão muito altas. Sobre tudo as muito orgulhosas e vaidosas. As moças bonitas mas levianas são como os relógios de música. A princípio agradam e divertem mas depois aborrecem. As moças ricas são como relógios de ouro. Apenas as vêm perguntam logo o preço e quanto possuem. As moças faladeiras, as que falam por todas as juntas são despertadores disparados, cansa os ouvidos. E as moças sensatas, caseiras, sempre prontas para o trabalho, piedosas, humildes e distintas, cheias de pudor e recato? Estas são como o pêndulo do relógio, sempre em movimento com o passado, devagar e em silêncio trabalham e regula todo o mecanismo. Sempre seguras e firmes (Brandão, *Voz Diocesana*, ano VI, nº 179. 1954, p. 2).

As moças “elegantes e da moda” eram comparadas a relógios de torre, sendo admiradas, mas inacessíveis; As “levianas” a relógios de música, sendo efêmeras e irritantes;

As "ricas" a relógios de ouro, reduzidas a seu valor material; As "faladeiras" a despertadores, sendo incômodas e barulhentas. Em contraste, a moça "sensata, caseira, piedosa e cheia de pudor" era simbolizada pelo pêndulo do relógio: invisível, mas essencial, trabalhando "em silêncio" para regular todo o mecanismo familiar (*Voz Diocesana*, 1954). Aqui, a verdadeira feminilidade estava na capacidade de servir, sem questionamentos, à estrutura doméstica e religiosa.

Esses moldes de feminilidade, com contornos tão bem definidos, em partes, possui raízes nas políticas higienistas. Segundo Margareth Rago (1985, p. 62), o modelo normativo de mulher forjado desde meados do século XIX combinava fragilidade e soberania, abnegação e vigilância. Voltado inicialmente às jovens da elite e depois às trabalhadoras, exaltava virtudes burguesas como laboriosidade, castidade e esforço individual, moldando a figura da esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva porém assexuada, mesmo diante das demandas da urbanização e do desenvolvimento econômico que requisitavam sua presença e atuação no espaço público e no mundo do trabalho. Rago interpreta esse movimento como parte de um processo de “colonização da mulher”, sustentado por estratégias de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores que, a partir de um olhar normativo e controlador, buscavam disciplinar o operariado e consolidar um ideal burguês de família como modelo único e legítimo.

E para alcançar a abnegação e comportamento ideal, a mulher, desde sua infância, deveria conduzir sua vida em direção a “alcançar um marido”, a coluna *Respeito e desobediência aos pais*, publicada no dia 30 de abril de 1952 demonstra como discurso era construído:

Desconfiai de uma donzela que falta com respeito aos pais, responde-lhe grosseiramente ou lhe desobedece, pois, é de se supor que assim como não foi boa filha, também não será melhor esposa. Desconfiai, ainda quando durante o namoro, se vos mostrar amável como um anjo; serão sempre amabilidades de circunstância, virtudes forçadas, um engodo apenas [...] Emancipada da autoridade paterna, procurar libertar-se também da autoridade do marido e, por dá cá aquela palha levantar-lhe-a alterações, semear-lhe-a discórdias. A todas essas, um infeliz imprudente, que tomou esta cruz as costas, terá apenas a consolação de repetir resignado: o culpado sou eu, assim o quis (*Voz Diocesana*, ano V, nº 8, 1952, p. 2).

O texto do jornal aborda a mulher “emancipada da autoridade paterna” que, ao querer se libertar também do domínio do marido, rompe com a estrutura esperada pela ordem patriarcal. O comportamento é interpretado como indisciplina, rebeldia e, portanto, como ameaça à estabilidade familiar. Há uma descrição da mulher que desrespeita os pais como

alguém incapaz de ser uma “boa esposa”, um discurso que encontra eco na teorização de Carole Pateman sobre “contrato sexual”, em que a autoridade do pai é transferida diretamente para o marido. Conforme Pateman (1993), embora o contrato social prometa liberdade para os homens ao romper a submissão à autoridade paterna, ele simultaneamente institui a sujeição das mulheres ao domínio masculino, agora mediado pelo casamento. Assim, a figura da esposa se torna objeto do contrato, exatamente como indicava o Código Civil de 1916, que vigorava no momento de produção e circulação dos discursos do jornal *Voz Diocesana* analisados.⁴⁴

Como destaca Pateman (1993), o patriarcado não desaparece na modernidade, mas se reinscreve socialmente em novas formas públicas de controle sobre as mulheres. Heleieth Saffioti (2015) também defende que o patriarcado não é um resquício do passado, mas uma estrutura que se adapta e se articula com o capitalismo, reproduzindo-se tanto na esfera privada quanto na esfera pública das sociedades contemporâneas. E esse discurso moralizador do *Voz Diocesana* é exemplo de como a tentativa de controle sobre o comportamento das mulheres era reafirmado de modo coletivo e normativo, inclusive pela mídia confessional. A mulher ideal, segundo esse modelo, é a que transita silenciosamente da obediência ao pai para a obediência ao marido, reafirmando, assim, a continuidade do patriarcado sob novas roupagens institucionais e discursivas.

Além da exigência de submissão aos homens da família, o comportamento ideal também era regulado em em outros aspectos do cotidiano, inclusive na forma de se vestir, como no caso da coluna “Um espetáculo triste e vergonhoso”, de 1955:

O Santo Padre, mais uma vez, se manifestou contra as modas e imodestas e pouco decentes. Especialmente no verão isto se torna mais lamentável, pois há a desculpa do calor, as praias [...] Temos obrigação de enfrentar a opinião geral e usarmos somente aquilo que a nossa consciência julgue de acordo com as leis da modéstia e da decência. Não nos devemos esquecer que não deixamos de ser a base onde se constroem os lares cristãos (*Voz Diocesana*, ano VII, nº 192, 1955, p.2).

A mesma mulher que era celebrada como “alicerce do lar”, via sua agência concreta negada, pois sua autoridade moral existia apenas para servir ao projeto familiar cristão, nunca

⁴⁴ O conceito de “contrato sexual”, desenvolvido por Carole Pateman (1993), refere-se a um pacto não declarado que fundamenta a hierarquização de gêneros na sociedade moderna. Segundo a autora, por trás do contrato social que institui liberdade e igualdade entre os homens, existe um contrato anterior e implícito, pelo qual as mulheres estariam em posição de sujeição. Formalizado principalmente através do casamento, esse contrato concede aos homens direitos sobre os corpos e a sexualidade das mulheres, garantindo a manutenção do patriarcado sob novas formas.

para contestá-lo. O “dever de modéstia” (*Voz Diocesana*, 1955, p.2) era, assim, uma forma de garantir que o “corpo feminino” permanecesse dócil, tanto simbolicamente, como emblema do lar; quanto materialmente, como propriedade do homem.

Embora textos que construíssem a “boa moça”, “esposa requintada” fossem muito mais comuns no jornal, engana-se quem deduz que a atribuição de estereótipos fosse relegada somente às mulheres. Em “*O ABC... que as esposas esperam de seus maridos*”, publicado em 29 de fevereiro de 1960, encontramos uma lista que enumerava comportamentos e traços que os maridos deveriam performar para corresponderem às expectativas das esposas:

Afável, altruísta, amigo, asseado, atencioso. Benigno, benévolo, bondoso. Caridoso, carinhoso, católico, clemente, convincente, corajoso, cortês. Dedicado, digno, discreto, distinto. Econômico, equilibrado, espirituoso. Fiel, firme, franco,. Generoso, gentil. Hável, honesto, honrado, humano. Imparcial, indulgente, inteligente. Jeitoso, justiceiro. Laborioso, lhal, lhano, liberal. Másculo. Natural, nobre. Objetivo, observador. Paciente, polido, prático, previdente, probo, prudente. Quase autoritário. Razoável, religioso, resoluto, reto. Sadio, serviçal, simples, sincero. Tenaz, trabalhador, tratável. Útil. Valente, valoroso, virtuoso. Xaradista, quando ela estiver brava. Zangado, quando ela exagerar (*Voz Diocesana*, ano XIV, nº361, 1960, p. 1).

A coluna, ao listar qualidades esperadas no marido ideal, encenou uma performance de gênero que reforça masculinidades normativas vinculadas à moral católica dos anos 1950. Traços como “ másculo”, “corajoso” e “quase autoritário” naturalizam o marido como provedor e figura de autoridade. Apesar disso, “carinhoso” e “atento” dissimulam essa hierarquia com traços de afeto, algo que surge como características desejadas pelas esposas em seus maridos. Contudo, a lista demonstra contradições: como ser “gentil” ou “razoável” sem abrir mão da autoridade?

Judith Butler (2000) enfatiza que a performance de gênero não se restringe à feminilidade, mas também à masculinidade, ambas sustentadas por um sistema binário que opera mediante a coerção heteronormativa. A masculinidade heteronormativa não é um atributo inerente, é performada através de gestos, linguagens e comportamentos que reiteram hierarquias de poder, como a negação da vulnerabilidade e a exaltação de atitudes autoritárias expressas no trecho do jornal.⁴⁵

⁴⁵ A performatividade de gênero, conforme teorizada por Judith Butler, refere-se aos atos, gestos e comportamentos repetidos que constroem socialmente a ideia de masculinidade, feminilidade ou outras identidades, conforme normas culturais. A performatividade desloca a compreensão essencialista de identidade ao afirmar que o gênero não é uma expressão de uma interioridade prévia, mas um efeito produzido pela repetição ritualizada de atos socialmente codificados. Essa repetição não se limita à mera encenação de papéis, mas constitui a própria materialidade do corpo como um texto cultural, onde normas de gênero são inscritas e naturalizadas.

Quando a masculinidade é performada como antítese do "feminino", ela reforça a lógica falocêntrica que desvaloriza atributos associados às mulheres. E ao internalizar atributos culturais que associam masculinidade à racionalidade, força e controle, os corpos masculinos são disciplinados a negar expressões consideradas "femininas", perpetuando por um lado, masculinidade compulsória, e por outro, e o machismo, por construir uma representação de mulheres como frágeis e desobedientes, como vimos nos trechos do jornal. Esse processo é resultado de uma violência simbólica que pune desvios à normatividade. A performatividade, portanto, não é um ato individual, mas uma prática coletiva regulada por instituições como a Igreja Católica, a família, as estruturas jurídicas; que legitimam a divisão binária como "natural".⁴⁶

Nos discursos sobre família veiculados pelo jornal *Voz Diocesana*, há uma "função de gênero", onde o casal deveria performar seu papel, que era rigidamente atrelada aos papéis parentais: à mãe-esposa cabia o cuidado doméstico e afetivo, enquanto ao pai-provedor competia a condução material e moral da família. A lista de "10 Desordens" publicada em 1948, expunha o pânico católico diante de qualquer flexibilização desses papéis:

1. Um chefe de família sem religião.
2. Uma dona de casa passeadeira.
3. Mães que não vigiam os romances que os filhos leem.
4. Mães que não dão ocupações às filhas.
5. Pais que criam os filhos nas ruas.
6. Moços que não sabem escolher amigos.
7. Maus livros e maus cinemas.
8. Ricos que se esquecem dos pobres.
9. Pobres que esquecem a pobreza de Cristo.
10. Cristãos que esquecem suas pobres almas (*Voz Diocesana*, ano II, nº 20, 1948, p.4)

É possível perceber que há a criação de uma vinculação de "desordem" social à uma "falha" na execução dos papéis de gênero no âmbito da família. Um vínculo que reforçava a família como espaço legítimo de reprodução da normatividade, onde mães vigiavam corpos e os pais governavam a moral. Havia, nesse sentido, um esforço para realizar uma disciplinarização da estrutura familiar, passando desde o comportamento dos pais, até das

⁴⁶ Butler (2000) argumenta que a subversão dessas normas ocorre justamente na exploração das fissuras do performativo, como a adoção de estilos não binários, que expõem a contingência das categorias hegemônicas. No entanto, tais atos enfrentam resistência porque desestabilizam a economia simbólica que sustenta o sexismo. Assim, a teoria da performatividade não apenas denuncia a fabricação social do gênero, mas convoca a repensar as políticas de reconhecimento além do binarismo, questionando as bases mesmas de uma cultura que ancora a opressão na ilusão da naturalidade.

crianças. A mãe seria considerada negligente por falhar na educação moral dos filhos e filhas, enquanto o pai, “chefe da família”, não deveria abrir mão de sua autoridade, mantendo os filhos sob seu campo de visão.⁴⁷

Esse processo de disciplinarização, como analisa Margareth Rago (1985), não era novo, pois desde as reformas higienistas e morais do início do século XX, a infância foi alvo de projetos que a entendiam como "matéria moldável", a ser afastada dos perigos do espaço público e enquadrada nos domínios "seguros" do lar e da escola. A autora demonstra como essa pedagogia já era estruturada por gênero, onde meninos eram preparados para a vida pública, antecipando seu papel de provedores, e meninas, doutrinadas para o lar, como futuras guardiãs da pureza e dos afazeres domésticos. Nos anos 1950, no caso do discurso católico em foco, essa lógica se manteve, porém com um revestimento sacralizado, onde a "desordem" familiar além de uma falha social, seria também um pecado contra a ordem divina, já que a família era tida como "célula sagrada" da sociedade.

Os discursos propagados pelo jornal *Voz Diocesana* também não se restringem a recomendar condutas, ou seja, construir performances, às “moças prestes a se casar”. As normatizações para o namoro ou tempo do noivado exploram o universo do controle da sexualidade, o que não é nenhuma novidade nas manifestações morais da instituição, Ronaldo Vainfas nos lembra que,

Do tempo dos Apóstolos aos dias de hoje, o cristianismo estimulou diversas manifestações morais acerca do sexo. E se houve um traço unificante de todas essas “morais”, este foi a recusa do prazer, às vezes flexível, mas sempre presente em todas as reflexões e códigos éticos fundamentados no cristianismo (Vainfas, 1986, p. 10).

A Igreja, no contexto, embora alinhada a projetos modernos de disciplinarização social, impôs uma ética singular, pois transformou a abstinência pré-matrimonial em sacramento e o “desejo da mulher” em ameaça (Del Priore, 2011; Oliveira, 2020). O texto *O Noivado*, extraído de um livro chamado *Mariófilo*, editado pela editora Vozes e republicado em primeira página no *Voz Diocesana* chama a atenção sobre o assunto:

Permita-me diga [sic] ainda algumas palavras sobre o tempo do noivado, ou aquele em que o procede. Em primeiro lugar, não seja muito longo esse tempo. O noivado muito prolongado prejudica a boa disposição dos noivos. É fonte de muitas tentações. Dá ocasião a que se murmure. Podendo

⁴⁷ Além disso, a pobreza também é moralizada, revelando como o discurso absorvia desigualdades sociais através da lógica da "caridade cristã" (Voz Diocesana, 1948, p.4).

evitar-se estas inconveniências, deve evitá-las. Nunca fiques a sós; nem por poucos minutos. —Mas que desconfiança! — exclamarás. Chama-se antes prudência, cautela, decência; menina que preza a sua honra, seu bom nome, observará escrupulosamente esta regra de decência (Mariófilo, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 411, 1961, p. 3).

A virgindade e a castidade aparecem como pilares do ideal de mulher, vinculados a uma pureza que transcende a abstinência sexual para controlar todo o desejo: modos de pensar, falar e portar-se. Era exigido, além da inexperiência física, mas a encenação pública de uma identidade angelical, onde a castidade é performada em gestos e escolhas para manter seu “bom nome” e honra. Como ressalta Silvana Mota Ribeiro, essa exigência expõe a inalcançabilidade do ideal católico, pois a “pureza” só existe quando validada pelo olhar externo, nunca como experiência real. A contradição reside na ditadura da aparência: ser casta não basta, é preciso parecer casta. Os ecos dessa lógica perpetuam-se na relação das mulheres com seu corpo e sexualidade ainda nos dias de hoje, revelando como narrativas sacralizadas do passado ainda aspiram governar corpos no presente (2000, p. 18).

O tempo no noivado surge como um tempo de vigília, onde não somente a noiva deveria se manter atenta aos seus “bons modos” e preservar a sua honra, mas também seus pais deveriam vigiar suas ações, atuando como guardiões da pureza da filha. Nesse sentido, a Igreja Católica operou uma vigilância permanente, entendendo o corpo da mulher como instrumento de controle. *O noivado*, extraído do *Mariófilo* continua:

Assistam os pais às vossas conversas; ao menos esteja presente à mãe. Também na despedida não o acompanhe sozinha até a porta. Muito menos deve receber a visita dele na ausência dos pais [...] Não preciso citar exemplos tirados de outros países. O Brasil não precisa tomar lições de ninguém: há poucos anos era impossível a uma moça brasileira aceitar a visita do noivo ou falar a sós com o rapaz, na ausência dos pais. Se hoje não se observa mais esse costume, verdadeiramente brasileiro, não será para felicidade do lar (Mariófilo, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 411, 1961, p. 3).

A honra de toda a família era condicionada ao comportamento das mulheres, antes e após o matrimônio, mantendo-as sob vigilância mesmo quando casadas. Até mesmo a presença pública com homens fora do núcleo familiar era censurada, para não correr o risco de ferir a honra própria e do cônjuge (Maluf e Mott, 1998, p.368).

Algo que também merece atenção é o alinhamento da normatização do comportamento imposto a um “costume verdadeiramente brasileiro”, pois demonstra como a Igreja Católica buscou adaptar seu discurso milenar ao contexto. Como observa Sueann

Caulfield, durante o regime de Vargas, há uma constante busca da representação dos “valores tradicionais” da família atrelada a honra nacional:

[...]a honra sexual era a base da família, e esta, a base da nação. Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização – termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas – causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social (Caulfield, 2000, p. 26).

Na Era Vargas, “a honra sexual feminina” foi elevada a questão de interesse público, associando a “pureza” das mulheres à integridade da pátria, estratégia que a Igreja abraçou ao vincular sua doutrina ao um projeto nacionalista, consolidando alianças importantes, como a presença central de Dom Sebastião Leme Cintra no cenário político, os assuntos da revista *A Ordem* e sua difusão ou o projeto e atuação da Liga Eleitoral Católica, assuntos mencionados no capítulo anterior. Como aponta Sueann Caulfield (2000), a defesa da família tradicional não era apenas moral, mas política, pois a modernização era vista como ameaça à estabilidade social, e a Igreja posicionou-se como guardiã contra o “caos” representado por mudanças nos costumes. A insistência em temas como virgindade e castidade pelo discurso católico, repaginados no contexto sob novas retóricas, neste caso, revela também uma reinvenção política de uma instituição que buscava manter relevância em meio a debates políticos.

Nos anos 1950, essa aliança se manteve através da defesa intransigente da família sacramental e da oposição ao divórcio. O artigo “Amor, Casamento, Divórcio” (1953), de Fulton Sheen, exemplifica como o discurso católico atualizava seus argumentos para o contexto moderno:

O simples fato de que um homem e uma mulher procure um novo cônjuge (exceto em caso de vez viuvez), é uma prova de que na realidade não houve amor algum, pois se há uma compensação para o desejo sexual, não há para o amor. O desejo do sexo é por um prazer. O do amor, por uma pessoa. [...] a isto a mulher se escraviza, pois ela é muito mais uma criatura do tempo do que o homem e a sua segurança se torna cada vez mais precária a medida que os anos passam. Ela está sempre mais preocupada com a idade pensa mais no casamento em termos de tempo. Isso se dá porque o homem tem medo de morrer antes de haver vivido mas a mulher é basicamente um ser que teme morrer antes de haver concebido (Sheen, *Voz Diocesana*, ano V, nº 18, 1953, p. 3).

Sheen reafirmava a indissolubilidade do casamento como a única forma legítima de união entre um homem e uma mulher ao distinguir o amor do prazer sexual. E tratando das diferenças entre os sexos que seu discurso revela de forma ainda mais clara seu teor

conservador: enquanto o homem seria movido pelo medo de "morrer antes de haver vivido", a mulher seria "um ser que teme morrer antes de haver concebido". Uma afirmação que detona a ideia da maternidade como destino natural das mulheres, refletindo como a doutrina católica associava a mulheres à função reprodutiva. Essa concepção será aprofundada na análise a seguir, que examina como os discursos eclesiásticos representavam a maternidade como uma missão sagrada.

Sobre a questão dos discursos sobre a família, percebemos, portanto, que o jornal, ao adaptar suas retóricas sem abrir mão de seus princípios, transformou a "família tradicional" em um campo de batalha político. Mais do que defender valores, tratava-se de manter o poder de definir quem pertencia, ou não, à ordem social legítima. Um legado que seguiu influenciando debates que mobilizaram gênero e família no Brasil (Simões, 1985). Nesse sentido, a partir dos pressupostos teóricos de Joan Scott (1995) e de Judith Butler (2000), entendemos a família como uma instituição, e que o enaltecimento da família nuclear conjugal contribui para a permanência da performatividade da cisheteronormatividade e da atribuição de papéis distintos aos gêneros. Estudar essa instituição é, portanto, como abrir uma janela para refletir sobre um dos pilares que sustentam as hierarquias de poder. E para o caso desta análise, compreender como a insistência em modelos ideais de família estão atrelados à normatização dos papéis das mulheres e das formas de feminilidades.

2.2 A Maternidade: Eixo da “Identidade Feminina”

Os trechos do livro *Mariófilo* publicados no jornal *Voz Diocesana*, mencionados anteriormente (página 73) nos direcionam para uma reflexão importante no que diz respeito aos papéis atribuídos às mulheres pela Igreja Católica. Embora não tenhamos encontrado muitas informações sobre a publicação, alguns dados nos revelam que *Mariófilo* era uma coletânea da editora *Vozes*, que tinha como objetivo estabelecer condutas marianas às mulheres católicas. Em outras palavras, buscava normatizar o comportamento das mulheres através do que se podia extrair do arquétipo da Virgem Maria.⁴⁸ A respeito das recomendações

⁴⁸ Ao que tudo indica, os trechos encontrados no jornal *Voz Diocesana* se referem ao *Mariófilo - Às portas do casamento* (1953), que tratava sobre as normas para o tempo do noivado. Não conseguimos acesso à fonte primária de forma integral, mas algumas informações estão disponibilizadas no site da livraria *Sagrados Tesouros*, inclusive seu sumário: “I. Uma visão; II. A Santidade do Estado Conjugal; III. O exame: 1. As Qualidades Físicas; 2. Qualidades Morais; IV. O pretendente; V. A consulta; VI. O noivado; VII. A aliada; VIII. Conclusão”. Também foi possível investigar que a coletânea existia a pelo menos uma década, pois encontramos uma edição de *Mariófilo - Assim deveis rezar*, lançada no ano de 1944.

de castidade para o noivado, o trecho “*O noivado*”, anteriormente analisado termina com a provocação:

Boa filha de Maria, desculpa haver eu falado tão francamente, mas era preciso dizer a verdade. Tenho convicção de que não precisas deste aviso. Tua medalha lembrar-te-á qual deve ser o teu procedimento. Tenho fé que nunca envergonhará a sua Mãe. Imaculada e que nada fará que possa dar motivo à censuras ou desconfianças de uma filha de Maria (Mariófilo, Voz Diocesana, ano XV, nº 411, 1961, p. 3).

O trecho ressaltava como a conduta das “filhas de Maria” deveria estar alinhada à reverência da santidade. Desse modo, além do pesado jugo dos pais sob as filhas, havia também a instrumentalização do discurso da vigilância espiritual, pois uma boa filha de Maria não trataria com desonra sua fé, uma vez que o rompimento da castidade envergonharia sua *Sempre Virgem Mãe*. Sobre este assunto, é interessante observarmos que a elevação da Virgem Maria como modelo perfeito de mulher-mãe nada tem de natural, remete ao século XVI e a necessidade de uma nova representação de tipo ideal de mulher.

Ana Maria Colling, em seu livro *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*, sugere que historicamente, o cristianismo, ao instituir o casamento monogâmico como um sacramento e pilar para a formação da sociedade, teria exigido também uma resignificação simbólica daquilo que seria entendido como “ideal de feminino”. O “modelo anterior”, ou seja, a representação de mulher mais utilizada pelo cristianismo, era o de Eva, um símbolo da queda e da tentação. O modelo de Eva não mais atendia às demandas de uma Instituição que idealizava a mulher como parceira estável e mãe devota, necessária para garantir a fidelidade conjugal do matrimônio católico. Maria surge, então, como uma figura que sintetiza a virgindade como pureza e a maternidade enquanto função social. (2014, p.63-77).

Colling (2014, p.73), versando sobre as falas de Teresa Joaquim (1997), aborda que essa construção mitológica reflete projeções do imaginário masculino sobre o corpo e o papel das mulheres, as reduzindo a funções reprodutivas e morais vinculadas a maternidade santificada de Virgem Maria. A valorização mariana, nesse sentido, se consolidou tardiamente, como uma resposta as tensões sobre a necessidade de uma nova representação católica de mulher, vinculadas, com o passar do tempo, à características atrativas ao olhar masculino direcionado à procura da “mulher para casar”.

No entanto, o processo de exaltação das honrarias de Maria no discurso católico foi gradual e permeada por outras representações já enraizadas no imaginário, pois durante

séculos, teólogos medievais, como Agostinho e Tomás de Aquino, associaram as mulheres à fragilidade moral herdada de Eva, enfatizando seu papel como meras "procriadoras" de fiéis (Colling, 2014). À “mulher real” restou um duplo vínculo, atribuída a culpa por jamais corresponder ao ideal mariano (afinal, como seria possível ser virgem sendo mãe?) e, simultaneamente, associada a herança pecaminosa de Eva.

A perfeição inalcançável de Maria, nesse sentido, funcionou como um mecanismo de controle, naturalizando questões como a maternidade ou a docilidade sob a aparência de devoção. Mesmo muito distante de onde se enraiza esse arcabouço do discurso moral, veículos de comunicação da Igreja no século XX continuavam exaltando a maternidade abnegada e virginal como um eixo da “identidade feminina” por diversas vias e estratégias. No jornal *Voz Diocesana* percebemos como a maternidade e a função de “salvar os filhos” era construída através da trajetória das mães santas, compreendidas como idealizações e exemplos de boas mães:

[...]Santa Branca dizia a seu filho São Luís, rei de França, que antes queria vê-lo morto do que pecador. Santa Mônica, diante dos desvios de seu filho Santo Agostinho, não por culpa sua que levou seus passos desde o berço, mas por desígnios de Deus, que queria talvez extrair do coração mártir dessa mãe santa, um dos maiores ornamentos da sua Igreja, levou anos após anos em orações e penitências, chorando lágrimas em tanta abundância, que segundo a história correram pelo chão. Foi grande perante Deus, Margarida mãe de Dom Bosco, que enraizou no coração e na mente de seu filho a presença contínua de Deus. Grande foi também Maria Madalena, mãe do Beato Pedro Julião Eymard, não cessando de oferecer a Deus o seu filhinho e ensinando-o desde cedo a amar a virtude e o sacrifício. Grandes foram as mães do Servo de Deus Dom Orione e de Santa Maria Goretti. E que escrínio de virtudes não foi o coração é a alma da mãe de Santa Teresinha, onde nutriu e ganhou seiva a bela e mimosa florinha de Lisieux! E se continuássemos, não cessaríamos de enumerar as mães santas, onde quase todos os santos foram buscar as raízes de sua santidade (*Voz Diocesana*, ano XV, nº 406, 1961, p. 1).

O texto intitulado *A Missão de Mãe* foi publicado na primeira página da edição de 20 de julho de 1961. Nele percebemos que a construção da maternidade cristã idealizada articula-se não apenas na figura de Maria, mas também em outros modelos que reforçam o sacrifício materno como via de abnegação. Como a mencionada Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho, que teve sua trajetória marcada pelo sofrimento e resignação, cujo ápice é a recondução do filho "rebelde" à fé cristã.

Rachel Soihet (1986) argumenta que a maternidade é construída como um mito cultural, manipulando mulheres desde a infância por meio de estímulos que as levam a

enxergá-la como um destino inevitável, sem espaço para escolha ou alternativas. As mães santas mencionadas no jornal traduzem uma parte importante desse debate: É possível identificar através da ótica do jornal como as mães eram construídas como um pilar fundamental para a sociedade, pois seria através do amor e sacrifício materno que os filhos e filhas de Deus conseguiriam renunciar ao pecado e alcançar a santidade. Como renunciar a maternidade se esta é compreendida como a chaga da salvação humana diante da perdição?

Lucena (2009, p. 184) percebeu que as representações de gênero do jornal *Lar Católico* Tais tenham por “finalidade incitar práticas que envolviam a conscientização dos pais a respeito da necessidade de retardar o namoro, para que este não interferisse nos estudos dos jovens, da necessidade de vigilância dos horários, locais e condutas sexuais dos filhos”. No *Voz Diocesana*, os discursos sobre o “cuidar” dos filhos também são elaborados através desse zelo exacerbado, passando pela prática da vigilância do comportamento dos filhos. Em “Se és Mãe...”, publicado na terceira página do jornal em 30 de setembro de 1949, quatorze conselhos para a criação dos filhos foram enumerados para as mães, sendo alguns deles:

- [...] — Nunca deixes ao alcance de teus filhos livros que não possam andar nas suas mãos.
- Lembra-te que a mais insignificante das tuas atitudes, o mais apagado dos teus gestos, diante dos teus filhos pode ter para eles uma repercussão incalculável.
- Se tiveres de sacrificar os seus momentos de divertimento lícito para acompanhares os teus filhos, não hesites. Garanto-te que não te arrependerás
- Quando te sentires enervada, mal disposta, lembra-te que teus filhos precisam que te mantenhas sempre calma, serena e sorridente.
- Nos momentos difíceis, em que te encontres só, a braços com terríveis dificuldades, não esqueças que é então que tens de te manter mais forte diante deles
- Lembra-te que teus filhos tem uma alma pela qual se assemelham ao próprio Deus em uma missão a cumprir da qual não tens o direito de conscientemente os desviar (grifos meus, *Voz Diocesana*, ano II, nº 17, 1949, p. 3).

A existência dos filhos, nesse sentido, deve ser rigidamente moldada através da vigilância, como percebido em "nunca deixes ao alcance livros que não possam andar nas suas mãos" (*Voz Diocesana*, 1949). Cabe refletir também que a supervalorização da influência materna em "o mais apagado dos teus gestos [...] repercussão incalculável", revelam uma lógica de domínio em que a mãe ao mesmo tempo em que é responsabilizada pelo físico, pelo caráter e pela espiritualidade da prole, é também guiada a se advertir em todas as suas ações pensando em como elas serão percebidas pelo outro, independe de suas próprias percepções ou sentimentos.

Como ressalta Guariza (2009), a mulher deveria conter em si, para a Igreja Católica uma “fé comunicativa”. Caberia às mães desempenhar com esmero a função de educar os filhos, uma vez que apenas elas seriam capazes de garantir-lhes uma conduta moral exemplar. As diretrizes apresentadas em “Se és Mãe...”, como "sacrificar os momentos de divertimento lícito" e manter-se "sempre calma, serena e sorridente" , também reforçam o ideal materno inatingível, baseado na supressão sistemática das necessidades individuais. A mulher é instruída a apagar suas emoções, "enervada, mal disposta", e a priorizar exclusivamente o bem-estar dos filhos, mesmo em situações de exaustão, como expresso em "momentos difíceis"; “terríveis dificuldades” (*Voz Diocesana*, ano II, nº 17, 1949, p. 3). Esse apagamento da subjetividade materna ecoa a crítica de Simone de Beauvoir (1980) em *O Segundo Sexo*, para quem a maternidade é compreendida como uma forma que reduz a mulher a um "instrumento da espécie", negando-lhe a condição de sujeito autônomo.⁴⁹

A construção discursiva da "boa mãe católica" operava como mecanismo de culpabilização, vinculando o valor da mulher à conformidade dos filhos às normas sociais e religiosas. Se as crianças transgrediam expectativas, a responsabilidade recaía sobre a mãe, acusada de falha educativa e moral. Além disso, o discurso católico naquele contexto dialogava com aspectos de combate às “modernidades”, como modas "imodestas" ou educação secularizada, ou autonomia das mulheres, associando-a ao "declínio das gerações", assim como percebemos na coluna “Serviços domésticos”, publicada no *Voz Diocesana* em 1951:

A mãe cristã que sabe é dever seu abrigar a filha como delicada da flor, para que nada lhe empane o brilho da inocência, não a exporá na idade das ilusões ao ar pestífero do sensualismo e da incredulidade. Pelo que, zelando nela, como nos teus filhos, o asseio e a higiene, o conveniente ornato do vestir, não esquecerá que o principal ornamento de seu sexo é a modéstia e o pudor, e a principal elegância a gala de todas as virtudes. Não lhes permitirá, pois, essas modas extravagantes e indecorosas que as diminuem e envelhecem aos olhos da boa razão, dos costumes e pela decadência das gerações[...] (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 12, 1951, p. 3).

No trecho, a mãe que “falha” em impedir que a filha use roupas “indecentes” é julgada tanto por não cumprir seu papel cristão e tanto por “corromper” a sociedade. Isso porque a figura materna idealizada deveria ser simultaneamente afetuosa, resignada e disciplinadora, e

⁴⁹Além disso, o texto também se preocupava com a postura das mães ao conversarem coisas consideradas inapropriadas para a idade das crianças, com a presença da mãe nas brincadeiras cotidiana dos filhos, além de mencionar a importância da agência dos filhos com relação ao desenvolvimento de suas capacidades e a ponderação nos momentos de aplicar os castigos necessários (Se és Mãe..., 1949).

transmitir esses modos de comportamento às suas filhas. A respeito das normas de vestimenta baseadas na modéstia, Ana Cláudia Ribas menciona que na década de 1930, os discursos católicos condenaram de forma mais enfática as vestimentas, chegando a demarcar o cumprimento ideal para cada peça. De acordo com a autora, “esses discursos vão se modificando durante a década de 1940, e durante a década de 1950 já se resumem a criticar “as modas”, sem se referir aos tamanhos das saias e mangas” (2009, p.86).

Ainda assim, no jornal *Voz Diocesana*, o assunto surgia com frequência, sobretudo para traçar a modéstia como uma característica fundamental nos contornos da feminilidade. Em 1954, o jornal noticiou sobre uma Cruzada Mariana que ocorreu em Chicago e contou com mais de 1000 pessoas em defesa da “boa conduta de vestimenta”, chegando a mencionar Maria como uma referência ideal de uma moda baseada na modéstia, simplicidade e elegância:

A cruzada tem por fim inculcar no coração e na mente da mulher moderna o conceito cristão da pureza e satisfazer a procura de vestidos femininos de acordo com as normas da moral. Milhares de moças americanas desejam vestir-se “a moda de Maria”, com modéstia, simplicidade e elegância [...] (*Voz Diocesana*, ano VI, nº 173, 1954, p. 2).

Assim, percebemos mais um modo distinto a respeito da instrumentalização da figura de Maria no contexto, tornando-se tornando uma referência de estética a ser seguida, através de um projeto disciplinador. Além disso, o “cotidiano moderno” das famílias abastadas, caracterizado pelas rotinas atarefadas voltadas ao trabalho, estudos e hobbies, também surge nos discursos, estes onde a mãe deveria também restringir sua existência ao espaço doméstico, exceto para atividades ligadas à fé, como é possível perceber na crônica *Mamãe*, publicada no jornal *Voz Diocesana* em 1961:

São apenas cinco horas. Todos dormem ainda, todos, menos ela, que há muito está de pé. Já arrumou uniforme e a merenda do Roberto, e pé ante pé, colocou sobre o criado de Valter e o livro que ele esqueceu na janela da copa. Agora beija de leve os cabelos de Fátima, toma o seu livro de oração e se dirige para a rua. — Onde vais senhora? — Onde te levam passos tão ligeiros? Entra na igreja. O sacerdote paramenta-se para o Grande Sacrifício. Ela se ajoelha, humilde, ignorada e, quanto amor e quantas súplicas sai de seus lábios e vai até o céu em forma de oração. “Dominum non sum dignus”. Ei-la à mesa sagrada recebendo o pão dos fortes, o Maná dos Anjos que conforta e alimenta. Compreendo agora teu heroísmo, tua abnegação, teu carinho e descubro também onde buscas a força para sorrir sempre mesmo quando teu coração tomba de dor e desfalece de cansaço. Sei que este é o teu único passeio matinal. O teu perfil, mamãe, é o perfil, de todas as mães que trocaram pela obscuridade do lar o brilho de todos os salões e pelo balbucio

das crianças a música de todas as festas. E é por isso mamãe, que hoje no teu dia eu torno público o meu afeto por ti, aquele afeto que só tu conheces. E's amor e eu sou o coração no qual vibra o amor, sonha o amor e ama o amor (Coutinho, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 401, 1961, p. 3).⁵⁰

Como ressalta Ribas (2009, p.92), algumas mudanças da sociedade brasileira na década de 1950, como um “maior acesso da mulher ao espaço público, o culto à beleza feminina, a sensualidade da moda” eram reconhecidas pela Igreja como formas de corrupção dos costumes. Sistemáticamente, a crônica supracitada constrói uma dualidade entre a realidade de uma boa mãe dedicada ao lar e a fé, e uma realidade diferente, “mundana”, da mulher que escolhesse se embelezar ou se divertir, expressa no trecho que aborda o brilho dos salões e a música das festas.

Na crônica, percebemos também que há o reconhecimento dos muitos esforços envolvidos nas tarefas relegadas às mães. Ainda assim, esses esforços são representados não através de uma problematização, mas sim como esforços dignos de serem exaltados. O afeto é direcionado à mãe justamente por sua abdicação ao seu autocuidado ou divertimento. O amor materno é compreendido como a renúncia total ao mundo público, exceto, no caso, pela presença na Igreja. Nesse sentido, há uma intensa romantização do exercício da maternidade, percebida também em outros momentos no jornal:

Qual é a mestra, que não sevê [sic] apaixonada por essas inocentes criaturas, que Deus lhes pôs nas mãos, como bola de cera, para amoldar-lhes a alma e formar-lhe o coração? Qual a mãe, que não está satisfeita, feliz e honrada com o mais belo título que existe na Terra, quando ouve pronunciar pelo filhinho amado o doce nome mamãe? Dissera Pio XII, de santa e saudosa memória, que “a mulher foi feita para ser mãe; senão no sentido físico da palavra, mas ainda no seu sentido moral”. Na criança ela concretiza seu ideal, realiza sua missão (*Voz Diocesana*, ano XIV, nº 362, 1960, p. 4).

Elisabeth Badinter (1985), em *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*, sustenta a tese de que o “amor materno” não é um instinto natural ou biológico, mas uma construção histórica moldada por interesses sociais, políticos e econômicos. A autora argumenta que a ideia de que todas as mulheres nascem com uma predisposição inata para cuidar dos filhos é um mito moderno, consolidado principalmente a partir do século XVIII na Europa, em paralelo a transformações como o surgimento da família nuclear burguesa.

⁵⁰ Chama atenção que a crônica é de autoria de uma mulher. Como mencionamos no primeiro capítulo, algumas mulheres escreviam para o jornal, em grande parte, textos literários ou informes sobre eventos católicos realizados na região. Não encontramos registros ou documentos sobre a vida ou obra da autora Cláudia de Carvalho Coutinho.

Badinter conclui que desnaturalizar o amor materno é essencial para desconstruir a maternidade compulsória e permitir que as mulheres exerçam a maternidade como escolha, não como obrigação.

Os discursos católicos em foco inscrevem nas mulheres a responsabilidade de internalizar a magnitude da “missão” de ser mãe, incumbidas de compreender e santificar o papel que lhes foi socialmente relegado. Contudo, essa mesma retórica ao mesmo tempo que glorificava o sacrifício materno como expressão de devoção divina, estigmatizava aquelas que, por contingências sociais ou escolhas individuais, não se enquadravam no arquétipo da “mãe abnegada”, como conclui a coluna *A Missão de Mãe*:

[...] Felizes nós, também, que tivemos mães cristãs, com quem aprendemos a rezar, quando aprendemos a falar. Que com elas aprendemos a amar a pureza, a honestidade, os deveres cristãos. Como é triste ver essas criancinhas, vestidas ou antes despidas como os pagãos, crescer sem o temor de Deus, seminuas sob o olhar materno! São batizadas e nascidas num país cristão, mas vivem como selvagens, não sabendo que têm alma, nem o valor dela. Pobres filhos e pobres mães! Aí essas mães que traíram a sua sublime nobre missão, podiam aplicar-se aquelas palavras duras de Jesus, dirigidas ao apóstolo traidor: melhor fora que não tivessem nascido! A Maria, modelo perfeito e acabado de mãe cristã confiemos todas as mães do Brasil (*Voz Diocesana*, ano XV, nº 406, 1961, p. 1).

Ao tratar de filhos não criados dentro dos preceitos católicos, o jornal se posiciona: “melhor fora que não tivessem nascido!”. Nesse sentido, não seria em qualquer nascimento que residiria o “milagre da vida humana”, mas essencialmente no nascimento de cristãos católicos ou de filhos e filhas que pudessem ser criados por mães católicas.

Em 1953, um artigo de Dilson de Magalhães intitulado “A mãe ou a criança?” foi publicado no *Voz Diocesana*. Este artigo também nos auxilia a refletir sobre valores atribuídos a vida em detrimento de sua “função social” pelo discurso do jornal:

A mãe, talvez seja necessária, pois que, além de ser a alegria de seu esposo, deve cuidar da educação dos demais filhos. O outro também é necessário, porquanto Não foi regenerado com as águas redentoras do batismo. Que fazer? [...] Em conclusão os médicos e as parteiras devem fazer todos os esforços para salvar a vida de ambos: mãe e criança (Magalhães, *Voz Diocesana*, ano V, nº 139, 1953, p. 1).

O texto de 1953, ao debater sobre dilema médico de salvar a mãe ou o recém-nascido em partos de risco, enunciava um ideal de preservação da vida que revelava uma lógica utilitarista por trás do discurso católico, pois a mãe era importante por sua função de

esposa-educadora, e a criança, por seu potencial de conversão representada pelo batismo. Assim, a “sacralidade da vida” pregada pelo artigo publicado no jornal era, na prática, condicional, dependente da adequação aos dogmas e normas de conduta.

É digno pontuarmos também como há uma seletividade da vida e do direito das próprias mães. No pronunciamento de Pio XI em sua carta apotólica *Casti Connunbii* (1930), é nítido como às mulheres era negado o direito ao corpo, via plena proibição do aborto ou do uso de qualquer método contraceptivo. Mas percebemos como as mães eram estigmatizadas quando a maternidade ocorria em contextos considerados “pagãos” ou “imorais” (*Voz Diocesana*, 1961). Essa preocupação se relaciona com o contexto da modernidade, como enumera Elizangela Barbosa Cardoso,

Nos anos 1920, a inserção feminina na esfera pública e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, percebidas como ameaças à maternidade, desencadeou discursos que reafirmavam que o papel feminino por excelência era o de mãe, ao mesmo tempo em que aquelas que não eram percebidas como boas mães sofriam estigmatização social (2010, p. 398).

A autora, ao investigar a construção da identidade feminina baseada no casamento e na maternidade em Teresina - PI em sua tese, menciona que a imagem idealizada da mãe católica exemplar refletia o temor da Igreja frente às mudanças que reconfiguravam a experiência das mulheres entre os anos 1940 e 1950. Havia um discurso recorrente de que as mulheres haviam rompido com os “padrões tradicionais”, acentuando-se a crítica de que as mães da época não correspondiam ao modelo sacralizado do passado. Acusava-se essas mulheres de negligenciarem sua “vocação sagrada”; falhavam, segundo o clero, ao não guiarem adequadamente a formação ética dos filhos (Cardoso, 2010, p. 419-420).

Eram consideradas falhas também quando negavam a “missão” a elas atribuídas de terem filhos, buscando métodos contraceptivos. O controle da natalidade se tornava uma preocupação cada dia maior para a Igreja Católica, nacional e internacionalmente (Cordova, 2019). Sobre este assunto no contexto, Elisângela Barbosa Cardoso (2010, p.420) nos lembra que “se trata de um tempo de alta taxa de natalidade em parte das famílias, mesmo no âmbito da classe média e da alta. Na dinâmica cotidiana, muitas mulheres estavam sujeitas a altas taxas de natalidade, de mortalidade infantil, bem como de morte materna em decorrência do parto”. No jornal *Voz Diocesana* o assunto é tratado com frequência, concretizando um combate aberto ao controle da natalidade, como na publicação intitulada *Berços Vazios*, de 1952:

Nada mais triste que um casal sem filhos! Quando isso acontece contra a vontade, nada mais resta que curvar a fronte e viver na solidão, sem o sorriso divino de criaturinhas inocentes. Quando, porém, os berços estão vazios voluntariamente, é um crime que clama vingança ao céu. Um lar sem rostinho vivos que ponham alegria e vida, mais se parece um túmulo [...] onde existem filhos, a mãe tem espírito de dedicação e o pai e o senso de responsabilidade. Se em todos os lares houvesse a presença suave das criancinhas, não haveria inúmeras separações e se evitariam tantos desastres conjugais (*Voz Diocesana*, ano V, nº 16, 1952, p. 1).

Nesse sentido, ter filhos seria a única solução para a felicidade. A menção às crianças de "sorriso divino", as situa como símbolos unicamente de pureza e alegria, ignorando as dificuldades reais da criação dos filhos, como o cansaço, sobretudo das mães, em decorrências da desigualdade de gênero (Badinter, 1985).

A Igreja Católica, conforme analisado por Cardoso (2010, p. 420), criticava veementemente o controle da natalidade fora dos métodos naturais, interpretando-o como uma violação do propósito sagrado do matrimônio, que seria a procriação. Argumentava-se que as mães modernas, ao limitarem o número de filhos, estariam desvirtuando esse princípio, sendo a abstinência o único meio moralmente aceitável para evitar concepções. Embora reconhecesse os desafios exaustivos e os sacrifícios inerentes à maternidade, fatores que, segundo a instituição, incentivavam a adoção de práticas contraceptivas. A Igreja insistia em enquadrar tais escolhas como pecaminosas, reforçando a abnegação como virtude central da identidade materna, que deveria sempre tratar a família como centro de suas ações e preocupações.

Apesar desse tipo de discurso, que buscava romantizar a maternidade e limitar a feminilidade ao maternar não ser novidade no período, algo que chama a atenção é justamente a forma com que a linguagem buscava se adaptar à realidade de um novo tempo. Em um contexto em que, como nos lembra Pinsky (2014), mulheres de classe média e alta buscavam profissionalização, educação e demonstravam novas preocupações estéticas, como o culto ao corpo "moderno" e ao consumo de bens domésticos, a Igreja reagiu domesticando essas aspirações.

A respeito desse assunto, cabe mencionar um caderno que foi publicado no jornal entre abril e julho de 1950, chamado “Para a mulher e o lar”, dedicado exclusivamente ao “público feminino”. Ocupando o espaço de uma página inteira do total de quatro páginas do jornal, o caderno reunia instruções de tricô, receitas culinárias, técnicas de limpeza e conselhos para cuidar da saúde da família. Havia até “desafios para exercitar a inteligência da

mulher”, um tópico que revelava a visão misógina de que as mulheres eram naturalmente limitadas em sua capacidade de raciocínio (*Voz Diocesana*, 1950). Vejamos alguns trechos:

O frio aproxima-se. Quer confeccionar você mesma um agasalho para seu filhinho? Siga a receita que lhe apresento e terá como resultado uma linda capa [...] (*Voz Diocesana*, ano III, nº 7-8, 1950, p. 4).

Vestuário - É indispensável para a mulher moderna e a mãe de família, o conhecimento do corte e costura. O bom senso será nosso guia na escolha das modas e dos tecidos. Fuja do barato vistoso. Comprar somente aquilo de que se realmente necessitamos. Esforçarmo-nos para aproveitar e reformar. Educar o gosto. Iniciar nossas filhas em corte e costura, bordados, tricôs, etc. (*Voz Diocesana*, ano III, nº 14, 1950, p. 3).

Conselhos úteis - Se as roupas estão com anil demais, deve-se enxaguá-las de novo com água pura e um pouco de vinagre (*Voz Diocesana*, ano III, nº 7-8, 1950, p. 3).

Herança Terrível - A sífilis passa do organismo materno ao filho, durante a gravidez. Sinais de sífilis em criança recém-nascida revelam que a mãe também tem sífilis, mesmo quando a mãe não tenha manifestado quaisquer manifestações da doença. Nesse caso, senhora, procure logo um médico para um tratamento adequado (*Voz Diocesana*, ano III, nº 7-8, 1950, p. 3).⁵¹

Com uma aparência de inovação, o caderno revestia práticas tradicionais de um suposto "progresso". Dicas de corte e costura ensinavam a confeccionar roupas para maridos e filhos; indicações de leitura filtravam o acesso ao conhecimento, limitando-o a obras moralmente "seguras"; receitas publicadas, ainda que incluíssem eletrodomésticos, como batedeiras e geladeiras, símbolos da “era dourada”, reforçavam que a cozinha era o território sagrado da mulher (Pinsky, 2014). A sutileza estava em associar modernidade a serviço doméstico, pois ao mesmo tempo que se apropriava de elementos do novo consumismo, como os eletrodomésticos e a moda, o discurso esvaziava o potencial emancipatório do contexto, convertendo-os em ferramentas para aprimorar a dedicação ao lar.

Assim, o discurso católico encontrado nas páginas do *Voz Diocesana* não condenava abertamente as mudanças sociais, mas reconfigurava seus significados. A "mulher moderna" podia estudar, desde que para educar melhor os filhos; podia cuidar da beleza, desde que para agradar ao marido; podia usar tecnologia, desde que para servir à família. A maternidade, portanto, seguia como núcleo imutável da identidade da mulher e da forma única de

⁵¹ Um artigo de opinião de Clóvis Machado publicado em abril de 1957 também abordava sobre a saúde da mulher e a sífilis, mas relacionando sua relação com a nicotina. Mencionando que as mulheres deveriam parar de fumar, sobretudo se desejassem parir um bebê inteligente e bonito. O artigo que mais uma vez para abordar a saúde da mulher mencionava a saúde de seus filhos, terminava dizendo: “Para ganhar do álcool e da nicotina, somente a sífilis” (Clóvis Machado, 1957, p.3)

feminilidade imposta, mesmo em meio a transformações. Uma forma de frear, sob roupagem atualizada, o avanço de pautas como igualdade de gênero e liberdade reprodutiva.

2.3 Campanhas antivorcistas

Um assunto que também merece atenção na análise é o tema do divórcio, um dos mais recorrentes no jornal. Isso porque, no contexto, alguns debates a respeito da legalização do divórcio avançavam e ganhavam notoriedade na opinião pública no Brasil, e por isso o tema se configurava como uma das maiores preocupações da Igreja Católica naquele momento em que o Código Civil de 1916 ainda dava as diretrizes para o assunto.⁵² Carla Pinsky (2014) enumera que, até a aprovação da Lei do Divórcio em 1977, a legislação brasileira permitia apenas o desquite, uma forma de separação que mantinha intacto o vínculo matrimonial, mesmo após o fim da convivência conjugal:

A sociedade conjugal e a obrigação da vida conjunta terminam com o desquite, mas o vínculo matrimonial continua existindo entre o casal. Com a separação da sociedade conjugal, cada membro torna-se independente do outro, mas há deveres que não se extinguem como: o da fidelidade, o da pensão alimentícia e o da guarda e criação dos filhos menores. O desquite pode ocorrer por mútuo consentimento (depois de dois anos de casados) ou por justa causa (se um dos cônjuges for considerado culpado de algum dos seguintes motivos: adultério, com penas previstas no Código Penal; tentativa de morte; abandono voluntário do lar durante dois anos seguidos; sevícia ou injúria grave) (Pinsky, 2014, p. 377)

Ainda que a legislação brasileira, alinhada aos preceitos católicos, não admitisse o divórcio, setores da intelectualidade e da política passaram a defender sua regulamentação, argumentando que a impossibilidade de dissolução do vínculo conjugal contrariava as necessidades de uma sociedade em modernização, como analisa Marluce Dias Fagundes (2023). A “grande imprensa”, por sua vez, amplificava esses debates, contribuindo para que a questão ultrapassasse os círculos especializados e alcançasse um público mais amplo, tensionando a relação entre Estado e Igreja, desta forma,

A oposição à legalização do divórcio vem da Igreja Católica, de grupos conservadores organizados, mas também de grande parte da opinião pública. Assim, apesar das tentativas dos divorcistas, nessa época prevalece o

⁵²Segundo Fagundes (2021), já nas primeiras décadas da República brasileira foram apresentados e debatidos no Congresso Nacional alguns projetos sobre a dissolução do matrimônio, como o de Érico Coelho (1893), Martinho Garcez (1900) e Florianno Britto (1912). Entretanto, não foram aprovadas a tempo de serem incluídas no Código Civil de 1916.

conservadorismo que alega defender a sociedade contra “a desorganização da família”, “o amor livre” e “a introdução do comunismo” (Pinsky, 2014, p. 376).

Pinsky (2014, p.377-388) também aborda que a realidade percebida entre os censos nacionais de 1940 a 1960 era de aumento progressivo, ainda que modesto, no percentual de mulheres declaradas como "separadas", enquanto os números de solteiras, casadas e viúvas permaneciam estáveis. Uma situação que, segundo a autora, poderia refletir um aumento real de dissoluções conjugais ou indicar uma maior abertura social que levava mulheres a assumirem publicamente essa condição, quando antes ocultariam. O que caracterizava uma mudança no comportamento matrimonial, indicando mais separações, além de uma mudança na percepção social, com menos estigma sobre mulheres separadas. Ambas perspectivas que não iam de encontro com as expectativas da Igreja Católica.

Além disso, as ações de feministas brasileiras no contexto, ainda que com muitas limitações, começavam a questionar a perpetuação de uniões infelizes como uma forma de limitação da autonomia das mulheres, que ficavam legalmente presas a casamentos falidos (Fagundes, 2023). Como por exemplo o debate sobre os direitos das mulheres casadas, como o impulsionado por Romy Medeiros da Fonseca com o início do projeto do Estatuto da Mulher Casada, acabava por tensionar indiretamente a questão da dissolução matrimonial, ao buscar maior autonomia jurídica feminina dentro do casamento. Era um primeiro passo, ainda tímido, que prepararia o terreno para discussões mais diretas sobre divórcio nas décadas seguintes (Fagundes, 2023, p.62-77).⁵³

Uma das formas de reação ao avanço dos debates sobre o divórcio no Brasil encontrada no jornal *Voz Diocesana* é o uso da literatura. Uma estratégia que revelava a compreensão eclesial do poder persuasivo das obras literárias, já evidenciada pelas listas censórias que circulavam nas paróquias (*Voz Diocesana*, 1950). Se a Igreja proibia certas leituras consideradas perniciosas, também produzia suas próprias narrativas como antídotos morais. No caso, crônicas literárias constituíam uma importante ferramenta de formação

⁵³ Romy Medeiros da Fonseca, no contexto, ganhava destaque ao propor mudanças legislativas concretas, como o Estatuto da Mulher Casada, que visava superar a incapacidade civil imposta às mulheres pelo Código de 1916. Sua atuação no Instituto dos Advogados Brasileiros e a criação do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil em 1947 buscavam combater as amarras jurídicas que mantinham as mulheres subjugadas no casamento, enquanto trabalhava dentro das estruturas de poder para transformar essas reivindicações em lei. Seu trabalho pavimentou o caminho para questionamentos mais profundos sobre a indissolubilidade matrimonial que surgiram nas décadas seguintes (Fagundes, 2023, p.62-77).

moral dos fiéis, articulando a oposição ao divórcio em narrativas ficcionais que falavam tanto à razão quanto aos afetos, como na crônica “Católica Divorcista”:

- Não se pode dar uma solução feliz aos casais infelizes, como leis que venham a multiplicar o número desses matrimônios infelizes. Está provado que divórcio gera divórcio. E por causa de uma porcentagem mínima em comparação aos matrimônios ajustados não é humano criar Leis que venham a afrouxar os laços dos que vivem em harmonia ou pelo menos, que estão unidos num lar onde os filhos se criam sob a assistência paterna e materna (*Voz Diocesana*, ano VII, nº 203, 1955, p. 3).

Simulando o diálogo entre duas católicas, uma divorcista e um antidivorcista, a crônica buscava argumentar a incompatibilidade entre ser católica e apoiar o divórcio. “- Sou católica praticante, mas sou pelo divórcio. É uma solução justa aos casais infelizes. A gente deve ser humana!” (sic.) (*Voz Diocesana*, ano X, nº 270, 1957, p. 3), inicia a divorcista, que tem como resposta: “- Tenha paciência, minha amiga! E permita-me a franqueza: ou você é católica sincera (é falsa católica, cá para nós); ou o é, mas desconhece os princípios da doutrina cristã!” (*Voz Diocesana*, ano X, nº 270, 1957, p. 3). Após citar alguns trechos bíblicos que sustentariam sua proposição, a católica antidivorcista continua sua argumentação com o trecho supracitado, buscando demonstrar que o divórcio apenas serviria para gerar mais divórcios e desestruturar os “lares felizes”.

Essa narrativa conservadora feita através de enredos melodramáticos onde famílias desfeitas pelo divórcio encontravam apenas desgraça e arrependimento é encontrada em outros momentos no jornal, como na crônica “O Campeão de Divórcios”, que constrói o personagem Jostony Calbwing, um veterinário de 67 anos divorciado oito vezes, ainda assim descrito como “excelente marido”. Utilizando o recurso literário da ironia para desqualificar a dissolução matrimonial como prática social, o texto expõe que a Igreja Católica considerava um absurdo jurídico e moral a “banalização” do vínculo conjugal:

Excelente cidadão, cumpre à risca seus deveres para com a Pátria servindo em todas as circunstâncias sempre que lhe é possível. Além disso, é um excelente marido. Não se aponta uma irregularidade na vida conjugal que possa dar motivo a mais ligeira censura. Todas as oito esposas que teve são muito amigas e unânimes em considerá-lo o ideal dos maridos e só desejam a felicidade de poderem voltar a viver com sua companhia. Atualmente o ótimo sr. Jostony, que estava casada com a senhora Margaret Wilson, conseguiu obter mais uma sentença de divórcio alegando razões aceitáveis pela lei que a própria esposa subscreveu (*Voz Diocesana*, ano II, nº 17, 1949, p. 1).

Através de uma aparente descrição de elogios tecidos ao personagem divorciado, a crônica contrasta com um lado que seria “ridículo” da situação, oito ex-esposas que desejariam "voltar a viver com sua companhia", criando um efeito de humor ácido que servia à crítica irônica eclesiástica. Além disso, o protagonista conseguir novo divórcio com "razões aceitáveis pela lei" que a própria esposa subscreveu também reforçava a tese católica de que a legislação divorcista corromperia a família ao transformar o matrimônio em contrato temporário. O texto continuava:

Realizado o divórcio já pensa este grande campeão da notável instituição, em casar-se pela nona vez e, segundo notícias um tanto vagas, parece que entrou em entendimentos sobre este assunto com uma jovem farmacêutica que, além de formosíssima, ganhou no ano passado, o campeonato de xadrez de sua localidade. Entrevistado pela reportagem o estranho sr. Jostony declarou que a legítima razão dos seus divórcios é ganhar uma aposta que fez com grande empresário teatral no valor de 100.000 dólares caso consiga atingir a cifra de 10 casamentos e divórcios antes de completar 70 anos, de modo a vir tornar-se campeão absoluto de divórcios[...] O que me dizem a isto os leitores amigos? Então, ainda acreditam que o divórcio não destrua prosperidade e harmonia familiar? Que meditem neste caso os ilustres deputados que andam dando entrevistas favoráveis à adoção deste instituto pela legislação brasileira (*Voz Diocesana*, ano II, nº 17, 1949, p. 1).

A revelação da aposta de 100.000 dólares e da quantia de dez casamentos antes dos 70 anos conduziam a leitura do personagem principal em um exemplo vivo da suposta banalização matrimonial que o divórcio causaria, que poderia reduzir o matrimônio até mesmo em uma mera competição esportiva, novamente ecoando o argumento eclesiástico de que a dissolução conjugal transformaria a família em relação descartável. Por sua vez, a pergunta retórica final nos mostra o caráter pedagógico que o uso da literatura empregava, convertendo a ficção em um "caso exemplar".

Por fim, a chamada para que os deputados pró-divórcio "meditem neste caso" demonstra um objetivo político da crônica, que seria influenciar o debate legislativo através do escárnio público. A referência aos "ilustres deputados", com evidente tom pejorativo, que defendiam o divórcio também mostra como a imprensa católica instrumentalizava a literatura para desqualificar adversários políticos, antecipando e satirizando os argumentos progressistas, apresentando-os como ingênuos ("ainda acreditam") frente às supostas consequências catastróficas ilustradas pela ficção. Essa apresentação de personagens divorcistas construídos como ingênuos surge em outros momentos no jornal, como na já mencionada crônica “Católica Divorcista”, uma campanha contra o divórcio produzida pela

LEC em 1955 que simulava o diálogo entre duas católicas, uma divorcista e outra antivorcista:

— Sou católica praticante, mas sou pelo divórcio. É uma solução justa aos casais infelizes. A gente deve ser humana!

— Tenha paciência, minha amiga! E permita-me a franqueza: ou você é católica sincera (é falsa católica, cá para nós); ou o é, mas desconhece os princípios da doutrina cristã! (*Voz Diocesana*, ano VII, nº 203, 1955, p. 3).

A católica antivorcista segue com seu primeiro ponto, pautado nos textos bíblicos que embasavam sua argumentação contra o divórcio.⁵⁴ Depois, seguia:

Segundo ponto: não se pode dar uma solução feliz aos casais infelizes, com leis que venham a multiplicar o número desses matrimônios infelizes. Está provado que divórcio gera divórcio, e por causa de uma porcentagem mínima em comparação aos matrimônios ajustados, não é humano criar leis que venham afrouxar os laços dos que vivem e a harmonia ou pelo menos, que estão unidos num lar onde os filhos se criam sob a assistência paterna e materna. O divórcio é uma lei forjada pelo individualismo egoísta que não encontra apoio nas consciências bem formadas, mesmo não sendo cristãos (*Voz Diocesana*, ano VII, nº 203, 1955, p. 3).

A crônica da LEC, além de reforçar alguns argumentos vistos anteriormente, também ampliava o debate para além do público católico, sugerindo que mesmo não cristãos deveriam rejeitar o divórcio por ser uma iniciativa "egoísta" e anti-social. Uma estratégia que demonstra certa universalização do discurso, tentando convencer setores laicos de que o divórcio seria danoso à sociedade como um todo, não apenas à moral religiosa. As crônicas antivorcistas assim cumpriam dupla função: enquanto instrumento doutrinário, reforçavam os argumentos da moral católica contra a dissolução matrimonial; enquanto produção cultural, ofereciam aos leitores e leitoras dramas existenciais que naturalizavam a indissolubilidade do casamento como valor social inquestionável. Nesse sentido, a literatura católica operava traduzindo preceitos religiosos em linguagem acessível ao cotidiano dos leitores e leitoras.

Em outros momentos, foi possível notarmos também discursos que buscavam “contornar” possíveis divergências entre os casais, buscando abordar a questão do divórcio sob uma perspectiva psicológica, diferindo dos argumentos jurídicos ou morais predominantes

⁵⁴ “Foi Jesus Cristo quem disse: “Quem casar com a mulher repudiada, comete adultério” (Mat. 19.6 e Me. 10.12); “quem repudiar sua mulher casar com outra, comete adultério e quem casar com a que foi repudiada pelo marido, comete adultério” (Le. 16.18); “a casada está obrigada a lei enquanto o marido vive; morrendo o marido não está mais ligada ao marido pela lei. Se em vida do marido se entregar a outro homem, será chamada adúltera” (Rom. 7, 2, 3); “a mulher está ligada enquanto o homem vive” (Cor 7, 39). E por fim conclui: “portanto, você não está integrado a doutrina cristã, ou desconhece as verdades divinas” (*Voz Diocesana*, 1955).

nos outros materiais analisados, como no artigo de opinião “Problemas da vida conjugal: como continuar casado sendo infeliz?”, de Fulton Sheen⁵⁵:

Ninguém pode jamais dizer, precisamente, o que será de um casamento, embora em geral ele sempre apresenta surpresa. A razão fundamental disso é que nós antecipação de felicidade se estriba na imaginação, que é infinita; mas a realização do casamento se baseia na experiência, que é muito limitada [...] Suponhamos que o marido é alcoólatra ou que come bolachas barulhentas na cama, ou que a mulher é mentalmente incompatível. A propósito, haverá duas pessoas em todo mundo que sejam mentalmente compatíveis? Suponhamos que haja dolorosas divergências de gosto e hábitos ou que um dos cônjuges se torne inválido crônico ou adquira características anti-sociais. Deve ao casamento ser dissolvido a fim de se contrair outro? A cristã é NÃO (Sheen, *Voz Diocesana*, ano XII, nº 324, 1959, p. 3).

Diferentemente das críticas anteriores, que usavam casos extremos, Fulton Sheen recorria a situações aparentemente “banais”, como o marido que “come bolachas barulhentas na cama” ou incompatibilidade de pensamentos, para mostrar que nenhum casamento escaparia de frustrações. Nesse sentido, Sheen argumentava que a infelicidade conjugal é inevitável porque os seres humanos baseiam suas expectativas na imaginação, que é idealizada e infinita, enquanto a realidade do matrimônio se funda na experiência, que é limitada e imperfeita. Um viés filosófico com efeito retórico: se até problemas pequenos justificassem o divórcio, todos os casamentos estariam em risco. O artigo continua e o autor conclui a reflexão dizendo que “as provocações e os sacrifícios da vida são insuportáveis, quando não temos ninguém para amar; mas podem tornar-se doces quando há alguém que amamos (Fulton Sheen, 1959)”. Propondo assim uma metafísica do amor cristão, onde o sofrimento seria um componente da condição humana, e sua superação não estaria na fuga (divórcio), mas na transformação do sofrimento em persistência no matrimônio, mesmo que fracassado.

Outra forma de ataque ao avanço da ala divorcista encontrada nas páginas do *Voz Diocesana* é a desvalorização de pessoas públicas que se inseriram nesse debate, sobretudo a Nelson Carneiro. No contexto da esfera intelectual do Brasil da década de 1950, o advogado e político Nelson de Souza Carneiro, então deputado federal, tornou-se uma voz ativa no

⁵⁵ O nome de Fulton John Sheen é um dos mais encontrados nas páginas do jornal *Voz Diocesana*, que divulgava trecho de seus livros ou comunicações. Nascido em 1895, ele foi um arcebispo católico norte-americano, teólogo e um dos mais influentes comunicadores católicos do século XX. Doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain, professor, escritor e propagador da evangelização pela rádio e televisão, especialmente através de seu programa de TV *Life is Worth Living*. O arcebispo Em 2002, foi aberto seu processo de beatificação pela Igreja Católica, que foi concluído em 2019.

Congresso Nacional, apresentando projetos de lei que buscavam instituir o divórcio no ordenamento jurídico brasileiro.⁵⁶ Fagundes (2021, p.546) destaca que Nelson Carneiro posicionava-se como “apoiador das causas das mulheres”, argumentando que as mulheres desquitadas enfrentavam vulnerabilidade jurídica e social na ausência de uma legislação adequada que lhes garantisse proteção e reconhecimento legal.⁵⁷ O parlamentar elegeu a legalização do divórcio como sua principal causa política, como é possível notar em sua produção intelectual. Suas argumentações apoiavam-se em casos concretos de famílias desfeitas formalmente, mas não legalmente, o que gerava situações de instabilidade social e jurídica (Fagundes, 2021, 2023).

Em 1951, Nelson Carneiro apresentou seu primeiro projeto de lei (PL nº 786), propondo a retirada da expressão “vínculo indissolúvel” do Artigo 163 da Constituição de 1946, que regulamentava o casamento civil. Seu argumento central era que o desquite não resolvia o problema dos casais, pois mantinha o vínculo matrimonial, impedindo novos casamentos. Foi seu primeiro grande esforço legislativo para instituir o divórcio no país. Fagundes demonstra que a Igreja reagiu veementemente: a Confederação das Famílias Cristãs (CFC) chegou a enviar um telegrama ao Congresso classificando o projeto como “antipatriótico e anticristão”. Na oposição política, Monsenhor Arruda Câmara, deputado e líder antidivorcista, principal opositor direto de Carneiro, chegou a se dirigir ao deputado divorcista como “coveiro da família brasileira e profeta das ruínas” (Fagundes, 2023, p. 28). Apesar de aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o primeiro projeto de Nelson Carneiro foi rejeitado no plenário devido à pressão conservadora.

Tal pressão conservadora encontrou respaldo também na imprensa. O jornal *Voz Diocesana*, alinhado à contestação eclesiástica ao divórcio, não apenas noticiou, mas construiu um discurso de denúncia contra Nelson Carneiro e seus apoiadores. Em matéria intitulada “O Divórcio” (*Voz Diocesana*, ano V, nº 12, 1952, p. 1), celebrou a derrota do

⁵⁶ Nelson Carneiro (1910-1996) nasceu na Bahia, formou-se em Direito e atuou como deputado federal (1951-1964; 1967-1971) e senador (1971-1995). Iniciou sua carreira política aos 35 anos, em 1947, quando foi eleito deputado federal pelo partido União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, quando reeleito pelo Partido da Representação Popular (PRP), iniciou o que viria a ser uma longa batalha política pela legalização do divórcio no Brasil, que o levou a ser conhecido como o “pai do divórcio” no país (Fagundes, 2021).

⁵⁷ Embora Nelson Carneiro se apresentasse como defensor dos direitos das mulheres, sua visão sobre o feminino reproduzia os estereótipos de gênero predominantes em sua época. Fagundes ressalta que “a concepção de mulher/mulheres estava presente nas narrativas de Nelson Carneiro, o qual, segundo a bibliografia consultada, seguia o padrão da época, compreendendo que a representação e/ou a identidade feminina estava condicionada aos papéis de esposa-mãe-dona-de-casa. Identificando-as como portadoras de naturais atributos como a fragilidade, a emotividade e a dependência, enquanto próprios da natureza feminina” (2021, p. 547).

projeto com tom triunfalista: "Sofreram derrota espetacular, de 184 votos contra 49, os deputados divorcistas". A publicação listou nominalmente os parlamentares favoráveis e contrários, estratégia que reforçava a pressão moral sobre os eleitores. Dirigindo-se especialmente ao público mineiro, majoritário entre seus leitores, o jornal destacou:

Dos representantes de Minas, apenas um, o sr. Alcides Laje (PTB), votou a favor. Eis os nomes dos deputados mineiros que honraram a dura peleja: [lista dos antivorcistas]. Assim, foi fragorosamente vencida, na Câmara Federal, a ala divorcista. Venceu a tradição cristã e jurídica do Brasil! (*Voz Diocesana*, ano V, nº 12, 1952, p. 1).

Conforme Nelson Carneiro seguiu com sua ação política, o jornal também seguiu publicando notas sobre o deputado, fazendo sua parte na batalha de oposição à ala divorcista. Em 1953, quando Carneiro apresentava um novo projeto que visava instituir o divórcio (PL 3099/53), o artigo de opinião "Novamente o Carneiro", adotando um tom combativo e moralista, se posicionou como defensor intransigente do Código Civil de 1916, enquanto atacava o deputado Nelson Carneiro e sua proposta de reforma:

Volta, novamente, a Câmara Federal, depois de um silêncio vexatório de renegado à opinião pública, o parlamentar divorcista senhor Nelson Carneiro. Não satisfeito com a espetacular derrota, que lhe valeu a repulsa coletiva das famílias católicas e das que sentem os lemes indissolúveis do matrimônio, agora pretende o malsinado baiano insurgir-se manhosamente, contra o código Civil. Seu intento, presentemente, é alterar o artigo 218 e suprimir o 219. Que pródigo idealizador!... O nosso Código Civil prevê, nos casos de erro essencial quanto a pessoa do outro, anulação para tais matrimônios. E os divorcistas, num jogo artificioso de palavras (até onde vai sua habilidade manha?), quer a nulidade, quando existe erro essencial quanto às qualidades pessoais do outro. No termo qualidades é que está o veneno pois podem dar vazão a interpretações múltiplas, tão sagazes andam os inimigos da religião [...] É manhoso e sorrateiro deputado das incompatibilidades...[...] São lágrimas de crocodilo e não podem chocar ovos de avestruz (Magalhães, *Voz Diocesana*, ano V, nº 54, 1953, p. 2).

O artigo, ao mesmo tempo que celebrava a rigidez do Código de 1916 e de seus dispositivos sobre anulação matrimonial, estigmatiza Carneiro como figura perigosa e manipuladora. Expressões como "manhoso e sorrateiro deputado" e a acusação de "jogo artificioso de palavras" minavam sua credibilidade, deslegitimando sua capacidade de fazer do debate político íntegro e configurando-o como agente de corrupção dos costumes. A postura reflete o pânico conservador diante de qualquer flexibilização do vínculo conjugal,

revelando como a Igreja mobilizou-se para influenciar tanto a opinião pública, quanto o processo legislativo na possibilidade de instituir o divórcio no Brasil.

Um segundo ponto que o artigo nos possibilita refletir é a representação de Nelson Carneiro como uma figura traiçoeira, como nos momentos que o classifica como "malsinado baiano"; que lhe acusa de agir com "lágrimas de crocodilo"; além do uso da linguagem carregada de ironia e metáforas, como referências a "veneno" e "inimigos da religião". Como destaca Fagundes, o deputado Carneiro teve consciência de que em um contexto em que a Igreja Católica era a principal força de oposição ao divórcio, precisaria buscar neutralizar ataques pessoais e construir legitimidade moral perante seus pares e a opinião pública. Prova disso é que ao apresentar seu projeto de divórcio em 1951, ele dedicou parte significativa de seu discurso a reafirmar sua identidade católica, detalhando desde seu batismo até seus hábitos de devoção (2021, p.550).⁵⁸

Carneiro tentou separar a questão legal da religiosa, mostrando que era possível ser um devoto e ainda assim defender mudanças na lei civil. Uma nuance crucial em uma sociedade onde Igreja e Estado ainda se confundiam na regulação da vida privada. Ainda assim, essa abordagem não convenceu a hierarquia eclesiástica e os ataques ao deputado ecoaram até mesmo na “imprensa do interior”, que fazia sua parte para enquadrar o divórcio como um projeto incompatível com a religião. Essa estratégia também refletiu nas publicações que abordavam a questão do voto dos eleitores e eleitoras católicas, mobilizando-os a analisarem a vida particular de seus candidatos, como seus princípios morais e religião, a fim de julgá-los como “capazes” ou “perigosos”:

Um voto, na verdade, é bem pouco. De um punhado de poucos, entretanto, é que se alcança o mundo. E o candidato a um posto de comando pela incúria do eleitor consciente, poderá ser, muitas vezes, o indivíduo perigoso para a pátria, para religião, para família. O voto é uma obrigação, uma necessidade, do regime republicano. Abster-se de votar, sob o pretexto de não querer ferir suscetibilidades, é concorrer, criminosamente, para a vitória de indivíduos indignos, menos favorecidos dos predicados necessários para um bom governo. Boa votação é a daquele eleitor que analisa a vida particular dos candidatos, sua religião, suas aptidões, seu caráter, seus princípios morais, e vai, no dia determinado, cumprir sua obrigação nas urnas. Indivíduos sem religião, libertinos, jogadores, divorcistas e outros que pertencem a caverna dos indignos, não merecem o voto. São rebotalhos da sociedade, elementos

⁵⁸ Ao analisar os projetos de lei de Nelson Carneiro, Fagundes cita o discurso de apresentação do deputado: “Baiano, 41 anos, com a cor dos homens de minha terra, para melhor sentir-lhes os dramas, as necessidades e as dores; casado, civil e religiosamente; filho de pais casados, civil e religiosamente; batizado; por falta de padrinho ainda não crismado; católico, apostólico, romano e católico comum, dos que vão à missa aos domingos, ouvem o sermão dos oradores sacros mais renomados e fazem todas as noites, sem exceção, sua prece ao Senhor, silenciosamente, na sua residência, com os olhos e o coração voltados para Deus. E devoto do Senhor do Bonfim” (1951 apud Fagundes, 2021, p.550).

de refugio. Para a grandeza da pátria e conservação dos bons costumes, votai em homens capazes, honestos, religiosos! (*Voz Diocesana*, ano VI, nº 174, 1954, p. 3)

Segundo Douglas Souza Angeli (2019), o processo de mobilização eleitoral envolve uma disputa entre diversos atores políticos e sociais que visam influenciar a competição pelo voto. Nesse contexto, o eleitor em potencial se torna alvo de múltiplos discursos e estratégias de convencimento por parte do Estado, partidos políticos e outras instituições, como a Igreja Católica, que no contexto posicionou-se como um desses agentes ativos na formação da cultura política e eleitoral. O autor continua:

O alistamento e o comparecimento dos católicos às urnas foram questões importantes dentro de um projeto maior, da Igreja, de pautar as instituições políticas conforme seus princípios morais e religiosos. O eleitor católico deveria se alistar e votar. A abstenção seria considerada uma falta grave, um pecado, uma atitude criminosa perante aqueles que se colocavam como mediadores entre o mundo terreno e o mundo espiritual. Articulistas e editores católicos chegaram a afirmar que os eleitores omissos teriam de prestar contas com Deus. Isso porque a abstenção favoreceria aqueles que foram definidos como inimigos da Igreja e da Pátria: os comunistas, que, por sua vez, engajavam-se nessa mesma disputa por votos (Angeli, 2019, p. 52).

A pesquisa de Angeli teve como recorte analisar a imprensa católica na construção do eleitor no Rio Grande do Sul, entre 1945 a 1950, sobretudo em como os discursos anticomunistas estavam presentes nessa articulação. No caso do trecho do jornal *Voz Diocesana*, percebemos que, para além dos comunistas, os “indivíduos sem religião, libertinos, jogadores, divorcistas e outros que pertencem à caverna dos indignos” também não seriam dignos do voto dos eleitores e eleitoras católicas. Mais próximo do período das eleições presidenciais de 1955, o jornal continuou se posicionando:

Quatro candidatos disputam os votos dos cidadãos brasileiros, a fim de assumirem os destinos da pátria no próximo período governamental. Cada candidato apresenta seu programa, escuda-se num partido ou mais, faz promessas... E tratando-se de uma questão tão grave como é a de entregar as mãos de um homem num povo, não se pode lançar a sorte. Cara ou coroa não resolvem a nossa escolha. Em quem votaremos? (Baggio, *Voz Diocesana*, ano VII, nº, 210, 1955, p. 1).

O pleito contou com quatro candidatos principais, cada um representando diferentes projetos para o país: Juscelino Kubitschek (PSD-PTB), Juarez Távora (UDN-PDC), Ademar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP). Nesse contexto, o discurso de Frei Hugo Baggio

revela a estratégia da Igreja Católica de influenciar o processo eleitoral sem endossar nominalmente nenhum candidato, mas estabelecendo claras diretrizes para o voto católico:

Negativamente não daremos o nosso voto ao homem ou partido que de qualquer forma, direto ou indiretamente, combate ao bem da Pátria, a fé da Igreja Católica e a indissolubilidade da Família. Estes são os que estão filiados ou dão a mão a partir das ideologias interessados em fazer do Brasil uma colônia de outra terra, em fazer da nossa bandeira uma serva de outra bandeira com cores estranhas aos nossos sentimentos. Estes são os que negam os princípios da fé e da moral cristã, por palavras ou por atos. Lutam contra a igreja e a religião e fundam seus programas em princípios laicistas, em aberto oposição aos direitos da igreja e da consciência cristã. Estes são os que tramam o aniquilamento da Família, patrocinando o divórcio, rebaixando a mulher, destruindo a unidade da Família e consequentemente a da Nação. Assim, sob pretexto de caridade, querem oficializar a anarquia [...] Positivamente devemos, pois, votar num homem que nos assegure uma pátria livre independente, que nos assegure livre exercício da fé que os nossos antepassados nos alegaram dentro dos princípios da Igreja Católica, que nos assegure a união da Família na base do matrimônio indissolúvel (Baggio, *Voz Diocesana*, ano VII, nº, 210, 1955, p. 1).

A defesa da família indissolúvel emergiu como eixo central do argumento, onde o divórcio assumia a culpa de levar a mulher ao rebaixamento, que por sua vez destruiria a unidade familiar, resultando finalmente no colapso da nação. É interessante percebermos que essa conotação apocalíptica transforma uma questão jurídica específica, o divórcio, em ameaça existencial à sociedade brasileira. O frei chega a acusar os defensores de reformas familiares de, "sob pretexto de caridade", quererem "oficializar a anarquia", demonstrando como a Igreja enquadrava o debate em termos morais absolutos.

Além disso, o texto evita mencionar nominalmente qualquer candidato, mas estabelecendo parâmetros claros de exclusão. Os eleitores católicos são orientados a rejeitar qualquer candidato ou partido que, "direta ou indiretamente", ameaçasse três pilares considerados sagrados: o bem da Pátria, a fé da Igreja Católica e a indissolubilidade da Família. Uma tríade conceitual que representava a perfeita síntese do projeto político-civilizatório que a Igreja defendia para o Brasil, como vimos no primeiro capítulo (Mainwaring, 2014).

Outro dado interessante encontrado na fonte é um pronunciamento do bispo diocesano, Dom Inocêncio Engelke, publicado em setembro de 1954 no jornal. A *Circular N° 89* do bispo buscava orientar os fiéis e sacerdotes da Diocese de Campanha a não se envolverem em discussões e escândalos políticos relacionados à eleição. No entanto, para

sustentar seus argumentos, o bispo elencou em quais momentos seria necessário “não se manter calado”:

Está se aproximando o tempo das eleições, tempo, às vezes, de muitos aborrecimentos para o nosso clero [...] não é possível calarmo-nos quando se trata de enfrentar um elemento pernicioso ser eleito, conhecido como comunista, divorcista ou hereje, cuja atividade traria grande mal à sociedade e a religião. Temos o direito e o santo dever de abrir os olhos aos nossos eleitores católicos para que não deem o seu voto a esses lobos cobertos da pele de ovelha. Aliás, com razão, seríamos taxados de “cães mudos”. No entanto, jamais queremos que o nosso clero se envolvam em infecções políticas, que, sem dúvida, o fariam ser desprestigiado e caluniado (Engelke, *Voz Diocesana*, ano VI, nº 176, 1954, p. 1).

Neste caso, o bispo que buscava assumir uma “postura moderada”, enumerando as razões para evitar conflitos políticos, aproveitava o momento para pontuar as razões nas quais seria incompatível manter-se neutro, sendo uma delas, a causa divorcista. A explícita tomada de posição de Dom Engelke contra o divórcio nas páginas do jornal demonstra que a publicação não se limitava a reproduzir conteúdos de outros periódicos, mas funcionava como ativo formulador de códigos morais e articulador de estratégias eclesiais próprias. Outra prova disto é a reportagem que noticiava a realização do Congresso Eucarístico Diocesano em Lambari em 1955:

Em preparação ao Congresso Eucarístico Diocesano, que se vai realizar em Lambari, de 13 a 19 de junho do corrente ano, reuniram-se, a 20 deste mês, no Palácio Episcopal da Campanha, os componentes das comissões dos médicos e juristas que deverão participar daquele notável certame de fé[...]. [...] O temário constituir-se-á dos seguintes assuntos: a) Aborto; b) Limitação da Natalidade (médicos) e: a) Aborto; b) Divórcio (juristas)[...] No que concerne à divulgação, o senhor e secretários ficaram incumbidos de redigir programas e convites, bem como de se dirigirem aos numerosos colegas, não só da diocese mas também de toda região, insistindo pelo seu comparecimento ao Congresso. Ficou também combinado que desde já, mesmo antes da elaboração de programas e convites, se recebam sugestões de quem as queira enviar, a respeito de particularidades que, dentro dos temas aprovados, se afigurem em mais interessantes ou mais necessárias a orientação moral de cada um dos grupos representados (*Voz Diocesana*, ano VII, nº 195, 1955, p. 1).⁵⁹

⁵⁹ O jornal revela os nomes dos componentes do Congresso: “Às 15 horas estavam reunidas as duas comissões, compostas, por parte dos médicos, dos senhores Dr. Mário Frota (de Varginha), Dr. Zoroastro de Oliveira e Dr. Manuel Valadão (de Campanha), Dr. José dos Santos e Dr. José Benedito (de Lambari) e Dr. Casimiro Túlio Freire Silva (de Boa Esperança), e, por parte dos juristas, os senhores: Dr. Moacir Teixeira, juiz de Direito de Campanha, Dr. Edmundo Nogueira e o Dr. Vivaldi de Melo, advogados em Campanha, Dr. Jorge Moisés e Dr. Geraldo Freire da Silva, advogados em Boa Esperança, tendo deixado de comparecer, por motivo de saúde do autor Nilton Val Ribeiro, promotor de justiça de Campanha” (*Voz Diocesana*, 1955).

A inclusão dos temas do divórcio e até mesmo do aborto em um Congresso Eucarístico; um evento teoricamente voltado para o culto eucarístico; é particularmente reveladora da estratégia de sacralização das questões civis que caracterizava o ativismo católico do período. Isso porque o caráter metódico da preparação, com comissões organizadas a partir do Palácio Episcopal e estratégias planejadas para ampla divulgação regional, revela um *modus operandi* institucional que desmonta qualquer interpretação de que a oposição ao divórcio se limitava a pronunciamentos episódicos ou reações pontuais.

A análise da estrutura do evento também demonstra como a Igreja mobilizava sistematicamente seus recursos pastorais e intelectuais para combater possíveis reformas, articulando uma rede de influência que unia o clero às elites profissionais leigas (Alves, 1979, Mainwaring, 2002). A divisão temática entre médicos e juristas, ao reservar especificamente aos juristas o debate sobre o divórcio, a Diocese reconhecia a necessidade de desenvolver argumentação jurídica especializada para enfrentar os avanços legislativos, transformando assim uma questão canônica em debate técnico-jurídico sem abandonar seu fundamento moral-religioso.

A análise comparativa com outras iniciativas diocesanas contemporâneas, como os escritos de Frei Hugo Baggio, permite identificar um padrão de ação pastoral que combinava mobilização de massa com trabalho técnico especializado. Enquanto figuras como Baggio atuavam na esfera pública mais ampla, formando opinião através de periódicos e sermões, eventos como este Congresso Eucarístico revelam a infraestrutura institucional que sustentava tais manifestações, formando juristas e médicos católicos como intelectuais orgânicos capazes de atuar nos espaços profissionais e políticos. Além disso, o registro detalhado da preparação no jornal diocesano documentava estas atividades, mas também as reforçava simbolicamente, apresentando-as como modelo a ser seguido por outras dioceses.

Este caso específico comprova como a oposição ao divórcio se inseria em um projeto eclesial mais amplo de manutenção da hegemonia católica sobre a ordem social, demonstrando que as oposições às reformas familiares eram produto de um projeto. A meticulosidade da organização; com cronogramas precisos, divisão de tarefas e estratégias de divulgação; revela o grau de institucionalização deste ativismo, que equiparava em método e rigor as campanhas políticas seculares.

Ao examinar os discursos sobre família sendo construídos como a “célula mater” da sociedade, a maternidade e o cuidado do lar e dos filhos configurados como essência da feminilidade, além das formas de reação ao avanço das discussões sobre o divórcio, tudo isso à luz do contexto mais amplo das relações entre Igreja e Estado no período, torna-se claro que

a defesa da indissolubilidade da família e de seus papéis de gênero representavam muito mais que uma posição doutrinária, configuraram-se como eixo de um projeto civilizacional que buscava preservar a influência católica sobre a sociedade brasileira em transformação. No próximo capítulo, abordaremos como esse projeto católico dialoga com questões regionais.

3. REPRESENTAÇÕES E NORMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS DE MULHERES NO SUL DE MINAS GERAIS

No capítulo anterior, vimos como a Instituição Católica, através da imprensa, enfatizou a definição de alguns conceitos da tradição católica como método de frear possíveis mudanças na sociedade brasileira através dessa normatização, como a reafirmação da família nuclear moderna como a chave para o estabelecimento da ordem social, a ênfase na maternidade como prioridade e objetivo de vida para as mulheres e a oposição à causa divorcista.

Em suma, se no capítulo anterior observamos como a normatização operava em constante realce da vida privada familiar como um eixo do restabelecimento da ordem, que estava se deteriorando pela modernização das estruturas, neste momento, focamos em analisar como os discursos do jornal nos possibilitam o entendimento de como a Instituição Católica lidou com questões centradas no mundo público, como o trabalho, o entretenimento e os movimentos leigos. Além disso, se no momento anterior tratamos das temáticas de forma mais abrangente, neste momento abordamos as questões que dialogam com a realidade mineira, sul mineira e campanhense.

3.1 Esfera Doméstica: “O Espaço da Mulher”

Susan Okin (2008) argumenta que a divisão entre mundo público e privado, longe de ser uma simples separação de espaços, é uma construção histórica e social que moldou, e ainda molda, relações de poder, identidades e oportunidades. Para a autora, ao relegar a família ao domínio do "não político", a teoria liberal invisibiliza as relações desiguais de poder que ali se reproduzem, como a divisão sexual do trabalho, que confina mulheres ao cuidado não remunerado; a violência doméstica, muitas vezes tratada como questão íntima em vez de violação de direitos; e a dependência econômica, sustentada por sistemas previdenciários que pressupõem um provedor-homem.

Na década de 1950, em um contexto de pós-guerra e reafirmação de “valores tradicionais”, a imprensa católica desempenhou papel central na reprodução dessa lógica de afastamento das mulheres ao mundo público, associando o trabalho exercidos por mulheres fora do lar à riscos morais e desordem social, enquanto exaltava a maternidade e o cuidado doméstico como uma "vocação" das mulheres (Costa, 2018; Lucena, 2011).

A publicidade e a propaganda feita por alguns outros meios de comunicação e outros impressos não produzidos pela Igreja Católica celebravam a "mulher moderna", consumidora, elegante e, em alguns casos, profissionalizada (Pinsky, 2014). Mas é importante frisar que quando os discursos normatizadores apropriavam de elementos da modernidade, como eletrodomésticos ou cursos de corte e costura, para modernizar a imagem da dona de casa, estavam também sugerindo que a "verdadeira emancipação" estava em otimizar o serviço familiar, não em contestá-lo. Por outro lado, o discurso católico também reagia com veemência a outras formas de emancipação, associando o trabalho extradoméstico a uma ameaça à "ordem natural", como é possível perceber no artigo “Fatores que contribuem para a instabilidade da família”, de Irene Silva de Santolalla, publicado no jornal *Voz Diocesana* em 1953, que abordava 23 fatores para a tal instabilidade, sendo um deles:⁶⁰

[...]O excessivo trabalho da mulher fora do lar, pois lhe vai debilitando os nervos e a sua personalidade feminina, e onde não há feminilidade completa não pode haver maternidade verdadeira (Santolalla, *Voz Diocesana*, ano VII, nº 211, 1953, p. 1).

Desse modo, nos discursos do jornal e para a Igreja daquele contexto, a dedicação exclusiva ao lar não era uma escolha, mas um dever espiritual, pois a presença da mulher no mercado de trabalho, ainda que em carreiras consideradas "adequadas", como o magistério ou a enfermagem, minaria sua capacidade de cumprir o papel de mãe e esposa, colapsando a estrutura familiar, por extensão, a sociedade, e, por fim, degradaria sua feminilidade (*Voz Diocesana*, ano XV, nº 421, 1961, p. 4).

Nesse sentido, a defesa da maternidade e a condenação ao trabalho extradoméstico caminhavam juntos como parte de um projeto de recristianizar a família através do controle das mulheres e das feminilidades, em um mundo onde as mulheres avançavam em ousar redefinir seus lugares (Costa, 2018). O pós-guerra via crescer demandas por direitos trabalhistas e a inserção das mulheres em setores públicos, o que a Igreja interpretava como risco à sua influência moral.

⁶⁰ De acordo com Raúl Necochea López (2014), Irene Silva de Santolalla (1902–1992) foi uma educadora, escritora e política peruana, pioneira como a primeira mulher eleita senadora no Peru (1956–1962). Ela se destacou na promoção da educação familiar, direitos das mulheres e legislação infantil, além de fundar instituições como o *Instituto de Orientación Matrimonial y Familiar*. Não encontramos outros artigos de Santolalla que foram publicados no jornal *Voz Diocesana*, embora sua especial atenção ao reordenamento do “comportamento familiar” e dedicação aos assuntos matrimoniais expressos no artigo *Fatores que contribuem para a instabilidade da família* dialoguem com o posicionamento do jornal católico no contexto.

Na década de 1950, Minas Gerais vivenciava um período de transição entre estruturas econômicas tradicionais e o avanço da industrialização, refletindo transformações sociais e laborais que reconfiguravam a presença das mulheres nos setores industriais. De acordo com os dados obtidos no *Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1950*, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres representavam 28.728 trabalhadoras industriais em um total de 134.385 empregados, correspondendo a aproximadamente 21,4% da força laboral (1950, p. 256-58). Um percentual já significativo para a época, mas que também revelava as barreiras estruturais de gênero em uma sociedade ainda marcada por papéis sociais rigidamente definidos.⁶¹

Em Minas Gerais constatamos que no início da década de 1950, enquanto em ramos como têxteis, vestuário, calçados e artigos de toucador as mulheres representavam 50,2% dos trabalhadores, outros setores registravam presença inferior, mas que estava avançando. Na indústria extrativa mineral, por exemplo, apenas 5,3% dos empregados eram mulheres, cenário que se repetia em áreas como metalurgia e mecânica (2,4%) e transformação de matérias-primas de origem animal (2,2%). Setores como produtos químicos e farmacêuticos, embora com menor contingente total, mostravam relativa abertura (18,9%), possivelmente ligada à expansão de indústrias urbanas. Já em editoriais e gráficas, a participação feminina alcançava 18,2%, sinalizando oportunidades em nichos que demandavam alfabetização (Minas Gerais, 1950).

Essa inserção concentrada em atividades como nas indústrias têxteis remete a décadas anteriores, já que esse setor, historicamente, absorvia mão de obra da mulher. No livro “Fiar, Tecer e Rezar: a história das mulheres na fábrica de tecidos do Biribiri, Kátia Franciele Corrêa Borges (2022) as relações sociais das mulheres empregadas na Fábrica de Tecidos do Biribiri, localizada em Diamantina, Minas Gerais, entre 1918 e 1959. A autora discute três explicações propostas pela historiografia para essa predominância de mulheres nos setores têxteis.

⁶¹ O número de mulheres em cada área no setor industrial de acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1950 era: Na extrativa mineral: 806 mulheres de um total de 15.244 trabalhadores; Nas metalúrgicas e mecânicas: 522 mulheres de um total de 21.556 trabalhadores; Na transformação de minerais não metálicos: 290 mulheres de um total de 10.502 trabalhadores; Nas transformação de matérias-primas de origem vegetal: 589 mulheres de um total de 9936 trabalhadores; Na transformação de matérias-primas de origem animal: 65 mulheres de um total de 2937 trabalhadores; Nos produtos químicos e farmacêuticos: 395 mulheres de um total de 2090 trabalhadores; Nos setores têxteis, do vestuário, calçado e toucador: 23.630 mulheres de um total de 47.030 trabalhadores; Nos setores de produtos alimentícios, bebidas e estimulantes: 1744 mulheres de um total de 21.306 trabalhadores; Nos setores editoriais, gráficas e mistas: 687 mulheres de um total de 3784 trabalhadores (Minas Gerais, 1950, p. 256-58).

Na primeira, de Friederich Engels, aponta que as mulheres já possuíam experiência prévia com o algodão, pois a fiação e a tecelagem eram, antes da mecanização, realizadas no âmbito doméstico, com meninas e mulheres produzindo fio que seria depois tecido ou comercializado. A segunda hipótese, também de Engels, relaciona-se às características físicas das trabalhadoras: mãos menores e mais ágeis seriam mais adequadas às tarefas da tecelagem. Por fim, através de Karl Marx, Borges destaca um motivo econômico, observando que empregadores favoreciam mulheres e crianças devido à possibilidade de pagar salários inferiores aos dos homens adultos. Borges ressalta que, apesar de suas diferenças, essas hipóteses convergem na dimensão de gênero, mostrando como o trabalho industrial feminino foi moldado tanto por condições sociais quanto por interesses econômicos (Borges, 2022, p. 53-54).

Apesar disso, uma classificação comumente propagada em senso comum é a de que esse setor seria encarregado por “trabalhos mais leves”, e por isso, ocupado por mulheres. Classificação que revela um grande equívoco, já que, na prática, as operárias enfrentavam condições exaustivas, conforme constata Junia de Souza Lima ao analisar a presença das mulheres na indústria têxtil Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (Cia) mineira desde o fim do século XIX:

Como operárias, centenas de mulheres enchiam as salas de fiação e tecelagem, trabalhando de sol a sol em jornadas de trabalho que chegavam a 12 horas diárias, dividindo com os homens o encargo da produção. Para muitas, o trabalho nas fábricas contribuía também para o sustento da família (Lima, 2011, p.3).

Lima, em diálogo com Eric Hobsbawm (apud Lima, 2011), acrescenta que as mulheres eram operárias desde o advento do capitalismo na Inglaterra, onde nas fábricas de tecido as mulheres já representavam 77% da força laboral em 1838. No caso da pesquisa de Lima, a autora constata que a participação das mulheres ocorria em um contexto de desigualdade salarial, acesso limitado a cargos de liderança e pressões sociais que vinculavam a “identidade feminina” prioritariamente ao âmbito doméstico desde sua inserção nesse ramo industrial:

Consideradas como uma mão-de-obra desqualificada, suas tarefas se caracterizavam pela monotonia, pela repetição, pela necessidade de paciência, destreza, acuidade, agilidade, dentre outras e para as quais recebiam remunerações menores. No entanto, sua jornada de trabalho era tão intensa quanto a dos demais trabalhadores o que as tornava economicamente mais rentáveis para a Cia [...] As operárias encontram nas fábricas um

cotidiano de opressão, desvalorização, exploração, menos autonomia e liberdade do que os trabalhadores do sexo masculino, uma dupla vigilância dos patrões e das regentes dos conventos e quiçá de seus companheiros de trabalho, enfrentaram o isolamento e a reclusão dos conventos, dentre outras coisas (grifo meu, Lima, 2011, p. 286).

Os movimentos grevistas e feministas da primeira metade do século XX emergiram como forças transformadoras da realidade retratada por Lima (2011), ainda que de modo desigual e fragmentado, assunto aprofundado por Glaucia Fraccaro (2017) em seu livro *Os Direitos Das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)*. O movimento grevista de 1917, por exemplo, trouxe à tona reivindicações pioneiras, como a jornada de oito horas, a proibição do trabalho infantil e a igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo proteções à maternidade.

Paralelamente, os movimentos feministas da primeira metade do século XX, embora centrados no sufrágio e na igualdade formal, começaram a tensionar a dicotomia entre maternidade e trabalho assalariado, denunciando a falta de creches, licenças não remuneradas e a ausência de políticas para amamentação.⁶² Apesar das limitações, o protagonismo das mulheres nas greves e a pressão feminista pavimentaram caminhos para futuras conquistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, que, ainda que insuficiente, incorporou direitos maternos.⁶³ Desse modo, as questões descritas por Lima (2011) não se encerraram nas salas de fiação, mas ecoaram em coletivos sociais, desafiando uma concepção fabril de hierarquização de gênero, além de silêncios dentro dos próprios movimentos sociais.

É importante termos em mente, portanto, que essas mulheres operárias não foram apenas vítimas de um sistema, foram agentes de uma resistência que, mesmo invisibilizada, plantou sementes para lutas que amenizaram desigualdades demarcadas por alguns marcadores sociais da diferença (Fraccaro, 2017).

Contudo, se por um lado alguns avanços se consolidavam, outros persistiam, como a existência do Código Civil de 1916 até 1962, como vimos anteriormente. O estatuto da mulher casada de 1962 eliminou a incapacidade civil da mulher casada e permitiu que ela exercesse profissão sem autorização marital, rompendo parcialmente com o conservadorismo do Código de 1916. Fraccaro também alerta que essa conquista foi resultado de lutas políticas

⁶² A legislação paulista de 1918, que previa licença maternidade de quatro semanas, jamais implementada de fato, exemplifica a contradição entre conquistas legais e a realidade fabril, onde patrões ignoravam tais direitos (Fraccaro, 2017).

⁶³ Essas lutas, porém, não eram homogêneas, pois enquanto feministas de classes médias priorizavam o acesso a profissões intelectualizadas, operárias reivindicavam questões relacionadas a sua sobrevivência (Fraccaro, 2017).

que enfrentava barreiras culturais e religiosas de longa data, evidenciando a relutância do Legislativo em responder a demandas sociais. Assim, o processo histórico revela tanto a força do ativismo das mulheres quanto as estruturas que buscavam manter a desigualdade de gênero institucionalizada.

No caso do jornal *Voz Diocesana*, discursos que compactuam com a permanência dessas estruturas desiguais de gênero no âmbito do trabalho são encontradas de diferentes formas. Para dissuadir as mulheres de buscar carreiras, o periódico católico sul mineiro recorria a mecanismos “sutis”, como artigos que associavam a felicidade da mulher e conselhos práticos que naturalizavam o cuidado doméstico como “vocalização inata” à realização no lar. Porém também abordava assuntos de forma mais complexa, como destacar o esgotamento de mães que exerciam a dupla jornada, mas sob o pretexto de sustentar que as mulheres permanecessem confinadas ao lar:

A mulher não é uma máquina. A mulher não é uma mercadoria. A mulher não é instrumento de produção. A mulher não é uma trabalhadora econômica que se pode deslocar, desenraizar a vontade. A mulher tem entranhas maternas. A mulher foi feita para o lar: filha, esposa, mãe, ela preenche sua missão em casa, onde sua única presença e seu devotamento, muda o ambiente da vida do homem e das crianças. É sua maneira de servir, onde se torna insubstituível. É a mulher que faz o lar (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 3).

Percebemos que há uma certa romantização da exploração doméstica ao contrapor “valores femininos” à lógica fabril, uma vez que se nas fábricas a mulher é “esgotada”, em casa seu esgotamento é glorificado e necessário. O artigo, que enunciava uma crítica ao liberalismo, não considerava também que a divisão sexual do trabalho é fundamental para o funcionamento do capitalismo, que depende dessa mão de obra invisível, como argumenta Silvia Federici (2023). Além disso, como ressalta Joan Scott (1994), os discursos dominantes deslegitimam autônomoas ao negar a historicidade das demandas por direitos, enquadrando-as como “desvios” ou “imposições”. Assim, ao “culpar” o liberalismo pelo direito das mulheres de se profissionalizar, o discurso operava uma lógica que apagava a agência das mulheres e a luta histórica por direitos, tratando a emancipação como um desvio imposto, não como conquista dos femininos. Sobre este assunto, o artigo continuava:

É a tara do capitalismo liberal de ter desconhecido a devoção da mulher, de ter esgotado na fábrica seus valores, os quais nada poderá substituir. É a marca indelével do materialismo, qual seja a sua côr, de não pensar se não no rendimento econômico, sem olhar a dignidade dos trabalhadores e

trabalhadoras [...] O Estado tem o dever de manter, de favorecer, de defender como mais preciosos dos patrimônios do senso do cavalheirismo, do respeito e da dignidade da moça e da mulher. É a afirmação da moral natural. É a afirmação do Cristianismo (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 3).

Partindo dos pressuposto de Okin, enfatizamos que a justiça de gênero exige a desconstrução de normas que vinculam mulheres ao lar, algo incompatível com a idealização da "devoção materna" ou docilidade. Assim, a menção ao Estado como defensor do "respeito à mulher", feita no trecho acima, soava particularmente vazia quando confrontada com a realidade, pois proteger a "dignidade" via "cavalheirismo" mantém a mulher como objeto passivo de tutela, não como sujeito de direitos.

A proposta de Okin (2008), exige que a justiça, tal como teorizada por Rawls, seja radicalmente reconfigurada para incluir a família como instituição central. Isso implica reconhecer que princípios de equidade e liberdade devem governar não apenas o espaço público, mas também as relações íntimas, promovendo a redistribuição do trabalho doméstico e a desconstrução de estereótipos de gênero desde a infância.⁶⁴ Ao considerarmos a proposta da autora, torna-se intrigante refletir como o jornal conduzia o artigo de crítica ao capitalismo e liberalismo, que por sinal levava o título de “Liberdade da Mulher”:

Foi da mulher que nasceu o cavalheirismo. Ainda hoje, quantos homens, quantos rapazes devem a sua mãe a revelação de um ideal humano[...] O lugar da mulher é acima de tudo, no lar; é também em toda parte onde a chamem o sofrimento, piedade, a dor, inocência, fraqueza, em tudo que exija infinita delicadeza e amor a toda prova (*Voz Diocesana*, ano IV, nº3, 1951, p. 3).

Nesse sentido, o discurso estampado nas páginas do jornal *Voz Diocesana* compreendia que a liberdade da mulher estaria condicionada a sua dedicação ao outro, da sua presença em lugares onde seu suposto potencial inerente de ajudar pudesse ser útil ao outro, não na possibilidade de exercer sua autonomia. Sobre este artigo, vale ressaltar, por fim, como a retórica falhava em reconhecer que a divisão sexual do trabalho e a permanência de hierarquias de gênero beneficia tanto o capitalismo quanto a Igreja, pois enquanto o primeiro lucra com a dupla jornada, a segunda mantém controle moral sobre corpos e desejos.

⁶⁴ Nesse ponto, Okin dialoga com Carole Pateman (1989, 1993), que denuncia o "contrato sexual" subjacente ao contrato social liberal, pois enquanto homens acessam direitos políticos em troca de suposta proteção às mulheres, estas são confinadas ao lar, tornando-se propriedade simbólica do masculino. Juntas, as autoras expõem como a ordem liberal depende da exclusão das mulheres do mundo público para manter sua coesão.

A condenação da presença das mulheres no mundo público se relaciona também com critérios de classe e raça. O medo da autonomia econômica das mulheres desafiava o controle eclesiástico sobre a vida privada, mas apenas para mulheres brancas e de classe média ou alta, que podiam "escolher" entre o lar e a carreira. Para as mulheres pobres, a sobrevivência exigia o trabalho fora de casa, muitas vezes em condições precárias, realidade que o discurso católico tratava com silêncio, ao universalizar a maternidade como "destino comum" (Cardoso, 2010; Soihet, 1989).

O silêncio discursivo sobre a realidade do trabalho exercido pelas mulheres pobres é percebido durante quase todos os números analisados do jornal. Porém, alguns artigos chegaram a mencionar o trabalho das empregadas domésticas. O que mais chama a atenção é que está posto a seguir, que buscava expor críticas sobre a forma em que as donas de casa estariam se relacionando com as empregadas domésticas que trabalhavam em suas residências, mas sem deixar de enfatizar a necessidade da mulher dona de casa “cumprir o seu papel”:

“Antigamente” a esposa, mãe de família, residia dentro do lar; era a educadora dos filhos, a dirigente da casa, a dona das mãos prestimosas que orientavam os serviços domésticos. Quem não lembra com saudade os bordados, as costuras e os saborosos quitutes da Vovó!? Absorvida pelos múltiplos interesses existentes fora do lar, a dona de casa do século XX, considera-me modelar: “pois não traz todas as contas em dia — antes de sair, não determina as compras a serem feitas? — Não dá suas ordens para os serviços diários? — Não recomenda o lanche, o horário do colégio, o banho das crianças?... Quando chega em casa, a hora do jantar, cansada das horas passadas nas modistas e cabeleireiros — aborrecida por não ter suplantado as amigas com a sua beleza e elegância — enfadada com o marido que não lhe proporciona o luxo desejado, extenuada pelas longas vigílias nas mesas de jogo ou preocupada com suas vultosas perdas, a esposa e mãe moderna derrama o seu mau humor sobre as empregadas, sobre o serviço mal feito e as ordens mal executadas. ELAS, as empregadas, é que não têm senso de responsabilidade. ELAS não se interessam pela casa. Ganham um ORDENADÃO [sic], tem casa e comida; saem aos domingos e ainda se queixam. Essa, em linhas gerais, a situação: de parte parte, desconhecimento, negligência dos deveres de estado. Uma dona de casa não pode exigir cumprimento exato das obrigações de suas empregadas quando ela mesma dá o mau exemplo fugindo das suas (*Voz Diocesana*, ano III, nº 9, 1950, p. 3).

O texto introduzia que “todos conhecem a atual crise das empregadas domésticas”, e ironizava que “Antigamente era uma maravilha!”, pois as empregadas tinham prazer em servir (*Voz Diocesana*, 1951). Em sentido de denominar as razões da problemática na ótica da moral católica, o jornal seguia com os argumentos supracitados. Denotando uma suposta preocupação com as empregadas domésticas, priorizava, na realidade, a moralização das

donas de casa, atribuindo a “negligência” no serviço doméstico ao suposto desvio das mulheres modernas para vaidades, como a moda, jogos, luxo.

A crítica à modernidade surgia atrelada a uma romantização do passado, onde a “Vovó” bordava e cozinhava, supostamente sem conflitos, ignorando que essa nostalgia se sustenta na invisibilização do trabalho explorado de empregadas, historicamente pobres e sem direitos. Além disso, é preciso contextualizar que o trabalho das mulheres pobres estava intrinsecamente ligado à presença das mulheres de classe média e alta não somente em lugares voltados para o entretenimento, vaidade ou consumo, mas também a outros setores profissionais:

A profissionalização feminina, que vinha se desencadeando em frações das classes média e alta, sustentava-se no trabalho doméstico realizado por mulheres pobres. O trabalho das criadas, das cozinheiras, das lavadeiras, das engomadeiras e das copeiras era uma das condições que favoreceram o ingresso das mulheres mais abastadas no mercado de trabalho. Isto porque o trabalho doméstico permanecia uma responsabilidade feminina. O que, por sua vez, criava demandas por trabalho doméstico remunerado (Cardoso, 2010, p. 92).

O periódico religioso patologizava o trabalho extradoméstico como fonte de "desagregação familiar" ou "frieza afetiva", sem reconhecer que, para muitas mulheres, a dupla jornada, profissional e doméstica, não era uma escolha, mas uma sobrecarga estrutural, agravada pela falta de políticas de apoio do contexto.

Em determinados momentos, o jornal chegou a reconhecer como notável a ampliação das mulheres para a vida “além lar”, como observamos no artigo de opinião da sul mineira Maria Helena de Catunda, “Do lar para o mundo”:

Amplia-se, cada vez mais, o campo das atividades femininas. Reconhecem-lhe a capacidade de influenciar, pela variedade suave e persistente das maneiras. Aponta-se ela nos mais diversos motivos e decididamente transpõe o limiar dos lares. Do Parlamento às fábricas, da Universidade a escolinha Rural, desde os mais sórbitos ambientes, onde o vício alastra, até as gloriosas fileiras da ação católica, onde não raro o heroísmo brilha, uma nova força se desprende do chamado sexo fraco. É justo que seja esta força inteiramente aproveitada em benefício da coletividade e do íntimo prazer daquelas que trabalham na construção de um mundo melhor [...] Importa, porém, que as atividades femininas respeitem as fronteiras de sua capacidade de seus deveres e, que a mulher, agindo, tenha perfeita noção das consequências de seus atos [...] Quando a mulher for bem feminina, capaz de aplicar seu amor em benefício da família e da coletividade, no campo do apostolado, então o mundo será arejado com uma aurora de bençãos e felicidade (*Voz Diocesana*, ano V , nº 123, 1953, p. 2).

O discurso de Catunda apresentava uma aceitação condicional da inserção das mulheres no trabalho remunerado e na política, desde que tal participação não implicasse o afastamento dessas mulheres dos movimentos católicos ou a rejeição de uma "essência feminina" idealizada. Essa essência, definida pelos insistentes atributos da docilidade, meiguice, abnegação e dedicação à família, seria um critério normativo para legitimar a atuação pública das mulheres. Em outras palavras, a profissionalização chegava a ser tolerada, desde que a agência das mulheres no mundo público fosse uma extensão de seu “papel doméstico”, nunca uma ruptura.

Ainda assim, para o contexto da década de 1950, esse discurso representava uma postura inovadora, uma vez que, como observa Nádia Maria Guariza (2009), partindo da Igreja Católica, uma abertura condicional à participação das mulheres no espaço público só viria a ser amplamente debatida após o Concílio Vaticano II. A escolha de publicar discurso da poetisa mineira nas páginas do jornal católico, portanto, pode ser vista como um prenúncio das transformações que estavam por vir, mesmo que ancorada em valores profundamente arraigados à moral da época.

Em alguns outros momentos também foi possível notar uma incipiente preocupação em como a dupla jornada de trabalho sobrecarregavam as mães, como na reportagem que noticiou o acontecimento da *Conferência Internacional da Família*, que ocorreu em Madrid e foi organizada pela *União Internacional de Organismos Familiares*, dependente da Unesco. A assembleia, de acordo com o jornal, teria adotado “muitas soluções inspiradas pela numerosa delegação católica” presente no evento, que tinha como tema geral “*O Trabalho da Mãe de Família*” (*Voz Diocesana*, 1961):

Sobre a missão da mãe no lar, prevaleceu o critério católico nas seguintes resoluções: — A mãe deve estar convicta de sua importantíssima missão familiar, econômica e social, pela qual é merecedora de que lhe seja prestado maior auxílio possível. — Entre outros tipos de ajuda, as jovens poderiam colocar-se, voluntária e provisoriamente, em caso de família numerosa, para dar assistência às crianças. — Advoga-se o descanso periódico da mãe de família, mediante férias familiares. A opinião pública, a própria família e a sociedade em geral, devem avaliar devidamente a tarefa que pensa sobre as mães (*Voz Diocesana*, ano XV, nº 421, 1961, p. 4).

Embora de forma incipiente, é possível conectarmos esse debate com as pautas gestadas pelo feminismo maternalista. Este movimento que constituiu-se como uma vertente do movimento feminista entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e

conforme analisado por Gisela Bock (1995), já destacava a maternidade como trabalho social e denunciava a invisibilidade do cuidado, reivindicando direitos específicos para mães. Para as feministas maternalistas, a maternidade deveria ser reconhecida como uma forma de trabalho, tanto quanto as atividades remuneradas, o que as levou a questionar a hierarquia entre trabalho produtivo (assalariado) e reprodutivo (doméstico).⁶⁵

A Igreja, ao participar de debates que se preocuparam com a exaustão das mulheres, e o jornal *Voz Diocesana*, ao escolher difundir a notícia, ecoou parcialmente essa crítica, reconhecendo que a dedicação materna exigia esforço físico e emocional. No entanto, enquanto o feminismo maternalista buscava valorizar o trabalho reprodutivo para subverter hierarquias de gênero, o discurso católico apropriou-se da noção de "sobrecarga materna" para reafirmar a família tradicional como solução, sem questionar a estrutura que naturaliza o trabalho não pago, como demonstra a continuação da reportagem:

Sobre o segundo ponto "Trabalho Profissional da Mãe Fora do Lar" tomaram-se entre outras resoluções, oferecidas por delegados católicos, que é inconveniente o trabalho profissional da mãe, por achar-se que repercute desfavoravelmente na saúde física e mental dos seus filhos. Advogou-se uma colaboração internacional destinada a coordenar as leis econômicas com o trabalho dos seres humanos. — O chefe de família deve receber um salário suficiente que lhe permite atender as necessidades normais, em relação com a evolução social de cada país. Advoga-se um sistema de subsídios familiares que elimine a necessidade econômica que obriga muitas mães a trabalhar fora do lar. A União Internacional de organismos familiares comprovou que numerosas mães, de todos os países e continentes, trabalham por necessidade, e reclama para elas condições de trabalho que levem em conta a dupla tarefa que elas têm de suportar. Criar-se-á uma comissão de família e infância para representar os interesses católicos perante esses organismos internacionais neutros (*Voz Diocesana*, ano XV, nº 421, 1961, p. 4).

A criação de uma "comissão de família e infância" para representar interesses católicos em organismos internacionais revelava o esforço da Igreja para influenciar agendas globais, garantindo que princípios como a "colaboração entre leis econômicas e necessidades humanas" refletissem sua visão de família, como há a preocupação em manter e resgatar a figura do homem provedor da família. Nesse caso, resoluções católicas contra o trabalho profissional das mães refletiam também a representação do tipo ideal de homem, interligando

⁶⁵ As maternalistas argumentavam que a contribuição das mães para a sociedade justificava direitos específicos, como proteção estatal e acesso a benefícios. Contudo, essa estratégia tinha um paradoxo, pois ao fundamentar suas demandas em uma suposta "natureza feminina", associada à dedicação materna e ao cuidado, também reforçavam estereótipos de gênero, mesmo que buscassem valorizar atividades tradicionalmente invisibilizadas (Bock, 1995).

diretamente a masculinidade ao prover e ao trabalho remunerado, bem como elucida Maria Izilda Matos:

O ser trabalhador-provedor vincula-se à paternidade. O pai, além de provedor da alimentação, abrigo e amparo, deveria ser também exemplo, o norte, a bússola. As denominações de bom pai, pai honrado, pai provedor, se encontram sobrepostas às evidências do que seja o masculino, reforçam a imagem que socialmente se espera de um homem (Matos, 2000, p. 13)

Essa visão, no contexto, estava profundamente enraizada no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no Código Civil de 1916, que consagrava a família patriarcal como modelo único e incontestável (Soihet, 2006). Que por sua vez reforçava ativamente o ideal católico de família, onde a masculinidade se construía necessariamente através do provimento econômico, e a feminilidade, através da submissão e dedicação exclusiva ao lar, como observamos nos trechos extraídos do *Voz Diocesana*.

Um outro ponto sobre a publicação da reportagem “O Trabalho da Mãe de Família” é percebermos como a imprensa do interior serviu para a propagação de notícias, muitas vezes de cunho internacional. É importante ressaltarmos que a imprensa tem essa função: não apenas produtora de discursos, mas também de ampliar a circulação e difusão de discursos e ideias que considerava compatíveis com sua essência.

Outra preocupação encontrada nas páginas do jornal *Voz Diocesana* com relação ao trabalho exercido por mulher, é a maneira em que as professoras da região lecionavam suas aulas. Em 1951, bispo Dom Inocêncio Engelke chegou a redigir uma circular através do Secretariado Diocesano de Ensino Religioso, argumentando que as professoras católicas deveriam ser também, catequistas em sala de aula:

Secretariado Diocesano de Ensino Religioso. Campanha - MG. Circular 10/2/1951: Professôra (sic.) católica, há poucos dias recomeçaram as aulas de seu grupo escolar ou de sua escola e, com elas, sua tarefa árdua e patriótica de iluminar a inteligência de cada brasileirinho de sua classe. O trabalho de uma professora católica, entretanto, vai mais longe, bem mais longe ainda. Não basta instruir. É preciso educar para Deus. Em sua classe não há apenas alunos para serem instruídos, mas almas imortais para receber, como a instrução das primeiras letras,— de utilidade terreno — o ensino da ciência que atinge o limiar da eternidade: a religião. Donde um gravíssimo dever de consciência: a Professôra Católica deve ser também a catequista de seus alunos. Diante de Deus e da Igreja, ela falha em sua missão se não ministra a sua classe o ensino do catecismo. E será, então, responsável pelas dezenas e até centenas de alunos que deixam os bancos da escola, sem nunca terem ouvido, ou apenas muito mal, falar de Deus e dos deveres de cada cristão para com ele (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 4).

Cabe lembrar que no contexto, o ensino religioso era facultativo. Embora envolto em debates, o ensino religioso foi incorporado à Constituição de 1946 com alterações em relação ao texto de 1934: a expressão “frequência facultativa” foi substituída por “matrícula facultativa”, e deixou-se de especificar o nível escolar em que deveria ser ofertado. Com isso, o ensino religioso passou a integrar o horário regular das escolas públicas, sendo facultativo e ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, declarada por ele próprio ou por seu responsável legal.

Nesse sentido, a atuação do bispo junto ao Secretariado Diocesano chama atenção justamente por conter uma cobrança de certa obrigatoriedade das professoras da região em lecionar o ensino religioso, e ainda mais por argumentar que as professoras deveriam, para serem boas educadoras, catequizar seus alunos. Tal postura evidencia como, mesmo com a matrícula facultativa prevista na Constituição de 1946, havia, na prática, uma pressão institucional para que o ensino religioso fosse efetivamente incorporado ao cotidiano escolar, especialmente em regiões do interior, onde a influência da Igreja Católica era mais significativa e o magistério feminino era visto como extensão natural de uma missão evangelizadora.

A circular também anunciava quatro diretrizes elaboradas pelo bispo diocesano, Dom Inocêncio Engelke. A primeira é o reforço do código do ensino primário em voga no período, que determinava que duas vezes por semana uma aula de religião fosse ministrada, conforme o Diário Oficial de Minas Gerais de 1951. A diretriz faz o apelo direto às diretoras das escolas primárias, visando garantir, por intermédio do bispo, que as aulas não deixem de ser ministradas (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 4).

A segunda diretriz chama atenção. Pois aprofunda que as aulas de religião de todos os estabelecimentos primários de ensino existentes no território da diocese sigam o programa específico de ensino contidos nos quatro volumes (uma para cada série) do livro *Meu Catecismo*, de Padre Negromonte. A terceira diretriz salienta que, não sendo possível ministrar o programa para os alunos do 3º e 4º ano por não terem recebido a base dos dois primeiros volumes, que sejam então trabalhados com eles os programas das 1ª e 2ª série. Por fim, orientava: “Que em cada estabelecimento, a senhora diretora nomeie uma das professoras, criteriosamente escolhida, que seja a superintendente do ensino religioso e com quem o secretário de ensino religioso da diocese possa-se entender, quando necessário” (Engelke, 1951). Ao fim da circular há também um informativo de que o livro meu catecismo

encontrava-se à venda na livraria “José Olímpio, 110 - Rio de Janeiro” (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 4).

Em 1956, o assunto volta a estampar as páginas do jornal através de outro artigo do Secretariado Diocesano, desta vez intitulado “Às Professoras”:

1 - A Professora Católica nunca poderá ser só e exclusivamente professora de seus alunos. Deverá ser também a CATEQUISTA deles. 2- ensinar só a ciência profana, sem haver tempo ou lugar para o ensino do catecismo, é falhar completamente na missão de professora católica. 3 - não basta ensinar bem é preciso ensinar o bem. E isto não será possível, sem a aula de catecismo metódica, sistemática e bem preparada, como a principal disciplina de uma classe. 4 - À Professora Católica que não é também catequistas de seus alunos falta contra prescrições do Código de Ensino primário (Secção IX. Cap. II) e, gravemente, contra grave dever de sua consciência cristã [...] Confia, pois, o secretariado de ensino religioso na formação cristã dos professoras católicas de nossos grupos escolares. Além de instruir homens úteis à sociedade, elas formaram cristãos tementes a Deus. Para isso só há um caminho: o ensino do catecismo (*Voz Diocesana*, ano IX, nº 226, 1956, p.3).

Além disso, havia também a organização de “cursos intensivos para professoras rurais”, que eram oferecidos pela Diocese de Campanha e organizado pelos núcleos de Ação Católica⁶⁶:

A Ação Católica Brasileira, em íntima colaboração com o Ministério da Agricultura, está fazendo realizar-se, na Universidade Rural do Rio de Janeiro, um curso para professoras rurais. Do programa que atinge pontos fundamentais da parte agrícola doméstica, familiar e social, moral e religiosa dos homens do campo, está a cargo de técnicos especializados do Ministério da Agricultura e do Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira. A Diocese da Campanha está com os olhos voltados para os problemas do campo, aderiu incontinentemente a iniciativa, enviando para lá 10 representantes de paróquias de caráter notadamente rural, acompanhadas pela assistente do

⁶⁶ Em publicação do mês seguinte há especificações quanto a natureza do evento, divulgando que o curso teria sido pensado sob as matizes da Semana Ruralista de Caxambu, além de esclarecer alguns direcionamentos elencados para o segmento das professoras: “Concretizou-se mais uma das felizes conclusões da semana rural de Caxambu: compareceram ao menos oitenta e duas moças, entre assistentes sociais, educadoras familiares e professoras do interior, representando 26 dioceses brasileiras[...] O programa foi assim constituído e desenvolvido: A) Parte Agrícola - prática e teórica - a) criação de animais domésticos; b) agricultura; c) indústrias rurais; B) Parte doméstica - teórica e prática - a) higiene; b) alimentação; c) economia doméstica; C) Parte Familiar e Social - a) problemas familiares: o mundo urbano e rural; constituição, característica e preservação da família; instrução e ensino no meio rural; b) Problemas sociais: condição de trabalho e de salário; relação entre empregados e trabalhadores do campo; o bem-estar das comunidades agrárias; c) Parte moral e religiosa: convicções morais em que firmar a vida; visão cristã da vida; religião, fermento de renovação social; Ação Católica Rural (*Voz Diocesana*, 1951, p.1)”

setor rural da ação Católica diocesano, Revmo. Pe, José Resende Bueno [...] (*Voz Diocesana*, 1951, p.2).

Nesse sentido, é interessante percebermos que o jornal *Voz Diocesana*, em consonância com moralização dos costumes propostos pela Igreja no contexto, buscava aproximar as mulheres à dedicação exclusiva a o lar, na medida em que condenava sua participação em outras formas de trabalho. Ao mesmo tempo, nos momentos em que os discursos surgem com o reconhecimento da atuação das mulheres em determinadas posições e cargos, “como professoras rurais”, há orientações específicas para o encargo, exigindo delas não apenas a função pedagógica, mas também a missão evangelizadora, o jornal reiterava uma expectativa de que a atuação das mulheres estivesse subordinada aos projetos da Igreja, reforçando a interdependência entre gênero, religião e poder moral nesse aspecto.

3.2 Contraste entre o mundo urbano e rural: mulher campestre e a condenação dos grandes centros urbanos

Em Minas Gerais, na década de 1950 haviam 388 municípios (sendo 104 deles localizados na zona sul do estado). Apenas 2 deles ultrapassavam 100 mil habitantes, 16 estavam entre 50 a 100 mil habitantes, 118 estavam entre 20 a 50 mil, e 251 municípios tinham menos de 20 mil habitantes (IBGE, 1950). Nesse sentido, o estado em 1950, era predominantemente rural e interiorano, como a população amplamente distribuída em pequenos municípios, sendo 65 por cento deles com menos de 20.000 habitantes, o que indica uma sociedade com forte presença de comunidades locais de pequeno porte, o que favorecia a influência de instituições tradicionais, como a Igreja Católica (Alves, 2023).

Encontramos, nos discursos do jornal *Voz Diocesana*, uma enfática preocupação em manter a moralidade das famílias em geral, mas em particular encontramos também uma atenção voltada para a permanência da moralidade das “famílias do interior”. Em 1951, a coluna “Casar sim, mas casar bem”, abordava a questão:

Precisamos, a todo custo, salvar da degradação à família brasileira, sobretudo no interior, que ainda é a parte moralmente mais sadia do país. Mas especialmente aqui, de bem pouco valeram palavras sem exemplos: a experiência prova que os colonos (moradores ou arrendatários) imitam de perto o procedimento dos fazendeiros. A família dos patrões precisa ser alertada para que dê o exemplo de ler como Cristo quer: - lar que respeita a unidade (nada de contrabandos, nem mesmo masculinos); - lar que pratique a fidelidade (ela e ele devem lembrar-se, em toda parte e sempre, das promessas que fizeram diante de Deus e dos homens); - lar que aceite a

fecundidade (os filhos que Deus mandar, pois ele não erra nas contas e não deixa vencer em generosidade); lar que se enche de santidade (isto é, dos ensinamentos e do espírito do Evangelho, sobretudo para que seja cristã a educação dos filhos) (*Voz Diocesana*, ano V, nº 7, 1951, p.1).

O texto, ancorado na estrutura agrária e patriarcal do país, atribuía às elites rurais além do poder material, a “responsabilidade” de atuar como guardiãs da moralidade, a fim de promover os quatro pilares do lar cristão: unidade, fidelidade, fecundidade e santidade. Mas, chamamos a atenção para a menção dos interiores como “partes moralmente mais sadias de um país em degradação” (*Voz Diocesana*, 1956).

Através dos discursos encontrados no jornal, é possível entendemos que havia a noção, para parte do corpo eclesiástico nacional, de que as regiões interioranas eram espaços privilegiados de preservação da moral, isso porque esses locais ou regiões pareciam oferecer uma barreira protetora contra os “vícios da modernidade” que assolavam as grandes cidades. A facilidade de acesso a grandes cinemas, teatros e revistas proporcionada pelas grandes cidades, que eram vistos como vetores da imoralidade por exhibir narrativas que rompiam o ideal de família cristã (como divórcio, relações extraconjugais, emancipação das mulheres da época), foi tardiamente percebida nas pequenas cidades, sendo os grandes centros urbanos entendidos como os locais de maior acesso às “coisas mundanas”.

E não é exagero dizer que há uma certa facilidade de atuação da Igreja Católica nas pequenas cidades, a própria organização espacial dessas cidades, onde a Matriz e as Instituições Eclesiásticas ocupam o centro físico e simbólico nos demonstram isso (Dias, 2022). Mas, conforme a modernização das estruturas avançavam, como demonstra Riolando Azzi (2008), até mesmo no interior os padrões morais caminhavam em transformação. A própria insistência em exaltar a pureza do interior revelava, paradoxalmente, o medo de essa suposta barreira moral estivesse sendo rompida, como percebemos na publicação “A Família em Crise”, de 1956:

O Brasil — em quase todas as Dioceses e, o que é mais triste, em quase todas as paróquias, mesmo as do interior, está sentindo os reflexos da crise que atingiu a família contemporânea. A restrição da natalidade é assunto discutido e combinado, hoje, por muitos noivos. A fidelidade que nunca foi problema para os homens (pois em grande número continuam a adotar uma dupla moral: uma rígida para mulheres, outra elástica, para eles), começa a não impressionar também as mulheres das cidades importantes e civilizadas. Os desquites se multiplicam ou, mesmo sem eles, as separações de esposos se fazem, seguidas, nos grandes centros, de tentativa de casamentos no Uruguai. É evidente que os costumes caem de cheio sobre os filhos. Em face desse desmoronamento familiar, grita-se contra o cinema, o rádio, os jornais

e os costumes públicos. Tudo isso é causa ou efeito? Os casamentos estão sendo preparados? (*Voz Diocesana*, ano X, nº 249, 1956, p. 1).

Havia uma profunda inquietação da Igreja católica diante do que percebia como um processo de degradação moral da família brasileira, especialmente alarmante por alcançar até mesmo os espaços tradicionalmente idealizados como mais puros e opostos às transformações modernas, neste caso, os interiores do país. Nesse sentido, a preservação da moral cristã nos interiores significaria um sucesso pastoral frente às ameaças que a modernização apresentava à estrutura social daquele contexto, sucesso este que não estava sendo alcançado, situação que parece ter sido preocupação da Igreja Católica em outros países, chegando a ser um dos assuntos tocados pelo Papa Pio XII à Ação Católica Feminina da Itália, o jornal *Voz Diocesana* publicou uma reportagem sobre o sermão do papa:

Cidade do Vaticano, (NC) — Em um sermão há 15.000 senhoras da Ação Católica Italiana, sua santidade o Papa Pio XII declarou que a melhor contribuição da mulher a uma sociedade cristã reside no cultivo de um lar virtuoso, na educação de uma juventude sã, na conservação da fé e na preservação dos bons costumes, em face às exigências do materialismo [...] Em face do materialismo, não há se não um remédio: a firmeza na fé, por parte dos pais, que não devem cessar de infundir nos filhos o caráter de cristãos. Lembrou O Santo Padre aqueles tempos em que o domingo era observado verdadeiramente como dia Santo do Senhor, empregado em piedosos costumes e não de divertimentos. A imprensa, o rádio, o cinema, as praias contaminaram de imoralidade não só as grandes cidades, mas também os povos campestres, lançando os jovens na luxúria e no prazer. A juventude pode ser nobre, se para isso se formar — acrescentou (*Voz Diocesana*, ano II, nº 17, 1949, p. 3).

Dois anos antes, em 1947, o Papa, em “Apelo às Mulheres Católicas”, já havia se dirigido “aos povos campestres”, especialmente “as mulheres que vivem em áreas rurais”, assunto que também ganhou matéria no jornal:

[...]Fazer com que a felicidade e comodidade reine no lar, educar os filhos é em realidade uma contribuição de primeira ordem ao bem comum - expôs Sua Santidade. Depois louvou [o Papa] de modo especial as mulheres que vivem nas áreas rurais, as quais dão feliz exemplo de “cooperação entre a família e a economia nacional” (*Voz Diocesana*, ano I, nº 1, 1947, p. 2).

A respeito da noção de cooperação entre as famílias rurais notada pelo Papa, o geógrafo Flamarion Dutra Alves (2023) nos ajuda a refletir. O autor argumenta que nas pequenas cidades, onde a conexão entre o urbano e o rural é de maior proximidade, as relações sociais são medidas por laços interpessoais mais estreitos e a noção de comunidade é

mais efetiva. Em diálogo com Ângela Maria Endlich (2017) e Roberto Lobato Corrêa (1999; 2011), Dutra (2023) aborda que a noção de pequenas cidades ou cidades pequenas não pode ser resumida apenas por critérios demográficos, mas sim por suas redes de interação, funções sócio-econômicas e pela porosidade entre o urbano e o rural, características que as diferenciam radicalmente dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, enquanto nas metrópoles a dissipação dos laços comunitários “permitia comportamentos desviantes”, no interior a visibilidade social funcionava como mecanismo de conformidade. Se nas cidades pequenas “toda a moça é filha de alguém conhecido”, e essa ideia sugeria que a transparência social inibia transgressões, tinha-se entendimento que as condutas individuais eram constantemente avaliadas, e, portanto, menos propensas à imoralidade. Neste cenário, a Igreja além de identificar nos locais interioranos uma aparente imunidade contra algumas ameaças concretas que associava a urbanização acelerada do contexto, também entendia os “povos campestres” como mais próximos de sua rede pastoral, como demonstra a crônica “O Vigário da Roça”, de padre Arlindo Vieira, publicada no jornal *Voz Diocesana*:

[...] Herói desconhecido, o Vigário da roça, quando verdadeiramente cômico de sua nobre missão e cheio de espírito de Deus, é o grande propulsor de nossa civilização, o maior amigo do roceiro desnutrido e analfabeto, um único que pode ser ouvido sem receio por aquela pobre gente e levar-lhe, com as consolações da fé, as possibilidades de uma melhoria de condição [...] O povo da roça, alheio aos requintes de uma civilização pagã, afastado desses veículos de corrupção que são a imprensa, o rádio e sobretudo o cinema, conserva a fé em toda a sua pureza e vê no padre que o procura e lhe tem empregado amor, uma viva imagem de Jesus Cristo (Vieira, *Voz Diocesana*, ano VI, nº 160, 1954, p. 1).

Diante da forte expectativa de manutenção da moralidade católica entre os “povos da roça”, o crescente êxodo rural, que avançava em ritmo acelerado, despertava maior preocupação em setores da Igreja. Sobre esta questão, o Padre Arlindo Vieira também manifestou-se publicamente, tendo suas declarações publicadas no *Voz Diocesana*:

Em minhas pregações pelo interior de Minas, tenho combatido muito esse flagelo social que é o êxodo dos campos ocorridos para as cidades. Os maridos deixam mulheres e filhos e saem em demanda das capitais; muitos arranjam por lá outra mulher e deixam a família no mais completo abandono, não encontrei nenhum arraial de Minas onde não se tenham registrado um ou vários casos lamentável de mulheres largadas dos maridos. Saem milhares de rapazes de 18 a 25 anos e são muitos dos que nunca mais tornam a seus lares. Para a religião as consequências são nefastas. Enquanto se acham no Rio, em São Paulo, Volta Redonda ou norte do Paraná, com raríssimas

exceções, põe de lado toda e qualquer prática religiosa e não são poucos dos que se deixam seduzir pela aceitas protestantes ou pelas macumbas do espiritismo[...] (Vieira, *Voz Diocesana*, ano VII nº 203, 1955, p. 1).

Padre Arlindo Vieira ignorava fenômenos como industrialização ou expansão das fronteiras agrícolas, modernizações do contexto, como fatores cruciais que inflavam o processo de migração do campo para as cidades (Vieira, *Voz Diocesana*, 1955). Sua leitura trazia como cerne da problemática do êxodo questões familiares, como a centralidade da fidelidade conjugal e religiosas, como o abandono da religião católica pelos homens que entravam em contato com centros urbanos, onde havia maior pluralização religiosa. Nesse sentido, as causas da migração, como a mecanização do campo, concentração fundiária e a atração por empregos industriais foram tratadas com silêncio para dar vez a consequências morais, sobretudo no âmbito familiar e religioso.

Outra figura que aparece em destaque nas publicações do jornal a respeito dos temas que abrangem o mundo rural do contexto é Dom Inocêncio Engelke, bispo da Diocese da Campanha de 1935 a 1960. Por sua vez, Dom Inocêncio, buscava argumentar que o êxodo rural possuía raízes complexas, e por isso careciam de debates concretos no interior da Igreja do Brasil (Mainwaring, 2004; Alves, 1979).

Durante a Semana Ruralista de Caxambu, realizada em 1950, Dom Inocêncio redigiu e fez a leitura de sua carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural” (Engelke, 1950), momento em que o bispo da Diocese de Campanha apontava para “as condições infra-humanas em que vivia o trabalhador rural e para a necessidade de saná-las, por meio da aplicação de um programa mínimo de assistência social”, conforme argumenta o historiador Ramon Felipe Souza (2020, p.256). Também a respeito da carta, o Nilmar de Sousa Carvalho analisa:

A carta pastoral também se preocupou com a questão do êxodo rural. Segundo o documento muitos se “deixam seduzir pelas miragens dos grandes centros urbanos”. Para Dom Inocêncio dois fatores estavam entre as principais causas das migrações; o sistema escolar rural precário, que obrigava os filhos dos fazendeiros deixarem suas famílias em busca dos centros urbanos onde pudesse cursar o ginásio e o serviço militar obrigatório realizado em quartéis localizados nas cidades. Consciente do processo de modernização pelo qual passava o Brasil, a carta também indicou que o avanço das escolas de aprendizagem industrial “que em boa hora se espalham pelo país”, impulsionarão novas ondas migratórias, ‘a menos que se dê correlata formação de aprendizagem rural, com perspectivas também novas, de elevação do nível de vida nas fazendas’ (Carvalho, 2019, p.117).

Segundo Carvalho, a perspectiva do bispo sobre a questão era a de “estender ao trabalhador rural leis trabalhistas já em vigor para os trabalhadores urbanos” (2019, p. 256). Embora não caiba aqui um aprofundamento sobre o êxodo rural, por fugir ao escopo deste trabalho, é pertinente mencionar que, durante a Semana Ruralista de Caxambu, foram apresentados diversos direcionamentos às professoras sul-mineiras quanto à forma de conduzir a educação no meio rural, tema que será explorado adiante.

Além do interesse em preservar a moralidade das famílias do interior, na segunda metade da década 1950, chama a atenção uma campanha de arregimentação de mulheres do interior realizada pelo padre João Botelho divulgada no caderno “Para você, jovem cristã” do jornal *Voz Diocesana* em 20 de abril de 1958:

Dirijo-me aquelas que guardam ciosamente a sua dignidade, a nobreza de sentimentos puros, a vontade de realizar a própria vida. Sei que és uma delas. Então vamos conversar. Adivinho tuas preocupações diante dos maus caminhos que a sociedade vai tomando. Por pouco que reflitas, em teus momentos calmos, quando tua vista se estende sôbre o mapa da Pátria, sentes, no fundo de tua alma, dois movimentos. O primeiro é um pesar profundo pelo aviltamento do sexo a que pertences. A exploração vil de tua condição de mulher. O segundo, a ânsia de dizer um BASTA! de fazer alguma coisa para deter essa onda que sobe sempre. Mas, sentes-te sozinha, pequenina, incapaz. Sabes que muitíssimas outras pensam como tu, mas não sabes onde elas estão. Bem quiseras convocá-las tôdas, fazer-lhes um apelo veemente, organizar uma força nova que viesse opor um dique a essa inundação de imoralidades (Botelho, *Voz Diocesana*, ano XI, nº 298, 1958, p. 3).

O trecho de tom emotivo e arregimentador fazia parte do Movimento por um Mundo Cristão (MMC), fundado pelo padre João Botelho em 1956 e vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte (Starling, 1986, p.216). Heloisa Maria Murgel Starling (1985) dedicou-se a compreender como se deu a organização e atuação das elites mineiras no processo que levou ao golpe de 1964. A autora aborda como diferentes grupos articularam para criar uma rede comunista e moralizante para conter o avanço das reformas de bases propostas pelo governo de João Goulart, sob pretexto de “salvar a democracia”. Dentre as organizações analisadas, ela destaca algumas associações civis ou eclesiais profundamente associadas ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de Minas Gerais (IPES - MG), como a Liga da mulher pela democracia (LIMDE) e o próprio Movimento por um Mundo Cristão, criado pelo Padre João Botelho.

Conforme Starling (1986), Padre Botelho apresentava o movimento como “uma entidade dedicada ao combate das imoralidades, ao apoio às pessoas de bem e desvinculada

de qualquer finalidade política”. No entanto, desde sua fundação, o movimento atuou, na prática, como um instrumento de doutrinação ideológica da opinião pública, valendo-se de diversos meios de comunicação para difundir seus ideais:

Criado em 25 de dezembro de 1956 pelo padre João Botelho, tinha como principal característica o fato de ser, desde a sua fundação, um canal de doutrinação ideológica da opinião pública, buscando para tal utilizar-se da força dos meios de comunicação de massas. Neste sentido, o movimento por um mundo cristão contava com um programa semanal da TV Itacolomi e dois programas radiofônicos: a “Hora do Angelus”, na Rádio Inconfidência, e “Por um Mundo Cristão”, nas rádios jornal de Minas e Itatiaia (Starling, 1985, p.217).

Além disso, em 1958, para alargar a expressão do MMC, Padre Botelho, juntamente com sua equipe de apoio composta pelo padre jesuíta José Cândido de Castro, vice-presidente do movimento, e pelo secretário João Luís de Freitas, criou o jornal impresso “Movimento por um Mundo Melhor”, com uma expressiva tiragem de aproximadamente 25.000 exemplares (Starling, 1985, p.216-217). Alguns trechos desse impresso que encontramos recortes no jornal *Voz Diocesana*: do Estado

Pois bem, jovem patrícia, escuta! Este mesmo artigo que estás lendo agora, foi mandado para mais de mil jornais do interior. Supõe que no mínimo cinquenta moças, em cada cidade, o leram. Tem aí a beleza de cinquenta mil moças. Um grande exército. Capaz de fazer recuar toda essa corja de patifes que estão aí ganhando dinheiro, pela exploração vil do teu sexo. Não estamos sonhando, não. Estamos com vontade decidida de levar avante essa luta, com certeza absoluta da vitória (Botelho, *Voz Diocesana*, ano XI, nº 298, 1958, p.3).

De acordo com Starling (1985, p.226), o Movimento de Moralidade Cristã (MMC) tinha como principal objetivo mobilizar os católicos para participarem ativamente das manifestações públicas organizadas sob a liderança do IPES-MG. Funcionando como um elo entre a Igreja e as forças civis conservadoras, o MMC era responsável por convocar seus membros para compor o apoio popular às ações oposicionistas, sempre que o IPES julgasse oportuno. Além disso, o movimento atuava na preparação logística e na divulgação dessas mobilizações, contribuindo diretamente para fortalecer a presença das bases católicas nos eventos coordenados pela elite conservadora mineira.

A mobilização de mulheres no interior do estado surgia então não com o propósito central do MMC, mas como uma de suas estratégias de arregimentação. Mas sua ligação com associações civis organizadas por mulheres era constante, o jornal Movimento por um Mundo Melhor funcionava também como um difusor de mensagens da Liga da Mulher pela

Democracia (LIMDE) e da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) de Minas Gerais, ambos movimentos de mulheres da elite mineira engajadas na formação de bases que, posteriormente atuariam no golpe de 1964 (Starling, 1983). Em 1963, o jornal *Por um Mundo Melhor* publicou uma longa oração utilizada pelas mulheres da CAMDE:

Meu Deus, nós, mães brasileiras, nos dirigimos a Vós, que entendeis, como ninguém, a nossa angústia. O que vos pedimos não é muito porque tudo. Queremos viver na liberdade dos filhos de Deus, no amor de nossa família, na paz de nossos irmãos. Queremos colocar nossos filhos no amor que constrói e protegê-los do ódio que escraviza e divide. Dai-nos a coragem, Senhor e dá-nos força para cumprirmos o nosso dever e para não faltarmos ao Brasil nesta hora difícil. Defendendo a liberdade, estamos defendendo nossos lares e nossos filhos, estamos defendendo patriotismo de fato fraternidade e de paz, legado por voz. Salvai, por isso, o Brasil da tirania comunista. Infundi em nossos corações os princípios da caridade, da justiça, fidelidade à verdade e o amor aos pequeninos e aos humildes. Salvai-nos, Senhor, Amém (CAMDE, 1963, apud Staling, 1985, p.224).

Heloísa Starling, a partir da supracitada oração, propõe a reflexão de como como as organizações femininas conservadoras, articuladas com o clero católico, utilizaram uma ideologia centrada na figura da mãe como símbolo da pátria e da família, valores tidos como ameaçados pelo comunismo no contexto. A autora mostra que essa mobilização não era apenas política, mas sacralizada: ao invocar Deus como defensor da pátria e da moral cristã, conferia-se à luta anticomunista um caráter religioso. Nesse contexto, os católicos foram chamados a abandonar a “neutralidade” e a agir como "cruzados", combatendo os "infiéis" comunistas infiltrados na sociedade. Assim, a ação política das mulheres dessa elite conservadora ganhava uma legitimidade divina, tornando-se uma cruzada moral em defesa de um legado considerado sagrado: a família, a liberdade e a fé cristã (1985, p.224-225).

Esses movimentos que emergiram contra Goulart e suas reformas de base contavam com uma minuciosa organização, com meticulosas estratégias de circulação de ideias, propagação de movimentos e disseminação de notícias (Starling, 1985). Ao contrário do que convencionou acreditar, que essas ações entorno do golpe ficaram restritas aos grandes urbanos, percebemos através da imprensa católica sul mineira, como a arregimentação das fiéis era propagada, com a divulgação detalhada das informações de o que fazer e como fazer para adentrar no movimento:

Mas, como fazer? Como começar? Muito simples. Escreve-me o quanto antes. Manda-me teu endereço completo, tua profissão, os estudos que tens. Tudo muito claro, sem esquecer a indicação do Estado em que moras. Diz também se pertences a alguma associação religiosa. Mas, pertences ou não,

manda-me teu nome. Não te vou pedir quase nada. Verás. Como sou sacerdote católico, é claro que estou me dirigindo às moças católicas. as outras, respeito-às muitíssimo, mas não tenho autoridade para convocá-las. Somente as minhas irmãs na Fé. Tanto mais que para o comando desta batalha escolhemos a Virgem Imaculada, no ano centenário de suas aparições em Lourdes. Minha jovem patrícia, escreve-me com urgência para Rua Goitacazes, 152 - Apartamento nº. 802, Belo Horizonte. Vem lutar conosco. Por tua Dignidade de Mulher! Por teu Deus! Por tua Pátria! Esta campanha será dirigida pelo MOVIMENTO POR UM MUNDO MELHOR, DE BELO HORIZONTE (Botelho, *Voz Diocesana*, ano XI, nº 298, 1958, p.3)

Em 20 de setembro do mesmo ano, a mensagem do padre João Botelho é reforçada pelo jornal, com mais detalhes sobre a inscrição:

De pé, jovem patrícia! Contra a onda de corrupção com que desejam ferir o coração da Igreja. Contra a exploração vil de tua condição de mulher. Levanta-te e vem conosco. Manda-me imediatamente teu nome, tua profissão, teus estudos, teu endereço. Escreve-me pela Rua dos Goitacazes nº 152, apartamento 802, Belo Horizonte. Escreve-me e aguarda com um pouco de paciência nossa orientação. Esta campanha é nacional, dá trabalho, faltam-nos recursos mas sobra-nos idealismo, temos ânimo, coragem, confiança e tenacidade. Vem conosco. Deus nos assiste, a Virgem nos comanda. Venceremos (Botelho, *Voz Diocesana*, ano XI, nº 312, 1958, p. 1;4).

O apelo dirigido à jovem Patrícia, convidando-a a se engajar em uma campanha nacional, combina exortações à virtude e à coragem com instruções detalhadas sobre como participar, evidenciando uma organização hierárquica e estruturada do movimento. A figura a seguir mostra a cartilha de inscrição no movimento, divulgada pelo jornal *Voz Diocesana*:

Figura 5 - Cartilha de inscrição para a Campanha pela Dignidade da Mulher, divulgada pelo jornal *Voz Diocesana* (nº 312) em 1958

Dou minha adesão à Campanha pela Dignidade da Mulher, dirigida pelo Movimento por um Mundo Melhor.

Nome.....

Profissão.....

Estudos.....

Rua.....

Bairro.....

Cidade.....

Estado.....

Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Elementos como a invocação de Deus e da Virgem Maria conferem legitimidade espiritual à ação, enquanto o discurso constrói a mulher como destinatária de uma missão moral e social específica, alinhada aos valores cristãos de proteção da família e da moralidade. Nesse sentido, o movimento exemplifica, segundo Starling (1986), as estratégias de arregimentação de mulheres em iniciativas conservadoras, em que a participação feminina é incentivada, mas dentro de papéis normativos cuidadosamente definidos, refletindo as interseções entre gênero, religião e política na sociedade brasileira do final da década de 1950 e início dos anos 1960. Nesse sentido, a disseminação do movimento revela como a mobilização feminina no Brasil do período anterior ao golpe militar era articulada a partir de referências religiosas e morais, refletindo o papel central da Igreja Católica na vida social e política.

O que propomos neste momento a refletir sobre como a noção de “interior do estado” foi mobilizada de distintas formas pela imprensa católica. Em alguns casos, o interior surge como um espaço moralmente preservado, que deveria ser protegido da influência degradante da urbanização e dos valores considerados profanos trazidos pela modernização. Em outros, esse mesmo interior é convocado como uma reserva moral e social a ser mobilizada politicamente, especialmente por meio do engajamento das mulheres em movimentos de caráter reacionário com epicentro nas capitais. Dessa forma, o interior surge como além de um espaço geográfico, mas também como um território simbólico estratégico para a Igreja católica, que o invoca ora como santuário da tradição, ora como campo de recrutamento moral e político.

O discurso católico sobre o interior mineiro é uma chave de leitura para entendermos tensões e usos diversos que respondem a conjunturas específicas. A igreja ao acionar esse imaginário, tanto reforça a oposição entre campo e saudade quanto instrumentaliza esse contraste pra sustentar projetos políticos e morais mais amplos revelando o papel ativo da imprensa católica na construção de sentidos sociais sobre espaço e sobre sujeitos que o habitam.

3.3 Arregimentação das sul mineiras

De acordo com Nádia Guariza (2009, p.41-43), a Igreja incentivava a criação e organização de associações leigas desde o século XIX, mas foi no século XX que o papel dessas associações se transformou radicalmente, passando de espaços de devoção pessoal para instrumentos de militância ativa na sociedade. A autora aborda que o papa Pio X, em sua

encíclica *II Fermo Propósito*, de 1903, defendia que os leigos e leigas deveriam ir além da caridade individual, atuando diretamente na defesa moral cristã contra as “tendências disruptivas” da modernidade, dessa forma, “os cuidados morais e religiosos deveriam se estender à sociedade” marcando assim o surgimento da Ação Católica como movimento de engajamento religioso e social:

Além de lutar contra a civilização anticristã, o fiel da Ação Católica deveria confortar os menos afortunados como a classe operária e os camponeses, infundindo em seu coração as verdades católicas e “se esforçando por enxugar-lhe as lágrimas, suavizar-lhe a condição econômica com medidas bem ajustadas; afanar-se que as leis públicas se amoldem à justiça, se corrijam e proscavam as que lhe são contrárias” (Guariza, 2009, p.43).

A defesa de Pio X encontrou eco nos pontificados subsequentes, consolidando a Ação Católica como a associação leiga de maior alcance global do século XX. Seu sucessor, Pio XI, ampliou o escopo do movimento através da encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 1922, institucionalizando métodos e diretrizes para atuação dos fiéis no mundo secular (Souza, 2006). Pio XI, a partir da nova organização movimento permitia uma ação organizada e especializada em diferentes ambientes (operários, estudantes, famílias). Dessa forma, o sumo pontífice acreditava que, em vez de esperar passivamente por conversões, os católicos deveriam infiltrar-se na sociedade para transformá-la a partir de dentro.

É no seio dessa transformação que reside a importância da temática para entendermos o contexto, pois Pio XI tratava a Ação Católica como uma estratégia de longo prazo para reafirmar a influência da Igreja em um mundo em rápida mudança. Um editorial publicado no jornal *Voz Diocesana* em 1948 nos permite visualizar como o projeto da Ação Católica visava constituir uma salvação frente aos “perigos modernos”:

Instruir o povo, inculcar-lhe princípios cristãos e dar-lhe condições de vida que o libertem das incertezas do amanhã e lhe permitam uma vida digna e honesta, eis nossa tarefa e a nossa maior arma contra o comunismo [...] Em todas as épocas dramáticas destes (sic.) últimos vinte séculos, a última palavra foi dita pela Igreja. Estamos numa dessas épocas, no limiar de um novo dia para a civilização. A Igreja está dizendo a sua palavra, palavra que encarna a eternidade no tempo. E essa palavra dos chefes autorizados se traduz pela ação corajosa, consciente e generosa dos católicos organizados. A Ação Católica salvará o mundo! (*Voz Diocesana*, ano I, nº 8, 1948, p. 2).

Através do engajamento leigo, a fé católica poderia "salvar o mundo", mas não com uma conotação apocalíptico, e sim como uma força de ordem, moralidade e contra as

ideologias que ele considerava destrutivas. A Ação Católica, sobretudo em sua fase especializada, surge como um meio de "reconquistar" espaços que a Igreja estava perdendo, como a educação, a imprensa e a vida pública.

De acordo com Eder Coelho Paula (2007), a organização da Ação Católica Brasileira foi formalizada em 1935 com a publicação do Estatuto da Ação Católica Brasileira, documento episcopal que estabeleceu a estrutura inicial do movimento, revelando em sua arquitetura organizacional uma clara divisão por gênero e idade, com a criação de núcleos específicos, como a Juventude Masculina Católica (JMC), Juventude Feminina Católica (JFC), Homens da Ação Católica (HAC) e Senhoras da Ação Católica (SAC).⁶⁷ Em 1946, os Estatutos passam por uma reestruturação, conforme analisa Coelho (2007), estabeleceram-se os chamados "meios de apostolado", criando núcleos setoriais que buscavam responder mais diretamente às diferentes condições sociais dos fiéis, representando um importante esforço de adaptação da Igreja às complexidades da sociedade em transformação.⁶⁸ Guariza argumenta:

As associações serviam para controlar a impetuosidade juvenil que tanto preocupava a Igreja. Ao ingressarem em associações específicas para a sua idade e sexo, os jovens ficavam sob a supervisão de um diretor espiritual que poderia ser o padre da paróquia; os associados deveriam observar as regras contidas no manual aprovado pelo papa. As associações eram uma das

⁶⁷ Sob a direção de Alceu Amoroso Lima, esse modelo - inspirado diretamente na experiência italiana - caracterizou a chamada fase geral do movimento (1935-1946), marcada por atividades predominantemente espirituais como peregrinações, missas e congressos eucarísticos, que, segundo Alves (1979, p. 122), limitavam o potencial de discussão e atuação em questões sociais mais amplas. A adoção do modelo francês e belga de Ação Católica Especializada inaugurou a fase de especialização (1946-1966), abordando, além da divisão gênero, uma organização por classes sociais e realidades cotidianas.

⁶⁸ A fase de especialização (1946 a 1966), como é conhecida, inaugura uma maior setorialização entre "juventudes", dispondo os jovens em núcleos que correspondem a sua realidade cotidiana, fundando assim os diversos círculos: "a) Homens da Ação Católica (H.A.C.) para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade: conjunto das especializações: Liga Agrária Católica (L.A.C.), Liga Independente Católica (L.I.C.) Liga Operária Católica (L.O.C.) e Liga Universitária Católica (L.U.C.), setores autônomos em seus respectivos campos; b) Liga Feminina de Ação Católica (L.F.A.C.) para maiores de 30 anos e casadas de qualquer idade, admitindo a dupla secção de casadas e solteiras: conjunto das especializações. Liga Agrária Católica Feminina (L.A.C.F.), Liga Independente Católica Feminina (L.I.C.F.), Liga Operária Católica Feminina (L.O.C.F.) e Liga Universitária Católica Feminina (L.U.C.F.), setores autônomos em seus respectivos campos; c) Juventude Masculina Católica (J.M.C.), para moços de 15 a 30 anos, conjunto das especializações: Juventude Agrária Católica (J.A.C.); Juventude Estudantil Católica (J.E.C.); Juventude Independente Católica (J.I.C.); Juventude Operária Católica (J.O.C.), Juventude Universitária Católica (J.U.C.), setores autônomos em seus respectivos campos; d) Juventude Feminina Católica (J.F.C.), para moças de 15 a 30 anos, conjunto das especializações: Juventude Agrária Católica Feminina (J.A.C.F.); Juventude Estudantil Católica Feminina (J.E.C.F.); Juventude Independente Católica Feminina (J.I.C.F.); Juventude Operária Católica Feminina (J.O.C.F.), Juventude Universitária Católica Feminina (J.U.C.F.), setores autônomos em seus respectivos campos" (Paula, 2007, p. 57).

formas encontradas pela Igreja para normatizar o comportamento dos jovens que nesta idade começavam a ter um contato maior com o mundo externo da casa, desenvolvendo uma vida social que incluía saraus, cinema e os namoros que poderiam despertar a sexualidade (Guariza, 2009, p.47).

Assim como as associações especializadas serviam para controlar a "impetuosidade juvenil" sob a supervisão de um diretor espiritual (Guariza, 2009, p. 47), alguns departamentos da Ação Católica atuavam como estruturas organizadas para guiar os leigos e leigas em diferentes esferas da vida social, desde a educação até a moralidade pública, eram eles: “1. Departamento Nacional de Vocações Sacerdotais; 2. de Ensino de Religião; 3. de Educação e Cultura; 4. de Ação Social; 5. de Imprensa, Rádio e Informações; 6. de Defesa da Fé e da Moral; 7. de Cinema e Teatro; 8. de Orientação Política” (Paula, 2007, p. 53).

Guariza (2009), ao mencionar a natureza da divisão de gênero dos movimentos, enumera que o modo em que a evangelização ocorria no interior desses grupos setorializados se relacionavam com as diferenças entre as concepções de feminino e masculino do contexto. Dado aos limites e enfoque do presente trabalho, nos atemos a analisar, sobretudo, a representação dos grupos de mulheres que aparecem nas publicações do jornal *Voz Diocesana*, assim como os departamentos que esses grupos parecem ter se relacionado.

Paula (2007) demonstra que a atuação da Ação Católica Brasileira (ACB) estava diretamente vinculada ao grau de engajamento dos bispos em suas respectivas dioceses. O autor destaca que os prelados dispunham de margem de autonomia para priorizar ou não o movimento em suas jurisdições, o que teve implicações decisivas em sua expansão e consolidação regional. Essa discrepância episcopal ajuda a explicar as disparidades na implantação da ACB: enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste o movimento encontrou pouco vigor ou desinteresse seja pela escassez de recursos, seja pela priorização de outras agendas pastorais, como a crise de vocações sacerdotais, no Sul, Sudeste e Nordeste a ACB logrou maior êxito. Isso ocorreu, em parte, porque bispos como Dom Leme já estavam familiarizados com o modelo desde 1916, quando visitaram o Vaticano e tiveram contato com a experiência italiana da Ação Católica (Paula, 2007, p. 52).

No caso da Diocese de Campanha, a ênfase no movimento pode ser observada pela imprensa católica. Conforme mencionamos no primeiro capítulo, a Ação Católica era uma das principais preocupações de Dom Inocêncio Engelke, sendo inclusive um dos assuntos abordados nos elogios tecidos pelo papa Pio XII à Dom Inocêncio na carta de sua 25ª sagração episcopal (*Voz Diocesana*, 1949, p.1). Além disso, no boletim de apresentação do jornal *Voz Diocesana*, publicado na primeira página do primeiro número do jornal, há

menções de que o jornal destinava-se inicialmente “à renascente AC Diocesana” (*Voz Diocesana*, 1947, p.1), assunto também abordado na primeira parte deste trabalho. No ano de 1947, na primeira publicação do jornal *Voz Diocesana*, há um editorial intitulado como “Como Começar?”, nele há algumas explicações quanto a formação integral proposta pela Ação Católica:

Nós vos recomendamos a maior solícitude possível na formação dos que desejam combater nas fileiras da A.C.: a formação religiosa, moral e social indispensável aos que quiserem exercitar com êxito o apostolado do seio da sociedade moderna. E precisamente em razão desta absoluta exigência de formação, não se deve começar com vistosas aglomerações, mas com grupos que, bem adestrados, na teoria e na prática, hão de ser o fermento evangélico que fará levantar e transformar-se toda a massa (*Voz Diocesana*, ano I, nº 1, 1947, p.3).

Dom Inocêncio, assim como o diretor do jornal, padre Antônio Godinho, buscavam realçar o movimento no jornal por diversas vias, divulgando comunicados dos departamentos nacionais da ACB e ampliando a setorização através das secretarias diocesanas do movimento; noticiando os encontros, ações e eventos promovidos pela AC na região; e até mesmo criando colunas e cadernos fixos dedicados ao movimento.

Ambos compartilhavam da visão salvacionista da Ação Católica frente às transformações do mundo. Em 1950, por exemplo, Antônio Godinho abordou que o jornal assumiria um novo formato editorial em decorrência do desejo de alinhar os objetivos do impresso com os objetivos do “Ano Santo”, um período de renovação religiosa proclamado pelo Vaticano e que para Godinho seria “O ano em que todo o esforço (sic.) da Cristandade, dos homens de boa vontade, se voltará para injetar no mundo o sangue novo que está faltando” (1950, p.1). Uma maior investida na Ação Católica através do jornal fazia parte das mudanças deste alinhamento:

VOZ DIOCESANA, de seu lado, após dois anos de modesta apresentação, quiz, num esforço (sic.) para melhor, e não agradecimento à boa vontade acolhida que quase dois milhares de assinantes livre vem dispensando, iniciar o Ano Santo, com novo aspecto e em novo formato. Sem discrepar da orientação que se impoz (sic.), desde o início, vai agora ampliar as suas secções, conforta noticiário das paróquias e dos municípios, que atinge os problemas de interesse regional, com uma página dedicada a ação católica e, se possível, com uma página literária e outra dedicada as crianças, além dos assuntos habituais e temas de interesse geral [...] Dêsse (sic.) modo nos albores do ano Santo, VOZ DIOCESANA, renovando-se para melhor, estará contribuindo (que presunção!) para a grande “metánoia” (sic.) que todos esperamos da humanidade inteira (Godinho, *Voz Diocesana*, ano III, nº1, 1950, p. 1).

Nesse sentido, a imprensa católica assumia um papel ativo na "reconquista das boas vontades", e a Ação Católica aparece como um dos meios para essa transformação, não apenas como um movimento interno da Igreja, mas expresso como um projeto civilizacional frente ao que Godinho entendia como um período de “caos moral” (1950, p.1).

Mas mesmo antes deste novo formato, o jornal já contava com investidas ao movimento. Em 1948 é inaugurado o caderno “NOTICIÁRIO A.C”. As missionárias da AC enviavam cartas para suas paróquias, que eram direcionadas à Diocese de Campanha, relatando sobre ações dos núcleos especializados. As cartas eram lidas pelos editores do jornal e transformadas em um noticiário regional (*Voz Diocesana*, 1948).

Através dos dados recolhidos neste caderno, foi possível entendermos algumas questões sobre a organização dos núcleos femininos. As Senhoras da Ação Católica (SAC) do município de Campanha, encontravam-se uma vez por semana na sede paroquial (*Voz Diocesana*, 1948, ano I, nº5, p. 3). Não eram todas as cidades que possuíam uma sede para encontro das fiéis, e, algumas, possuíam sedes improvisadas, como no município de Boa Esperança, que era uma simples garagem (*Voz Diocesana*, 1949, ano II nº3, p. 3). Em Pedralva, a sede era um Chalé, onde todos os núcleos podiam reunir-se. Já em Três Corações, a paróquia havia adquirido um terreno por 50 mil cruzeiros e em 1949, a construção da sede estava em andamento (*Voz Diocesana*, 1949, ano II nº3, p. 3).

Havia também a circulação das jovens e senhoras pela região, que transitavam de uma cidade para outra para realizar troca de ideias, experiências e projetos no movimento (*Voz Diocesana*, 1948, ano I, nº 8, p. 3). Os encontros, quando noticiados, eram descritos através de muitos elogios às moças e senhoras participantes:

No dia 21, 25 membros da JFC de Lambari vieram à Campanha retribuir a visita de dezembro passado. Pena que o tempo foi um pouco curto. As meninas de Campanha, coadjuvadas generosamente pelo novo grupo de SAC, tudo fizeram para proporcionar às queridas hóspedes um dia de alegria e fraternidade. Para isso, organizar um pique-nique (sic.) à Barragem. Um lindo céu azul se espelhava nos milhões de metros cúbicos de água, que fornecem luz e energia à cidade. Quando as nossas almas estão assim, límpidas como a superfície dos lagos, o céu, não só se espelha nelas, mas desce até elas, e desse encontro do Divino humanizado com humano divinizado, desprende-se luz e energia, uma luz que não se oculta, e uma energia que une os membros dispersos e constrói a grande casa do Filho de Deus (*Voz Diocesana*, ano I, nº 8, 1948, p. 3).

Quando algum evento maior acontecia, as acistas (designação dada às leigas da AC, independente do núcleo a que pertenciam) recebiam a presença do bispo Engelke, que

reafirmava que confiava no poder dos núcleos em “exercer uma influência cada vez mais profunda no meio familiar” (*Voz Diocesana*, 1948, ano I, nº 18, p. 3). Os nomes das mulheres de cargos de destaque no movimento algumas vezes eram informados pelo jornal, a fim de que as fiéis que tivessem interesse em engrossar as fileiras do movimento, soubessem quem procurar, ou apenas para informar alguma mudança na ocupação dos cargos.⁶⁹

Em alguns momentos, as cartas das próprias fiéis leigas dos núcleos especializados eram publicadas no noticiário, mas sem assinatura:

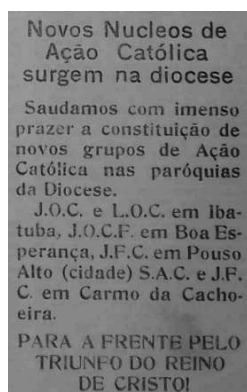
Nepomuceno: O Assistente Geral nos visitou e iniciou três grupos: SAC, JFC e Aspirantes. Tivemos várias reuniões em que o Assistente nos expôs a necessidade, essências finalidades da ação católica. Nosso pároco já havia preparado terreno e, por isso, o Assistente diocesano pôde encontrar um grande entusiasmo e uma grande boa vontade. Os homens e rapazes também querem iniciar seus núcleos, mas foi nos confiada a tarefa de preparar-lhe o ambiente (*Voz Diocesana*, ano II, nº 10, 1949, p. 3).

Havia uma preocupação com relação ao êxito do movimento frente às questões particulares da região. Em julho de 1948, o jornal publicou um resumo de um artigo publicado na revista do assistente eclesiástico chamado “AÇÃO CATÓLICA nas paróquias do interior” (*Voz Diocesana*, 1948, ano I, nº 13, 1948, p. 3). Abordando sobre a importância de mudar os métodos para que a Ação Católica fosse efetiva nas paróquias do interior, o resumo elencava que era crucial que fosse feita a setorização por sexo, idade e profissão também nos acistas dessas paróquias dos interiores. Na mesma página, há também um aviso de reuniões para discutir os métodos da A.C na Diocese de Campanha.

Algumas vezes, o jornal dava destaque para as conquistas no movimento na região, publicando com letras garrafais novos núcleos fundados, como demonstra a figura 6:

Figura 6 – Editorial “*Novos Núcleos de Ação Católica surgem na diocese*”, na edição nº 15 de 1949, no jornal *Voz Diocesana*

⁶⁹ Um exemplo: “Novas diretoras de Varginha. JFC: Lêda Foresti Regina, presidente; média da Maria de Moraes, secretária; Margarida Maria Resende, tesoureira, — JOCF: Levinda de Carvalho, presidente; Aparecida de Souza, Secretária; Ana de Carvalho, tesoureira” (*Voz Diocesana*, 1948, p.3).



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Outras vezes, alguns boletins dos núcleos especializados foram publicados no jornal. Um que chama a atenção é o publicado em julho de 1950, das Senhoras da Ação Católica (SAC), intitulado “Nossa vida em Casa”:

Ao lado de nossos deveres de esposa e companheira, de mãe educadora, plena realização de nossa vocação para o matrimônio nos impõe os deveres múltiplos e vários de dona de casa. Como encarar como cristã e mulher moderna os nossos problemas domésticos servir — deve ser o nosso fim — não um rebaixamento humilhante, mas Dom consciente, uma preocupação constante pelo bem-estar de todos, vendo em cada pessoa um membro vivo do corpo místico de Cristo e a quem nos cumpre elevar e edificar [...] (*Voz Diocesana*, ano III, nº 14, 1950, p. 3).

Através de boletins como esse, feito pelas próprias mulheres da AC, é possível entendermos como as associações extrapolam o aspecto de evangelização, mas também tinha a ver com a reordenação moral dos princípios de vida, inclusive os papéis de gênero. No caso específico supracitado, o boletim da SAC reafirmava comportamentos ideais para as mulheres como um método de atuação do movimento, como a dedicação ao lar, o serviço à família e a abnegação interpretada como dom cristão. Na continuidade, o boletim enumerava seis preocupações que a mulher moderna deveria ter com seus deveres de mãe e esposa, sendo eles: 1) Orçamento; 2) A Casa, que deveria ser limpa, cômoda e agradável; 3) Alimentação da família; 4) Vestuário; 5) Diversões, que deveriam ser sempre fiscalizadas; 6) Empregadas, que deveriam ter seus salários justos (*Voz Diocesana*, ano III, nº 14, 1950, p. 3).

Os núcleos, embora gozassem de certa liberdade para organização de eventos e encontros, contavam com ordenamento realizado pelo Secretariado Nacional da Ação Católica. Todos os anos, os núcleos ativos deveriam recorrer a diretoria na Diocese de Campanha para realizar o pedido dos materiais de estudos e atividades: “URGENTE: Os

núcleos de JFC que quiserem o programa de estudos e atividades para 1951, façam seus pedidos, com urgência, à Eneida C. Cornélio - Campanha - MG” (*Voz Diocesana*, ano IV, nº 3, 1951, p. 2).

Conforme as associações cresciam na região, mais notícias e ordenamentos recheavam as páginas do jornal. Em 1951, Dom Inocêncio Engelke divulgou uma portaria anunciando a necessidade de criação de uma Junta Diocesana da Ação Católica e de uma Diretoria Diocesana para a Juventude Independente Católica Feminina (JICF):

Considerando o esperançoso o incremento que, na diocese, vem tomando alguns setores da ação católica brasileira; considerando a necessidade da existência de organismos dioceses orientadores e coordenadores de todo movimento de ação católica: julga chegado o momento oportuno para de acordo com os Estatutos da Ação Católica Brasileira, proceder a nomeação da Junta Diocesana de Ação Católica e da Diretoria Diocesana da Juventude Independente Católica Feminina [...] (Engelke, ano V, nº 21, 1951, p. 1).

A publicação seguia divulgando os nomes das encarregadas para cada cargo (presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e delegada para aspirantes) tanto para a Junta quanto para a JIFC. A iniciativa demonstra a atenção do bispo em criar organismos que verificassem que os núcleos não iriam se dissipar ou reordenar seus propósitos.⁷⁰ Conforme a ACB se estruturava, as reuniões para organização dos planos de ação do movimento ficava mais robustas. Em 1953, o jornal noticiou que durante três dias de carnaval, as dirigentes da JICF reuniram-se para discutir o andamento dos trabalhos junto à presidente da JICF de Belo Horizonte:

Em Lambari, no ginásio Duque de Caxias, durante os três dias de Carnaval, reuniram-se as dirigentes da JICF da Diocese. Estiveram representadas quase todas as Paróquias, nesses três dias de estudos e de oração para aquelas que dirigem o movimento da juventude feminina católica. A orientação dos trabalhos coube ao Assistente Diocesano que contou com a colaboração preciosa da Srta. Selda Bahia, presidente da JICF de Belo Horizonte. O temário desenvolvido foi o seguinte: 1. Apresentação do relatório do movimento da JICF em cada paróquia - 2. Bases de uma formação cristã - 3. A reunião de militantes, baseada no VER-JULGAR-AGIR - 4. O inquérito da JICF - 5. Equipe - 6. A organização da JICF: comitês, assembleias, dias de formação, semanas de estudo -7. Bases do programa de 1953 para a Diocese da Campanha (*Voz Diocesana*, ano V, nº 122, 1953, p. 2).

⁷⁰ Atenção que não estava descolada da realidade, afinal, no limiar da década de 1960 um dos núcleos especializados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se radicalizou nacionalmente, rompendo com a hierarquia e sendo o principal expoente para a criação da Ação Popular (AP), maior organização de católicos de esquerda do contexto (Paula, 2007).

O trecho descreve como se dava, na prática cotidiana, a atuação das militantes católicas que, nos anos 1950, buscavam transformar a sociedade com base em princípios cristãos. Conforme Simone Silva Fernandes (2018), os leigos e leigas eram orientados a usar o método "ver-julgar-agir", que consistia em observar a realidade, analisá-la à luz da fé e, depois, agir concretamente. Inspirados por Emmanuel Mounier, acreditavam que os leigos leigas deveriam participar da história e da cultura do seu tempo, inclusive em espaços não religiosos. Assim, a Igreja passava a ter um papel ativo na sociedade, promovendo mudanças sociais.

Muitas vezes, esse papel ativo na sociedade era cobrado pelos direcionamentos dos Departamentos Nacionais da Ação Católica. O jornal *Voz Diocesana* realizava as divulgações das publicações dos departamentos, como o artigo de opinião “Os católicos da cidade devem auxiliar os dos campos!”, de Alberto Chambert, do Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral:

Pois bem, convidem-se esses jovens membros da AC da cidade a olhar para o seus irmãos da roça, façam-nos simplesmente assistir a uma das suas festas religiosas com OLHOS DA AÇÃO CATÓLICA. É certo que eles voltarão dali cheios de sentimentos novos. Admirados com a fé e a bôa vontade dos roceiros, um tanto desconcertados com os cânticos deles, com uma certa desordem, com seu mixto de familiaridade e de acanhamento, penalizados, sobretudo, com a ignorância de muitas verdades consoladoras e preciosos recursos que a religião nos oferece para a alegria da vida e para a santidade. Compadecidos e caridosos, como verdadeiros irmãos e apóstolos por vocação, sentiram desejos de travar a amizade com seus irmãos da roça, de voltar a vê-los mais na intimidade, de ajudá-los a discretamente a adquirir uma consciência mais viva de seu caráter de FILHOS DE DEUS! (Chambert, *Voz Diocesana*, ano I, nº 11, 1948, p. 2).

A atuação da Ação Católica não se restringia à formação individual, mas articulava um projeto mais amplo de reorganização moral e espiritual da sociedade brasileira, com forte apelo à hierarquia de valores e comportamentos. Os direcionamentos vindos dos Departamentos Nacionais buscavam orientar ações concretas de evangelização e recondução moral e religiosa em todos os setores da vida social. No caso do trecho de Alberto Chambert, no qual se incentiva que os jovens urbanos assumam uma postura quase missionária em relação aos fiéis do meio rural, essa evangelização poderia ir do mundo urbano para o campo.

Outro núcleo feminino que recebeu demasiado destaque no jornal foi a Juventude Agrária Católica Feminina (JACF). A Ação Católica Rural começa a ganhar força na região, sobretudo, a partir da Semana Ruralista de Caxambu. Antes da realização do evento, leigos e leigas da Ação Católica regional foram encarregados de realizar a propaganda da Semana

Ruralista por toda a região (*Voz Diocesana*, 1950). O setor rural da ACB se interessou profundamente em participar e colaborar com o evento, enviando figuras importantes para Caxambu, como Dom Hélder Câmara, que no contexto era vice-presidente Nacional da ACB; Dr. João Gonçalves de Souza, presidente nacional da Liga Agrária Católica Masculina (LACM) e representante permanente do Brasil junto a FAO (setor rural da ONU); D. Lúcia Barcelos, presidente nacional da Liga Agrária Católica Feminina (LACF); Srta. Angela de Moraes Neves, presidente nacional da Juventude Agrária Católica Feminina (JACF); e Mile Marsaud, diretora do Instituto Social do Rio de Janeiro (*Voz Diocesana*, 1950, p.1). Estes, juntamente com fazendeiros, professoras e sacerdotes, chegaram a conclusão fundaram as Missões Rurais na região:

Uma das conclusões é que chegaram os semanistas foi a do estabelecimento de uma “Missão Rural Ambulante” que leve a todas as comunidades rurais da Diocese, assistência técnica, educacional, social e religiosa. Provido de veículos próprios, equipamentos completos de som, de projeção cinematográfica, com um sacerdote, pessoal técnico e assistente sociais. Será a primeira “Missão” criada por uma Diocese, em colaboração com os poderes públicos [...] (*Voz Diocesana*, ano III, nº 18, 1950, p. 1).

Após o evento, as militantes da JACF na região participaram ativamente da Missão Rural, realizando encontros entre as professoras rurais da região, a JACF, párocos rurais e párocos encarregados da AC rural e assistentes da AC rural. Nessas reuniões, a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke “Conosco, com nós ou contra nós se fará a reforma rural” era discutida, a fim de planejar mecanismos de ação para a Missão Rural (*Voz Diocesana*, 1952, p.2). Uma das atas de reunião, redigida pela secretária da JACF, Maria Etelvina R. Mendes, publicada no jornal, ressaltava a importância dada à participação das militantes na execução da missão:

Chegamos à conclusão de que essa reforma só se fará com Ação Católica. Pela dirigente nos foi explicado o que é Ação Católica, a fundação, organização, grandeza, mística e a diferença entre Ação Católica e ação social. Durante esses dias estudamos juntas a Ação Católica, os sacramentos da Ação Católica — batismo e confirmação. A JACF, ressaltando a importância que nela exerce tanto a filha do fazendeiro, grande ou pequeno, como a filha do simples trabalhador. Na parte de ação social, pela vice-presidente, foram desenvolvidos os assuntos de clube agrícola, alimentação e ficha escolar. Depois das reuniões tínhamos os círculos nos quais não deixamos de ver-julgar-agir [...] (Mendes, *Voz Diocesana*, ano V, nº12, 1952, p.2).

A atuação da JACF esteve, portanto, profundamente relacionada com a questão da educação na região no período, assunto que iremos retomar a seguir. Até a metade da década de 1950, as notícias sobre a Ação Católica eram frequentes no jornal. Mas, a partir de 1956 começam a declinar, aparecendo cada vez menos nas páginas do *Voz Diocesana*. Em fevereiro 1961, um relato sobre uma militante de Três Corações chamada Nazareth Lemos, que compareceu ao Encontro Regional da JICF realizado em Belo Horizonte, retrata o esvaziamento que as associações estavam passando:

Deviam ser umas 45 moças e uns 6 sacerdotes (os dados oficiais nunca foram o meu forte), em conjunto cinquenta forças a serviço do Amor [...] Minas do Norte, do Triângulo e do Centro, se fizeram bem representadas: Montes Claros, Teófilo Otoni, Araçuaí, Governador Valadares, Campina Verde, Sete Lagoas, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, Nova Lima, Pará de Minas, etc. etc. etc. Já a Zona da Mata e o Sul de Minas compareceram com vozes fracas: Juiz de Fora, Guaxupé, Alfenas, Boa Esperança e Três Corações, cinco cidades apenas, logo no setor mais povoado! Precisamos ser acordados mais rápido, Sul de Minas! E para facilitar já temos a Fernão Dias que nos leva a Belo Horizonte em poucas horas e em linda e confortável viagem (Lemos, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 393, 1961, p.4).

Apesar disso, em setembro de 1961, há um relato de Norma Vasconcelos, leiga militante da JIC, publicado em primeira página, que informa a realização de um Encontro Sub Regional da JIC, realizado em Três Corações. A militante relata sobre como entendia como importante a participação das moças em seu meio social, e por isso, sua relevância nas fileiras da Ação Católica:

[...]Pudemos ver que a JIC tem um papel importantíssimo a desempenhar e que a muça, direta ou indiretamente, exerce uma influência enorme na família, na sociedade, no trabalho, junto às amigas e conhecidas, podendo levar as pessoas e aos ambientes a renovação que todas as coisas estão a reclamar, renovação que tem o sopro do Espírito Santo e portanto haverá de nos dar nova vida, novo alento e uma visão mais cristã das coisas, do mundo, a nossa própria juventude. Este Encontro da JIC veio oportunamente nos arregimentar para a luta em comum. Os inimigos se multiplicam sempre mais, estejam eles dentro ou fora de nós. E preciso combatê-los e nesta luta, sozinhas, pouco ou nada conseguiremos. Juntas sim, — sentindo a responsabilidade que temos nobre os outros, vendo a influencia que podemos exercer, - teremos ânimo e entusiasmo para trabalhar e lutar até vencer (Vasconcelos, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 413, 1961, p. 1).

É em 1961 também, que percebemos uma maior preocupação com a aproximação dos movimentos leigos com setores políticos de esquerda, como demonstra um artigo de D. José Costa Campos, intitulado “Apostolado leigo”:

[...]O comunismo, com sua técnica de propaganda e de conquista, em que tudo é justificado para alcançar seus fins, tem tido grande desenvolvimento, ainda que esteja fora da lei. Haja vista no setor estudantil. É certíssimo que não nos falta a graça, que os outros não possuem, mas nós é que temos faltado à ela. Não precisamos tanto de grandes movimentos de aparência, mas antes de um trabalho de profundidade, constante, perseverante. Apelamos para todas as organizações religiosas de nossa diocese: Ação Católica, Movimento Familiar Cristão, Juventude Operária, associações católicas que renovadas e revitalizadas poderão realizar um amplo trabalho de apostolado. Nós os convidamos para um exame de consciência, uma revisão de métodos, uma tomada de consciência e de atitudes fixando novas posições (Campos, *Voz Diocesana*, ano XV, nº 407, 1961, p. 1-4).

Embora o Movimento Familiar Cristão apareça com certa frequência no jornal a partir de 1960, as publicações não detalham a atuação do movimento na região, mas têm maior intuito de disseminar princípios, diretrizes e mensagens para os fiéis.

Ao longo dessa análise das publicações do jornal, especialmente dos noticiários que relatam o andamento das ações promovidas pelas mulheres nas associações leigas da Ação Católica, foi possível identificar uma participação efetiva das leigas militantes católicas na região. Diferentemente de outras temáticas abordadas neste trabalho, em que as mulheres aparecem majoritariamente como alvo de discursos normativos, aqui elas se destacam como agentes de mobilização e atuação concreta no espaço público-religioso. No entanto, é sintomático que essa visibilidade só ocorra quando suas ações estão plenamente alinhadas aos projetos institucionais da Igreja.

A agência dessas mulheres, portanto, não é representada de forma autônoma, mas é reconhecida e legitimada apenas quando se inscreve nos limites traçados pela doutrina e pelas diretrizes eclesiais. Uma constatação que faz refletir tanto as possibilidades de atuação quanto os condicionamentos impostos à presença das mulheres no catolicismo leigo do período.

3.4 A Moralização da Cultura e dos “Divertimentos”

Alguns dos temas centrais que encontramos no jornal *Voz Diocesana* são os que se relacionam com as práticas culturais dos e das leitoras. A literatura, os programas de rádio e, sobretudo, o cinema surgem como uma grande preocupação católica no contexto por serem compreendidos como instrumentos centrais na formação moral e cultural das sociedades modernas. A intensificação dos processos de urbanização, industrialização e modernização,

somada à consolidação de uma cultura de massa, fez com que esses veículos e práticas se tornassem canais privilegiados de circulação de ideias, valores e comportamentos, muitos dos quais percebidos pela Igreja como ameaças à moral cristã católica (Silva, 2006).

Com a crescente perda de sua posição hegemônica na definição dos costumes sociais, a Igreja passou a enxergar na produção cultural laica uma fonte de disseminação de valores considerados profanos, laicizantes ou mesmo anticristãos, exigindo, assim, vigilância e reação por parte das autoridades eclesiásticas. A representação da mulher ideal, assim como a condenação da mulher “desviada”, foi também central nos projetos de reordenação dessas práticas. Isso porque qualquer representação de mulheres, seja na literatura até o cinema, que escapassem do modelo de figura feminina intrinsecamente ligadas ao lar, a maternidade e a virtude, eram compreendidas como ameaças diretas ao ideal de família e por conseguinte, a base da sociedade (Ribas, 2009).

Desde o final do século XIX, a Igreja conclamava os clérigos, leigos e leigas a atuarem com uma constante vigilância moral com relação às modernas práticas de leitura. Parte desse processo é representado pela instauração da dualidade entre a “boa e a má” imprensa no contexto, como a atuação de alguns dos departamentos da Ação Católica, como o Departamento Nacional de Defesa da Fé e da Moral (DNDFM), como observamos no primeiro capítulo.

Mas no âmbito que engloba a literatura notamos essa vigilância das práticas de leitura através do investimento em uma necessária formação cristã católica através dos livros religiosos recomendados pela própria Diocese de Campanha. Os livros eram organizados em listas, com a transcrição de seus títulos e o preço para a compra, que poderia ser realizada no seminário diocesano. As figuras nos auxiliam a melhor compreensão:

Figura 7 – Coluna “*Livros de Formação*” na edição nº 19 de 1948, no jornal *Voz Diocesana*

Livros de Formação		
Liturgia (princípios fundamentais).	Lefebvre O. S. B.	Cr\$ 18.
Para entender a Missa	Pais Pareschi	Cr\$ 12.
A nossa História Daí (curso de Religião)	P. Plus.	Cr\$ 10.
A direção Espiritual	P. Plus.	Cr\$ 14.
A caminho do Matrimônio	P. Plus.	Cr\$ 12.
Deus em Nós.	P. Plus.	Cr\$ 12.
PEDIDOS ao SEMINÁRIO DIOCESANO		

Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 8 – Coluna “Livros” na edição nº 19 de 1948, no jornal *Voz Diocesana*

LIVROS	
Jesus falando ao coração da Filha de Maria	15,00
Alocuções para casamentos	35,00
Meditações sacerdotais (Bierbaum)	60,00
Amor mais alto (Conselhos de mulheres)	30,00
Maria, mãe de Jesus - P. William - (edição de luxo)	75,00
Quadros catequéticos sobre todos os artigos do Credo, para ensino do Catecismo - Coleção	100,00
Pedidos ao Seminário Diocesano - CAMPANHA -	

Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

De acordo com Paula Montero (1991), a formação de um mercado editorial voltado para a literatura religiosa no Brasil esteve diretamente vinculada ao fortalecimento de uma rede educacional confessional organizada pela Igreja Católica. Desde o século XIX, diversas congregações religiosas investiram na fundação de colégios e seminários, e para garantir a formação moral e doutrinária dos alunos, produziram seus próprios materiais didáticos e devocionais, geralmente impressos em oficinas tipográficas mantidas pelas próprias ordens.

Ainda segundo a autora, com o avanço da cultura letrada e da expansão da escolarização no século XX, sobretudo a partir da década de 1950, a demanda por livros religiosos aumentou significativamente, tanto em escolas católicas quanto em lares cristãos. O livro religioso deixou de circular apenas em espaços eclesiais restritos e passou a ocupar um papel de destaque na formação de valores morais entre os jovens. Nesse contexto, a Igreja ampliou seus esforços para fazer frente à crescente presença de conteúdos considerados

“profanos” ou “ímorais” nos meios de comunicação. Assim, a produção editorial católica se intensificou, com o intuito de oferecer materiais que atendessem às necessidades pedagógicas e evangelizadoras, consolidando um mercado editorial próprio e influente no campo educacional brasileiro, assim como nos lares católicos (Montero, 1991).

A imprensa católica entra em cena nessa questão servindo como um alicerce para a publicidade desse livros. No caso do jornal *Voz Diocesana*, as obras sugeridas com maior frequência tratavam dos valores e significados atribuídos pela doutrina cristã ao casamento e à estrutura familiar. Essas leituras eram vistas como instrumentos formativos, capazes de moldar a conduta dos e das fiéis de acordo com os princípios morais da Igreja. Notamos uma predileção na indicação de livros voltados especificamente à preparação para o matrimônio, oferecendo orientações práticas e espirituais sobre como vivenciar essa etapa da vida de forma compatível com os ensinamentos católicos (Voz Diocesana, 1950).

Também encontramos no jornal, frequentes advertências dirigidas aos pais, especialmente às mães, sobre a importância de supervisionar os materiais de leitura acessados pelos filhos e filhas. A preocupação central era a de que certos livros e revistas, considerados inadequados pela moral católica, pudessem influenciar negativamente as crianças e os jovens, afastando-os dos valores cristãos. Na publicação de 1960 intitulada “É preciso educar os filhos”, além da ênfase nos papéis tradicionais da mulher como mãe e esposa, bem como na valorização do matrimônio, destacava-se a importância da vigilância sobre as leituras dos filhos. Segundo o texto, acompanhar de perto os conteúdos literários consumidos pelas crianças era uma medida fundamental para garantir uma formação moral e cristã adequada, reafirmando o papel da família, especialmente da mãe, como principal agente na proteção espiritual das novas gerações:

O fim primário do casamento é a procriação dos filhos e o dever principal dos esposos, relativamente a estes, educá-los, e inculcar neles, desde a mais tenra idade, o amor à virtude e o santo temor de Deus. Antes de mais nada, estabelecemos alguns princípios básicos para uma boa orientação da família. Deus confiou à união matrimonial do homem e da mulher a missão sublime de gerar seres humanos. Todo e qualquer atentado que enruste, fraudulentamente, a consequência natural das relações conjugais e transgressão da lei natural e divina. Isto obriga a mulher a conhecer alguma coisa do que se refere à maternidade, quer porque ela própria deve educar-se para ser mãe, quer porque, uma vez que concebeu, deve prestar os cuidados ao nascituro. Por isso, a formação dos filhos há de começar no ventre da mãe, e, deve ajudá-la os dois esposos [...] A educação deve ser cuidadosa e vigilante. Nem se duvida da obrigação dos pais; vigiar continuamente o comportamento de seus filhos. Estudando suas inclinações para fomentar as boas e corrigir as más, selecionando-lhes as companhias e as leituras,

repreendê-los e castigá-los dos defeitos, como a mentira, os pequenos furtos, a falta de modéstia [...] (*Voz Diocesana*, ano XIV, nº 356, 1960, p. 1,4).

Em outros trechos, os chamados “maus hábitos” de leitura durante a infância eram associados não apenas à perda de valores morais, mas também à possibilidade de comprometimento da saúde mental e ao risco de envolvimento com a criminalidade. A leitura de obras consideradas inadequadas era retratada como uma espécie de “porta de entrada” para comportamentos desviantes, sendo responsabilizada por estimular condutas perigosas e facilitar o afastamento dos princípios cristãos desde a juventude:

As crianças querem ler devem ler. Mas, pelo amor de Deus, que se não permita que esse veneno lhe seja inoculado no espírito. Já vão surgindo, entre nós, publicações destinadas à mentalidade infantil, dignas de serem apoiadas e incentivadas. A revista “Era uma vez...” editada em Belo Horizonte é uma delas. Que os pais compreendam a responsabilidade que pesa sobre seus ombros e preserve seus filhos os perigos que vão de encontro se continuarem a alimentar seus espíritos com esses germes de crimes e degradação (Godinho, *Voz Diocesana*, ano I, nº 16, 1948, p. 1).

Também em 1948, a publicação “Literatura Infantil” noticiava que a imprensa norte-americana estava se preocupando com “a onda sempre crescente de crimes perpetrados por menores de nove a dezesseis anos de idade” (*Voz Diocesana*, ano I, nº 16, 1948, p.4). Na continuação, o texto argumentava que os casos foram estudados e a conclusão foi a de que todos estavam sob influência da “perversa literatura de quadrinhos”. O texto também chamava a atenção que os riscos que os maus hábitos poderiam alcançar, além das grandes cidades, também o interior: “A delinquência infantil faz seus estragos não só em Nova Iorque e nos grandes centros urbanos, mas ainda nos pequenos lugares do interior do país” (*Voz Diocesana*, ano I, nº 16, 1948, p.4).

Em outros momentos, percebemos o jornal incentivando as “jovens moças” ao hábito da leitura, sem deixar de advertir que os livros deveriam ser escolhidos passando pelo crivo da moral, como o artigo “Um bom livro é o Seu Melhor Amigo”, publicado na coluna “Para você, Jovem Cristã”:

Um livro é uma realidade espiritual: é uma alma a tua alma, de um mundo no teu mundo. Quando lêes, alguma coisa nova penetra a tua alma, invade o teu interior: abre ao teu olhar outros horizontes, acena ao teu espírito de aventura, surpreende a tua curiosidade, alimenta a tua sensibilidade, propõe problemas à tua consciência, inspira e orienta a tua atividade, desperta o teu senso moral, aguça a tua ânsia de beleza, de verdade, de bem... É como se partissem para uma viagem espiritual, por caminhos desconhecidos, que

levam à altura ou a planície, à montanha iluminada ou ao vale sombrio, podendo conduzir-te também aos declives perigosos, aos precipícios, aos abismos... É preciso escolher os caminhos escolhendo as obras que são realidades espirituais elevadas, graças quais a tua alma subirá bem alto e o teu mundo interior se iluminará [...] (Lacerda, *Voz Diocesana*, anoXI, nº 301 1958, p.1).

Dessa forma, observa-se que a literatura era tratada pela imprensa católica como um campo sensível, capaz de influenciar profundamente a formação moral da juventude. As advertências quanto à leitura ocupavam um espaço importante no discurso pedagógico e religioso, refletindo a preocupação da Igreja com os efeitos culturais da modernidade sobre a família cristã. Outra forma de efetivar a vigilância do consumo da literatura, era também advertir quanto ao consumo da própria imprensa, pois os “periódicos mundanos” seriam uma fonte para o acesso das leituras consideradas imprudentes:

[...] Os periódicos mundanos não têm em conta a vida sobrenatural e futura. Só sabem falar em frivolidades e assuntos mudandos, enaltecer a riqueza, a vida regalada e animal, o prazer, a sensualidade, as mulheres bonitas, ainda que sejam desgraçadas e perdidas, os homens atrevidos, ainda que e ímpios e miseráveis, os literatos mundanos, ainda que sejam lúbricos; os governos perversos, mesmo que sejam antipatriotas; os sábios incrédulos, ainda que sejam vulgares; os artistas burlescos e pícaros, ainda que sejam quixotescos e triviais (*Voz Diocesana*, ano V, nº 1, 1952, p.1).

O editorial, que começava na primeira página, arraigado de condutas baseadas na moralidade católica, só terminava na página quatro (e última) concluindo que se fosse para enumerar todos os males da “imprensa ímpia”, “não haveria papel suficiente no Brasil” (*Voz Diocesana*, ano V, nº 1, 1952, p.4).

No entanto, ao longo das publicações analisadas, torna-se evidente que, embora presentes, as críticas voltadas aos livros eram menos recorrentes que aquelas direcionadas ao cinema, meio de comunicação muito mais frequentemente censurado e tematizado como ameaça direta à moralidade católica.

As inovações tecnológicas da segunda metade do século XX encaminham o crescimento da rádio, da tv e do cinema e a Igreja, que nunca se mostrou indiferente quanto à existência de tais inovações, atualizou suas estratégias em busca de controlar os meios de comunicação em prol da moralização dos costumes. Este contexto, aliado a um “ambiente de maiores possibilidades de livre expressão” exigiu o engajamento da Igreja de maneira mais ativa com a sociedade midiaticizada, que, a partir da década de 50, adquiriu outra postura frente a mídia, defendendo a utilização das “novas armas” tecnológicas para propagação da fé

(Lustosa, 1983; Tosta, 2007). Dessa forma, as inovações tecnológicas eram compreendidas e retratadas não apenas como ameaças, mas também como instrumentos estratégicos, como podemos observar no jornal *Voz Diocesana*:

Não podemos ignorar que é grave o nosso dever de influir no sentido da moralização dos divertimentos. Não podemos ignorar que teatro, cinema e rádio devem recrear o espírito e recompor as energias do homem a fim de que possa continuar colaborando no aperfeiçoamento do que Deus criou. Urge, pois, esforçarmo-nos (sic) por reconduzi-los à sua verdadeira e nobre finalidade. Começamos por ser realmente católicos (*Voz Diocesana*, 1953, ano V, nº 129, p.4).

O texto denunciava o temor de que os espaços de lazer se transformassem em canais de difusão de valores considerados profanos e desviantes. Mas não tratava-se necessariamente de uma rejeição aos divertimentos, mas também de uma tentativa de ressignificá-los. O discurso católico assim reconhecia que o lazer tinha um papel legítimo de recriar o espírito, recompor as energias, mas existia que essa função só seria verdade verdadeiramente cumprida se esses conteúdos fossem guiados pelos princípios cristãos.

Alessandra Brum (2016), ao tratar sobre como o cinema foi visto pelo jornal católico juiz-forano *Lar Católico*, mencionou que duas encíclicas foram criadas objetivando uma normatização do cinema pelo viés da instituição: *Vigilant Cura*, publicada em 1936 por Pio XI; e *Miranda Prorsus*, em 1957 por Pio XII.⁷¹ Esses documentos reforçavam a tentativa da Igreja Católica de estabelecer critérios morais para o consumo cultural.

O *Voz Diocesana* esteve fortemente alinhado ao projeto de moralizar os meios de comunicação desde sua fundação, mas principalmente o cinema, que aparece na primeira publicação como uma séria preocupação da Diocese, que informa que a censura estará presente no jornal e deve ser seguida para evitar a desmoralização e os danos aos espírito:

O cinema pode ser um poderoso fator para a educação e cultura do povo. É um livro de imagens, acessível mesmo aos que não sabem ler. Mas pode ser, por essa mesma razão, um terrível fator de desagregação moral e espiritual, como o é o mau livro. Não assista, nem permita que os seus assistam, os filmes que não forem aconselhados pela censura católica (*Voz Diocesana*, ano 1, nº 1, 1947, p. 4).

⁷¹ A primeira, de Pio XI, almejava regular e orientar a produção cinematográfica para garantir que o cinema se tornasse um instrumento de educação moral e elevação espiritual, em vez de ser uma fonte de corrupção e degradação dos valores cristãos. Já a *Miranda Prorsus*, publicada 21 anos depois, se dirigiu “a cinematografia, a rádio e a televisão”. Enfatizou a responsabilidade pessoal dos fiéis em escolher conteúdos que promovessem a moral católica e em evitar aqueles que pudessem causar danos espirituais, sublinhando a ideia de que a escolha de um filme, rádio ou programa de televisão devia levar em conta o impacto moral e espiritual que podem ter no espectador (Brum, 2016).

É interessante observar como o jornal reconhecia o cinema como uma forma inovadora e poderosa de comunicação, acessível inclusive aos analfabetos. Em um contexto de consolidação democrática, no qual esses sujeitos eram excluídos de certas formas de participação, como o voto, o cinema se apresentava como um canal legítimo de leitura e interpretação do mundo por meio das imagens. Assim, mesmo privados da linguagem escrita, esses indivíduos eram percebidos como capazes de compreender e se engajar com os conteúdos cinematográficos, o que conferia ao cinema um papel relevante como instrumento de agência social.

E muito além do seu contexto de fundação, o jornal permanece advertindo seus leitores e leitoras sobre os perigos do cinema por décadas, retomando as encíclicas em suas publicações, mesmo anos mais tarde das datas que foram publicadas, como é possível ver em um trecho de 1962:

PIO XI, em 1936, apontou os perigos para a família e para a sociedade de um cinema imoral e pediu aos bispos do mundo inteiro que fundassem Centros Nacionais de classificação moral dos filmes, com mandato da Hierarquia Eclesiástica do país. Em 1957 PIO XII, reiterou o pedido de seu antecessor e insistiu na obrigação dos católicos seguirem esta orientação (*Voz Diocesana*, ano XVI, nº 453, 1962, p. 2).

Os “Centros Nacionais” citados no trecho fazem menção a algumas instituições que foram criadas em torno de sistematizar a orientação dos fiéis a respeito dos filmes, seguindo os direcionamentos das encíclicas. Como demonstra Brum (2016), um dos instrumentos centrais dessa vigilância do cinema foi o uso das chamadas cotações morais, classificações atribuídas aos filmes com base em critérios religiosos e éticos, com o objetivo de orientar os fiéis sobre os riscos morais de determinadas obras. Essas cotações seguiam modelos internacionais, como os da Legião da Decência nos Estados Unidos ou do Comité Catholique du Cinéma na Europa, e podiam variar entre categorias como aceitável, aceitável apenas para adultos, inconveniente, prejudicial ou condenado. No Brasil, esse sistema foi institucionalizado com a criação da Central Católica de Cinema, vinculada à CNBB, e do Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), que publicava boletins e catálogos com essas avaliações, influenciando tanto os espectadores quanto as salas de exibição. Esse sistema refletia os princípios expressos nas encíclicas *Vigilanti Cura* (1936) e *Miranda Prorsus* (1957).

Também inspirado nos modelos da Legião da Decência norte-americana e do Office Catholique International du Cinéma (OCIC), foi criado o Departamento Nacional de Cinema e

Teatro (DNCT), da Ação Católica Brasileira, e se tornou o principal órgão na tentativa de unificar as críticas de cinema que estavam em circulação no Brasil (Brum, 2016, p.103).

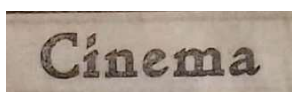
Essas cotações não implicavam uma proibição oficial dos filmes, mas funcionavam como uma forma de censura moral e pedagógica, orientando os católicos sobre o que deveriam ou não assistir. A lógica era não apenas a de evitar o contato com conteúdos considerados imorais, como sensualidade, violência, divórcio, heresias ou crítica à Igreja, mas também a de formar espectadores capazes de julgar moralmente as obras cinematográficas, promovendo um ideal de “cinema católico”. A respeito dos principais temas que a censura atuava, Ana Claudia Ribas argumenta que:

A maioria dos temas da literatura e do cinema que se tornavam condenáveis aos olhos do clero católico tratava do amor romântico, isto porque este se encontrava vinculado a um amor sensual, a uma busca pelo prazer, e pela satisfação pessoal. Isto porque, o sexo deveria estar limitado ao casamento, onde deveria ser autocontrolado, ordenado, disciplinando o prazer (Ribas, 2009, p. 143).

Nesse contexto, publicações católicas, como jornais e revistas, desempenharam um papel estratégico na disseminação dessa política de vigilância, ao oferecer críticas, classificações e orientações sobre os filmes em cartaz, além de promover um diálogo direto com os leitores sobre a moralidade das produções cinematográficas.

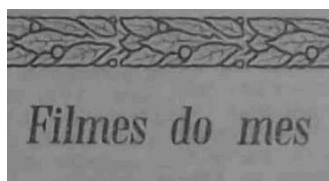
A maior iniciativa presente no jornal *Voz Diocesana* em relação à vigilância do cinema foi a adesão à publicação das críticas de cinema, seguida das cotações morais dos filmes. Publicada na última página do jornal a partir de janeiro de 1948, a coluna de críticas e cotações do cinema manteve-se presente contando com um espaço editorial de frequência variável. Inicialmente, a coluna recebeu o título apenas de “Cinema”, a partir de 1952, a Ação Católica passou a receber destaque na chamada para a coluna. Mas seu título sofreu muitas variações até que em 1960, a coluna perde a ênfase na Ação Católica e passa a chamar-se “Cotação de Filmes”, como podemos observar a seguir, nas figuras 7, 8 e 9:

Figura 9 – Logotipo da coluna de cinema em 1948, no jornal *Voz Diocesana*, de Campanha (MG)



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 10 – Logotipo da coluna de cinema em 1951, no jornal *Voz Diocesana*, de Campanha (MG)



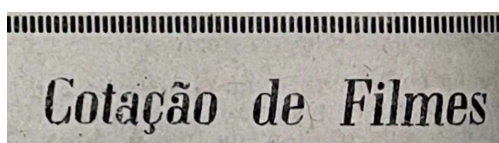
Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 11 – Logotipo da coluna de cinema em 1952, no jornal *Voz Diocesana*, de Campanha (MG)



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 12 – Logotipo da coluna de cinema em 1960, no jornal *Voz Diocesana*, de Campanha (MG)



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Em síntese, a coluna ocupava cerca de um terço da última página e era composta pelo nome de cada filme em letras maiúsculas, seguido do nome da produtora ou do diretor do filme entre parênteses, os nomes dos e das principais atrizes estrelando, acompanhada pela crítica moral e religiosa e a cotação moral de cada filme (figura 05).

Algumas das cotações mais presentes no jornal eram: “B (bom); Bpa (Bom para adultos); A (Aceitável para todos); Amc (Aceitável menos para crianças); Apa (Aceitável para Adultos); R (Restrito para adultos de critério formado); D (Desaconselhável)”. Podendo existir também, aqueles restritos apenas “Para Adultos de Sólida Formação Moral”. Ao fim da crítica, estava presente a cotação moral do filme.

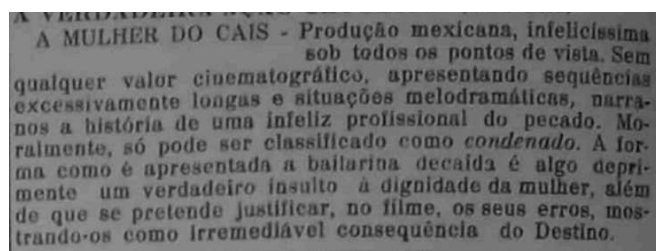
Não existiam cotações específicas de filmes condenados ou recomendados para mulheres, mas isso não é suficiente para dizer que as colunas não foram pensadas em torno da manutenção de um comportamento ideal para mulheres, tanto quanto o comportamento “imoral” das mesmas tenha sido instrumento para a condenação dos filmes.

Ribas (2009, p.160) argumenta que a chegada dos padrões hollywoodianos teve impacto direto nas páginas das “revistas femininas” e de variedades da época, que passaram a investir cada vez mais em conteúdos ligados à beleza, juventude e boa forma. Dessa maneira, as leitoras eram incentivadas a se aproximar do “ideal feminino” promovido pela indústria do cinema, enquanto acompanhavam as últimas curiosidades e escândalos das estrelas. Por outro lado, esse universo servia de combustível para as críticas da chamada “boa imprensa católica”.

Preocupada com a preservação da moral e da família, essa corrente da “boa imprensa” condenava a exibição do corpo de mulheres nas telas e o destaque dado à vida pessoal dos astros, argumentando que isso prejudicava o recato e estimulava desejos precoces nos jovens. Para a Igreja, tanto as produções cinematográficas quanto as relações amorosas retratadas por Hollywood desvirtuavam a imagem do matrimônio, visto como uma vocação sagrada e uma expressão de amor cristão, muito distante do modelo superficial e mundano que ganhava destaque nas telas e nas páginas das revistas (Ribas, 2009, p. 161).

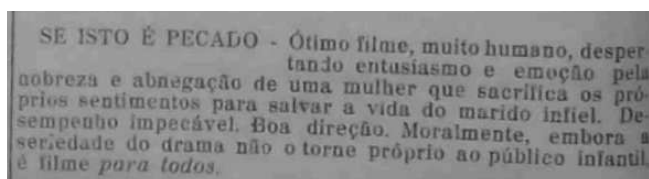
A unidade familiar, a sexualidade, o papel atribuído às mulheres da época em geral eram temas constantes das críticas, que condenavam os filmes por qualquer “infração” à moral. Diversas críticas de cinema são exemplos emblemáticos, a figura a seguir (figura 05) permite uma melhor imersão tanto da forma editorial em que as críticas de cada filme eram organizadas, quanto no teor da linguagem utilizada:

Figura 13 – Película com a cotação moral “condenado” no *Voz Diocesana*, no ano V, nº 144, em Campanha (MG)



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Figura 14 – Película com a cotação moral “para todos” no *Voz Diocesana*, no ano VI, nº 154, em 1954, em Campanha (MG)



Fonte: Centro de Memória Cultural Desembargador Manuel Paiva de Vilhena (CEMEC-SM)

Ocasionalmente, no corpo da coluna, introduzindo as críticas e citações, havia também um artigo de opinião tratando da questão do cinema. Em alguns momentos, o jornal parece tentar justificar sob que critérios as citações e críticas eram elaboradas, como no trecho:

Mas afinal, como vou saber que um filme é bom? Acho, por exemplo, quando a história é boa... Nada disso! Um filme é assunto muito mais complexo do que se pensa. É composto de uma série de elementos que, se forem de boa qualidade, darão um filme de boa qualidade, e vice-versa. Esses elementos são de duas ordens: Estética (artística) – É aquela que faz de um filme uma obra de arte. Desta ordem fazem parte principalmente, a direção, a fotografia, o cenário (script) e a interpretação. Ética (moral) – Sendo o filme uma obra de arte feita por seres humanos e destinada a seres humanos, não pode desrespeitar as leis morais, pelo fato de todos os homens estarem sujeitos a essas leis. Nenhuma obra de arte tem o direito de desviar o homem de sua finalidade própria, que é a procura do bem (*Voz Diocesana*, ano V, nº 122, 1953, p. 4).

Apesar das orientações para a vigilância do cinema ser uma questão institucional, com direcionamentos de condutas de Roma para diversos países, havia também iniciativas próprias tomadas por clérigos em diferentes regiões, o que revela a adesão local às diretrizes de Roma, além da preocupação específica de cada diocese, bispado ou clérigo em adaptar e intensificar o controle moral conforme as particularidades de seu território de atuação. Antônio Godinho, enquanto diretor do jornal, foi redator de alguns textos que reforçavam a necessidade dos e das fiéis manterem-se vigilantes com o que consumiam na indústria cultural e jornalística, uma vez que este meio era responsável por corromper com o “ambiente tradicional da família”:

O jornal, o cinema e o rádio chegaram a criar um ambiente artificial, independente do ambiente tradicional da família, da profissão, das crenças religiosas. Todos três criaram uma atmosfera de espírito que se pode comparar à atmosfera física da qual respiram os homens. Não apenas propagam ideias e sentimentos, mas criam hábitos de julgar e de representar aos quais a maioria não sabe resistir (Godinho, *Voz Diocesana*, 1948, p.3).

Além disso, a Diocese de Campanha publicava avisos e chamadas à pedido que os núcleos regionais da Ação Católica se responsabilizassem de difundir pelo movimento as críticas e cotações morais:

O secretário diocesano pede aos núcleos de Ação Católica que empenhem em difundir na paróquia a orientação moral dos filmes, apresentada pela Voz Diocesana. E, que se aproveitem para a organização de um ato paroquial de censura de filmes, com interesse para o futuro (*Voz Diocesana*, ano V, nº 18, 1952, p.4).

Além do cinema, a rádio também figurava entre as preocupações abordadas nas páginas do jornal *Voz Diocesana*. A programação radiofônica era mencionada, embora com menos frequências, como potencial veículo de influência moral, capaz tanto de edificar os ouvintes e espectadores quando alinhadas aos preceitos cristãos, como de prejudicá-los quando promoviam conteúdos considerados profanos ou incompatíveis com a doutrina e os bons costumes defendidos pela Igreja:

O rádio, poderoso órgão de difusão do pensamento, não pode ser impunemente explorado pelos inimigos da família e da sociedade. Em todos os países civilizados a lei é severa para impedir que o rádio se converta em escola de dissolução dos costumes, em vez de servir aos interesses da religião e da moral católica (Vieira, *Voz Diocesana*, ano X, nº 276, 1957, p.1).

A principal questão sobre a rádio que encontramos no jornal é a publicidade da Radiodifusão da *Voz Diocesana*, que deveria ser ouvida por “todos os fiéis que almejam a plenitude de uma vida familiar sólida e moral” (*Voz Diocesana*, 1958, p.3). Não encontramos dados sobre a difusão da rádio pelo sul de Minas, mas a constância em que era divulgada pelo jornal nos dá indícios de que sua transmissão alcançava as cidades vizinhas de Campanha.

Na rádio era possível acesso a programas de liturgia, debates eclesiais, além de de que a rádio fornecia espaço para programas dos leigos e leigas da Ação Católica, como o “Palavras Amigas”, elaborado pelas Senhoras da Ação Católica do Sul de Minas Gerais em 1955, com o tema “amor materno e formação moral da criança” (*Voz Diocesana*, 1955, p.4).

Além disso, a crítica aos divertimentos feita pela imprensa católica revelava uma preocupação clara com o impacto da modernização no interior do país. A cidade grande era retratada como uma ameaça, um ambiente sedutor que atraía a juventude e colocava em risco uma ordem pautada pela moral e pela fé. Um texto de 1954 evidencia essa tensão ao descrever o contraste entre a dureza da vida no campo e as promessas de sucesso e conforto nas áreas

urbanas, que seduziam muitos a deixarem suas comunidades para viver sob a lógica do lazer e do consumo:

O homem da roça, desprotegido, faminto, coberto de andrajos, carcomido pelos vermes, sem estradas, sem escola, sem médico, sem farmácia, a trabalhar de sol a sol para ganhar uma bagatela, viu surgir antes seus olhos o mundo de maravilhas. Doido quem vive nestes matos a plantar feijão, arroz e milho! Vamos todos para as cidades, onde se trabalha 8 horas por dia, onde se ganha muito e com todas as vantagens de assistência que a lei oferece! Saíram logo os mais espertos e mais inteligentes. Estes voltaram meses após visitar as famílias. Vieram contando maravilhas. Partiram descalços e maltrapilhos e voltaram com ternos de casimira, blusão de seda, relógio, pulseira, sapatos de 500 cruzeiros. Muitos, grande maioria, porém, voltaram com os bolsos vazios, pois tudo quanto ganhavam lá ia nessas vaidades, no cinema, no futebol, no Carnaval, no mulherio, etc. Acendia-se no âmbito do dos que ainda hesitavam em partir para o novo Canaã (Vieira, *Voz Diocesana*, ano VI, nº 179, 1954, p.1).

Cinema, rádio e o “mulherio”, considerado como vida noturna eram vistos como diversões, mas também como caminhos para hábitos e comportamentos considerados incompatíveis com a espiritualidade e a “cultura rural”. Nesse contexto, a mobilização religiosa visava preservar uma juventude e uma sociedade que a Igreja percebia como vulneráveis às pressões e tentações do mundo urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar como o jornal *Voz Diocesana*, órgão oficial da Diocese de Campanha, construiu representações sobre a mulher, os papéis que lhes foram atribuídos e as normas de comportamento criadas para elas entre 1947 e 1961, articulando-as a um “ideal de modernidade” formulado pela Igreja Católica no contexto da neocristandade (Mainwaring, 2003). Partimos da hipótese de que o periódico não apenas veiculava conteúdos informativos, mas também era orientado por um projeto discursivo que vinculava a atuação de mulheres aos valores católicos e às especificidades socioculturais do interior sul-mineiro.

Para sustentar essa análise, adotamos uma metodologia fundamentada no conceito de representação de Roger Chartier (1996), na semiologia de Roland Barthes (2006) e nos referenciais teóricos de gênero e feminilidades propostos por Joan Scott (1995) e Judith Butler (2000). Esta metodologia permitiu compreender o *Voz Diocesana* como espaço de produção e circulação de sentidos, no qual as imagens e discursos sobre as mulheres são construções simbólicas ancoradas em disputas culturais e políticas.

Na análise do primeiro capítulo evidenciamos o projeto católico da neocristandade, que buscava reafirmar a autoridade da Igreja em tempos de modernização e secularização. E ao mapear a história da Diocese de Campanha, a trajetória da imprensa católica e a estrutura editorial do jornal, foi possível compreender as bases materiais e institucionais que sustentavam sua atuação, bem como a intencionalidade de moldar condutas e reafirmar hierarquias sociais e de gênero, além de que o periódico estava profundamente imbricado ao projeto proposto pela neocristandade.

No segundo capítulo demonstramos como os discursos sobre família, maternidade e divórcio reforçavam um modelo de feminilidade centrado na hierarquização de gênero, no “feminino” atrelado ao cuidado doméstico e na indissolubilidade matrimonial. As páginas do *Voz Diocesana* projetavam a mulher como pilar moral do lar, vocacionada à maternidade e alheia a qualquer possibilidade de autonomia que contrariasse a doutrina católica. A recusa ao divórcio, além de expressão de um princípio sacramental, funcionava como instrumento para preservar um arranjo social hierárquico e heteronormativo, alinhado a outras correntes conservadoras da sociedade brasileira.

No terceiro capítulo evidenciamos como o jornal atribuía papéis às mulheres também nas questões públicas, em temas como trabalho, participação em movimentos leigos e acesso aos meios culturais. Ficou claro que, embora houvesse espaço para noticiar a atuação de mulheres em organizações católicas, persistia a condenação ao trabalho feminino remunerado

e a exaltação do papel de esposa e mãe como “verdadeira” missão feminina. Além disso, a contraposição recorrente entre o “mundo urbano” e o “interior católico” reforçava uma geografia moral que associava a cidade à decadência e o campo à preservação dos valores cristãos. Nesse enquadramento, a mulher surgia como guardiã desses valores, especialmente no contexto rural.

O conjunto das análises permite afirmar que o jornal *Voz Diocesana* foi um agente ativo na construção de representações de mulheres e de feminilidades que, embora dialogassem com processos mais amplos da Igreja no Brasil, incorporavam elementos próprios ao contexto sul-mineiro. Ao integrar discursos sobre moralidade, família, trabalho e cultura, o periódico buscou modelar condutas e reafirmar fronteiras simbólicas entre o “feminino ideal” e outras formas possíveis de existência.

Entre as contribuições deste trabalho, destacamos o avanço na compreensão da imprensa católica como espaço privilegiado para a análise das relações entre gênero, religião e modernidade no Brasil da década de 1950, sobretudo em regiões distantes dos grandes centros urbanos. A abordagem proposta, que articula teoria das representações, semiologia e estudos de gênero, foi fecunda para revelar a densidade simbólica e política dos discursos veiculados pela Igreja por meio da imprensa.

Por outro lado, reconhecemos que esta pesquisa se limita ao recorte temporal e geográfico definido, e que a análise concentrou-se em um único periódico. Futuras investigações poderiam ampliar o corpus documental, incluir outros jornais católicos e laicos do período ou explorar o diálogo (ou tensão) entre discursos impressos e práticas sociais das mulheres retratadas. Também seria relevante aprofundar a análise comparativa entre as representações do *Voz Diocesana* e aquelas veiculadas por meios de comunicação seculares, identificando convergências e divergências no tratamento do feminino.

Assim, ao final deste percurso, reafirmamos que a imprensa católica do período estudado além de refletir valores, atuou como instrumento de intervenção moral, contribuindo para a formação de noções limitantes de feminilidade e para a preservação de um projeto social conservador. Assim, o jornal *Voz Diocesana*, ao articular fé, tradição e modernidade, desempenhou um papel central na construção de um imaginário sobre a mulher que ressoou, e em muitos aspectos permanece ressoando, na cultura regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra (org.). **A interface rural-urbana nas cidades pequenas no sul de Minas Gerais**. 1. ed. Alfenas-MG: Editora da AGB Alfenas, 2023.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELI, Douglas Souza. “Deixar de votar é votar no inimigo”: **Igreja e imprensa católica na construção do eleitor no Rio Grande do Sul (1945-1950)**. Revista Crítica Histórica, v. 10, n. 20, p. 39-54, 2019.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **De arraial a vila: A criação da vila de Campanha da Princesa**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930 / 1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza. (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993.

AZZI, Riolando. **O início da restauração católica no Brasil — 1920-1930**. São Paulo: Loyola, 1992.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALBINO, Antônio Gilberto. **A Igreja e a educação no Sul de Minas (1900-1950): o ultramontanismo e as incursões da modernidade**. 2018. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2018.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo, Cultrix, 2006.

BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam: os limites discursivos do sexo**. In.: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade (2a ed., pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BIROLI, Flávia. **Família, novos conceitos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 51-65, jun. 2010.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 440-453

BONATO, Massimo. **Igreja Católica e Modernização Social: A crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960**. 2014. Tese - Doutorado em Sociologia - Programa de Pós-Graduação do

Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. **Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na fábrica de tecidos do Biribiri**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

BRUM, Alessandra. **Estratégias de persuasão: o cinema visto pelo semanário Lar Católico**. Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, v. 12, p. 99-109, 2016.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba: CRV, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. História do Tempo Presente: A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: NEVES, Lucila de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, Andressa Rodrigues. **Os filmes e a cotação moral: Voz Diocesana e as questões morais no contexto da ditadura civil-militar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Campanha, 2019.

CARVALHO, Nilmar de Sousa. **Conosco, sem nós ou contra nós: a Igreja Católica e a sua proposta de reforma agrária como estratégia de reposicionamento dentro da sociedade na segunda metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020.

CASTELLANO, Paula. **A trajetória de Nhá Chica: catolicismo, escravidão e sociedade no sul de Minas Gerais (1843-1895)**. Humanidades em Revista, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 29-41, 2022.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COELHO, Eder. **Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a juventude estudantil católica enquanto movimento social (1958-1966)**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de filosofia e ciências humanas, Pontifícia universidade católica do rio grande do sul. Porto Alegre, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

COSTA, Mônica Euzébio da. Os jornais católicos e suas representações : um estudo sobre gênero, divórcio, e família em Juiz de Fora/MG (1930-1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e estruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, v. 4 n.6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geosp: Espaço e Tempo (online), São Paulo, n.30, p. 5-12, 2011.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. In: Projeto História. São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DALMOLIN, Aline Roes. **Apontamentos para uma História da Imprensa Católica Brasileira**. In: GOMES, P. et al (Orgs.). Mídias e religiões: a comunicação e a fé em sociedades em midiatização. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

DALMOLIN, Aline Roes. **O discurso sobre aborto em revistas católicas brasileiras: Rainha e Família Cristã (1980-1984)**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

PRIORE, Mary Del. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Umberto Eco. A escolha do tema. In: Como se faz uma tese em ciências humanas. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 35 – 68.

ENDLICH, Angela Maria. **Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades**. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da. **Estudos Urbanos**: conceitos, definições e debates. Campo Mourão, Unespar, 2017, p.33-53.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAGUNDES, Marluce Dias. **“ANTES QUE A MORTE OS SEPRE”: Casamento, Divórcio e Violência de Gênero no Brasil (1946-1985)**. Tese ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2ª edição, Editora Elefante, 2023.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Padre Vitor: um educador negro entre a escravidão e a santidade**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 20, 2020.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Edições Graal LTDA, Rio de Janeiro, 1999.

FRACARRO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRANCO, Hiansen Vieira. **História da Igreja no Sul de Minas: a criação das dioceses de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé**. São Paulo: Paco e Littera, 2020.

GOMES, Eveline Viterbo. **Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em O Apóstolo (1866-1882)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GIUMBELLI, Emerson. **Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade**. Plura, Revista de Estudos de Religião, v. 3, p. 79-96, 2012.

GUARIZA, Nádia Maria. **Incorporação e (re)criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social sul-mineira no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEITE, Mayara Eduarda Vieira. **Anticomunismo no jornal Católico Voz Diocesana (1959 - 1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Campanha, 2019.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho**. MARCÍLIO, Maria Luzia (Org.). Família, mulher, sexualidade e Igreja no Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.

LEMOS, Carolina Teles. **Maternidade e religião**: entre o ideal do altar-trono de Maria e o real da vida cotidiana das mulheres. In: LEMOS, C. T.; SOUZA, S. D. A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte, 2009.

LIMA, Júnia de Souza. **Os melhores empregados: a inserção e a formação da mão-de-obra feminina em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX**. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 151–174, jun. 2011.

LIMA, Otávio Henrique Reis. **Os cinemas de Varginha (MG) e suas implicações na vida urbana**, in: BRUM, Alessandra; BRANDÃO, Ryan (Org.) Histórias de cinemas de rua de Minas Gerais. Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

LOPES, Weigson Fernando Ribeiro; CARVALHO, Márcio Eurélio Rios de. **"O Poder Eclesiástico em Campanha (MG) e a Persistência do Patrimônio Edificado Religioso (1739-1825)"**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, vol. 33, n. 1, jan./jun. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Paola Lili. **"Nenhum lar sem o Lar Católico!": discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954–1986)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LUSTOSA, Oscar. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MADEIRA, Felícia; SINGER, Paul. **Estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil: 1920-1970**. Cadernos Cebrap 13. São Paulo, Cebrap, 1973.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (ORG.). História da vida privada no Brasil. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil - 1916/1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCOLINO, Rômulo Nascimento. **Campanha (1890–1930): a princesinha do Sul quer ser moderna**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MARIANO, Adenylson Domingues. **Resistências ao movimento pentecostal em Campanha – MG por um periódico católico**. Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, v. 2, n. 2, p. [número de páginas], jan./jul. 2017.

MARIN, Jérri Roberto. **Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018.

MALUSÁ, Vívian. **Católicos e cinema na capital paulista: o cine-clubes do Centro Dom Vital e a Escola Superior de Cinema São Luis (1958-1972)**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **O lar e o botequim**. Cadernos CERU, Série 2, v. 11, p. 11-26, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo. **O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher**. Cadernos Pagu, n. 29, p. 429-457, jul./dez. 2007.

NUNES, Josiane de Paula; LEITE, Mayara Eduarda Vieira. **O anticomunismo no jornal católico "Voz Diocesana" no sul de Minas Gerais (1959-1964)**. Curitiba: Editora Atena, 2023.

OLIVEIRA, Caroline Lopes. **"A Ação Católica salvará o mundo": o reordenamento dos leigos católicos através dos discursos anticomunistas presentes no jornal Voz Diocesana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha, 2023.

OLIVEIRA, Maria Madalena Ribeiro de. **A educação sexual no confessionário: mediação da ciência pelos impressos católicos nos anos 1950**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 20, n. 54, 2020.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. In: Rev. Estudos Feministas, v16, n. 2, 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PEDRO, Joana; SOIHET, Raquel. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. Cadernos Pagu, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 211-234, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: 2ª ed., paz e terra, 2017.

PRANDI, José Reginaldo. **Catolicismo e Família: transformações de uma ideologia**. Cadernos do Cebrap, São Paulo, n. 21, p. 1-70, 1975.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de gênero e história social**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 296, jan./abr. 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: Del Priore, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Roberta Angélica Quirino. **A imprensa ultramontana e a crise da Segunda Escravidão no Império do Brasil (1866-1888)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

PUNTEL, Joana. **A Igreja e a democratização da comunicação**. São. Paulo: Paulinas, 1994.

REMOND, René. Uma história Presente. In: **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBAS, Ana Cláudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”: Sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959**. Dissertação de Mestrado, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950: o jornal Última Hora**. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

RIBEIRO, Mota Silvana. **‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo’**. IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 2000.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma Procissão na Geografia**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Difusão e Territórios Diocesanos no Brasil: 1551-1930**. Scripta Nova, Barcelona. volume X, n.218, 2006.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O silenciamento de gênero: a palavra que subverte**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 43, n. 94, p. 17-39, 2023.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru, SP: Edusc, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero. Patriarcado. Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da Clandestinidade: Memórias da ditadura militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009.

SERBIN, Kenneth. **Padres Celibato e Conflito Social**. Uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SILVA, Simone da. **A Igreja Católica e os meios de comunicação: um planejamento de comunicação para a Catedral Metropolitana de Juiz de Fora**. Projeto Experimental para

obtenção do grau de Bacharel em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

SINEAU, Mariette. **Direito e democracia**. In: THÉBAUD, Françoise (org.). História das mulheres no Ocidente. Vol. 5: O século XX. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOIHET, Rachel. **É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre**. In: VAINFAS, R. (Org.). História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Mulheres e ideias impressas: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e Buenos Aires (1852–1855)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **A Reação Católica no Brasil: instituição e pensamento (1889-1945)**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2023.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAVARES, Thiago Rodrigues. **Religiosidade e devoção em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais**. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 75, n. 299, p. 545–567, 2015.

TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva et al. (org.). **Dicionário crítico do pensamento de direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000.

TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. **O Estado contra as Mulheres: a questão do aborto e a condição feminina sob os Fascismos e o Estado Novo**. In: COSTA FILHO, Cícero João da; CAZETTA, Felipe (orgs.). Experiências Autoritárias de Forma Transversal: Passado e Presente. p. 10-43, 2024.

VAINFAS, Ronaldo. Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão. São Paulo: Ática, 1986.

WINK, George. **Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita**. Belo Horizonte, 2023.

Arquivos Consultados

Arquivo da Cúria Diocesana - Campanha (MG). **Acervo do jornal Voz Diocesana**.

CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DESEMBARGADOR MANUEL MARIA PAIVA DE VILHENA - SUL DE MINAS (CEMEC-SM). **Acervo do jornal Voz Diocesana (1947-1957)**.

Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. **Acervo do jornal Voz Diocesana (1958-1963).**

Fontes

GODINHO, Antonio de Oliveira. **Catolicismo, Comunismo e Outro Assuntos: Conversa com dois comunistas.** Rio de Janeiro: Agir, 1947.

Fontes Digitais

MINAS GERAIS. **Anuário estatístico de Minas Gerais – 1950.** Belo Horizonte: Departamento Estadual de Estatística, 1951.

MINAS GERAIS. **Anuário estatístico de Minas Gerais – 1955.** Belo Horizonte: Departamento Estadual de Estatística, 1956.

LEME CINTRA, Dom Sebastião. **Carta Pastoral de 1916.** Rio de Janeiro, Typografia Vozes de Petrópolis. 1916.

ORDEM. **Revista A Ordem.** Rio de Janeiro, 1946. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/A-Ordem/367729>

PAPA LEÃO XIII. **Paternae Providequae.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.html

PAPA LEÃO XIII. **Libertas Praestantissimum.** Sobre a liberdade humana, 1888. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas.html

PAPA PIO XI. **Vigilanti Cura:** Sobre o Cinema, 1936. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html

PAPA PIO XII. **Miranda Prorsus.** Sobre a cinematografia, a rádio e a televisão. 1957. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus.html

Voz Diocesana

10 Desordens. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano II, nº 20, 1948, p. 4.

AÇÃO CATÓLICA nas paróquias do interior. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 13, 1948, p.3.

- Ação Católica: Notícias da Paróquias. Voz Diocesana, Campanha - MG, 1949, ano II nº3, p. 3.
- A ADMINISTRAÇÃO. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano II, nº 2, 1949, p. 2.
- A empregada e a família. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 9, 1950, p. 3.
- A Família em Crise. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano X, nº 249, 1956, p. 1.
- A Família: Célula Litúrgica. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 3, 1950, p. 1.
- A Missão de Mãe. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XV, nº 406, 1961, p. 1.
- Aos Nossos Assinantes. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V , nº 144, p. 4.
- Aos Nossos Assinantes. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 20, p. 2.
- Às Professoras. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IX, nº 226, 1956, p.3.
- Apelo do Santo Padre às Mulheres Católicas. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 1, 1947, p. 2.
- A recristianização da família. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IX, nº 227, 1956, p.1.
- A Semana Ruralista de Caxambu. Voz Diocesana, Campanha - MG, 1950, ano III, nº 18, p. 1.
- Baggio, Frei Hugo. Em quem votar. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº, 210, 1955, p. 1.
- Boletim da SAC. Para a Mulher e o lar. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 14, 1950, p. 3
- Botelho, João. As Moças do Brasil. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XI, nº 312, 1958, p.1;4.
- Botelho, João. Para você, jovem cristã: As Moças do Brasil. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XI, nº 298, 1958, p.3.
- Brandão, Ascânio. Noivas e relógios. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 179, 1954, p. 2.
- Berços Vazios. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 16, 1952, p. 1.
- Campeão de Divórcios. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano II, nº 17, 1949, p. 1.
- Campos Gerais. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 206, 1955, p.2.
- Campos, Dom José Costa. Apostolado Leigo. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XV, nº 407, 1961, p. 1-4.

Casar sim, mas casar bem. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 7, 1951, p.1.

Católica Divorcista. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 203, 1955, p. 3.

CHAMBERT, Alberto. Os católicos da cidade devem auxiliar os dos campos! Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 11, 1948, p. 2.

Como Começar? Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 1, 1947, p.3.

Conferência da Família. Voz Diocesana, ano XV, nº 421, 1961, p. 4.

Congresso eucarístico diocesano - secção de médicos e juristas. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 195, 1955, p. 1.

Cotação Moral dos Filmes. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 154, 1954, p. 4.

Cotação Moral dos Filmes. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 144, 1953, p. 4.

Coutinho, Claudia de Carvalho. Mamãe. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XV, nº 401, 1961, p. 3.

Curso de especialização agrícola feminina. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IV, nº 4, 1951, p.1.

Curso intensivo para professoras rurais. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IV, nº 2, 1951, p.2.

Do lar para o mundo. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V , nº 123, 1953, p. 2.

Encontro diocesano de dirigentes da JICF. Voz Diocesana, Campanha - MG, 1953, ano V, nº 122, p. 2.

Engelke, Dom Inocêncio. Circular nº 89. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 176, 1954, p. 1.

Engelke, Dom Inocêncio. Portaria nomeando a junta diocesana da Ação Católica e da diretoria diocesana da JICF. Voz Diocesana, Campanha - MG, 1951, ano V, nº 21, p. 1.

E o Voto... Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 174, 1954, p. 3.

É preciso educar os filhos. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XIV, nº 356, 1960, p. 1; 4.

Êste Boletim. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 1, 1947, p.1.

GODINHO, Antônio de Oliveira. Duas Cidades. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 4, 1948, p.2.

GODINHO, Antônio de Oliveira. Novo Formato. Voz Diocesana, ano III, nº1, 1950, p. 1.

GODINHO, Antônio de Oliveira. Publicações Imorais. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano I, nº 16, 1948, p.1.

Herança Terrível. Para a mulher e o Lar. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano III, nº 7-8, 1950, p. 3.

Lar, Juventude, Fé e Moral: Missão da Mulher Moderna. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano II, nº 17, 1949, p.3.

Lemos, Nazareth. Impressões sobre o encontro regional da JICF. *Voz Diocesana*, ano XV, nº 393, 1961, p. 4.

Liberdade da Mulher. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano IV, nº 3, 1951, p. 3.

Literatura Infantil. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano I, nº 16, 1948, p.4.

Livros de Formação. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano I, nº 16, 1948, p. 2.

Livros. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano I, nº 18, 1948, p. 2.

Nossa vida em Casa. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano III, nº 14, 1950, p. 3.

Nosso Aniversário. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano X, nº 260, 1957, p. 1.

Nossos Assinantes. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano IV, nº 8, 1951, p. 2.

Noticiário A.C. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, 1948, ano I, nº 5, p. 3.

Noticiário A.C. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, 1948, ano I, nº 8, p. 3.

Noticiário A.C. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, *Voz Diocesana*, 1948, ano I, nº 18, p.3.

Noticiário A.C. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, 1949, ano II, nº 10, p. 3.

Nosso Aniversário. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano II, nº 280, 1957, p.1.

Novos Núcleos de Ação Católica surgem na diocese. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, 1949, ano II, nº 15, p. 3.

Mães e Mestras. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano XIV, nº 362, 1960, p. 4.

Má imprensa. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano V, nº 1, 1952, p. 1.

Magalhães, Dilson de. Novamente o Carneiro. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano V, nº 54, 1953, p. 2.

Magalhães, Dilson de. *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano V, nº 139, 1953, p. 1.

Mariófilo, *Voz Diocesana*, Campanha - MG, ano XV, nº 411, 1961, p. 3.

Mendes, Maria Etelvina. Pelas paróquias Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº12, 1952, p. 2.

O ABC que as esposas esperam de seus maridos. Voz Diocesana, ano XIV, nº361, 1960, p. 1.

O Cinema Empolga o Mundo. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 18, 1952, p.4.

O Divórcio. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 12, 1952, p. 1.

Respeito e desobediência aos pais. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 8, 1952, p. 2.

Trindade, Frei Henrique Golland. Recristianização da Família. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XIV, nº 362, 1960, p.1.

TRINDADE, Henrique Golland. A Recristianização da Família. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IX, nº 227, 1956, p.1.

Santolalla, Irene Silva de. Fatores que contribuem para a instabilidade da família. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 211, 1953, p. 1.

Sheen, Fulton. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano V, nº 18, 1953, p. 3.

Sheen, Fulton. Problemas da vida conjugal: Como continuar casado sendo infeliz Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XII, nº 324, 1959, p. 3.

Secretariado Diocesano de Ensino Religioso. Voz Diocesana, Campanha - MG ano IV, nº 3, 1951, p. 4.

Serviços Domésticos. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IV, nº 12, 1951, p. 3.

Se és Mãe...Voz Diocesana, Campanha - MG, ano II, nº 17, 1949, p. 3.

Semana de Estudos. Amor, Casamento, Divórcio. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 212, 1955, p. 2.

Tricot. Para a mulher e o lar. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 7-8, 1950, p. 4.

Um espetáculo triste e vergonhoso. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII, nº 192, 1955, p. 2.

Vasconcelos, Norma. Encontro Sub Regional da JIC . Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XV, nº 413, 1961, p. 1.

Vence a Democracia na Itália. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano I, nº 8, 1948, p.2.

Vestes Decentes. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 173, 1954, p. 2.

Vestuário. Para a mulher e o lar. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 14, 1950, p. 3.

VIEIRA, Arlindo. A Fuga dos Campos. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VII nº 203, 1955, p. 1.

VIEIRA, Arlindo. Apostolado da Rádio. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano X, nº 276, 1957, p.1-4.

VIEIRA, Arlindo. O Vigário da Roça. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 160, 1954, p. 1.

VIEIRA, Arlindo. Professoras protestantes invadem Grupos Escolares. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XV, nº 390, 1961, p. 1.

VIEIRA, Arlindo. Um documento impressionante. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano VI, nº 179, 1954.

Lacerda, Virgínia Cortês. Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XI, nº 301 1958, p. 1.

Voz Diocesana, Campanha - MG, ano II, nº 2, 1949, p. 2.

Voz Diocesana, Campanha - MG, ano IV, nº 3, 1951, p. 2.

Voz Diocesana, Campanha - MG, ano III, nº 5, 1950, p.2.

Voz Diocesana, Campanha - MG, ano XVI, nº 453, 1962, p. 2.